



DIAGNÓSTICO

LOCAL

MUNICÍPIO DE CASCAIS

CMC
Junho 2017

cascais.pt

CASCAIS

Tudo começa nas pessoas



COORDENAÇÃO:

Miguel Arrobas	Diretor Municipal da Coesão e Capacitação Social Coordenador Formal do Programa C.A.C. em Cascais
Ana Almada	
Ana Patrícia Gago	Departamento de Educação Divisão de Planeamento e Gestão de Rede
Beatriz Brandão	
Pedro Lara	

EQUIPA RESPONSÁVEL - Mecanismo de Coordenação:**MC - Elementos da CMC**

Ana Sofia Silva	Divisão de Qualificação Ambiental
Carlos Franco	Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão
Catarina Aleluia	Divisão de Promoção e Animação Cultural
Célia Gonçalves	Divisão de Estudos e Projetos
Cristina Seco	Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos
Cristina Santos	Divisão de Trânsito e Mobilidade
Filipa Castro Henriques	Representação da Vice-Presidência
Isabel Dias	Divisão Apoio Pedagógico e Inovação Educativa
Joana Fernandes	Divisão de Planeamento de Mobilidade e Transportes
João Palma	Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território
Joaquim Gomes	Divisão de Gestão da Estrutura Verde
Luís Cecílio	Serviço Municipal de Proteção Civil – Divisão de Prevenção e Sensibilização
Manuela Madeira	Divisão de Juventude
Miguel Narciso	Divisão de Cidadania e Participação
Maria José Ramalho	Departamento de Gestão Territorial – Gabinete de Coordenação e Gestão
Marina Cruz	Divisão de Administração e Gestão Educativa
Neuza Gonçalves	Divisão de Intervenção Social
Sara Dias	Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental e do Território
Sara Silva	Divisão de Marca e Comunicação
Sílvia Duarte	Divisão de Cidadania e Participação
Tânia Prudêncio	Divisão de Promoção da Saúde
Vânia Fialho	Divisão de Desporto
Vanda Reis	Divisão de Desenvolvimento de Recursos Sociais

MC - Elementos das Empresas Municipais

Ana Rodrigues	Cascais Ambiente
Cristina Vasconcelos	Cascais Próxima
Elsa Ferreira	Cascais Envolvente
Inês Seabra	Cascais Envolvente
Rodrigo Castro	DNA Cascais

MC - Elementos de outras Entidades do Concelho de Cascais

Ana Paula S. Uva	ACES – Cascais
Angelina Ribeiro	PSP
Célia Rebelo	CPCJ Cascais/CMC
Fernanda Gonçalves	J. Freguesia S. Domingos de Rana
Isabel Godinho	J. Freguesia Alcabideche
José Batalha	Federação das Associações de Pais - Cascais
Mª do Céu Rito	J. Freguesia Carcavelos-Parede
Manuela Correia	CPCJ Cascais/CMC
Rita Serra Coelho	J. Freguesia Cascais-Estoril

OUTROS COLABORADORES CMC:

Ana Cristina Almeida	Divisão de Marca e Comunicação
Filipa Marrecas Ferreira	Divisão de Planeamento e Gestão de Rede
Filipa Pereira	Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social (GACG)
Vera Brito	Gabinete de Estatística

“A construção de uma Cidade Amiga das Crianças deverá basear-se no conhecimento e multiplicidade de fatores que influenciam o desenvolvimento e bem-estar da criança, tais como o nível de acesso a cuidados de saúde e educação, as condições e o enquadramento familiar, o ambiente, os espaços destinados a diversão e cultura ou os sistemas de acessibilidade e mobilidade. Nesse sentido, a implementação do Programa no território deverá ser suportada por um diagnóstico local orientado para as áreas que afetam a vida das crianças. Este diagnóstico permitirá fazer uma caracterização das situações de partida, a identificação de necessidades e problemas, bem como dos recursos disponíveis, dos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças para a definição de respostas integradas”

(UNICEF in Guia para a Construção de Cidades Amigas das Crianças, 2016, p. 23).

Índice

INTRODUÇÃO.....	6
1. EQUIPA.....	7
2. OBJECTIVOS.....	9
3. METODOLOGIA.....	10
3.1 Elaboração do documento.....	10
3.2 Etapas – Cronograma.....	11
3.3 Participantes.....	11
3.4 Recolha de informação e Instrumentos de Recolha.....	12
3.5 Tratamento e análise da informação.....	15
4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAIS.....	16
4.1 Breve caracterização histórica de Cascais.....	16
4.2 Enquadramento no contexto nacional, regional e metropolitano.....	18
4.3 Dados geográficos.....	21
4.4 Dados socio-economia.....	24
4.4.1 Dados globais.....	24
4.4.2. Dados da População dos 0 aos 18 anos.....	45
5. ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	53
5.1 O PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) - DIMENSÃO ESTRATÉGICA.....	56
5.2 VISÃO.....	56
5.3 EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	56
5.4 GOVERNANÇA.....	58
6. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS COM IMPACTO NA VIDA DAS CRIANÇAS.....	59
6.1 Planeamento, Monitorização do Território e Urbanismo.....	59
6.2 Família.....	83
6.3 Saúde.....	99
6.4 Educação.....	107
6.5 Cultura.....	130
6.6 Desporto, Lazer e Tempos Livres.....	140
6.7 Cidadania e Participação.....	154
6.8 Ambiente.....	173
6.9 Segurança, Mobilidade e Acessibilidade.....	181
7. DADOS DA AUSCULTAÇÃO PÚBLICA.....	223
8. SÍNTESE DOS DADOS.....	256

9.	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO	271
10.	CONCLUSÕES	272
11.	ANEXOS.....	Erro! Marcador não definido.

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se apresenta surge na sequência da adesão do Município de Cascais ao Programa Cidades Amigas das Crianças em 2016, um programa promovido internacionalmente pela UNICEF e a nível nacional pelo Comité Português para a UNICEF. Esta iniciativa reconhece que é no município que se encontram os principais contextos de vida das crianças (como a casa, a rua, o bairro, a escola, os espaços de convívio e lazer, etc.) e que ele é um forte agente de socialização com um papel fundamental na criação de ambientes ricos, estimulantes e de qualidade que contribuem para o pleno desenvolvimento da criança/jovem.

A consideração do superior interesse das crianças, o respeito pelas suas capacidades em desenvolvimento e o direito à participação são alguns dos princípios orientadores que nortearam este processo. No entanto, e como diz o provérbio, “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, o que significa que todos os educadores da “aldeia” de Cascais são peças-chave sem as quais não se pode deixar de contar se queremos, de facto, investir nas crianças, pelo que a sua participação é fundamental.

A elaboração do Plano de Ação Local pressupõe um conhecimento aprofundado da situação da infância no município nas suas diversas dimensões, que se assuma como base fundamental de um trabalho articulado e em rede entre as diversas entidades e organizações, para levar a cabo a concretização efetiva dos Direitos da Criança. Assim, estruturou-se um diagnóstico de natureza qualitativa que decorreu entre janeiro e junho de 2017 que permitisse conhecer a situação de partida do município.

A concretização deste compromisso do município com o Programa e com a CDC parte do Mecanismo de Coordenação, que recolheu uma grande quantidade de informação fruto dos contributos de quase todos os setores da autarquia e entidades locais cuja intervenção tem impacto mais ou menos direto na qualidade de vida e bem-estar das crianças e jovens, mas também um conjunto valioso de dados recolhidos diretamente junto destes últimos e famílias, e um número considerável de organizações públicas e privadas de Cascais.

Através da compilação e análise de toda a informação foi possível identificar um conjunto de aspetos positivos do trabalho que tem sido até agora desenvolvido pelas várias entidades e dos seus resultados, mas também os aspetos que carecem de melhoria e de um investimento concertado. São também identificadas as questões que foram consideradas como ameaças e oportunidades para o sucesso da implementação do programa.

Para finalizar apresentam-se as áreas temáticas consensualizadas no Mecanismo de Coordenação que constituirão a base do Plano de Ação Local do município.

1. EQUIPA

A elaboração deste documento e de todo o processo que lhe deu origem durante os últimos 6 meses é da responsabilidade do Mecanismo de Coordenação (MC) do Programa em Cascais. Esta equipa formalizou-se em Janeiro de 2017 e conta atualmente com 40 elementos.

O arranque inicial e acompanhamento foram impulsionados pela Divisão de Planeamento e Gestão de Rede (DPGR) do Departamento de Educação e Desporto da CMC, sendo que se tinha previsto inicialmente um grupo de 15-20 pessoas. No entanto, e consequência da excelente receptividade que todos manifestaram ao Programa ao longo das sessões de apresentação realizadas, o grupo inicial foi sugerindo a inclusão de mais elementos que consideraram pertinentes para a qualidade do trabalho final.

Os critérios que estiveram na base da escolha dos serviços da autarquia e das instituições externas, prenderam-se com a relevância e impacto mais direto da sua intervenção no bem-estar e qualidade de vida das crianças e jovens, procurando envolver desde o início uma diversidade de áreas que refletissem uma perspetiva integrada sobre a Criança e permitissem um trabalho articulado de raiz.

Considerou-se ainda a inclusão dos próprios protagonistas de todo este processo, as Crianças e os Jovens, mas sentimos que nós próprios, enquanto equipa, ainda precisávamos de mergulhar bastante em todas as dimensões dos Direitos da Criança e o que eles implicam na nossa prática profissional diária. Além disso, fez-nos sentido poder desenvolver um trabalho mais estruturado com estas faixas etárias mais à frente, através da criação de mecanismos formais de participação.

Tendo em conta que os Planos não podem ser documentos estáticos e devem responder às dinâmicas que se vão gerando na sua implementação, a própria composição do Mecanismo de Coordenação poderá vir a sofrer alterações na sua composição para, por exemplo, passar a incluir as crianças e jovens.

Temos presente que este não é um nº fácil para um grupo de trabalho que requer muita discussão e reflexão, muita mobilização e consensualização de questões-chave. Assim, o funcionamento desta equipa foi organizado em duas fases:

- I. **Durante a elaboração do Plano de Ação Local (PAL):** a coordenação do processo foi assegurada pelo Coordenador Formal e pela equipa da DPGR; o processo foi sendo desenvolvido com a participação de todos através de uma série de reuniões / trabalho em pequenos grupos/ trabalho individual, de acordo com o seguinte esquema:



- II. **Implementação, Monitorização e Avaliação do PAL** – a partir da aprovação do PAL pretende-se organizar a equipa para a fase seguinte através da criação de um grupo executivo de cerca de 15

pessoas que assumam a execução do PAL, e de um grupo alargado de discussão que vai sendo consultado e dando inputs, mantendo pelo menos os 40 elementos que já compõem o MC.

Segue abaixo a identificação de todos os elementos, serviços e instituições que constituem o MC em Cascais:

MECANISMO DE COORDENAÇÃO

Elementos da CMC	
Miguel Arrobas	Coordenador Formal do Programa C.A.C. em Cascais Diretor Municipal da Coesão e Capacitação Social
Ana Almada	Departamento de Educação Divisão de Planeamento e Gestão de Rede
Ana Patrícia Gago	
Beatriz Brandão	
Ana Sofia Silva	Divisão de Qualificação Ambiental
Carlos Franco	Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão
Catarina Aleluia	Divisão de Promoção e Animação Cultural/Fundação D. Luís I
Célia Gonçalves	Divisão de Estudos e Projetos
Cristina Seco	Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos
Cristina Santos	Divisão de Trânsito e Mobilidade
Filipa Bom	Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão
Filipa Castro Henriques	Representação da Vice-Presidência
Isabel Dias	Divisão Apoio Pedagógico e Inovação Educativa
Joana Fernandes	Divisão de Planeamento de Mobilidade e Transportes
Joana Ventura	Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão
João Palma	Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território
Joaquim Gomes	Divisão de Gestão da Estrutura Verde
Luís Cecílio	Serviço Municipal de Proteção Civil – Divisão de Prevenção e Sensibilização
Manuela Madeira	Divisão de Juventude
Miguel Narciso	Divisão de Cidadania e Participação
Maria José Ramalho	Departamento de Gestão Territorial – Gabinete de Coordenação e Gestão
Marina Cruz	Divisão de Administração e Gestão Educativa
Neuza Gonçalves	Divisão de Intervenção Social
Sara Dias	Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental e do Território
Sara Silva	Divisão de Marca e Comunicação
Sílvia Duarte	Divisão de Cidadania e Participação
Tânia Prudêncio	Divisão de Promoção da Saúde
Vânia Fialho	Divisão de Desporto
Vanda Reis	Divisão de Desenvolvimento de Recursos Sociais
Elementos da CMC - Empresas Municipais	
Ana Rodrigues	Cascais Ambiente
Cristina Vasconcelos	Cascais Próxima
Elsa Ferreira	Cascais Envolvente
Inês Seabra	Cascais Envolvente
Rodrigo Castro	DNA Cascais
Elementos de outras Entidades do Concelho de Cascais	
Ana Paula S. Uva	ACES – Cascais
Angelina Ribeiro	PSP
Célia Rebelo	CPCJ Cascais
Fernanda Gonçalves	J. Freguesia S. Domingos de Rana
Isabel Godinho	J. Freguesia Alcabideche
José Batalha	Federação das Associações de Pais - Cascais
M ^a do Céu Rito	União de Freguesias Carcavelos-Parede
Manuela Correia	CPCJ Cascais
Rita Serra Coelho	União de Freguesias Cascais-Estoril

2. OBJECTIVOS

O desenho e elaboração do presente diagnóstico tiveram em vista:

- I. Ser de natureza participativa, permitindo o exercício da Cidadania e a participação nos processos de tomada de decisão dos diferentes elementos da comunidade, bem como o seu envolvimento consciente na mudança e transformação da sua realidade.
- II. Basear-se na necessidade de conhecimento sobre a realidade local como ponto de partida para as decisões sobre a intervenção futura, não apenas nos seus aspetos mais descritivos ou quantitativos, mas também do ponto de vista da perceção subjetiva dos atores locais sobre as suas vivências no contexto local, tendo como matriz desse olhar a Convenção dos Direitos da Criança.
- III. Ser gerador de sinergias não apenas a partir dos resultados obtidos, mas ao longo de todo o processo, contribuindo desde o seu início para uma construção coletiva e ativa da mudança que se pretende entre a realidade atual e a futura.
- IV. Contribuir para o desenvolvimento de um olhar integrado e em rede sobre a Infância (0-18 anos), partindo da articulação dinâmica entre as diferentes organizações que compõem a Comunidade de Cascais.

3. METODOLOGIA

3.1 Elaboração do documento

De acordo com a orientação do Comité Português da UNICEF, no “Guia para a Construção de Cidades Amigas das Crianças”, o Mecanismo de Coordenação (MC) é o responsável por delinear e acompanhar o desenvolvimento do Programa ao nível do Município. Como vimos atrás, esta é uma equipa constituída por elementos de quase todos os setores municipais e de algumas instituições e entidades da comunidade relevantes no trabalho com e para as crianças.

O arranque deste trabalho teve o seu início em janeiro de 2017 com um conjunto de encontros de apresentação do programa dinamizados pelo Coordenador formal e equipa de coordenação para envolvimento dos dirigentes e técnicos da autarquia e das entidades locais que integram o MC. Neste contexto foram explicitados os grandes objetivos e as etapas a seguir, e enquadraram-se os Direitos da Criança e o compromisso assumido com a ratificação da Convenção dos Direitos da Criança (CDC).

A partir daqui, entre janeiro e junho, seguiram-se uma série de reuniões muito participadas do MC para:

- Discutir os passos a seguir para a elaboração do Diagnóstico e do Plano de Ação Local (PAL)
- Definir uma planificação do trabalho
- Organizar e distribuir tarefas
- Recolher dados
- Analisar os dados
- Definir as áreas temáticas a integrar no PAL

Consoante o tipo de trabalho a desenvolver o MC reunia-se completo em plenário ou por grupos de áreas de proximidade ou cada elemento preparava individualmente o seu contributo. Este ciclo revelou-se prático, deu espaço à discussão em grupo e à reflexão individual, permitindo ganhar tempo e não sobrecarregando a equipa com muitas reuniões, o que poderia ter gerado alguma saturação.

Este processo foi ele próprio formativo no sentido em que foi permitindo a uma equipa de tamanho considerável e sem grandes conhecimentos prévios sobre a CDC assimilar progressivamente o desafio que se assumiu quando aderimos ao Programa, os seus princípios e os seus objetivos.

3.2 Etapas – Cronograma

A definição do cronograma para desenvolvimento do Diagnóstico Local e PAL teve por base as orientações do Comité Português para a UNICEF, no “Guia para a Construção de Cidades Amigas das Crianças”. Apresenta-se abaixo uma síntese do cronograma consensualizado no MC.

ETAPAS DO DIAGNÓSTICO LOCAL - previstas pelo C. P. UNICEF

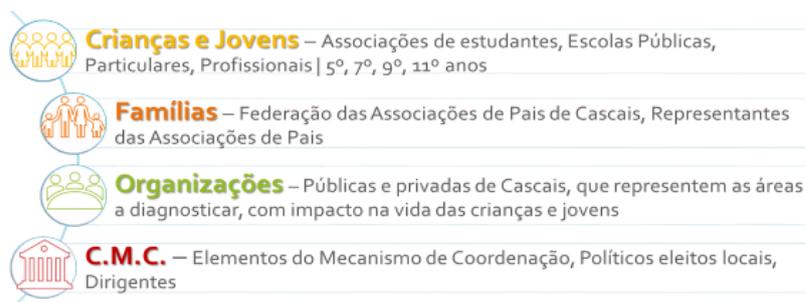
Etapas	Cronograma
Caracterização sociodemográfica e geográfica	Janeiro
Identificar áreas com impacto na vida das crianças a incluir no diagnóstico	Janeiro
Identificar serviços da responsabilidade do município com intervenção com impacto nas crianças	Janeiro
Identificar as políticas, programas e projetos existentes na área geográfica do município	Janeiro - Fevereiro
Identificar e auscultar os stakeholders relevantes (públicos e privados)	Janeiro: Identificar Fevereiro – Março: Auscultar
Definir metodologias e/ou instrumentos de recolha/produção de informação	Janeiro
Identificar e analisar documentação disponível	Janeiro: identificar Analisar: Fevereiro-Abril
Realizar uma recolha e análise estatística	Fevereiro – Março-Maio
Recolher ou produzir e analisar informação qualitativa e quantitativa	Fevereiro-Abril
Identificar e caracterizar problemas, necessidades, recursos, pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças	Maio-Junho
DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO	Junho PLANO DE AÇÃO LOCAL

Esta planificação foi elaborada e aprovada pelo Mecanismo de Coordenação em Janeiro de 2017. Ao longo do processo tiveram que ser feitos ajustes ao calendário inicial, sendo que a fase de recolha e tratamento dos dados de auscultação pública se prolongou até início de junho.

3.3 Participantes

A elaboração do diagnóstico do programa CAC contou com vários momentos de auscultação a diferentes grupos setoriais: crianças e jovens, famílias, organizações públicas e privadas e elementos da CMC:

Auscultação pública - Participantes



GRUPOS SETORIAIS	Composição dos diferentes grupos
Organizações	CMC - Mecanismo de coordenação, eleitos locais e dirigentes Organizações públicas e privadas Diretores de escolas públicas e particulares - Diretor e subdiretor de cada escola e agrupamento
Família	Representantes das Associações de Pais dos estabelecimentos de ensino público e particular
Crianças e Jovens	Alunos de diferentes faixas etárias e níveis de ensino, dos ensinos público, privado e profissional, de escolas mais junto à linha litoral vs. escolas mais do interior do concelho. Escolas particulares 2 Escolas públicas 7

3.4 Recolha de informação e Instrumentos de Recolha

Este diagnóstico foi elaborado essencialmente numa perspetiva qualitativa relativamente aos direitos das crianças e a realidade do município nesta área. Este trabalho incidiu particularmente no levantamento de informação às mais diversas áreas da Câmara Municipal de Cascais, bem como a entidades externas como Juntas de Freguesia, PSP, Agrupamentos de Centros de Saúde de Cascais, 5 empresas municipais, a CPCJ de Cascais, Escolas públicas e privadas e Organizações públicas e privadas do concelho.

A estratégia de recolha de informação qualitativa permitiu um retrato abrangente no que se refere aos conhecimentos, perceções, e situação da Infância (0-18 anos) em Cascais. De modo a complementar a informação aferida, realizaram-se workshops e questionários online a diferentes atores, incluindo as próprias crianças, de modo a direcionar o levantamento de informação em grandes áreas de impacto nos seus direitos e qualidade de vida. Nos workshops obteve-se uma breve descrição dos níveis de perceção de diferentes grupos do concelho de Cascais sobre aspetos gerais de Cascais e, nos questionários online, as perguntas foram direcionadas para as áreas a diagnosticar, o que nos permitiu aferir mais diretamente questões específicas. A fase de auscultação pública foi uma das mais importantes para a elaboração do diagnóstico pelo envolvimento que gerou no próprio programa, mas sobretudo porque conta com a participação direta dos principais interessados deste plano.



Ausculação pública



Resumo da metodologia para ausculação pública

GRUPOS SETORIAIS	Crianças e Jovens (10 aos 18 anos)	Organizações públicas e privadas	Famílias (Associações de Pais)	Município (diretores de departamentos e elementos do mecanismo de coordenação do programa)
Nº DE TOTAL DE PARTICIPANTES	203	83	20	56
FORMA DE AUSCULTAÇÃO	Workshop Questionário	Workshop Questionário	Workshop Questionário	Workshop Questionário Reuniões
Nº DE PARTICIPANTES POR FORMA DE AUSCULTAÇÃO	Workshop 203 Questionário 203	Workshop 83 Questionário 35	Workshop 20 Questionário 91	Workshop - 35 Questionário - 21 Reuniões MC - 1
Nº DE SESSÕES	9	10	1	Workshop 3 Reuniões MC 3
Metodologia Dos Workshops	<p><u>Sessões:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Duração de 2h, - Locais: Centro Cultural de Cascais Escola Secundária de S. João do Estoril em salas de aula - Nas sessões com crianças e jovens foi solicitada a presença do professor que acompanha a turma, previamente informado e esclarecido através duma Nota explicativa entregue com antecedência. - As sessões foram dinamizadas por 3 técnicas do Departamento de Educação (DPGR) e outros elementos do mecanismo de coordenação, todos com experiência em trabalho de sessões participativas e dinâmica de grupo, que terão um guião previamente definido para uniformização de critérios para a dinamização e registo 			
Dinâmica Sessões	<p>Das</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do programa CAC • Preenchimento de um questionário com parâmetros dimensões estipuladas pelo comité português da UNICEF • Dinâmica baseada na análise SWOT: <ul style="list-style-type: none"> - Nas sessões com crianças e jovens foi solicitada a presença do professor que acompanha a turma, previamente informado e esclarecido através duma Nota explicativa que foi entregue com antecedência. - As sessões foram dinamizadas pelas 3 técnicas do Departamento de Educação (DPGR) e elementos do mecanismo de coordenação, todos com experiência em trabalho de sessões participativas e dinâmica de grupo, que tinham um guião previamente definido para uniformização de critérios para a dinamização e registo 			

CONTEÚDO DOS INSTRUMENTOS DE AUSCULTAÇÃO

1 - "Questionários individuais *online*": de perguntas fechadas; para identificar áreas prioritárias de ação para a melhoria das condições de vida das crianças e jovens.

Os questionários utilizados foram adaptados do original em inglês, "Child Friendly Cities Final Toolkit" no site Child Friendly Cities: <http://childfriendlycities.org/research/final-toolkit-2011/> , são baseados na Convenção dos Direitos da Criança e na Child Friendly Cities Framework for Action e foram desenhados para apoiar as entidades locais no trabalho de implementação da Convenção ao nível local.

1 questionário para crianças e jovens

1 questionário para Pais/Famílias

1 questionário para Organizações da comunidade

1 questionário para a CMC – utilizado como check list que permite à autarquia aferir em que ponto se encontra internamente quanto ao desenvolvimento de medidas e políticas que promovem os direitos da criança

2. Workshops: colocaram-se algumas questões abertas relativamente ao que consideram mais importante para que cascais seja reconhecida como vila Amiga das crianças.

Adultos

Foram colocadas 6 questões, por mesa e foi pedido aos participantes que, em tempos de 15 minutos que em grupo de 10 pessoas registassem todas as suas opiniões que consideram importante ser tida em conta. A dinâmica e o registo das sessões foram feitos por dois moderadores.

Questões:

1º Grupo de questões | 1ª mesa

a) Pensando nas crianças (0 aos 18), o que salientaria no concelho de cascais como mais adequado ou pensado em sua (delas) função?

b) Nesta mesma lógica, o que considera que faria falta (pode identificar a zona/freguesia)

2º Grupo de questões | 2ª mesa

O que considera que, existindo em Cascais, pode ainda ser melhorado no sentido duma melhor adequação a esta faixa etária?

3º Grupo de questões | 3ª mesa

Em que tipo de questões /assuntos, considera importante que se recolha a opinião das crianças e jovens? (as crianças sejam auscultadas /ouvidas)

4º Grupo de questões | 4ª mesa

Considera Cascais um concelho amigo das crianças?

- Sim
- Não

Porquê?

Oportunidades

Constrangimentos

Crianças e Jovens

Foram colocadas 4 questões, em plenário foi pedido a todas as crianças e jovens que, em tempos de 15 minutos dessem todas as suas opiniões sobre o que consideram importante ser tida em conta. O registo das sessões foi feito por dois moderadores

Questões:

1º Grupo de questões | 1ª mesa

- O que gosto mais em cascais?

-O que gostava de ver mais em Cascais?

2º Grupo de questões | 2ª mesa

- O que pode ser melhorado em Cascais?

3º Grupo de questões | 3ª mesa

-Que espaços/formas conheces onde podes expressar a tua opinião?

4º Grupo de questões | 4ª mesa

Achas que Cascais é amiga das Crianças?

- Sim
- Não

Porquê?

3.5 Tratamento e análise da informação

Concluídos os 21 workshops pelos vários grupos setoriais e a aplicação dos questionários procedeu-se ao tratamento da informação recolhida, tendo por base uma análise qualitativa que consistiu numa análise de conteúdo, complementada de uma análise quantitativa, realizada em Excel e SPSS.

Análise e tratamento de dados – WORKSHOPS

- Numa **1ª fase**, a informação foi tratada por sessão procedendo-se assim à transcrição de todos os registos de todas as questões de discussão.

- Numa **2ª fase** todos os registos foram agrupados pelas 9 áreas, dando a correspondente cotação a cada questão e por grupo setorial.

- Família
- Saúde
- Educação
- Cultura
- Desporto Tempo livre e lazer
- Cidadania e participação
- Ambiente
- Planeamento e urbanismo
- Segurança, Mobilidade e Acessibilidade

- Com a organização final das questões foi necessário definir uma metodologia que permitisse identificar as principais áreas encontradas. Logo, com base em cada questão, e por grupo setorial, encontrou-se um valor do somatório de cada área, o que permitiu determinar a importância dos valores e, conseqüentemente, destacar as áreas mais significativas.

Análise e tratamento de dados – QUESTIONÁRIOS

A análise aos dados recolhidos através dos questionários aplicados foi realizada em Excel e SPSS. Estes dados foram apresentados em valores absolutos por não corresponderem a uma amostra representativa dos grupos inquiridos. Assim, no SPSS, realizaram-se análise de frequências absolutas e cruzamentos de variáveis, enquanto no Excel foram feitas análise de frequências absolutas, gráficos e análise de conteúdo.

Cascais, constituindo este o primeiro texto regulador da vida municipal, que até à data estava sob jurisdição do foral de Sintra.

O período de domínio Filipino, a partir de 1580, é marcado por sucessivos saques à vila de Cascais, perpetrados por ambas facções – espanhóis, e portugueses aliados a Inglaterra. Após a restauração da independência, em 1640, toda a linha defensiva do litoral concelhio é consolidada, destacando-se a Cidadela de Cascais, como símbolo emblemático e geoestratégico desta localidade.

Durante a administração de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, são conferidos novos impulsos empresariais à região, nomeadamente a proteção da vinha e do vinho de Carcavelos, bem como a beneficiação da Real Fábrica de Lanifícios.

O final do século XVIII e o início do século XIX são, contudo, marcados por acontecimentos particularmente lesivos para a estrutura urbana e socioeconómica do município. O terramoto de 1 de novembro de 1755, a ocupação durante a primeira invasão francesa (1807-08) e o período das lutas liberais, deixaram a vila quase totalmente destruída.

A partir do século XIX, a descoberta de Cascais como destino turístico motiva um novo período de crescimento urbano e aumento demográfico, que se acentua nos séculos seguintes. Em 1859, dá-se início à construção das estradas de ligação de Cascais à vila de Oeiras e à vila de Sintra, quebrando o isolamento e a inércia em que se encontrava o município. Em 1870, a Família Real adota os aposentos do Governador da Cidadela, adaptando-os a Paço Real, durante as férias, e impulsionando a moda do veraneio e dos banhos de mar em Cascais. O desenvolvimento do litoral concelhio é acelerado, suportado pela construção da linha de caminho-de-ferro, cujo primeiro troço – entre Cascais e Pedrouços –, é inaugurado em 30 de setembro de 1889. Este período, ligado ao florescimento dos Estoris, aos seus empreendimentos construtivos e infraestruturais, de arquitetura de veraneio, lançam Cascais como principal área de praia portuguesa, mas também como centro urbano de grande importância, na proximidade da capital.

Nas primeiras décadas do século XX, Cascais assume-se como estância turística de projeção internacional, atraindo uma população de elevado poder económico de cariz aristocrático, polarizado em torno do projeto do Casino Estoril, lançado em 1913. Com a eclosão da II Guerra Mundial, a vila de Cascais atinge o auge do seu cosmopolitismo e internacionalização.

O desenvolvimento cosmopolita do litoral contrasta com o cenário rural das áreas do interior do município, onde o tecido social agrícola e a cultura popular “saloia” subsistem preservados, deslocados e afastados dos fluxos de turismo internacional e da vida citadina dos centros balneares.

Na segunda metade do século XX, assiste-se a um novo período de desenvolvimento que irá modificar o território municipal, alterando substancialmente as suas características demográficas e urbanísticas. Durante as décadas de 60 e 70 regista-se um aumento das migrações para Lisboa, acompanhado de uma fase de expansão suburbana do município de Cascais. O aumento da mobilidade, suportado pela melhoria das acessibilidades a Lisboa, permite que Cascais passe a assumir-se como um dos espaços de residência periférico da população empregada na capital. A faixa litoral é rapidamente urbanizada, permitindo e incentivando novos empreendimentos com a funcionalidade de dormitório de Lisboa. Este intenso crescimento urbano, acompanhado por alterações na estrutura demográfica, acabou naturalmente por descaracterizar a paisagem natural e rural do interior do município.

Em finais do século XX, dá-se início a uma estratégia concertada de reabilitação do património histórico-cultural do município. Atualmente, o território de Cascais apresenta-se como um espaço essencialmente

urbano e multicultural, apostado em estabelecer na diversidade dos seus testemunhos históricos a sua identidade coletiva e um recurso para as gerações futuras.

(Fonte: Relatório Caracterização – Plano de Pormenor da Areia, CMC)

4.2 Enquadramento no contexto nacional, regional e metropolitano

O município de Cascais situa-se no litoral do país, sendo limitado a sul e a poente pelo Oceano Atlântico, a norte pelo município de Sintra e a nascente pelo município de Oeiras. Está integrado na Região de Lisboa e Vale do Tejo e inserido na NUTIII – Grande Lisboa, fazendo parte integrante da Área Metropolitana de Lisboa (ver Figura 2).

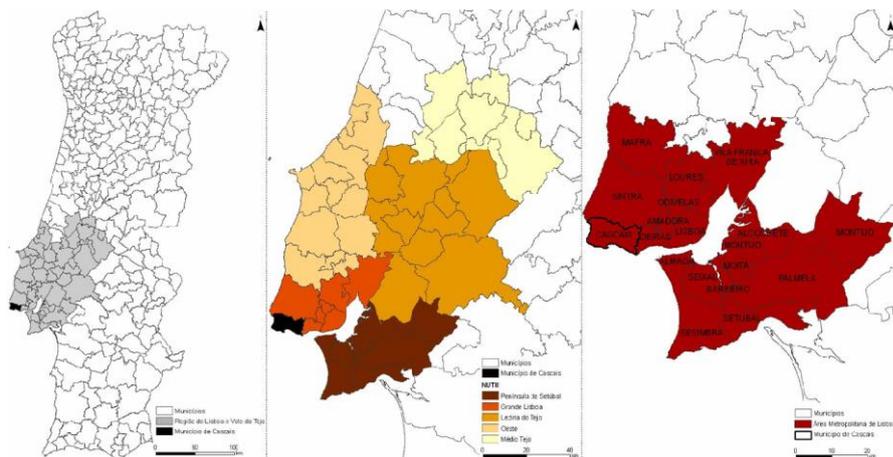


Figura 2 – Localização do Município de Cascais na Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTIII – Grande Lisboa e Área Metropolitana de Lisboa

A evolução do sistema urbano português foi de forte aumento nas 2 últimas décadas. A área metropolitana de Lisboa refletiu (assim como a do Porto) uma reorganização da população traduzida no processo de expansão urbana do seu polo territorial.

Para o Concelho de Cascais, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) tem uma natural relevância, não só porque é um concelho integrado na Grande Lisboa, mas também porque na AML se verifica a maior concentração populacional do país - em 2001 representava cerca de $\frac{1}{4}$ da população portuguesa.

A AML (unidade territorial que visa a prossecução de interesses próprios das populações da área dos 18 Municípios integrantes: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira), acumula características territoriais únicas a nível nacional. A extensa costa Atlântica, bem como os estuários do Tejo e do Sado, e as paisagens protegidas, conferem-lhe um potencial ambiental, paisagístico, económico e de lazer que importa preservar e valorizar (<http://www.aml.pt>).

A esta situação geográfica excecional, junta-se ainda o facto de aí se localizar também a Capital do país, e este conjunto de fatores contribui para que a AML seja, no seu conjunto, um centro de recursos estratégicos para o desenvolvimento económico, social e cultural no País, proporcionando uma melhoria sistemática da qualidade de vida dos seus Residentes.

Consequentemente, é também uma área territorial de grande atratividade, verificando-se um número cada vez maior de imigrantes que procuram a AML para se estabelecerem (PDM – Revisão – Relatório dos Estudos de Caracterização, 2014)

Situado a ocidente do estuário do Tejo, entre a Serra de Sintra e o Oceano Atlântico, o município de Cascais desfruta assim de uma localização privilegiada, usufruindo de importantes valores naturais e paisagísticos, não só devido à proximidade ao mar, mas também ao Parque Natural Sintra Cascais e à sua proximidade a Lisboa, enquanto grande centro económico, cultural e de serviços, onde se localizam as grandes infraestruturas de transportes (portuárias, aéreas, ferroviárias).

De referir ainda que o Município de Cascais apresenta boas acessibilidades rodoviárias não só a Lisboa (A5/IC15), mas também ao Norte e Centro do país (A1/IP1), à zona do Ribatejo (A9/IC18) e ao Sul (A2/IP7 e A21/IP1).

Cascais constituiu-se administrativamente como Concelho desde o século XIV, não tendo desde então sofrido alterações significativas ao nível dos seus limites. A sua área total é de aproximadamente 97 Km². O município é dividido administrativamente até 2013 em seis freguesias: Alcabideche, Carcavelos, Cascais, Estoril, Parede e São Domingos de Rana (fig. 3) Com a aprovação da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro e da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, é introduzida uma reorganização administrativa do território das freguesias, passando o município de Cascais a estar dividido administrativamente em 4 freguesias: Alcabideche, União de freguesias de Carcavelos-Paredes, União de Freguesias de Cascais-Estoril, e S. Domingos de Rana.

(Fonte: Relatório de Caracterização e Diagnóstico Plano de Pormenor – Areia, CMC)

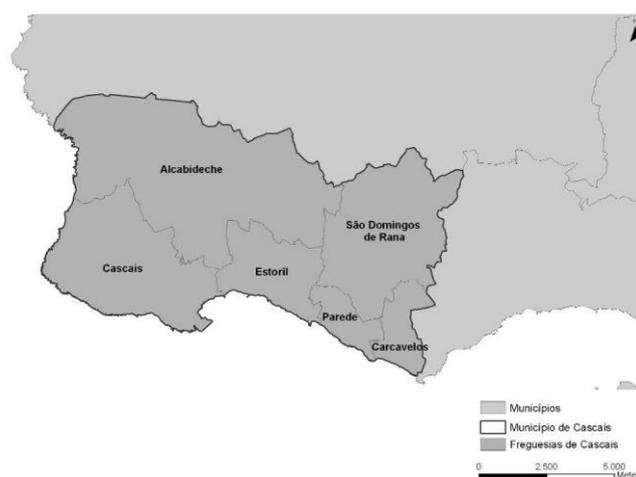


Figura 3 – Divisões administrativas do Município de Cascais – Freguesias até 2013

Dinâmicas territoriais

Nos últimos anos assistiu-se a uma recessão do setor da construção, refletindo uma forte quebra do número de operações urbanísticas. Na complexidade do que é a cidade de hoje outras tendências surgiram como positivas na criação de dinamismo da cidade, como é o caso do crescimento do turismo e nos serviços complementares.

A conjugação destas tendências criou no concelho diferentes dinâmicas, em função das características dos lugares. Sendo o concelho de Cascais profundamente desequilibrado quer na qualidade do espaço urbano, quer nas realidades socioeconómicas, os efeitos sentiram-se de forma diferente a norte e a sul do concelho.

A divisão em duas áreas homogéneas é a que melhor permite caracterizar as dinâmicas territoriais ocorridas nos últimos anos: - Sul Litoral - Norte Interior.

O Sul Litoral mantém apesar da diminuição da dinâmica da construção a estabilidade de consolidação urbana a que não são alheios os incentivos à reabilitação urbana. A manutenção crescimento dos indicadores quer populacionais, quer da evolução dos edifícios e dos alojamentos neste território está sustentado na qualidade do espaço público, das infraestruturas e dos equipamentos e na dinâmica promovida pela oferta turística.

A evolução de indicadores do número de processos de loteamento e operações urbanísticas, apesar da quebra em 2012, confirmam a sustentabilidade e o equilíbrio das dinâmicas territoriais existentes, bem como um aumento do número de licenciamentos para as áreas centrais.

O Norte Interior, apesar do potencial de crescimento que mantém e que serviu a estratégia de atração de população e atividades entre 2001 e 2011, baseado no enquadramento paisagístico e nas boas infraestruturas viárias, e comparativamente com outros lugares do concelho preços baixos do solo, sofreu nos últimos 5 anos uma forte redução da sua dinâmica (ver indicadores dos processos urbanísticos).

Registando-se uma mudança de paradigma, do que foi nos últimos anos a construção de habitação unifamiliar, verifica-se hoje a necessidade da procura de áreas mais centrais, em edifícios de habitação coletiva, a preços concorrenciais, com serviços de proximidade e onde o veículo automóvel possa ser substituído pelos transportes públicos.

De acordo com a distribuição dos processos urbanísticos pelo território, não é observável um reforço significativo das centralidades, invertendo e contendo a dispersão urbana.

Ao nível da atividade económica os serviços de logística que caracterizavam o perfil económico existente, dão hoje lugar a atividades mais inovadoras, baseados na criação de valor, onde o enquadramento urbanístico tem um papel importante.

(Fonte REOT – Fase II 2016)

4.3 Dados geográficos

a) SÍNTESE GEOMORFOLÓGICA

A morfologia do concelho é claramente modelada pela serra de Sintra e pelo encaixe provocado pela rede hidrográfica. A altitude mais elevada situa-se nos 465 metros perto do local da Peninha. A altitude é regularmente maior na parte norte do Município, sobretudo na extremidade Noroeste, diminuindo regularmente em declives suaves para Sul a medida que se aproxima da orla costeira.

Progressivamente e a medida que nos aproximamos da costa, as altitudes diminuem, atingindo cotas inferiores a 50 metros. Os declives são pouco acentuados, sendo que 49% do território tem um declive inferior a 5%. As exceções situam-se na área da serra de Sintra e no entalhe realizado pela rede hidrográfica, salientam-se os declives nas ribeiras da Foz do Guincho, das Vinhas, da Penha Longa, de Caparide e Ribeira da Laje. Devido ao relevo, as vertentes não possuem uma exposição marcadamente definida (51%), sendo que nas restantes predomina a exposição de vertentes viradas a Sul (18,5%). A rede hidrográfica tem orientação predominante de Norte para Sul, sendo que os principais cursos de água tem origem no concelho de Sintra, pelo que criam entalhes no território, originando vales com a mesma pendencia e vertentes com orientação Nascente e Poente.

(Fonte: PDM Revisão - Relatório dos Estudos de Caracterização 2014)

b) CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA LITORAL CASCAIS

Entre as quatro freguesias (Alcabideche, Carcavelos-Parede, Cascais-Estoril e S. Domingos de Rana) apenas a de S. Domingos de Rana não confina com o mar. Cerca de metade do perímetro do concelho (47 km) desenvolve-se em orla marítima (24 km) e a razão comprimento de litoral/superfície (0.25) é 27 vezes superior à média de Portugal continental, o que o caracteriza como um concelho verdadeiramente litoral. A ocupação da superfície é fortemente assimétrica e muito superior na faixa costeira, onde se concentra a maioria da população, dos núcleos urbanos e das infraestruturas produtivas.



De Norte para Sul destacam-se um total de 17 praias:

- **Praia do Abano**
- **Praia do Guincho** - Faz parte do Parque Natural Sintra-Cascais. É procurada por praticantes de Surf, Windsurf e Kitesurf, onde são realizados campeonatos mundiais destas mesmas modalidades. Devido à ação do vento, a praia depara-se a sul com o sistema dunar “Guincho-Cresmina”, de grande dinamismo geológico. Avistam-se dunas de vários tipos nesta praia: as dunas móveis embrionárias, que representam os primeiros estados de vegetação dunar; as dunas brancas, que constituem os cordões arenosos mais próximos do mar; e ainda as dunas cinzentas, as quais são fixas, estabilizadas e colonizadas por arrelvados vivazes mais ou menos densos e por abundantes tapetes de líquenes e musgos. Nesta praia é possível observar uma chaminé vulcânica, constituída por um importante afloramento de rocha basáltica, exposto durante a maré baixa.

- **Praia da Cresmina**
- **Praia de Santa Marta** - Praia com um areal muito reduzido, junto do qual está implantada a Marina de Cascais. Praia Não Balnear.
- **Praia da Ribeira de Cascais** - A Praia da Ribeira está localizada no centro da Vila de Cascais e deve o seu nome ao facto de ali desaguar a Ribeira das Vinhas. Esta praia é tradicionalmente uma praia de pescadores que dispõe de um cais para embarcações onde é descarregado o pescado que depois é comercializado na Lota. É por este motivo que esta praia é também conhecida por Praia dos Pescadores ou Praia do Peixe.
- **Praia da Rainha** - Deve o seu nome à Rainha D. Amélia, que ali ia a banhos durante as estadas da família real em Cascais. Localizada na lateral de uma das ruas mais antigas do centro histórico de Cascais – a Rua Frederico de Arouca, mais conhecida por Rua Direita.
- **Praia da Conceição** - O seu nome deve-se à existência de uma capela junto à praia construída em honra de Nossa Senhora da Conceição. De localização privilegiada, perto dos vários tipos de transporte, esta praia marca o início do passeio marítimo que, com cerca de 3 km, se estende até à Praia da Azarujinha, em S. João do Estoril.
- **Praia da Duquesa** - Situa-se no centro da Vila de Cascais, sendo limitada a nascente pelo "Chalet Palmela" e a poente pelo "Chalet Faial". Dispõe de bons acessos, entre os quais o paredão (passeio marítimo), onde estão localizados os restaurantes, os bares e as esplanadas. Existe um parque de estacionamento.
- **Praia das Moitas** - Situada ao longo do passeio marítimo, junto à estação do Monte Estoril e à beira da Estrada Marginal, a Praia das Moitas é uma praia com excelentes acessos. De pequenas dimensões e muito rochosa, esta praia necessita de alguma precaução por parte de quem a frequenta, especialmente na maré baixa. Nas proximidades existe uma piscina oceânica de acesso livre – a “Piscina Alberto Romano” – que está integrada no passeio marítimo ao longo do qual existem bancos para estada e equipamentos “Life-Trail” de apoio à prática de exercício físico.
- **Praia do Tamariz** - Situada no Estoril, a Praia do Tamariz é considerada a praia por excelência da Costa do Estoril, estando localizada em frente aos Jardins do Casino Estoril. Esta praia dispõe de bons acessos uma vez que se encontra junto à estação de comboios e autocarros e à Estrada Marginal e é muito frequentada por turistas e pela população em geral. Esta praia é também muito procurada por escolas e colónias de férias. Esta praia dispõe, ainda, de uma Piscina Oceânica de acesso gratuito. Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada e dispõe de um Posto Médico/Primeiros Socorros.
- **Praia da Poça** - A Praia da Poça encontra-se à beira da Estrada Marginal, entre o Forte de S. João da Cadaveira e o Forte Velho. Durante a época balnear, esta praia é muito procurada por famílias, sendo uma praia vigiada e sinalizada que dispõe de um Posto Médico/Primeiros Socorros.
- **Praia da Azarujinha** - O acesso à praia é exclusivamente pedonal e faz-se através de escadas localizadas a montante da Praia (acesso pela Av. Marques Leal) ou então através do passeio marítimo proveniente da Praia da Poça. Pelas suas características geográficas não dispõe de parque de estacionamento.
- **Praia de S. Pedro do Estoril** - A Praia de S. Pedro do Estoril apresenta um areal de dimensões consideráveis nos períodos de baixa-mar, assumindo como enquadramento mais marcante o “acidente” geológico da Pedra do Sal, a poente. A Pedra do Sal é composta, essencialmente, por calcários e margas com 90 e 120 milhões de anos de idade. É uma praia muito frequentada por surfistas e uma zona privilegiada para quem gosta de pesca à linha. É muito procurada por escolas e colónias de férias. Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada e dispõe de um Posto Médico/Primeiros Socorros.
- **Praia da Bafureira** - Esta praia marca o limite poente da Zona de Interesse Biofísico das Avenças – zona de variada riqueza natural – que se estende desde a Praia da Bafureira até à Praia da Parede. É uma das praias mais pequenas e menos conhecidas do Concelho de Cascais por se encontrar envolvida por arribas.
- **Praia das Avenças** - Esta é uma praia dominada pela presença de arribas, com características paisagísticas de grande interesse, dado aos estratos rochosos que se desenvolvem como uma escadaria natural, permitindo a observação da zona costeira. As plataformas rochosas e o areal foram classificados em 1998 como Zona de Interesse Biofísico pela sua elevada importância ecológica. Esta praia deve o seu nome a uma planta – a Avença – com longa

tradição de uso medicinal em Portugal. Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada, dispondo de um Posto Médico / Primeiros Socorros.

- **Praia da Parede** - A Praia da Parede é uma praia muito conhecida pelas suas características terapêuticas. Os efeitos benéficos do iodo que aí encontramos são ideais para quem sofre de problemas nos ossos. Esta praia é também fortemente procurada pelos veraneantes para a exposição solar. dispõe de uma zona pedonal ao longo da praia. Aqui também é possível encontrar condições para a prática de alguns desportos náuticos, como o paddleboarding. Praia com bons acessos e inclusive passagens subterrâneas e parque de estacionamento. Acesso ao areal por escadas e rampa.
- **Praia de Carcavelos** - É a primeira praia do Concelho que encontramos quando nos deslocamos na direção de Lisboa-Cascais, estando encaixada entre o Forte de São Julião da Barra e a ponta de Rana. Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada. Está equipada com uma cadeira anfíbia para pessoas com mobilidade condicionada e dispõe de um Posto Médico/Primeiros Socorros. Esta praia tem sido classificada como Praia Acessível a pessoas com mobilidade condicionada. Existe uma zona pedonal que circunda o areal, onde se podem encontrar diversos restaurantes, bares e esplanadas. Dispõe de bons acessos e parques de estacionamento.

Fontes: Plano Estratégico de Cascais face às alterações climáticas; <http://www.cascaisambiente.pt/pt/espacos/praias;>

<https://www.apambiente.pt/zdata/Políticas/Agua/Ordenamento/Documentos/POOC/POOCCFSJB/PlantaSintese.pdf>

4. 4 Dados socio-economia

4.4.1 Dados globais

a) EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA RECENTE (Fonte: dados preliminares da revisão da Carta Educativa, 2017, IST)

A evolução entre 1991 e 2001 da população residente no concelho de Cascais e outros municípios vizinhos da Área Metropolitana de Lisboa (AML) está representada na **Figura 4**. As correspondentes taxas de variação intercensitárias (1991-2001 e 2001-2011) e total (1991-2011) são apresentadas na **Figura 5**.

Constata-se que, com exceção de Lisboa, todos os concelhos e a região analisados apresentam crescimento populacional no período analisado, mas Cascais destaca-se pela taxa de crescimento mais elevada no último período intercensitário (21%) e a 2ª mais elevada no total (35%, sendo apenas suplantada por Sintra, com 45%) e francamente acima dos valores registados no conjunto da AML.

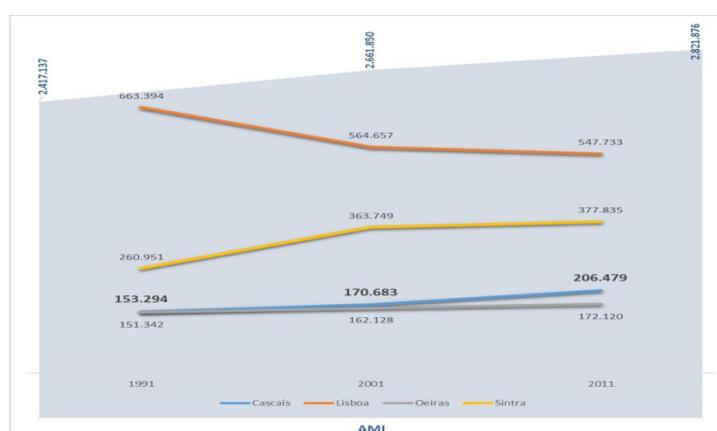


Figura 4 – População residente em 1991, 2001 e 2011, no concelho de Cascais, nos concelhos mais próximos da AML e no conjunto da AML - Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

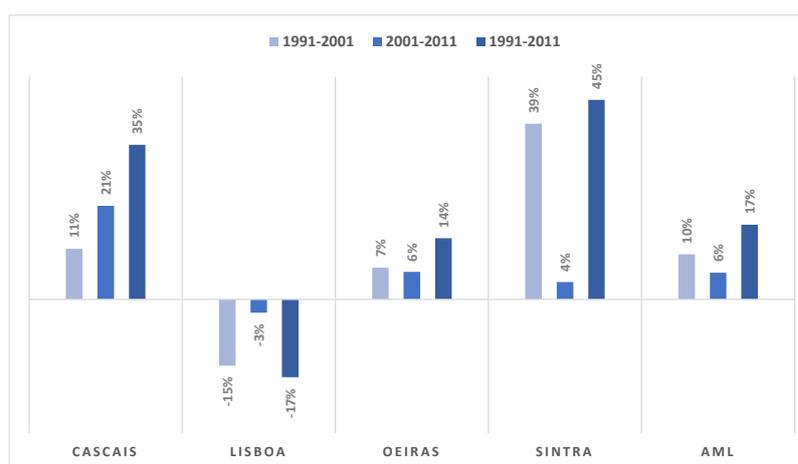


Figura 5 – Taxas de variação intercensitárias da população residente no concelho de Cascais, nos concelhos mais próximos da AML e no conjunto da AML - Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

As freguesias mais populosas nos censos de 2011 são S. Domingos de Rana e Alcabideche (ambas freguesias interiores).

As freguesias da Parede e do Estoril foram as únicas com decréscimo de população entre 1991 e 2001, tendo retomado o crescimento entre 2001 e 2011, até se obter uma variação total (1991 a 2011) positiva. As freguesias com maior crescimento populacional são Alcabideche e São Domingos de Rana, sendo que as variações intercensitárias muito significativas da primeira ajudam a explicar a ultrapassagem de Cascais em termos de população residente. Carcavelos regista a terceira maior taxa de variação total.

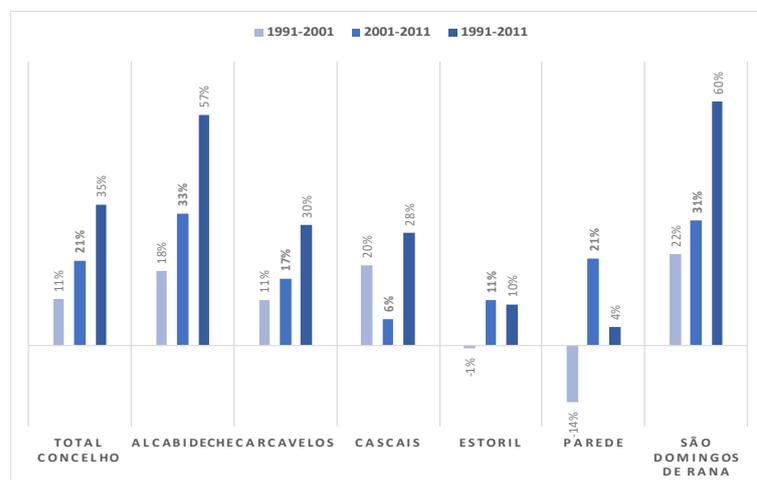


Figura 6 – Taxas de variação intercensitárias da população residente nas freguesias e no concelho de Cascais- Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

b) ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO

Na Figura 7 apresenta-se a estrutura etária (pirâmide etária) do concelho de Cascais nos três anos censitários.

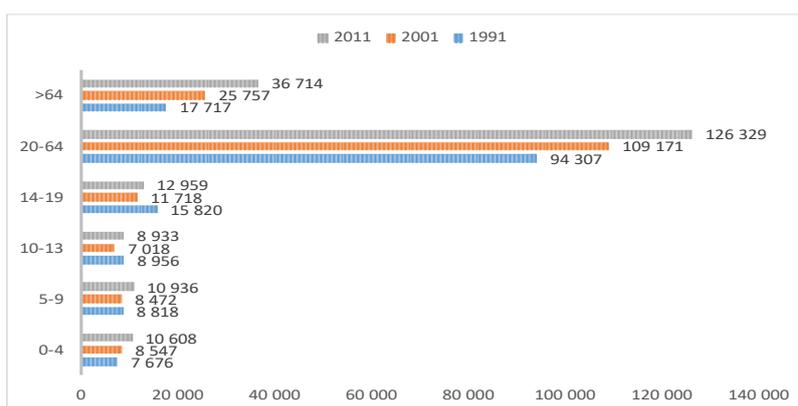


Figura 7 – Estrutura etária da população residente no concelho - Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

Nos grupos etários dos 0 aos 4 anos e 5 a 9 anos, observam-se valores de população em 2011 superiores aos de 1991. Nos dois grupos etários seguintes, a população decresce entre 1991 e 2011, de forma moderada nos 10-14 anos e mais acentuada nos 14-19 anos. As populações adultas (acima dos 19 anos) crescem no período entre os três censos. De sublinhar o crescimento muito significativo, em termos absolutos e de peso relativo, do grupo de população mais idosa (>64 anos), tendo mais do que duplicado o número de residentes neste grupo etário.

c) EVOLUÇÃO DA TAXA DE NATALIDADE

A Figura 8 apresenta a evolução entre os anos de 2009 e 2013 da taxa de natalidade no concelho de Cascais, no concelho de Lisboa, nos concelhos limítrofes de Oeiras e Sintra, na AML e em Portugal.

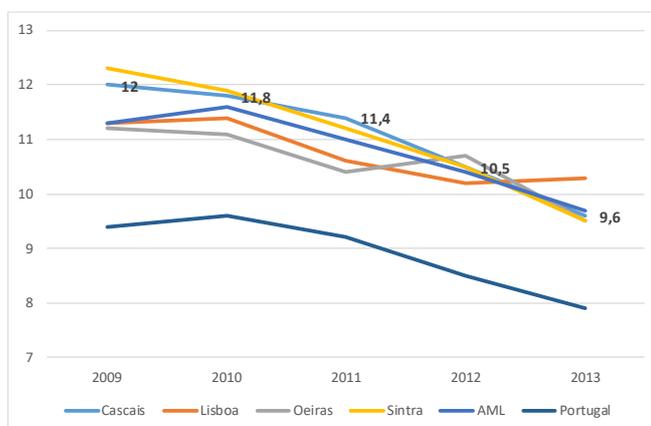


Figura 8 – Evolução (2009-2013) da taxa de natalidade (%) nos concelhos de Cascais, Lisboa, Oeiras e Sintra, na AML e em Portugal - Fonte: INE

A evolução desta taxa, no concelho de Cascais, acompanha as tendências de decréscimo verificadas nos restantes âmbitos em análise. Também se observa que Cascais estava acima dos valores da AML para esta taxa em 2009, mas acaba por tender em 2013 para o valor da região, por volta de 9,6 nados-vivos por mil habitantes.

d) EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE

A evolução da taxa de fecundidade é apresentada na Figura 9

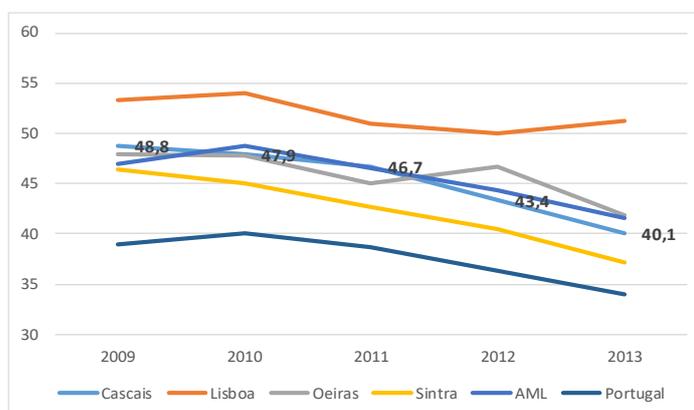


Figura 9 – Evolução (2009-2013) da taxa de fecundidade (%) nos concelhos de Cascais, Lisboa, Oeiras e Sintra, na AML e em Portugal - Fonte: INE

Esta taxa, no concelho de Cascais, acompanha as tendências de decréscimo verificadas nos restantes âmbitos em análise. Também se observa que Cascais estava acima dos valores da AML para esta taxa em 2009, mas em 2013 a situação inverteu-se, apresentando um valor de 40,1 nados-vivos por mil mulheres em idade fértil.

e) EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE

A Figura 10 apresenta a evolução entre os anos de 2009 e 2013 da taxa de mortalidade nos âmbitos geográficos em análise. A evolução desta taxa no concelho de Cascais acompanha as tendências de estabilidade verificadas nos restantes âmbitos. Também se observa que, desde 2009 até 2013, o valor desta taxa ronda os 9 ‰ (9 óbitos por mil habitantes).

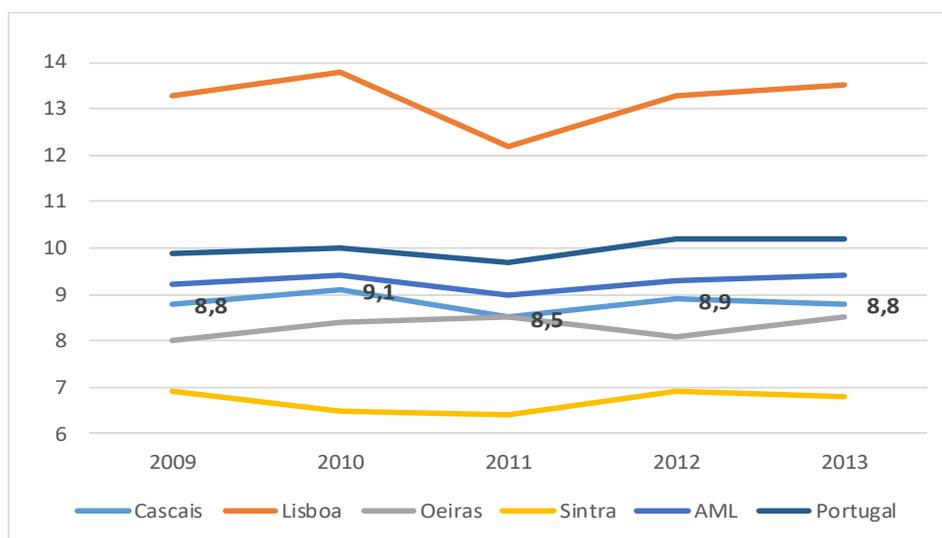


Figura 10– Evolução (2009-2013) da taxa de mortalidade (%) nos concelhos de Cascais, Lisboa, Oeiras e Sintra, na AML e em Portugal - Fonte: INE

f) ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

Na análise ao índice de envelhecimento - relação entre o número de idosos (população com mais de 65) por cada 100 jovens (população com menos de 14 anos) - para o concelho de Cascais, comprova-se o envelhecimento da estrutura etária da população residente, tendo passado de uma relação de igual numero em 2001 para um aumento de 112 idosos por cada 100 jovens em 2011 e 118 idosos por cada 100 jovens em 2015. Estes valores acompanharam a tendência nacional, entre 2001 e 2015.

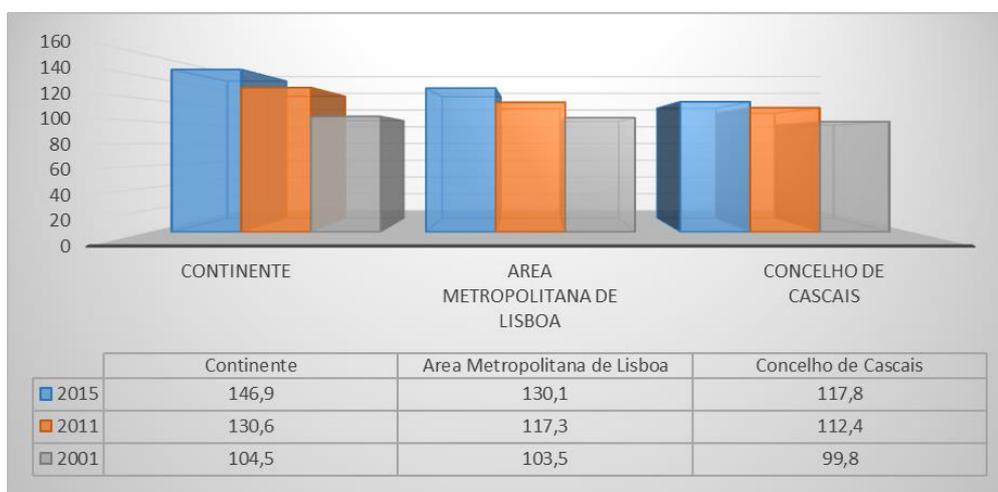


Figura 11 - Índice de Envelhecimento (2001/2015). Fonte: PORDATA, 2016.

g) EVOLUÇÃO DO SALDO NATURAL E MIGRATÓRIO

Na Figura 12 apresenta-se a evolução dos saldos natural nos concelhos de Cascais, Lisboa, Oeiras e Sintra e na AML. Observa-se que Cascais segue a mesma tendência de decréscimo do saldo natural que se verifica nos concelhos vizinhos, mantendo-se ainda assim com um valor positivo em 2013 (168 indivíduos).

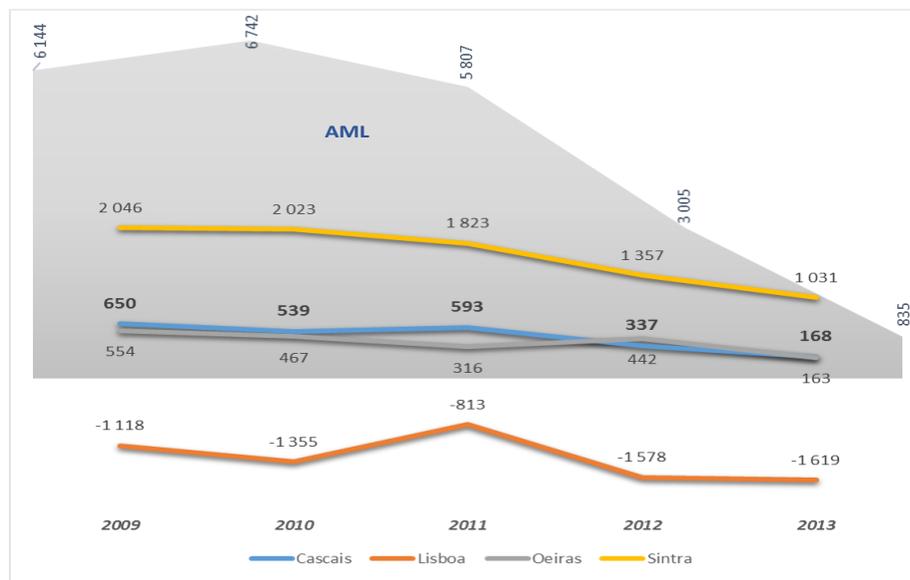


Figura 12 – Saldo natural nos concelhos de Cascais, Lisboa, Oeiras e Sintra e na AML - Fonte: INE

Nas figuras 13 e 14 apresentam-se as evoluções do nº de nascimentos e óbitos e a evolução do saldo natural e do migratório entre 1970 e 2011 no concelho de Cascais.

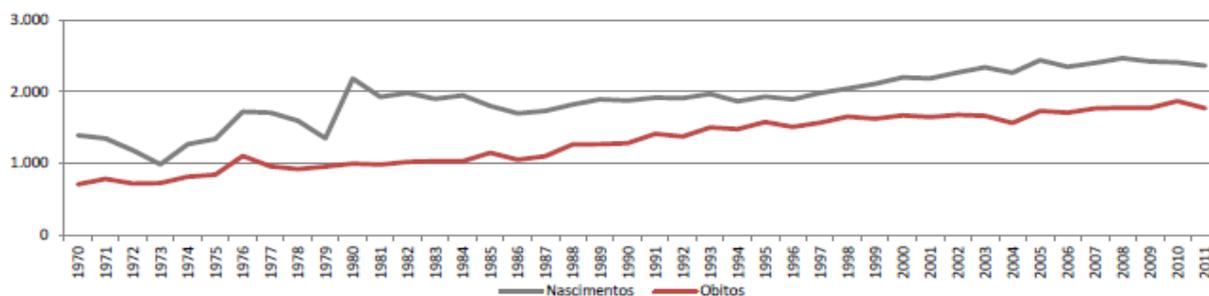


Fig.13- Evolução do nº de nascimentos e óbitos no concelho de Cascais (1970-2011). Fonte: INE

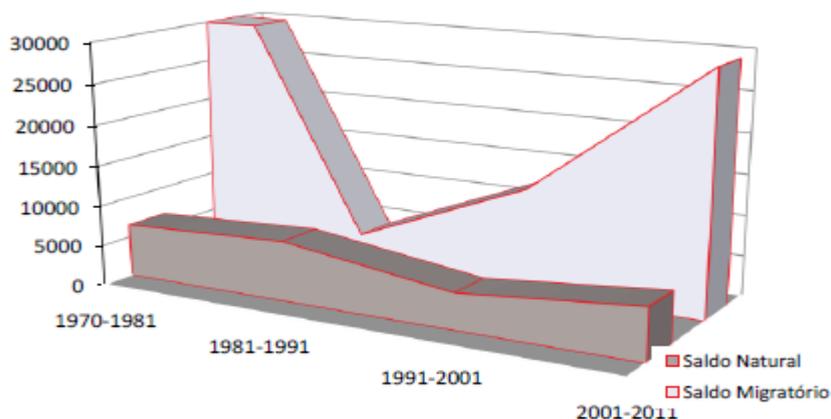


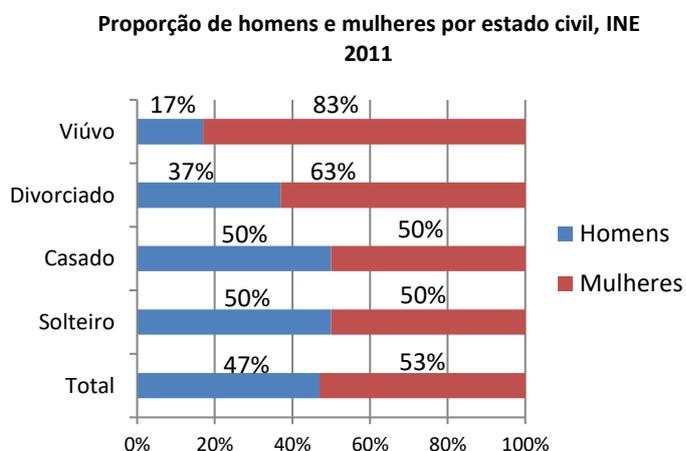
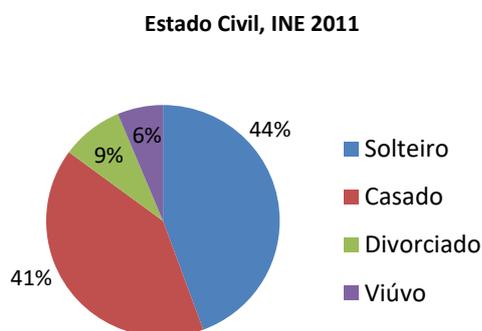
Fig. 14- Evolução do saldo natural e do migratório no concelho de Cascais (1970-2011).

Fonte: INE, Censos 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011; **CMCascais, Novembro 2012**

O crescimento populacional acentuado aferido entre 2001 e 2011 não implicou um substancial acréscimo de nascimentos no concelho de Cascais (média anual de 2350 nascimentos, representando os nascimentos estrangeiros 20% do total). Se analisarmos igualmente os óbitos ocorridos no mesmo período, verifica-se que em média morrem no concelho cerca de 1722 indivíduos, o que nos permite dizer que o saldo natural do concelho de Cascais é positivo. Porém, o saldo natural, apesar de positivo, não representa o acréscimo populacional aferido, acréscimo esse que advém essencialmente do saldo migratório (imigrantes-emigrantes), isto é, de população imigrante. A análise da população desde 1970 permitiu concluir que o crescimento contínuo da população residente do concelho de Cascais deve-se ao elevado fluxo de imigrantes.

h) ESTADO CIVIL

Relativamente ao estado civil, Cascais é um dos 5 municípios a nível nacional com maior taxa de população divorciada. Ao efetuar-se uma análise por sexo verifica-se que dois terços das pessoas divorciadas são mulheres e que existem 5 vezes mais viúvas do que viúvos.



i) ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO

O contributo da escolaridade para a coesão social encontra-se amplamente documentado, surgindo geralmente associado à integração no mercado de trabalho, à maior participação na vida social das populações mais escolarizadas e a aspetos mais gerais ligados ao desenvolvimento pessoal. Os indicadores disponíveis revelam que os maiores avanços foram registados no ensino superior.

O número de residentes com ensino secundário completo aumentou. O ensino básico apresenta índices estáveis em termos relativos. Contudo, devido às tendências demográficas regressivas, o declínio dos valores absolutos poderá vir a ter consequências diretas no número de alunos.

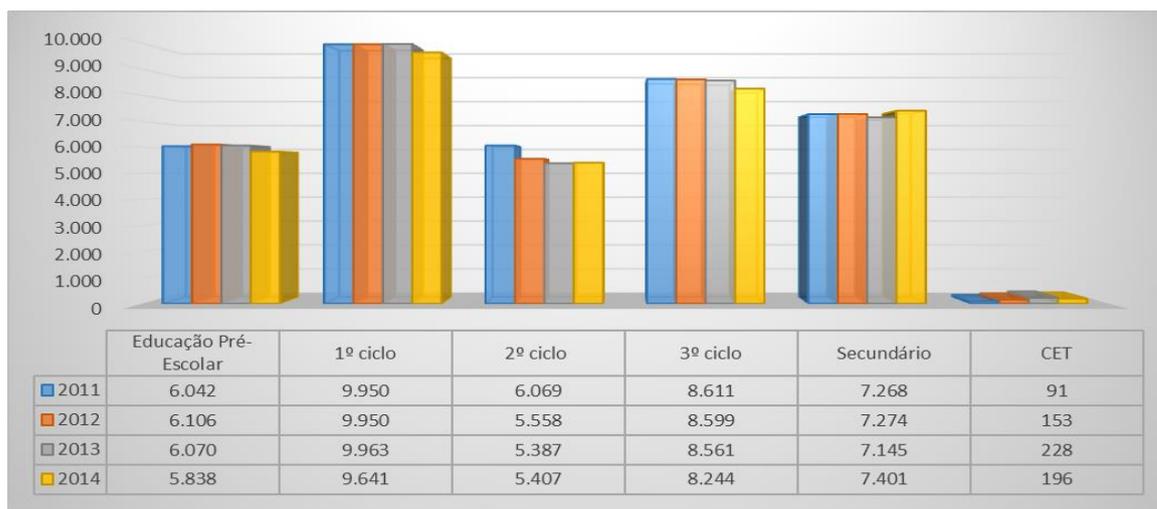


Figura 15 - Escolaridade da População (2011/2014). Fonte: PORDATA, 2011

j) POPULAÇÃO COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Em 1991, o concelho evidenciava uma taxa de população residente com ensino superior na ordem dos 11%, atingindo em 2001 cerca de 19%. Em 2011, existiam cerca de 27,88% licenciados ou com grau de doutor, o que correspondeu a um aumento de cerca de 17% em 20 anos.

Em 2011, praticamente todas as freguesias viram aumentar a população residente com ensino superior completo. As freguesias de Carcavelos (37,66%) e Parede (36,91%) evidenciaram os valores mais elevados de pessoas licenciadas e, tal como Cascais (33,19%) e Estoril (34,78%), encontram-se bastante acima da média do concelho (27,88%).

Ao nível das freguesias esta tendência de crescimento transpôs-se para a maioria das unidades territoriais existentes, sendo de destacar, de forma menos positiva, Alcabideche, que ainda se mantém bastante abaixo da média do Concelho, registando em 2011 cerca de 18% da população com ensino superior.

(Fonte: CMC, REOT, 2016)

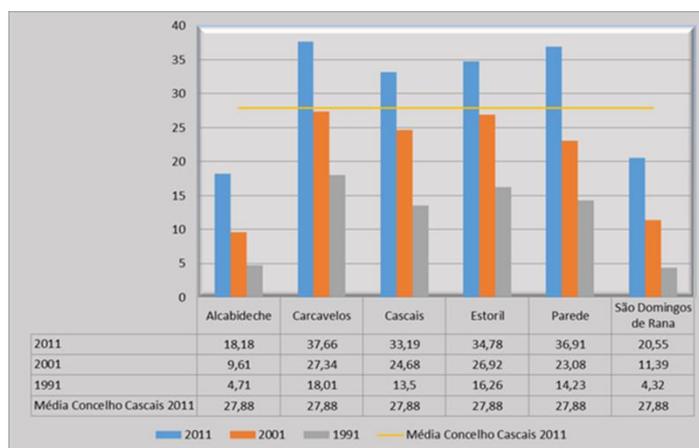


Figura 16 - População com Ensino Superior Completo. Fonte: PORDATA (à data dos Censos 2011)

Na figura 17 apresenta-se a distribuição espacial, à subsecção estatística, da população residente com ensino superior completo.

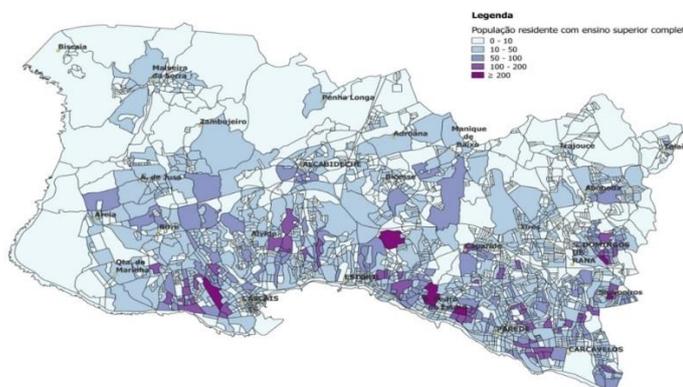


Figura 17 - População residente com ensino superior completo à subsecção estatística. Fonte: INE (Censos), 2011. DPE/UAMA - Tratamento da informação em SIG com o QGIS Brighton 2.6

k) EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE CASCAIS POR QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS

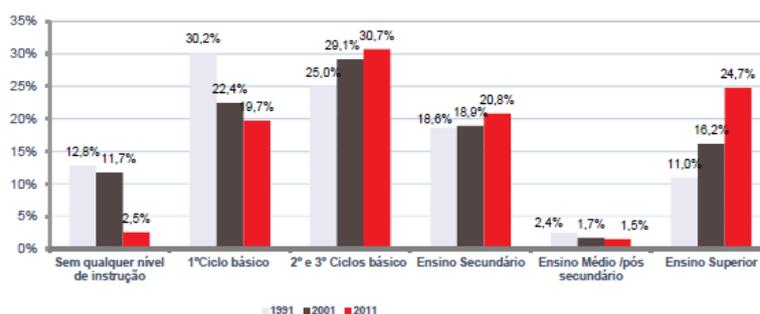


Fig. 18 – Evolução da população do concelho de Cascais por qualificações académicas (1991-2011). Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011; CMCascais

A partir da **figura 18** verifica-se que a população do concelho aumentou significativamente as suas qualificações académicas: se em 1991 cerca de 55,2% da população detinha somente até ao 2º e 3º ciclo do ensino básico, e a população com o ensino superior registava um valor de 11%, em 2001 observa-se um acréscimo no conjunto de população com os dois primeiros graus académicos referidos, sobre tudo no ensino superior, que teve um acréscimo de 5%. Em 2011, 25% já detém um curso superior e observa-se um ligeiro acréscimo percentual da população que completou o ensino secundário e o 2º e 3º ciclos do ensino básico.

ANALFABETISMO

O peso demográfico de um meio populacional urbano não é, por si só, um fator determinante da sua competitividade, sendo fundamental, neste contexto, efetuar uma análise a indicadores que caracterizem o grau de escolarização e de qualificação profissional da população residente no concelho de Cascais e do tipo de atividades económicas aí sediadas.

Cascais, tem apresentado uma taxa de analfabetismo permanentemente abaixo quer das médias regionais, quer das médias nacionais, e que tem vindo a decrescer desde 1991, altura em que se registava uma taxa de analfabetismo de 5,17%. Com efeito, averbando 4,55% e 2,45% em 2001 e 2011 respetivamente, o concelho de Cascais situava os seus registos consideravelmente abaixo daqueles verificados na sub-região da Grande Lisboa (5,27% e 2,98%) e em Portugal continental (8,93% e 5,19%) nos referidos anos. Ao nível da freguesia, regista-se um valor bastante positivo sendo que na maioria das freguesias do concelho se registam valores entre o 1% (Carcavelos e Parede) e 3% (Alcabideche e São Domingos de Rana), estas últimas apresentando valores acima da média concelhia. (Fonte: CMC, REOT, 2016)

Unidades Territoriais	2011	2001	1991
	%	%	%
Continente	5,19	8,93	10,93
Lisboa	3,22	5,73	6,19
Grande Lisboa	2,98	5,27	5,57
Cascais	2,45	4,55	5,17
Alcabideche	3,63	6,29	7,34
Carcavelos	1,11	2,49	2,42
Cascais	1,95	3,99	4,37
Estoril	1,93	3,48	4,04
Parede	1,24	3,74	4,65
São Domingos de Rana	3,15	5,57	6,66

Quadro 1 - Taxa de Analfabetismo (1991/2011). Fonte: PORDATA (à data dos Censos 2011)

I) SECTORES DE ATIVIDADE

Até ao início do século XX, as principais atividades económicas distribuía-se pela agricultura, pesca e comércio de pescado, embora a faixa litoral do concelho fosse já procurada como estância de férias ou local de residência da nobreza e alta burguesia. Desde o início do século XX que aquelas atividades perderam importância para os sectores secundário e terciário, com especial relevo para a construção civil, comércio e, sobretudo, turismo.

Numa perspetiva geral da economia, verifica-se que, ao nível do número de empresas existentes no Concelho, o setor terciário é claramente dominante (89%) face aos setores primário e secundário (1% e 10%, respetivamente).

Já no que respeita ao volume de negócios das empresas, o sector terciário é dominante (82%) comparativamente com os sectores primário (0,3%) e secundário (18%). O sector terciário é aquele que mais contribui para a criação de riqueza no Concelho, com um Valor Acrescentado Bruto (VAB) muito superior (83%) aos sectores primário e secundário (0,2% e 17%, respetivamente).

A importância do setor terciário para o concelho de Cascais manifesta-se também no número de pessoas que emprega, representando 86% da população empregada, sendo que os sectores secundário e primário agregam 0,4% e 13% dos empregados, respetivamente, ficando também bem patente a importância residual que o sector primário possui na economia local.

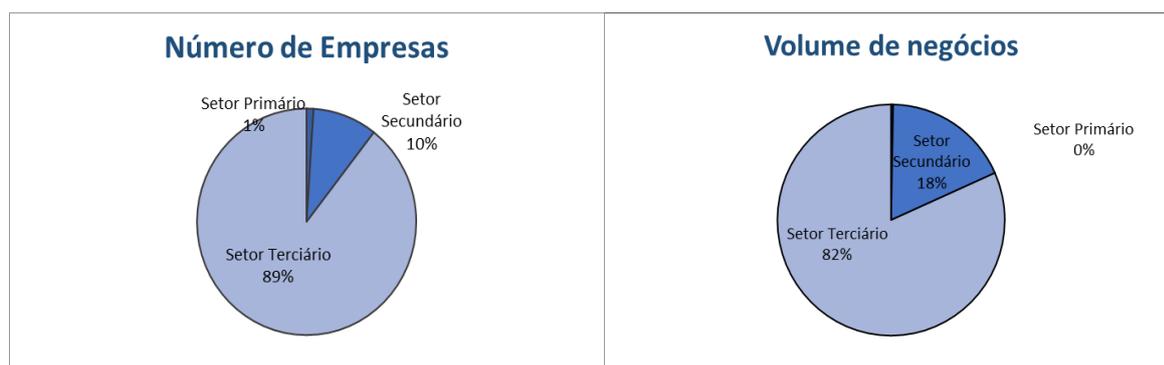


Figura 19 - Número de Empresas

Figura 20 - Volume de Negócios

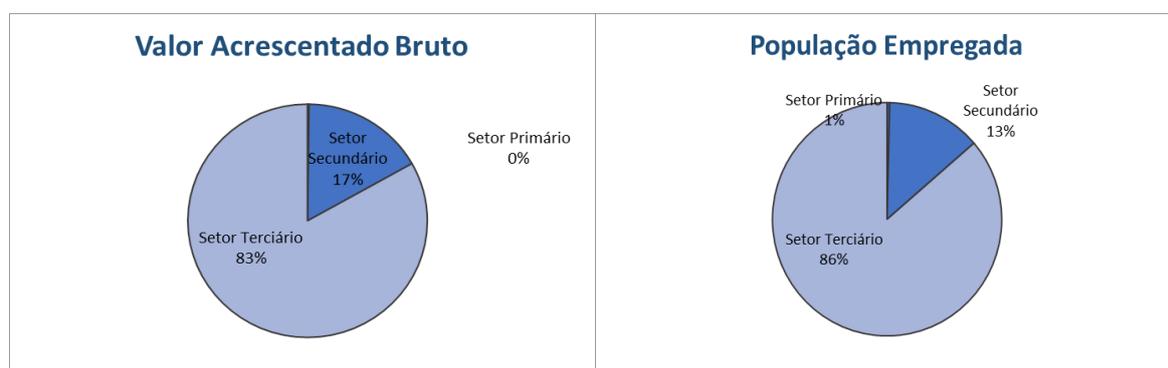


Figura 1 – Valor Bruto acrescentado

Figura 22 – População Empregada

O facto de o concelho de Cascais ter tido um crescimento populacional na ordem dos 30.000 habitantes entre 2001 e 2011 e ter sido dos concelhos que mais cresceu em termos absolutos, ao nível do país, aponta para um importante peso nas dinâmicas socioeconómicas da região. O crescimento deu-se sobretudo na sede do concelho e nas duas freguesias do seu interior, fruto da melhoria das acessibilidades, sobretudo com a construção da A5 até Cascais. (Fonte: CMC, REOT, 2016).

m) TURISMO

A atividade turística constitui um dos exemplos com mais dinamismo no território municipal, assim como no reconhecimento internacional do concelho de Cascais enquanto destino turístico, evidenciado por várias organizações especializadas.

Os proveitos anuais totais (€) dos estabelecimentos hoteleiros no município, no período de 2009 e 2015, registaram um aumento expressivo, sobretudo nos últimos dois anos, como se pode verificar da observação da Figura 23, provavelmente efeitos pós-crise económica.

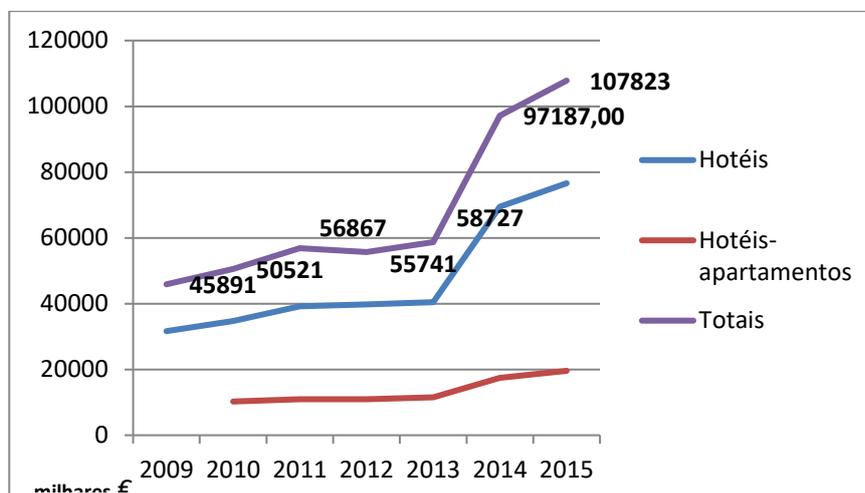


Figura 23 - Proveitos anuais totais (€) dos estabelecimentos hoteleiros e Tipo (estabelecimento hoteleiro). Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos. 2016

Na Figura 24 apresenta-se a evolução da capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros do Concelho.

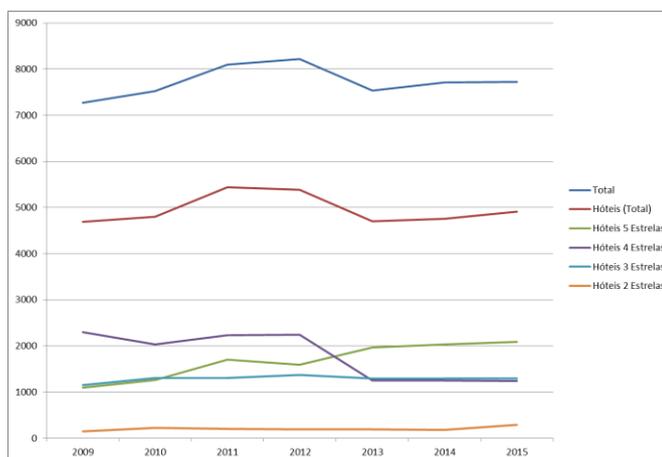


Figura 24- Capacidade de alojamento (n.º) nos estabelecimentos hoteleiros. Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.

No período em análise, registam-se os anos de 2011 e de 2012, como os anos de maior capacidade de alojamento no Concelho, verificando-se uma queda acentuada no ano de 2013, a qual tem vindo a ser progressivamente retomada. Destaca-se um crescimento acentuado na capacidade de alojamento em hotéis 5 estrelas, verificando-se uma capacidade de alojamento de 1097 para 2091, nos anos de 2010 e 2015, respetivamente (Fonte: CMC, REOT, 2016).

n) EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE CASCAIS PERANTE A ATIVIDADE

A figura 25 apresenta a evolução da população do Concelho de Cascais perante a atividade de 1991 a 2011.

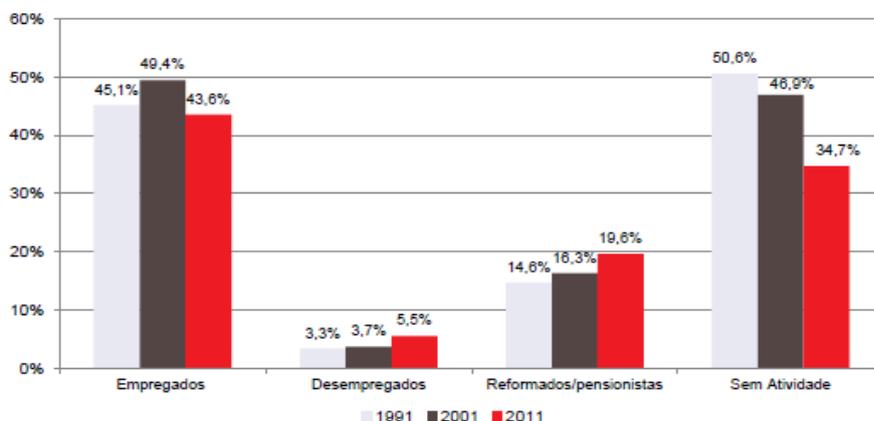


Fig. 25 - Evolução da população do Concelho de Cascais perante a atividade (1991-2011). Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

A evolução da população residente em Cascais segundo a atividade económica, permite aferir que o número percentual de empregados aumentou entre 1991 e 2001 cerca de 4%, para na década seguinte, de 2001 a 2011 voltar a descer 5,8%. A população desempregada regista entre 1991 e 2011, um gradual aumento, passando de 3,3% para 5,5% respetivamente. Também se assistiu um decréscimo da população sem atividade entre 1991 e 2011, e em acréscimo de reformados ou pensionistas. Neste movimento contrário é necessário salvaguardar que a população reformada ou pensionista também é contabilizada na população sem atividade, logo poderemos concluir que a diminuição desta última se deveu a uma retoma de população que não exercia qualquer atividade no mercado de trabalho.

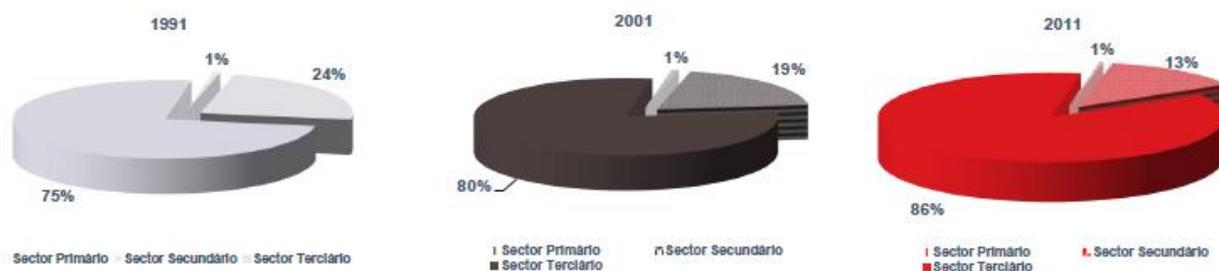


Fig. 26 - Evolução da população empregada por sector de atividade no Concelho de Cascais perante a atividade (1991-2011).
Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011; CMCascais, novembro 2012

A evolução da população empregada por sector de atividade permite-nos verificar que nos últimos 20 anos o sector secundário tem gradualmente vindo a perder valor percentual para o sector terciário, o que nos permite concluir que os serviços e o comércio têm ganho maior peso na economia do concelho o que se traduz na maior capacidade de empregabilidade.

o) DESEMPREGO

Baseado nos dados da Taxa de Desemprego, INE (2011), a percentagem para o concelho de Cascais cifra-se nos 12%, tendo aumentado perto do dobro desde o anterior período censitário (6,9% em 2001).

Complementarmente foram observados os valores do IIEFP, de 2004 a 2015, do número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do concelho de Cascais. Nos últimos 10 anos, a média de desempregados inscritos no Centro de Emprego do concelho, registou 8.760 indivíduos. Este valor evoluiu bastante desde 2008, ano em que registou o valor mais baixa da década (5.834 indivíduos), até 2014, ano em que se obteve o valor mais elevado no mesmo período (12.092 indivíduos). Ao longo do último ano a tendência ascendente deu sinais de se inverter, tendo o número de indivíduos inscritos no Centro de Emprego decrescido para 10.737 indivíduos (Fonte: CMC, REOT, 2016)

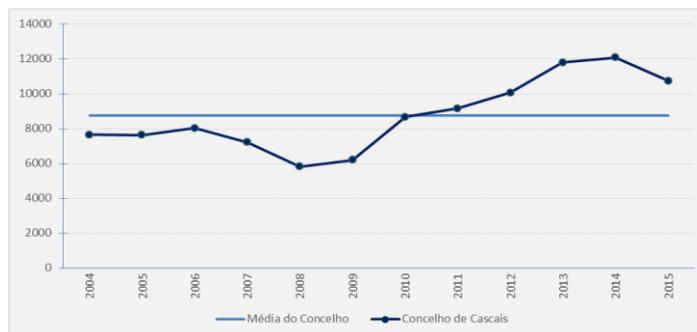


Figura 27 - Taxa de Desemprego (2004/2015). Fonte: <https://www.iefp.pt/estatisticas>

Assim, os resultados observados retratam o panorama geral do concelho negativo, tendo acompanhado a tendência nacional, derivada à grave crise económica e financeira que se fez sentir em Portugal e no mundo, na última década.

p) PODER DE COMPRA

Para além da relação entre a população empregada/desempregada, é igualmente importante na análise socioeconómica do concelho de Cascais a perceção sobre o indicador de poder de compra dos seus municípios. Para esta análise, foi utilizado como referência, o Indicador *per capita* do Poder de Compra (IpC).

Segundo o levantamento mais recente (2013), o IpC do concelho de Cascais regista um valor de (125.6), apresentando valores acima da referência média nacional (Fonte: CMC, REOT, 2016)

Unidade Territorial	Poder de compra	
	Anos	
	2011	2013
Continente	100,8	100,8
Área Metropolitana de Lisboa	131,0	125,1
Alcochete	123,5	115,3
Almada	109,8	107,4
Amadora	105,7	103,6
Barreiro	100,2	100,5
Cascais	132,0	125,6
Lisboa	216,9	207,9
Loures	102,4	92,0
Mafra	101,6	96,9
Moita	81,3	81,0
Montijo	104,0	102,8
Odivelas	91,9	90,6
Oeiras	193,7	180,7
Palmela	100,0	96,9
Seixal	94,1	92,0
Sesimbra	96,1	93,6
Setúbal	107,3	105,9
Sintra	101,3	99,1
Vila Franca de Xira	100,9	98,2

Quadro 2 - Poder de compra *per capita* (2011/2013). Fonte: PORDATA, 2016.

q) BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI)

Cascais revela, desde 2011, uma diminuição na permutagem do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), ressalvando-se a tendência de diminuição registada a nível nacional a partir do ano de 2012, que se manteve em 2015.

Em 2015, em termos absolutos, identificam-se no concelho de Cascais, 3.937 beneficiários de RSI, registando-se cerca de 22 beneficiários de RSI por 1000 habitantes, uma permutagem abaixo da média nacional (31 beneficiários RSI por 1000 habitantes) e da realidade da Área Metropolitana de Lisboa, em que assume valores idênticos à média nacional (Fonte: CMC, REOT, 2016).

Unidade Territorial	2015		2014		2013		2012		2011	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal (Continente)	264991	31,33	288.961	34,12	327.873	38,59	385.836	45,24	414.861	48,52
Área Metropolitana de Lisboa	74447	31,48	81.907	34,69	94.964	40,15	107.879	45,42	110.857	46,59
Alcochete	438	28,66	494	32,92	485	32,88	479	32,97	331	23,2
Almada	5779	40,07	5.947	41,16	6.867	47,27	7.345	50,18	6.877	46,71
Amadora	6175	41,27	7.522	50,41	9.317	62,44	11.056	73,93	12.001	80,28
Barreiro	3068	46,78	3.439	52,24	3.727	56,22	4.126	61,63	4.002	59,3
Cascais	3937	22,43	4.447	25,49	5.087	29,29	5.980	34,51	6.291	36,49
Lisboa	20057	46,50	22.055	50,29	24.818	55,22	25.792	55,72	26.532	55,81
Loures	5508	31,80	5.946	34,57	7.147	41,78	8.048	47,2	8.836	52,11
Mafra	902	13,54	957	14,59	1.072	16,6	1.257	19,78	1.151	18,45
Moita	3393	61,79	3.785	68,93	4.241	77,02	4.913	88,78	4.772	86,07
Montijo	1863	40,91	2.030	45,11	x\	48,15	2.288	52,31	2.014	46,9
Odivelas	3172	24,51	3.164	24,68	3.793	29,88	4.566	36,31	4.804	38,69
Oeiras	1990	13,64	2.217	15,23	2.639	18,14	3.788	26,01	4.214	28,96
Palmeira	1031	19,27	1.133	21,33	1.332	25,22	1.667	31,7	1.645	31,51
Seixal	2959	21,43	3.042	22,22	3.714	27,35	4.287	31,81	4.133	30,98
Sesimbra	992	23,62	913	21,91	1.027	24,83	1.189	28,96	1.093	26,86
Setúbal	3865	39,01	4.127	41,61	4.599	46,16	5.137	51,17	5.486	54,37
Sintra	6665	20,99	7.992	25,34	9.982	31,79	12.588	40,18	13.090	41,97
Vila Franca de Xira	2653	22,66	2.697	23,21	2.979	25,8	3.373	29,34	3.585	31,4

Quadro 3 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (2011/2015). Fonte: PORDATA, 2016.

r) IMIGRAÇÃO (Fonte: Plano local para a integração dos Imigrantes (CMC, 2015))

Os dados de 2013 do último relatório disponível do SEF referem um decréscimo na ordem dos 3,8% no número de estrangeiros a residir em Portugal. Este decréscimo abrange todas as nacionalidades, sendo que se verifica uma crescente redução da representatividade da população oriunda dos países de língua oficial portuguesa (que representam 41,9% do total). A nacionalidade brasileira mantém-se como a mais representada em Portugal, com 27,8% (dados censos 2011), seguindo-se a cabo-verdiana e ucraniana. (Fontes: INE, SEF/MAI, PORDATA)

Na área metropolitana de Lisboa residiam, em 2011, 51,6% do total de estrangeiros que residem em Portugal. Dentro da área da Grande Lisboa, Cascais surge em 2011 como o 4º município com o maior número de estrangeiros, a seguir a Sintra, Lisboa e Amadora. No entanto, em 2013 verificamos que Cascais constitui já o 3º município com mais estrangeiros com estatuto legal de residente (Fig. 28).

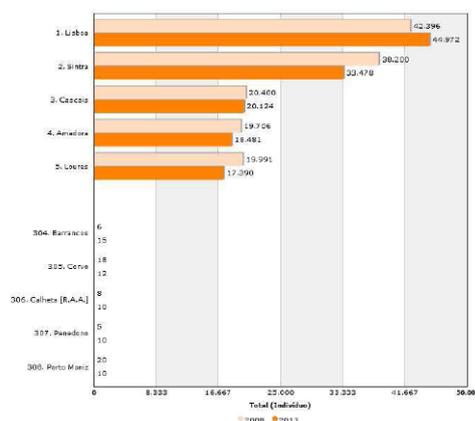


Fig 28 – População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades (2008 e 2013). Fonte: INE, SEF/MAI, PORDATA

Como se verifica no quadro abaixo, Cascais, no âmbito dos concelhos pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa, era em 2001 o local de residência de 10,3% da totalidade dos estrangeiros da Grande Lisboa, sendo que em 2011 esse valor praticamente se manteve para 10,1%. Cascais apresenta 9,7% da população concelhia com nacionalidade estrangeira (dados SEF 2013). É a seguir ao Município da Amadora o concelho onde esta % de estrangeiros em % da população residente é maior. Se analisarmos a % de naturais do estrangeiro, esse valor sobe para 17,4% (dados dos Censos 2011). Apesar do decréscimo nacional verificado, em Cascais os dados dão conta da importância que as comunidades imigrantes têm neste Concelho, comparativamente aos restantes concelhos semelhantes a Cascais.

	Total					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Grande Lisboa	8,8	9,1	8,7	8,6	8,4	8,2
Amadora	11,2	11,3	10,6	10,7	10,6	10,5
Cascais	10,3	10,8	10,8	10,8	10,1	9,7
Lisboa	7,7	8,0	7,9	8,1	8,4	± 8,6
Loures	9,8	10,0	9,1	9,0	8,7	± 8,5
Mafra	6,0	6,0	5,6	5,1	4,5	3,9
Odivelas	10,4	10,6	10,1	9,9	9,2	8,9
Oeiras	6,2	6,3	6,0	5,9	5,7	5,4
Sintra	10,2	10,5	9,8	9,5	9,0	8,8
Vila Franca de Xira	6,2	6,3	5,9	5,6	5,1	4,8

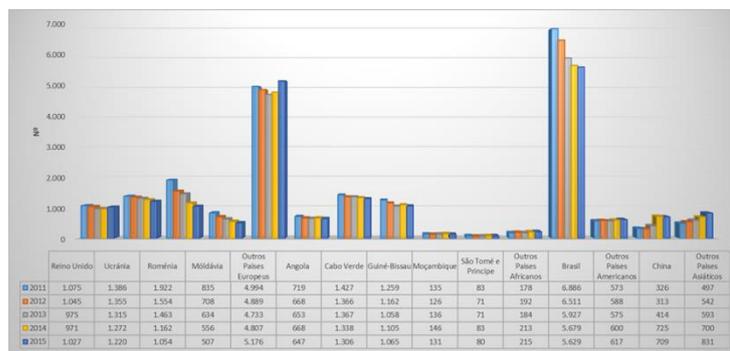
Quadro 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente: total. (Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente; INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente, INE - Estimativas Anuais da População Residente - Fonte: PORDATA (Última atualização: 2015-04-11))

Para além do forte peso da população estrangeira, outro aspeto diferenciador diz respeito à diversidade das nacionalidades presentes e do tipo de imigração. Da análise dos dados da população estrangeira com estatuto legal de residente, por nacionalidades, é possível tirar algumas conclusões acerca dos fluxos e dinâmicas migratórias que o Concelho de Cascais tem vivenciado:

- Por um lado, Cascais, dentro dos concelhos da grande lisboa, é o município que apresenta as maiores comunidades de cidadãos ingleses e de outros países europeus, tendo sido este o grupo que mais tem crescido nos últimos anos dentro do Município (apenas Lisboa tem mais estrangeiros da Europa do que Cascais).
- Cascais é o 3º município com a maior comunidade brasileira (dentro dos municípios da grande Lisboa)
- A presença das comunidades de leste é igualmente muito significativa comparando com os outros municípios, temos a maior comunidade moldava, e é o 3º município em termos da presença de romenos e ucranianos.
- Somos um dos municípios com menos expressão das comunidades africanas de expressão portuguesa, comparando com os outros municípios da grande lisboa.
- Seguindo a tendência da grande lisboa, as únicas comunidades que cresceram em Cascais desde 2008 (para além das europeias) foi a romena e a chinesa/outras países asiáticos.

Cascais tem uma forte tradição em acolher elites estrangeiras. Frequentemente percecionado como um concelho com elevada qualidade ambiental e urbanística, sobretudo na faixa litoral vulgarmente conhecida como “linha do Estoril”, Cascais recebeu, pelo menos desde finais do século XIX, elites e profissionais qualificados, sobretudo europeus, ligados a projetos específicos, a empresas estrangeiras ou à diplomacia. Exilados políticos da realeza também passaram por este espaço precocemente dotado de boa acessibilidade, protegido por um plano urbanístico e associado às atividades de lazer das elites (os hotéis, os casinos, as termas...). Esta presença de elites não nacionais foi-se reproduzindo ao longo do tempo e acabou por dar origem a uma grande dicotomia da população estrangeira residente, encontrando-se, por um lado, grupos pertencentes a classes sociais privilegiadas e por outro, os migrantes laborais fruto de correntes migratórias mais recentes, nomeadamente indivíduos dos Países de língua portuguesa e da Europa de Leste, com os traços sócio-económicos e os problemas de inserção frequentemente associados a estas comunidades.

No que diz respeito às **nacionalidades mais representadas em Cascais** (Quadro 5) verificamos que a comunidade brasileira é a mais numerosa seguida, em termos de importância quantitativa das comunidades ucraniana e romena, a cabo-verdiana e a guineense, as comunidades europeias (ingleses, espanhóis e alemães) e, mais recentemente, verifica-se um aumento da comunidade proveniente da China e outros países asiáticos.



Quadro 5 - População estrangeira com estatuto legal de residente

A população estrangeira residente no concelho de Cascais, de acordo com os dados disponíveis, acompanhou a tendência nacional no período de 2011 a 2015, ou seja, houve uma ligeira diminuição gradual do número de estrangeiros com estatuto de residente.

Apesar de em termos absolutos não haver uma grande oscilação no número de estrangeiros a residir no Concelho, verifica-se uma alternância na nacionalidade dos mesmos. Com os dados disponíveis é possível verificar uma redução continuada desde 2011 dos cidadãos da Ucrânia, Roménia, Moldávia e Brasil, em contrapartida com o aumento do número dos cidadãos do Reino Unido, Outros Países Europeus, China e Outros Países Asiáticos (Fonte: CMC, REOT, 2016).

Em termos de **retrato sociodemográfico** dos residentes em Cascais com nacionalidade estrangeira, nomeadamente no que diz respeito à sua distribuição etária, verifica-se que a imigração em Cascais é jovem e adulta, sendo que o número de estrangeiros com mais de 60 anos é mais reduzido (quadro 6) É também uma imigração feminina, nomeadamente se estivermos a falar de estrangeiros fora da EU (quadro 7)

Grupos etários	residentes com nacionalidade estrangeira (%)	residentes com naturalidade estrangeira (%)	residentes com nacionalidade Portuguesa (%)
0-9 anos	7,4%	3,3%	10,7%
10-19 anos	12,9%	8,6%	10,4%
20-29 anos	18,6%	13,1%	10,5%
30-39 anos	23,1%	22,7%	15,2%
40-49 anos	18,9%	23,1%	14,3%
50-59 anos	10,9%	15,3%	13,2%
60-69 anos	4,6%	7,2%	12,3%
70 e mais anos	3,6%	6,6%	13,3%
Total (N)	18.685	35.872	187.794
Fonte	Censos 2011	Censos 2011	Censos 2011

Quadro 6: Estrutura Etária das comunidades imigrantes em Cascais. Fonte: Censos 2011.

	Homens	Mulheres	Fontes
Total da população	46,9%	53,1%	Censos 2011
Estrangeiros	45,9%	54,1%	SEF 2013
Estrangeiros UE	51,9%	48,1%	SEF 2013
Estrangeiros não-UE	42,9%	57,1%	SEF 2013
Naturais do estrangeiro	44,2%	55,8%	Censos 2011

Quadro 7: Análise por sexo da população imigrante em Cascais. Fontes – Censos 2011, SEF, 2013

No que diz respeito à **taxa de atividade e de desemprego**, dados dos Censos de 2011 e do SEF 2013 revelam que nos estrangeiros fora da UE a taxa de desemprego é maior do que para o total da população portuguesa, sendo que quando falamos dos estrangeiros de países da EU essa taxa é mais reduzida do que a nacional (CMC - Plano Local para integração dos Imigrantes, 2015, p. 19).

Quanto aos **níveis de escolaridade apresentados pela população imigrante**, será importante destacar que ao nível do ensino secundário e pós-secundário e ensino superior as comunidades estrangeiras apresentam melhores percentagens do que o total da população portuguesa (exceto os estrangeiros fora da UE no que diz respeito ao ensino superior) (CMC - Plano Local para integração dos Imigrantes, 2015, p. 20). Estes números relativos às habilitações refletem de alguma forma a predominância de determinadas comunidades como a brasileira, a de leste e europeus no total dos imigrantes de Cascais. Estas comunidades por norma apresentam níveis médios e elevados de habilitações, que se refletem nestes números tão próximos das habilitações do total da população residente em Cascais.

No que diz respeito à **dispersão das diferentes comunidades estrangeiras pelas 4 freguesias de Cascais** (Cascais Estoril, Alcabideche, Parede Carcavelos e São Domingos de Rana), verifica-se que os residentes originários de um país africano têm uma preponderância nas freguesias de Alcabideche e S. Domingos de Rana (20,9% e 23,6% respetivamente). O segundo grupo mais numeroso será o proveniente do Brasil. Importante de referir que do total de imigrantes de países terceiros no concelho, 14% (1909 imigrantes) residem em habitação municipal e 57% do mesmo universo são provenientes dos PALOP. Destaca-se que 91,4% da população guineense que reside no concelho de Cascais é beneficiária de habitação municipal, tal como 50,4% da população de Cabo Verde. Sendo nas freguesias de Alcabideche e SDR onde se concentra a maioria dos fogos de habitação social (como se verá à frente) torna-se inevitável que seja nestas freguesias que se concentre uma grande maioria destas comunidades imigrantes (Fonte: Plano local para a integração dos Imigrantes (CMC, 2015)

s) POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA

No quadro 8 apresentam-se os dados de 2001 relativos à população residente no concelho de Cascais com deficiência (totais e por tipo de deficiência).

Tipo de deficiência																											
Total				Auditiva				Visual				Motora				Mental				Paralisia cerebral				Outra deficiência			
1981	2001	2011	2015	1981	2001	2011	2015	1981	2001	2011	2015	1981	2001	2011	2015	1981	2001	2011	2015	1981	2001	2011	2015	1981	2001	2011	2015
-	10.282	-	-	-	1.604	-	-	-	2.339	-	-	-	2.376	-	-	-	988	-	-	-	169	-	-	-	2.806	-	-

Quadro 8 - População residente com deficiência segundo os Censos: total e por tipo de deficiência (1960-2001). Fontes de Dados: INE - X e XIV Recenseamentos Gerais da População. Fonte: PORDATA. Última atualização: 2015-06-26.

Verifica-se que os tipos de deficiência predominantes na população de Cascais são a motora e a visual, seguida da auditiva. Estes dados referem-se ao total da população, sem especificar as faixas etárias em que se verificam cada uma das deficiências.

- Principais tipologias de dificuldades da população

(fonte: “Dados Preliminares do Diagnóstico Social de Cascais, 2017, CEDRU”)

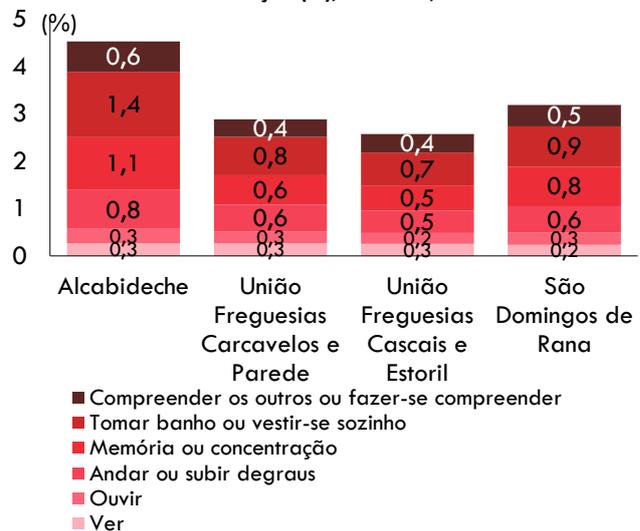
As principais dificuldades da população residente em Cascais que, em 2011, não conseguia realizar determinada ação estão relacionadas com as atividades de vida diária, nomeadamente a higiene pessoal (1,1%), a capacidade para andar ou subir degraus (0,7%), bem como dificuldades associadas à memória e à concentração (0,9%).

Em termos intra-concelhios, era na freguesia de Alcabideche que se registava maior proporção de pessoas com incapacidade para efetuar estas ações, facto que pode estar associado à localização do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão na freguesia.

Pelo contrário, na União de Freguesias de Cascais e Estoril era onde se encontrava a menor proporção de residentes afetados por estas dificuldades.

Esta análise permite identificar quais as freguesias onde existia maior número de indivíduos afetados por determinada incapacidade, bem como a sua dimensão relativa.

Figura 1 | Proporção da população com dificuldades que não consegue realizar a ação (%), em 2011, INE

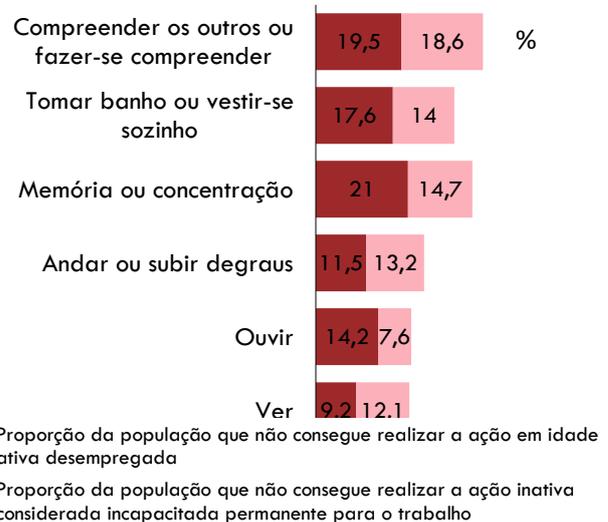


- Impossibilidade de realizar determinada ação com impactes diferenciados no emprego

Das dificuldades que afetavam, em 2011, os indivíduos residentes no concelho, aquela com maior proporção de inativos declarados incapacitados permanentes para o trabalho é a impossibilidade de compreender os outros, com uma taxa de 18,5%. Pelo contrário, os indivíduos que não conseguem ouvir são o grupo cuja proporção de inativos incapacitados permanentes para o trabalho era mais reduzida, situando-se nos 7,6%.

Ao nível do desemprego por dificuldade, as pessoas com incapacidade de memorização ou concentração eram as mais afetadas, com 21% destes indivíduos a não terem trabalho. A proporção de desempregados mais baixa de entre as várias tipologias identificadas encontrava-se nos indivíduos incapazes de ver com um valor na ordem dos 9%.

Figura 2 | Proporção das pessoas que não conseguem realizar a ação desempregadas ou inativas incapacitadas permanentes para o trabalho (%), em 2011, INE



De acordo com os dados preliminares do Diagnóstico Social de Cascais 2017 (CEDRU) sublinham-se os seguintes aspetos da caracterização da população com deficiência em Cascais:

- Em 2011 residiam em Cascais 27.276 pessoas com pelo menos uma dificuldade atribuída, sobretudo do género feminino, e metade das quais concentradas geograficamente nas freguesias de São Domingos de Rana e de Alcabideche
- Forte peso de pessoas com idades mais avançadas na total de pessoas com uma dificuldade atribuída
- A maioria das pessoas com deficiência são inativas (19.639 indivíduos, ou seja, 74,4%) e destas a maioria são reformados, aposentados ou estão na reserva (15.403 indivíduos, ou seja, 58,3%)
- O principal meio de vida das pessoas com deficiência ou dificuldade (≥ 15 anos) é a reforma/pensão (60,9%), seguido do trabalho (20,9%) e do apoio da família (9,0%)
- Mais de metade das 13.892 pessoas com 15 anos e pelo menos uma dificuldade a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuírem 3 ou mais alojamentos vive em edifícios cuja entrada não é acessível à circulação em cadeira de rodas (8.830 pessoas, ou seja, 63,6%) e destes 74,1% não tem elevador

t) DADOS INTERCENSITÁRIOS - RESUMO

	2001	2011	2014
População residente	171.997	207.187	208.945
Superfície em Km2	97,2	97,4	97,4
Densidade populacional - número médio de indivíduos por km2	1.769,1	2.127,1	2.145,2
Freguesias	6	6	4
Eleitores	146.282	168.557	174.403
Jovens (%) menos de 15 anos	15,5	16,8	16,5
População em idade activa (%) - 15 aos 64 anos	69,3	65,9	64,6
Idosos (%) - 65 e mais anos	15,3	17,4	18,8
Índice de envelhecimento - idosos por cada 100 jovens	98,6	103,4	114,2
Indivíduos em idade activa por idoso	4,5	3,8	3,4
População estrangeira em % da população residente (1)	-	10,8	9,6
Famílias (2)	62.866	82.093	-
Famílias unipessoais (%)	19,5	24,6	-
Dimensão média das famílias	2,7	2,5	-
Divórcios por 100 casamentos	55,5	⊥ 110,3	-
Nascimentos	2.184	2.362	2.041

Nascimentos fora do casamento (%)	34,2	48,3	54,3
Óbitos	1.646	1.769	1.857
Taxa de mortalidade infantil (‰) - óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade por cada 1000 nascimentos	4,6	4,2	3,4
Saldo natural - diferença entre o total de nascimentos e o total de óbitos	538	593	184
População residente de 15 e mais anos, sem nível de escolaridade (%)	9,9	5,6	-
População residente de 15 e mais anos, com ensino secundário (%)	20,7	21,4	-
População residente de 15 e mais anos, com ensino superior (%)	17,1	25,4	-
Alunos do ensino não superior	33.138	38.031	36.727
Docentes do ensino não superior	3.169	3.172	2.828
Alunos do ensino superior	1.092	2.264	2.317
Docentes do ensino superior	213	279	220
Museus	3	⊥ 6	5
Sessões de espetáculos ao vivo	73	⊥ 158	239
Espectadores de espetáculos ao vivo	6.865	⊥ 39.845	69.692
Ecrãs de cinema	,,,	⊥ 14	9
Hospitais	3	⊥ 5	6
Centros de saúde	2	2	-
Consultas nos centros de saúde	413.171	434.650	-
Farmácias	36	43	43
Habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde	457,4	542,4	-
Crimes registados pelas polícias por mil habitantes	55,1	⊥ 42,2	32,0
População ativa - População empregada + População desempregada	90.580	⊥ 102.258	-
Taxa de emprego (%) - população empregada por cada 100 indivíduos com 15 e mais anos	58,2	51,7	-
População empregada no sector primário (%)	0,7	0,4	-
População empregada no sector secundário (%)	19,6	13,3	-
População empregada no sector terciário (%)	79,7	86,3	-
Trabalhadores por conta de outrem (%)	83,0	78,9	-

Trabalhadores por conta própria isolados (%)	4,6	6,2	-
Taxa de desemprego (%) - população desempregada por 100 ativos	6,9	⊥ 12,1	-
Desempregados inscritos nos centros de emprego	5.622	8.948	11.031
Ofertas de emprego nos centros de emprego	103,5	75,7	248,8
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)	-	6.296	4.452
Beneficiários do RSI em % da população residente com 15 e mais anos	-	3,6	2,5
Beneficiários do subsídio de desemprego	2.161	4.357	4.795
Beneficiários do subsídio de desemprego em % da população residente - com 15 e mais anos	1,5	2,5	2,7
Despesas da Câmara Municipal por habitante (€)	-	682,8	626,3
Receitas da Câmara Municipal por habitante (€)	-	646,0	637,9
Saldo financeiro da Câmara Municipal - €, milhares	-	- 7.641,1	2.417,7

Quadro 9 - Dados intercensitários da população do município de Cascais. Fonte: PORDATA

4.4.2. Dados da População dos 0 aos 18 anos

Apresentam-se nesta secção os dados disponíveis para população dos 0-18 anos residente no concelho de Cascais.

a) Nº TOTAL DE CRIANÇAS

De acordo com dados dos Censos de 2011, residiam em Cascais **43.436 jovens com ≤ 19 anos**. Do total de crianças e jovens residentes a maioria tem entre 10 e 14 anos, logo seguidos das crianças dos 5 aos 9 anos.

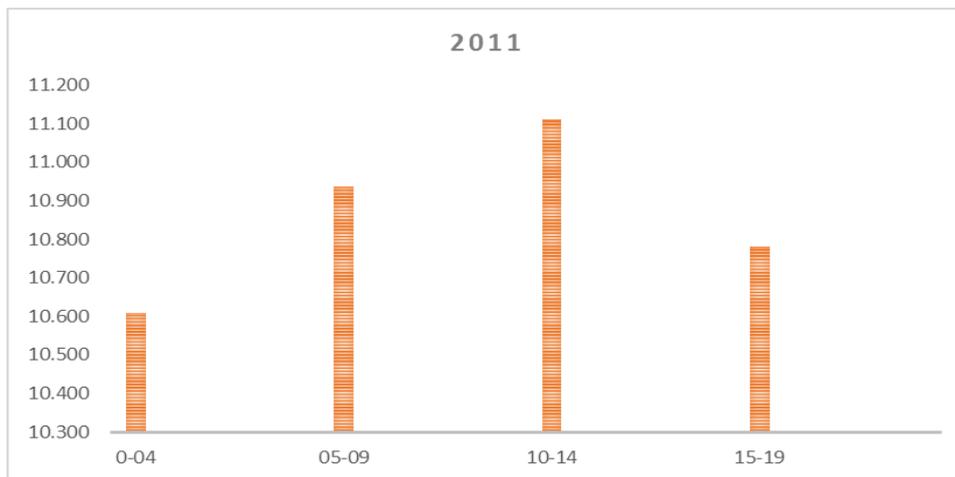


Figura 29 - População residente no concelho de Cascais < 19 anos por grupo etário. Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População. Fonte: PORDATA (Última atualização: 2015-06-26)

b) EVOLUÇÃO POR DÉCADAS (1960-2011)

A evolução intercensitária das crianças e jovens residentes em Cascais com menos de 18 anos apresenta um padrão semelhante para todas as faixas etárias, ou seja, um grande aumento do nº de crianças entre 1960 e 1981, seguido de um ligeiro decréscimo entre 1981 e 2001 e de uma ligeira subida até 2011. O aumento do nº de crianças foi mais notado para a faixa dos 5 aos 9 anos em 1981 e a faixa dos 15 aos 19 apresentou uma menor flutuação inter-censos a partir de 1981.

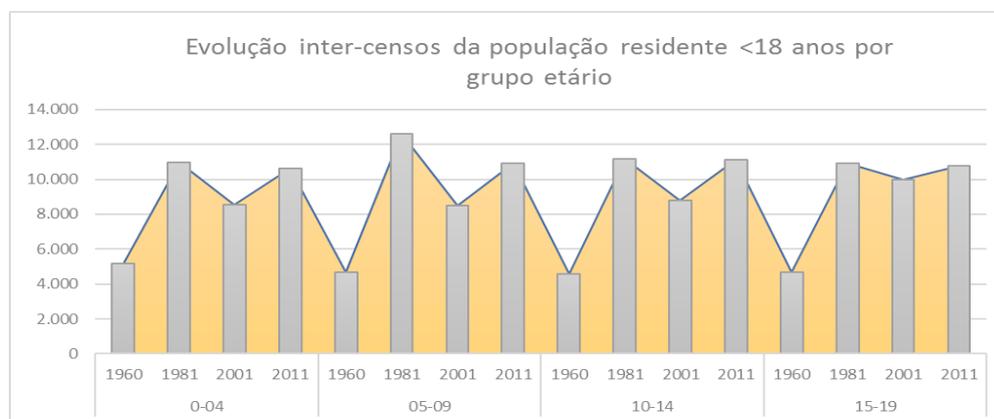


Figura 30 – Evolução (1960-2011) da população residente no concelho de Cascais < 19 anos por grupo etário. Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População. Fonte: PORDATA (Última atualização: 2015-06-26)

c) Nº CRIANÇAS E JOVENS POR FAIXA ETÁRIA E POR SEXO



Figura 31 – População residente do sexo masculino e feminino por grupo etário. Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População. Fonte: PORDATA (Última atualização: 2015-06-26)

Observa-se pela figura acima que há ligeiramente mais crianças do sexo masculino do que crianças do sexo feminino para todos os grupos etários – diferença de 1348 crianças num total de 43.436.

Verifica-se também que em 2011 há ligeiramente mais crianças entre os 10 e os 14 anos e ligeiramente menos crianças entre os 0 e os 4 anos, para ambos os sexos.

d) CRIANÇAS POR FREGUESIA

Dos 43.436 jovens com ≤19 anos residentes em Cascais as freguesias onde se registava maior número de residentes deste escalão etário eram São Domingos de Rana (13.107) e a União de Freguesias de Cascais e Estoril (12.076).

Local de residência	Residentes com idade ≤ 19 anos
Concelho	43.436
Alcabideche	9.418
Carcavelos e Parede	8.835
Cascais e Estoril	12.076
São Domingos de Rana	13.107

Quadro 10 | Residentes com idade ≤ 19 anos com base nos Censos (n.º), em 2011, INE

e) EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL E NATALIDADE

A Figura 32 apresenta a evolução da taxa de mortalidade infantil e da taxa bruta de natalidade no concelho de Cascais entre os anos de 1981 e 2015.

		Taxa de mortalidade infantil				Taxa bruta de natalidade			
Âmbito Geográfico	Anos	1981	2001	2011	2015	1981	2001	2011	2015
Município	Cascais	18,1	4,6	4,2	2,8	13,6	12,7	11,4	10,2

Taxa de mortalidade infantil

Fontes de Dados: INE - Estatísticas de Óbitos

INE - Estatísticas de Nados-Vivos

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2016-05-04

Taxa bruta de natalidade

Fontes de Dados: INE - X e XII Recenseamentos Gerais da População (1960, 1981) | Estimativas Anuais da População Residente (a partir de 1982)

INE - Estatísticas de Nados-Vivos

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2016-11-02

Figura 32: Evolução (1981-2015) da taxa de mortalidade infantil (%) e taxa bruta de natalidade no concelho de Cascais

Pode observar-se na Figura 33 um decréscimo acentuado da mortalidade infantil de 1981 a 2015 e uma progressiva diminuição da taxa bruta de natalidade inter-censos.

A taxa de mortalidade infantil concelhia situou-se, entre 2001 e 2012, em valores inferiores aos verificados para a AML, tendo ficado 0,1% acima do valor médio nacional no quinquénio 2008/2012.

Regista-se uma trajetória positiva na evolução deste indicador nos últimos anos, à semelhança das restantes unidades territoriais em comparação, tendo-se situado, no conjunto dos anos compreendidos entre 2008 e 2012, nas 3,3 mortes de crianças com menos de 1 ano por cada 1.000.

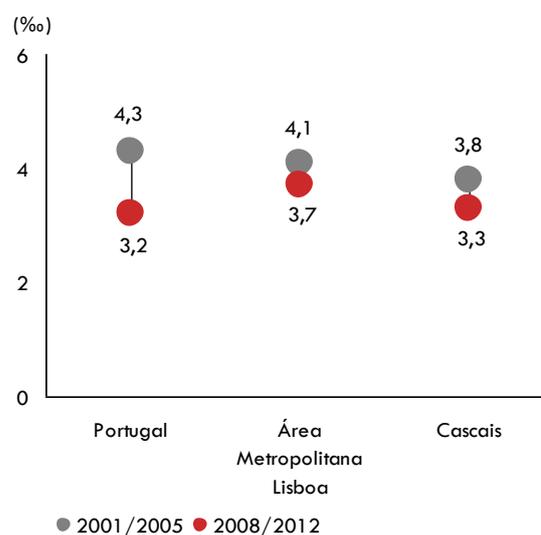


Figura 33 | Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰), em 2001/05 e em 2008/12, INE

f) NÚMERO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ORIGEM IMIGRANTE, DISCRIMINADO POR PAÍS DE ORIGEM

Na tabela abaixo estão representados os países de origem das crianças e jovens imigrantes residentes em Cascais. Verifica-se que a grande maioria das crianças é proveniente do Brasil e dos países Africanos, e que há ainda um número significativo de crianças proveniente da Europa de Leste e Rússia.

País de origem	Número
Brasil	695
Países Africanos	568
Europa de Leste e Rússia	237
Europa	72
Ásia	47
América do Sul	38
Estado Unidos	11
Médio Oriente	5

Quadro10: Nº de crianças e jovens de origem imigrante no concelho de Cascais, discriminado por país de origem. Fonte: CMC, 2015

g) CRIANÇAS E JOVENS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

No decorrer do processo de Diagnóstico social do Concelho de Cascais, as organizações locais, designadamente estabelecimentos de ensino e instituições do setor social que trabalham com crianças e jovens, foram questionadas no sentido de compreender a existência de diversidade social e cultural nos seus contextos de trabalho (Fonte: Dados Preliminares do Diagnóstico Social de Cascais, 2017, CEDRU).

No que diz respeito à temática de deficiência e incapacidade, sublinha-se que segundo as entidades inquiridas a esmagadora maioria dos alunos (7.235 crianças e jovens, ou seja, 96,1%) não tem incapacidade atribuída. Dos restantes 294 alunos (3,9%), a maioria apresenta deficiência mental (164 crianças e jovens), seguido de 46 alunos com multideficiência, 45 com deficiência motora, 24 com deficiência visual e 15 com deficiência auditiva.

Deficiência e incapacidade	n.º	%
1. Sem incapacidade atribuída	7.235	96,10
2. Com deficiência motora	45	0,60
3 Com deficiência mental	164	2,18
4. Com deficiência auditiva	15	0,20
5. Com deficiência visual	24	0,32
6. Multideficiência	46	0,61

(Fonte: Dados Preliminares do Diagnóstico Social de Cascais, 2017, CEDRU).

Em 2014/15, o concelho de Cascais conta com 1.800 crianças / jovens que se enquadram no **estatuto de alunos NEE no ensino regular**, dos quais 52 frequentam a educação pré-escolar (apenas 2 num estabelecimento da rede solidária), e 1.748 frequentam os estabelecimentos do ensino básico e secundário (121 na escola Salesianos de Manique, com contrato de associação, e 380 em estabelecimentos de ensino privados), distribuindo-se. Dos 1.748 alunos com NEE no ensino básico ou secundário, 70 estão em unidades de ensino estruturado ou de apoio especializado à educação (todos na rede de escolas públicas).

h) POBREZA INFANTIL

Considerando que está a decorrer a atualização do Diagnóstico Social considerou-se pertinente a inclusão de alguns dados preliminares (CEDRU, 2017) que ajudam a ter um retrato da realidade da Infância em Cascais, com a ressalva que de que não são ainda dados finais e publicados.

Contexto: As situações de pobreza infantil constituem um forte entrave à inclusão e coesão social, representando, em muitos casos, uma desigualdade de oportunidades e de acesso a direitos por parte de crianças e jovens afetadas por este processo.

Uma vez que a noção de pobreza infantil implica um conjunto de exercícios metodológicos para os quais não existem dados disponíveis, são utilizadas informações provenientes da Segurança Social que permitem quantificar agregados com crianças que, em função da sua condição social e económica, beneficiam de um conjunto de medidas sociais que visam atenuar os riscos sociais que sobre elas recaem, como o abono de família.

- Ao nível nacional, o grupo etário correspondente às crianças (≤ 18 anos) é o que regista maior risco de pobreza, atenuado graças às transferências sociais

- Em 2011, quase metade dos jovens do concelho recebia abono de família, e cerca de 32% estava enquadrado no 1.º escalão deste apoio. O número de jovens a receber abono de família tem registado uma evolução irregular entre 2008 e 2015
- No mesmo ano, mais de 5.223 jovens beneficiavam de majoração no abono de família por monoparentalidade, valor que representa cerca de 44% das famílias monoparentais existentes no concelho

Assim, face aos dados existentes e disponíveis, conclui-se que, em 2011, de um total de 43.436 jovens residentes no concelho, mais de 48% era titular de abono de família e quase 32% estava enquadrado no 1.º escalão deste abono, o que indicia um maior grau de exposição a potenciais situações de pobreza.

Considerando os dados disponibilizados, esta é a leitura possível, sendo que daqui resultam várias condicionantes principalmente relacionadas com as limitações associadas à análise de apenas uma variável (abono de família) que pode observar situações que não estão direta ou indiretamente associadas a casos de pobreza infantil.

Indicadores relevantes				
Designação	Unidade	Fonte	Desagregação	Base line
Residentes com idade ≤ 19 anos	n.º	INE (Censos 2011)	Freguesia	43.436 (Município)
Titulares de abono de família para crianças e jovens com pelo menos um processamento no ano no 1.º escalão de rendimentos	n.º	Segurança Social	Freguesia	14.428 (Município)
Titulares de abono de família para crianças e jovens	n.º	Segurança Social	Freguesia	9.755 (Município)
Titulares de abono de família para crianças e jovens com majoração monoparental	n.º	Segurança Social	Freguesia	4.447 (Município)
Principal(is) fonte(s) de informação				
→ INE (Censos 2011)				
→ Segurança Social				

Questão: “Qual é a situação de crianças e jovens em famílias em risco de pobreza e exclusão social? Qual é a situação das crianças e jovens em situação crítica?” (Fonte: Dados Preliminares do Diagnóstico Social de Cascais, 2017, CEDRU).

Contexto: As crianças são o grupo etário em maior risco de pobreza em Portugal. A partir de 2010, a situação tem vindo a agravar-se com a adoção de medidas de austeridade, que têm impacte direto no bem-estar das crianças ao nível da saúde e educação e dos apoios sociais às famílias, especialmente às mais carenciadas, segundo o relatório lançado pelo Comité Português para a UNICEF intitulado As Crianças e a Crise em Portugal – Vozes de Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais (2013) e coordenado pelas professoras Karen Wall e Ana Nunes de Almeida (ICS-UL).

Alguns dos dados mais relevantes constantes do referido estudo prendem-se com o facto de:

- O risco de pobreza é mais elevado em famílias com filhos, nomeadamente, em famílias numerosas (41,2%) e em famílias monoparentais (31%);

- Entre outubro de 2010 e junho de 2013, o número de casais desempregados inscritos no Centro de Emprego aumentou de 1.530 para 12.065 (cerca de 688%);
- Em 2012, cerca de uma em cada quatro crianças em Portugal (24%) vivia em agregados com privação material (i.e. famílias com dificuldade ou incapacidade de pagar um empréstimo, renda de casa, contas no prazo previsto; ter uma refeição de carne ou peixe a cada dois dias; fazer face a despesas imprevistas);
- 546.354 crianças perderam o direito ao abono de família entre 2009 e 2012. O acesso a esta prestação tornou-se mais restrito e os montantes atribuídos por criança diminuíram;
- Entre 2010 e 2013, registou-se uma redução no apoio económico do Estado às famílias que, em 2009, era já inferior à média dos países da OCDE (1,7% e 2,6% do PIB respetivamente), e um aumento dos impostos.

O estudo mostra também que as crianças têm consciência de que a crise está a comprometer o seu futuro enquanto geração, antevendo as consequências negativas que esta poderá ter nos seus projetos de vida nos domínios da formação, do emprego e da vida familiar. Os desafios que a recuperação económica coloca ao Estado Português dão-lhe uma oportunidade única de mudar e adotar uma visão transformadora para o futuro, uma visão que ponha os direitos das crianças no centro das políticas de resposta à crise.

Pese embora muitos dos indicadores disponíveis sobre a pobreza em geral, e a pobreza infantil em particular, não estarem disponíveis para níveis territoriais como o concelho ou a freguesia, o Diagnóstico Social de Cascais procurou abordar esta temática. Assim, a resposta à presente Questão tem em conta: i. as situações de perigo sinalizadas pela CPCJ; ii. os agregados familiares e indivíduos beneficiários de RSI e abono de família para crianças e jovens; iii. a proporção da população com idade entre 6 e 15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino; iv. a perceção dos jovens sobre as situações que mais os preocupam para o futuro.

Dos dados obtidos destaca-se:

- Em 2015 foi atingido o valor mais elevado de sempre de processos instaurados e reabertos pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – 604
- A principal situação de perigo que está na base da (re)abertura de processos é a exposição a comportamentos que comprometem a criança (262 processos), seguida das situações de negligência (95)
- As situações de abandono familiar, abuso sexual e de prática de crimes são claramente minoritárias no conjunto de situações de perigo
- A proporção de população residente com idade entre 6 e 15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino em Cascais é de 1,6%, valor abaixo da média regional e da média nacional. Em termos de análise intra-concelhia, é a freguesia de São Domingos de Rana a que regista uma percentagem mais elevada de crianças e jovens nesta situação – 1,8% – por oposição a Cascais onde se verifica o valor mais baixo – 1,3%
- De acordo com dados da Segurança Social, cerca de 30% dos beneficiários do RSI tinham idade \geq 18 anos. Note-se igualmente que mais de 14 mil titulares de abono de família com menos de 18 anos registaram pelo menos 1 processamento no 1.º escalão de rendimentos

- A maioria dos jovens presentes no *Focus Group* apresenta uma particular preocupação com as situações de desemprego e pobreza, considerando que a escola pode contribuir para inverter os ciclos de pobreza. Consideram igualmente que o contexto geográfico de socialização impacta (positiva ou negativamente) no percurso dos jovens e que o voluntariado poderá representar uma solução (não de longo prazo) para o combate à (auto)exclusão social

i) ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DOS JOVENS

O índice de dependência dos jovens subiu face no último período intercensitário de 21,6 para 23,8, dinâmica registada em todas as freguesias do Concelho de Cascais (com destaque para a Parede com o maior crescimento em 10 anos), bem como na AML, e contrária à registada para o país.

Quadro 11- Índice de dependência de jovens (%), em 2001 e em 2011 e variação (%) 2001-2011, INE

Local de residência	2001	2011	Variação 2001-2011
Portugal	23,6	22,5	-1,1
Lisboa	21,3	23,4	2,1
Cascais	21,6	23,8	2,2
Alcabideche	22,1	24,7	2,6
Carcavelos	20,9	23,1	2,2
Cascais	21,9	22,2	0,3
Estoril	20,5	21,7	1,2
Parede	18,3	23,0	4,7
São Domingos de Rana	23,2	25,7	2,5

j) OUTROS DADOS RELEVANTES

Considerando que está a decorrer a atualização do Diagnóstico Social considerou-se pertinente a inclusão de alguns dados preliminares (CEDRU, 2017) que ajudam a ter um retrato da realidade da Infância em Cascais, com a ressalva de que não são ainda dados finais e publicados:

A sociedade portuguesa, à semelhança da maioria das sociedades desenvolvidas, caracteriza-se por um duplo envelhecimento populacional, marcado pelo aumento do número de idosos, diminuição do número de jovens e do número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (população em idade ativa). Esta dinâmica populacional aponta para uma transição demográfica sem precedentes na história do país.

Associado ao envelhecimento da população assiste-se, igualmente, a um progressivo decréscimo populacional.

O crescimento de 2% da população (206 061 pessoas) verificado entre os Censos de 2001 e 2011 deveu-se predominantemente a um saldo migratório positivo de 188.652, uma vez que o saldo natural intercensitário foi apenas de 17.409 pessoas. Porém, verifica-se, desde 2010, uma tendência de decréscimo populacional. Os últimos 3 anos, a população residente em Portugal diminuiu cerca de 145 mil pessoas, para o que concorreram saldos naturais e saldos migratórios acumulados negativos: saldo natural de – 47.505 pessoas e saldo migratório de – 97.915 pessoas. As projeções de população residente 2012-

2060, produzidas pelo INE, indicam que Portugal perderá população até 2060, passando dos atuais 10,5 para 8,6 milhões de residentes.

A diminuição do número de jovens residentes em Portugal representa apenas uma das dinâmicas que importam analisar quando se procura compreender esta faixa etária.

Do ponto de vista sociológico, este é um grupo populacional que enfrenta novos e velhos desafios, alguns dos quais decorrentes da sua própria condição de jovens, mas outros claramente associados a novas dinâmicas sociais como o desemprego jovem, a desadequação entre formação e emprego, as dependências das tecnologias de informação e comunicação, a obesidade e estilos de vida não saudáveis, entre outros.

Neste contexto, a resposta à seguinte questão analisa num primeiro momento a estrutura etária da população residente em Cascais e num segundo momento procura conhecer os principais problemas com que os jovens se deparam.

- Questão: “Como se caracteriza a comunidade juvenil do concelho (número de jovens; ocupação; com quem vivem; gravidez na adolescência; consumo de drogas; violência no namoro; absentismo escolar; 1.º emprego; medidas tutelares educativas; incapacidade e doenças crónicas, jovens com NEE)?”

Aspetos mais relevantes:

- No ano de 2015 residiam no Concelho de Cascais 34.234 crianças e jovens (52,0% das quais do género masculino) com idades inferiores a 14 anos
- Cascais mantém um saldo natural positivo (223) ainda que com valores inferiores aos registados no início da década (593)
- No que diz respeito aos principais problemas e necessidades que afetam a população mais jovem residente em Cascais, os atores locais sinalizaram a pobreza e privação material (24,2%), o insucesso escolar (18,2%), a negligência familiar (17,2%) e as doenças mentais (16,2%) como as situações que abrangem muitas pessoas e que são muito graves
- As doenças mentais na infância e juventude surgem como um problema particularmente importante, na medida em que atinge muitas pessoas, é grave e tem poucas respostas na comunidade
- Uma nota para “novos problemas” como as dependências de dispositivos eletrónicos e a privação de sono, os quais reúnem poucas respostas por parte das organizações locais

5. ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O concelho de Cascais é administrado pela Câmara de Cascais. O órgão legislativo do município é a Assembleia Municipal, constituída por 37 deputados.

A Câmara Municipal é o órgão executivo colegial dos municípios em Portugal, estando as suas atribuições, competências e forma de eleição previstas na Lei n.º 169/99 de 18 de setembro. Este órgão é constituído por um presidente e por vereadores, sendo que um é designado vice-presidente, e a sua eleição é feita de quatro em quatro anos pelos cidadãos eleitores recenseados na sua área. O número de vereadores varia em função do número de eleitores do município.

A Câmara Municipal de Cascais é constituída por um presidente e dez vereadores.

A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo dos municípios em Portugal, sendo que as suas atribuições, competências e forma de eleição encontram-se previstas na Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.

Este órgão é constituído por membros eleitos diretamente, quatro em quatro anos e em simultâneo com as eleições para a câmara municipal (exceto em caso de eleições intercalares) em número superior ao dos presidentes de Junta de Freguesia (que integram a Assembleia Municipal por inerência) e ao triplo do número de membros da respetiva câmara municipal. A mesa da assembleia municipal é constituída por um presidente e por dois secretários eleitos por escrutínio secreto pela assembleia municipal.

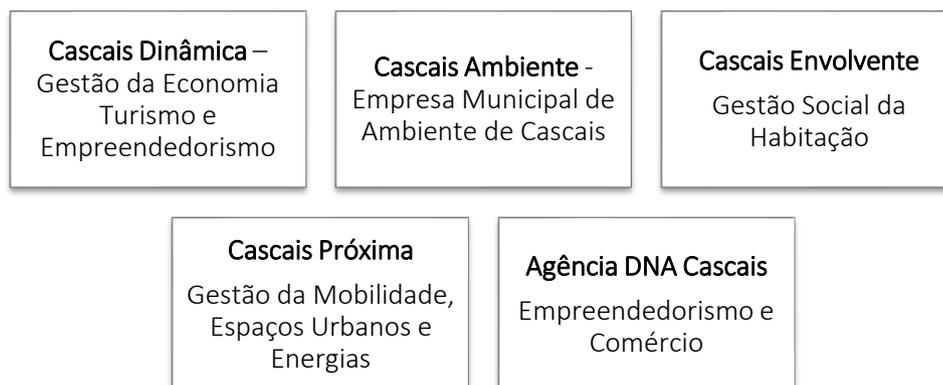
A organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços municipais orientam-se, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação dos recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia da participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.

A **organização interna** dos serviços municipais, descrita no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, adota o modelo de estrutura hierarquizada, constituída por:

- Unidade orgânicas nucleares (Direções e Departamentos Municipais)
- Unidade orgânicas flexíveis (Divisões e Unidades)
- Gabinetes, sem equiparação a cargo de dirigente

Direção Municipal de Coesão e Capacitação Social	Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social
	Departamento de Educação e Desporto * (com competências específicas na área da Educação)
Direção Municipal de Gestão e Intervenção Territorial	Departamento de Gestão Territorial
	Departamento de Intervenção Territorial
Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação	Departamento de Inteligência Territorial
	Departamento de Planeamento Estratégico
	Departamento de Inovação e Comunicação
Direção Municipal de Apoio à Gestão	Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial
	Departamento de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos
Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização	
Serviço de Proteção Civil	
Departamento de Autoridade dos Transportes	

Fazem ainda parte do universo municipal 5 **Empresas Municipais**:



Apresenta-se abaixo o organograma dos Serviços Municipais:

5.1 O PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) - DIMENSÃO ESTRATÉGICA

O PDM é uma ferramenta de suporte à gestão do Município, orientada para o desenvolvimento sustentado e estabelece as grandes orientações para a constituição de um quadro de referência para a modificação, melhoria e fortalecimento da sua posição em termos de atratividade, competitividade e sustentabilidade, nos contextos regional, nacional e global da competitividade territorial. Como documento de orientação estratégica que é, institui um processo sistemático e dinâmico de gestão do território, do uso e da ocupação do solo e dos serviços ecológicos e urbanos, suportado em eixos e objetivos estratégicos, na seleção criteriosa de medidas de ação, metas e mecanismos de monitorização para a sua execução, adequados às intervenções de curto, médio e longo prazo, visando a melhoria contínua e a concretização do melhor futuro possível, numa abordagem holística sobre as pessoas e o território de Cascais.

5.2 VISÃO

Cascais será em 2022 um concelho relevante à escala internacional, competitivo, alavancado por uma governança moderna, assente em redes de conhecimento e confianças mútuas, e ancorado num prestigiado capital humano, na excelência dos seus recursos naturais e paisagísticos e no seu posicionamento geoestratégico.

Território qualificado, marcado pelas Pessoas que nele residem, trabalham ou visitam, bem como pela dinâmica das atividades de elevado valor acrescentado que gera um importante ativo, sustentado no dinamismo e na qualidade da sua sociedade civil.

5.3 EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O enunciado dos eixos e objetivos estratégicos para a consolidação do desenvolvimento do Município de Cascais está expresso no Artigo 2.º (Estratégia e Objetivos) do Regulamento, e melhor descrito e desenvolvido no capítulo 2. Estratégia Municipal, do Relatório do plano:

I. CASCAIS, TERRITÓRIO COM QUALIDADE DE VIDA URBANA:

a) Promover a compacidade e policentrismo do território:

- Criação de uma rede urbana densa, qualificada e articulada, contendo a dispersão urbana;
- Estruturação de uma rede urbana polinucleada, ultrapassando a dualidade litoral/interior;
- Reforço qualificado das funções urbanas;

b) Criar espaços públicos de qualidade e de proximidade:

- Nova distribuição do espaço público dando primazia ao peão;
- Aumento do conforto dos espaços de estada;
- Requalificar áreas públicas descaracterizadas;
- Ordenamento da rede de equipamentos de utilização coletiva;

c) Promover a conectividade territorial:

- Melhoria da rede de transportes públicos;
- Criação de rede pedonal e ciclável;
- Promoção da intermodalidade.

II. CASCAIS, TERRITÓRIO DE CRIATIVIDADE, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO:

- a) Estimular a competitividade e a cooperação, criando novos nós de valor acrescentado:
- Utilização e potenciação do posicionamento geoestratégico de Cascais;
 - Fixação de empresas e profissionais, particularmente de elevado potencial criativo;
 - Desenvolvimento do ensino universitário;
- b) Estimular a atividade económica de elevado perfil:
- Alavancar as dinâmicas económicas do Concelho a uma rede de oferta turística de excelência, assegurando elevadas taxas de ocupação com baixos fatores de sazonalidade;
 - Promoção da paisagem cultural e natural do Concelho, na perspetiva do valor económico;
 - Criação e programação de eventos e roteiros culturais de impacto internacional;
 - Criação de novas centralidades ancoradas na área das ciências da saúde e da vida, como fatores de qualificação e atração de talentos em segmentos especializados.

III. CASCAIS, TERRITÓRIO DE VALORES AMBIENTAIS:

- a) Reduzir a pressão sobre os recursos:
- Prevenção da produção de resíduos;
 - Salvaguarda da estrutura ecológica do território;
 - Utilização eficiente dos recursos naturais;
 - Promoção da sustentabilidade energética;
 - Preservação da diversidade biológica terrestre e marinha;
- b) Encorajar e facilitar a consciência ecológica:
- Promoção da educação e sensibilização ambiental;
 - Adoção de atitudes exemplares por parte da autarquia.

IV. CASCAIS, TERRITÓRIO COESO E INCLUSIVO:

- a) Apostar na diversidade social:
- Promoção do território inclusivo, para todas as gerações;
 - Combate à segregação urbana;
 - Aposta em políticas de regeneração urbana;
 - Redução de assimetrias territoriais;
 - Desenvolvimento de ambientes seguros;
- b) Fomentar a dinamização social inclusiva:
- Fomento da acessibilidade às respostas e serviços de qualidade;
 - Promoção do empreendedorismo social;
 - Promover a identidade urbana, indutora de referências patrimoniais, culturais e identitárias que reforcem o sentido de pertença e de coesão;
 - Aposta no desporto como aglutinador social e potenciador de hábitos saudáveis.

V. CASCAIS, TERRITÓRIO DE CIDADANIA ATIVA:

- a) Impulsionar a democracia de proximidade:
- Promoção da democracia de proximidade e da cidadania ativa;
 - Fomento do espírito de comunidade;
 - Promoção do voluntariado e da responsabilidade social.
- b) Fomentar a dinamização social inclusiva.

5.4 GOVERNANÇA

Hoje em dia, torna-se imperativo que a governança autárquica assuma modelos cada vez mais eficazes na gestão dos recursos, quer económicos, quer sociais, capazes de ir encontro das necessidades e aspirações dos munícipes e dos cidadãos em geral.

Pretende-se, assim, assegurar uma gestão pública baseada nos princípios da transparência, equidade, subsidiariedade e sustentabilidade, capaz de promover a cooperação e o estabelecimento de parcerias entre os diversos agentes, assegurando a responsabilidade dos decisores e a corresponsabilização dos cidadãos. Para o efeito, é fundamental que o acesso do público à informação seja fácil e expedito, pois só desta forma se permite e fomenta a participação efetiva de todos os setores da sociedade no processo da tomada de decisão.

Neste domínio, importa pois perceber e avaliar a evolução do envolvimento da sociedade civil nos processos decisivos, quer através da participação em processos de participação formal decorrentes da elaboração de Instrumentos de Gestão Territorial, quer através da participação no processo do Orçamento Participativo.

6. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS COM IMPACTO NA VIDA DAS CRIANÇAS

6.1 Planeamento, Monitorização do Território e Urbanismo

a) PLANEAMENTO E MONITORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

1. Programas, Planos e Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), com incidência em Cascais

De acordo com o Quadro de Referência Estratégico do Plano Diretor Municipal de Cascais, PDM-Cascais [1.ª Revisão do PDM-Cascais publicada através do Aviso n.º 7212-B/2015 no Diário da República - 2.ª Série, n.º124 , de 29 de junho, e Alterada por Adaptação através do Aviso n.º 3234/2017, publicado no Diário da República - 2.ª Série, n.º 62, de 28 de março], os programas, planos e instrumentos de gestão territorial, IGT, com incidência em Cascais, são, (conforme relatório do PDM Cascais)os seguintes:

http://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/02_relatorio_4.pdf

1.1 DE ÂMBITO NACIONAL

- **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**, aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, na redação vigente. É um IGT de natureza programática/estratégica, que visa o reforço da afirmação de Portugal no mundo, cujas opções de desenvolvimento do território foram levadas em consideração na definição das opções estratégicas de base territorial para o município de Cascais. Tendo por base a identificação dos grandes problemas do ordenamento do território, a apresentação de orientações estratégicas para as regiões e a definição das perspetivas demográficas e económicas de longo prazo, o PNPOT assume uma ambição que se estrutura em quatro grandes desígnios. Assim, as políticas de ordenamento e de desenvolvimento do território no horizonte 2025 deverão contribuir de forma inovadora e duradoura para que Portugal seja:

Um espaço sustentável e bem ordenado;
Uma economia competitiva, integrada e aberta;
Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar;
Uma sociedade criativa e com sentido de cidadania.

- **Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra Cascais (POPNSC)** - O POPNSC tem como objetivo central estabelecer regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixar os usos e o regime de gestão com vista a garantir a manutenção e a valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade biológica da respetiva área de intervenção;

- **Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Cidadela - São Julião da Barra** - Insere-se na totalidade no Concelho de Cascais. Trata-se de uma área de carácter globalmente urbano, onde as excepcionais condições naturais foram ao longo dos séculos objeto de um processo de humanização, mantendo no essencial uma grande qualidade do ponto de vista da inserção da ocupação humana no meio natural, tendo sido considerado, em sede do PDM, como “espaço de desenvolvimento estratégico. No âmbito do POOC definem-se regras e princípios para a salvaguarda e potencialização de recursos naturais, ambientais e paisagísticos, nomeadamente no que se refere ao ordenamento das diversas praias de acordo com a sua capacidade de utilização e à requalificação de áreas urbanas, os quais foram tidos em conta no PDM-Cascais, pelo que se considera que este cumpre com o preconizado no Plano Especial;

- **Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sintra – Sado**

- **Plano Sectorial Rede Natura 2000 (PSRN2000)** faz parte de uma rede ecológica de âmbito europeu, que visa contribuir para a biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens, no território da União Europeia. É composta por áreas de conservação de determinados habitats e espécies, onde as atividades humanas devem ser compatíveis com a preservação de valores naturais, orientadas para uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, sem perder de vista as exigências económicas, sociais e culturais, bem como particularidades locais e regionais. Os seus principais objetivos são:

Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território, com vista a garantir a conservação, a médio e a longo prazo, dos valores naturais desse território.
Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais, e dar diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação.
Definir medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies.
Definir os projetos que devem ser sujeitos a avaliação de impacto ambiental ou a análise de incidências ambientais;

- **Plano da Bacia Hidrográfica (PBH) das Ribeiras do Oeste,**

- **Plano da Bacia Hidrográfica (PBH) do Tejo, - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS),**

- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI),
- Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II 2006-2016 (PERSU II),
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)
- Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT)
- Plano Estratégico dos Transportes (PET),
- Programa Nacional para o Uso Eficiente de Água (PNUEA),
- Plano Nacional da Água (PNA),
- Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)
- Plano Rodoviário Nacional (PRN)

1.2 DE ÂMBITO REGIONAL

- **Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML).** O PROTAML é um instrumento estratégico regional fundamental que traça as linhas mestras do ordenamento do território para a área metropolitana de Lisboa. De acordo com o esquema de modelo territorial estabelecido pelo PROT-AML, identificam-se quatro tipos de espaços no território concelhio, designadamente:

Espaços motor: o eixo Oeiras-Cascais, com impacte positivo na AML integrando a coroa de transição da cidade de Lisboa, assim designado pela capacidade de atrair e fixar novas atividades e funções de nível superior;

Espaços problema: áreas fragmentadas e desestruturadas com tendência para a desqualificação urbana e ambiental, a reordenar e revitalizar, onde será difícil inverter tendências a curto prazo;

Espaços emergentes: no eixo Cascais-Sintra, um espaço residencial-turístico com importância na estrutura metropolitana ao qual se vêm associando instalações de serviços e comércio de grande dimensão;

Espaços naturais protegidos: o PNSC.

- **Plano Regional de Ordenamento Florestal para a Área Metropolitana de Lisboa (PROFAML).** Incide sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal de forma a promover e garantir a produção sustentável de bens e serviços, bem como o desenvolvimento sustentável dos espaços florestais que tem como objetivos gerais:

A avaliação das potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;

A definição do elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal;

A identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados; e,

A definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar nestes espaços.

1.3 DE ÂMBITO MUNICIPAL

- Plano de Pormenor do terreno compreendido entre a Rua de Espinho e a Av. S. Pedro, no Monte do Estoril
- Plano de Pormenor da Residência de 3ª Idade - Apartamentos Rei Carol
- Plano de Pormenor da Guia – EN 247, Cascais
- Plano de Pormenor de Alvide - Gaveto da Rua de Alvide com a Rua de Catarina Eufémia
- Plano de Pormenor do Monte Estoril - Avenida do Faial/Rua dos Açores
- Plano de Pormenor da Quinta da Alagoa de Cima, em Carcavelos

- Plano de Pormenor da Galiza
- Plano Pormenor da Avenida da Venezuela
- Plano de Pormenor da área envolvente a St. Dominic's
- Plano de Pormenor para Reestruturação Urbanística dos Terrenos do Hotel Estoril-Sol e Área Envolvente
- Plano de Pormenor para a Instalação da Sede Nacional da Brisa - Autoestradas de Portugal, S.A
- Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística da Quinta do Barão
- Plano de Pormenor de Reestruturação Urbanística e Valorização Patrimonial da Área Envolvente à Villa Romana de Freiria
- Plano de Pormenor do Espaço de Estabelecimento Terciário do Arneiro
- Plano de Pormenor do Espaço Terciário de Sassoeiros Norte
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) 2014-2017
- Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos Sul (PPERUCS)

2. O PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CASCAIS

Na área do Planeamento do Território existem múltiplos documentos legisladores com incidência em Cascais, mas a principal ferramenta de Planeamento ao dispor do Município, pela sua abrangência, capacidade de regulação e por se tratar de um plano de iniciativa municipal, é o Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM).

Conforme definição do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), o plano diretor municipal é o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal.

2.1 Enquadramento Processual do PDM

Durante muitos anos o PCUS (Plano de Urbanização da Costa do Sol) foi o documento orientador do crescimento do território da área litoral.

Com a entrada em vigor, em 20 de junho de 1997, do PDM de Cascais, o município passou a dispor, pela primeira vez na sua história, de um instrumento de ordenamento que abrange a totalidade do seu território, no qual se definiam e estabeleciam os princípios gerais de uma disciplina urbanística, isto é, o regime da ocupação, uso e transformação do solo.

Em 2015 aconteceu a primeira revisão do PDM (<http://www.cascais.pt/plano-diretor-municipal-revisao>), (<http://www.cascais.pt/plano-diretor-municipal-alteracao-por-adaptacao>)

2.2 REVISÃO DO PDM - ANÁLISE SWOT

A Revisão do PDM de Cascais é um documento inovador e que está pensado para promover as quatro dimensões da sustentabilidade: a social, a ambiental, a económica e a boa governação.

A Revisão do PDM de Cascais é o resultado da discussão e participação de todos os cascalenses, já que o ordenamento do território nacional e em particular do concelho, depende da vontade e da participação dos cidadãos. Neste contexto, identifica-se abaixo a síntese da análise SWOT que foi realizada neste processo de revisão:

Pontos Fortes:

- Áreas de especial valor ecológico e de elevada qualidade paisagística e ambiental, proporcionando uma oferta rica e diversificada em património construído e recursos paisagísticos, história e modernidade;
- Zona central da Vila de Cascais e centros urbanos históricos;
- Parque habitacional relativamente jovem;
- Bons acessos rodoviários, ferroviários e marítimos;
- Elevados níveis de atendimento das populações no que se refere ao abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais;
- Existência de estruturas habilitadas para a promoção do empreendedorismo e apoio à dinâmica empresarial;
- Destino turístico consolidado e internacionalmente reconhecido (“marcas” Lisboa e Estoril, eixo Estoril/Cascais e Sintra), cuja riqueza e diversidade de recursos e atributos (património natural, histórico, cultural, arquitetónico) satisfazem os mais diversos segmentos e nichos de procura turística, com capacidade de alojamento em unidades hoteleiras de 4 e 5 estrelas e presença dos principais grupos hoteleiros internacionais;
- Existência de infraestruturas de nível regional, nacional e internacional, e experiência na organização de eventos de dimensão internacional, designadamente na prática de desportos náuticos, hipismo, golf, e automobilismo;
- Elevada qualificação da população concelhia;
- Taxas de natalidade superiores à média nacional;
- Crescimento populacional superior à média nacional, proporcionado por um saldo migratório positivo e uma taxa de natalidade superior à média nacional, fatores que contribuem para que o índice de envelhecimento populacional seja inferior à média nacional;
- Rede de equipamentos e serviços com carácter inovador e diverso (culturais, de saúde, educativos, sociais, desportivos).

Oportunidades:

- Elevado custo do metro quadrado de solo (em termos relativos em todo o Concelho, face à AML) e em particular nos centros históricos e zonas nobres (sobretudo de Cascais e Estoril);
- Atratividade residencial para ativos altamente qualificados;
- Índices de compacidade elevados em algumas zonas de Concelho;
- Imigração multicultural crescente com relevância demográfica, económica, social e cultural;
- Projeção de imagem positiva do concelho de Cascais com reconhecimento internacional;
- Dimensão marítima com potencial para o desenvolvimento de atividades económicas portadoras de valor;

- Existência de um quadro de instrumentos de ordenamento e gestão do território (planeamento estratégico) que permite introduzir fatores de racionalidade e competitividade nas decisões de ocupação de espaço;
- Melhoria da rede de transportes públicos, alargando a sua cobertura e promovendo a intermodalidade, particularmente com os modos suaves e com o transporte individual;
- Aumento da oferta do ensino pré-escolar e melhoria dos equipamentos escolares;
- Potencial em energias renováveis elevado; incluindo energia hídrica, energia eólica, energia das marés, das ondas e das correntes, bioenergia e energias solares;
- Áreas industriais em declínio que podem ser requalificadas e direcionadas para novas utilizações.

Pontos Fracos:

- Desordenamento urbanístico e territorial, existência de zonas desqualificadas e de áreas urbanas de génese ilegal, e progressiva desertificação dos centros históricos;
- Grande assimetria espacial na distribuição socioeconómica da população concelhia, com concentração da maioria das infraestruturas no Litoral-Sul em contraponto com crescimento demográfico do interior;
- Fraca captação de espaços verdes públicos urbanos para recreio e lazer;
- Obstáculos e barreiras arquitetónicas para peões e ciclistas, acrescido da ocupação indiscriminada do espaço público pelas viaturas, em detrimento de espaço de prioridade para peões;
- Modelo de mobilidade assente sobretudo no modo rodoviário, especialmente em formas de utilização individual;
- Fracos níveis de colaboração empresas/universidades e escassa percentagem de empresas com financiamento para inovação;
- Uma estrutura empresarial com persistência de um modelo dominante de desenvolvimento assente em atividades de baixo valor acrescentado e fraca incorporação de inovação e de conhecimento;
- Percentagem diminuta de formação profissionalizante e de índole tecnológica no ensino secundário, dando origem a dificuldades de empregabilidade para os alunos que não prosseguem estudos no ensino superior;

Ameaças:

- Perda de identidade concelhia;
- Prosseguimento de um crescimento urbano extensivo, comprometendo recursos naturais, qualidade de vida das populações e atratividade do território;
- Fragilidade do tecido empresarial local no financiamento e no investimento em projetos estruturantes e em parcerias público-privadas;
- Dificuldades de articulação de políticas sectoriais nacionais com implicações espaciais no Concelho e insuficiente flexibilidade de gestão na administração pública;
- Deslocalização de investimentos públicos para outras sub-regiões (Península de Setúbal);

- Vulnerabilidade, a longo prazo, da extensa orla costeira, devido à ocupação desordenada e a algumas intervenções humanas, que têm provocado elevados níveis de erosão e de instabilidade das formações costeiras, e degradação da paisagem;
- Forte pressão para alteração do uso de zonas ambientalmente preservadas;
- Poluição das águas de superfície e subterrâneas e aproveitamento ineficiente das reservas de água, nomeadamente quando as perspetivas associadas às alterações climáticas apontam para maior frequência de situações de seca e escassez de recursos hídricos.

2.3 PROGRAMAÇÃO ESTRATÉGICA DAS AÇÕES

O PDM-Cascais estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e setorial, e estabelece o modelo de desenvolvimento e de organização espacial do território, numa ótica de coesão territorial e de desenvolvimento sustentável. A estratégia de desenvolvimento do município assenta nos seguintes eixos estratégicos:

Eixo 1 - Cascais, território com qualidade de vida urbana

Eixo 2 - Cascais, território de criatividade, conhecimento e inovação

Eixo 3 - Cascais, território de valores ambientais

Eixo 4 - Cascais, território coeso e inclusivo

Eixo 5 - Cascais, território de cidadania ativa

A estes Eixos Estratégicos correspondem objetivos e medidas de ação das quais se destacam:

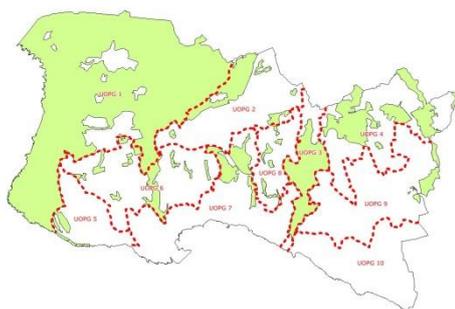
- A promoção da coesão territorial, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável;
- A consolidação dos perímetros urbanos, contenção da expansão urbana, reforço de centralidades, reestruturação interna dos aglomerados urbanos e combate a construção dispersa;
- A prioridade à regeneração e requalificação do edificado e do espaço público;
- A requalificação urbana com vista a um maior equilíbrio entre os diversos usos e funções de suporte ao desenvolvimento qualificado do território;
- A salvaguarda e valorização dos valores culturais do Concelho, designadamente do seu património histórico-cultural e imaterial, implementando medidas de salvaguarda e de incentivo à sua conservação, reabilitação, preservação, investigação, divulgação e fruição;
- O fomento da atratividade do Concelho para os jovens e a qualificação para os seniores;
- A promoção da reabilitação de imóveis degradados e de zonas desqualificadas ou de génese ilegal, privilegiando as intervenções no espaço público;
- A contribuição para a mitigação dos efeitos resultantes do processo das alterações climáticas;
- A implementação da Estrutura Ecológica Municipal, através de ações que visem a biodiversidade autóctone, a manutenção dos ecossistemas naturais, a valorização paisagística e ambiental do território e o incremento da oferta de espaços verdes de utilização coletiva e de produção agrícola em meio urbano;

- A promoção de intervenções urbanísticas segundo os princípios e as tecnologias do desenvolvimento sustentável, ao nível do planeamento, da urbanização e da edificação;
- Consolidação da rede municipal de infraestruturas territoriais e urbanas e de Equipamentos;
- Reformulação dos sistemas de mobilidade, reestruturando a oferta de transportes públicos e promovendo os modos suaves e as tecnologias ambientalmente sustentáveis;
- A indução de condições propícias à fixação de empresas e de mecanismos de captação de investimento, designadamente nas áreas do turismo, ambiente, inovação, educação e investigação científica, indústrias criativas ou de saúde, potenciando a criação de emprego e valor acrescentado no Município;
- A promoção da economia verde, do ambiente e da ecologia;
- A requalificação e/ou realocação de núcleos industriais e logísticos existentes, indutores de desqualificação do território;
- O reforço, melhoria e diversificação da oferta turística, consolidando a identidade de Cascais como destino turístico de excelência;
- O fomento da democracia participativa, em particular nos processos de natureza urbanística e territorial, no contexto concelhio e metropolitano;
- A implementação dos modelos de governança adaptados à visão, aos objetivos e à estratégia do PDM-Cascais;
- A monitorização da implementação do PDM-Cascais e a avaliação da evolução da situação com vista à melhoria contínua.

2.4 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), abrangendo a totalidade do território do Município, correspondem à aglutinação de áreas territoriais com traços de identidade urbana, geográfica e funcional, e constituem as unidades territoriais de referência para efeitos da gestão estratégica municipal.

UOPG 1 – Parque Natural de Sintra-Cascais - A UOPG 1 coincide, em geral, com a área do PNSC. Trata-se de um território de características eminentemente rurais, com uma expressão significativa da faixa litoral, de especial valor ecológico, de elevada biodiversidade, qualidade paisagística e ambiental.



Caracteriza-se por ser a consolidação dos eixos estratégicos consagrados, “Cascais território de valores ambientais”, que concretiza a valorização e conservação da natureza numa perspetiva de desenvolvimento. Neste sentido, deverão ser privilegiados os usos compatíveis com a qualificação do solo como espaço natural, apostando na promoção da qualidade de vida da população residente e no desenvolvimento de atividades que possam atrair visitantes no âmbito do turismo ambiental, cultural e desportivo, consubstanciados em programas tais como parques urbanos, nomeadamente a quinta do Pisão e a quinta de Vale de Cavalos. A promoção de atividades económicas associadas aos saberes tradicionais constitui-se duplamente como oportunidade de criação de emprego qualificado e de atração no âmbito do turismo cultural e ambiental. O mesmo se poderá dizer de atividades de desporto natureza nas vertentes de aprendizagem, lúdica e de competição, nomeadamente *surf*, *windsurf*, *trekking*, *escalada*, *BTT*, etc.

UOPG 2 – Alcabideche / Adroana - A UOPG 2, na zona norte do Concelho, apresenta forte influência da paisagem natural e cultural da Serra de Sintra, uma vez que faz fronteira e estabelece a principal ligação rodoviária com o município de Sintra.

Integra equipamentos e unidades de comércio e serviços de grande relevância estratégica e de interesse supramunicipal, designadamente o Hospital de Cascais, o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão e o Autódromo do Estoril, entre outros. Pela sua localização, a UOPG 2 compreende a consolidação dos eixos estratégicos consagrados, designadamente os eixos “Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação” e “Cascais qualidade de vida urbana”, estimulando a atividade económica de elevado valor acrescentado. A promoção e o desenvolvimento de clusters no sector terciário, associados a medidas indutoras de processos de reestruturação e regeneração urbanística assumem-se como elementos fulcrais na atração de capital humano com elevados níveis de qualificação, ligados aos equipamentos existentes e previstos.

UOPG 3 – Vale de Caparide - A UOPG 3 corresponde, na generalidade, ao vale da Ribeira de Caparide e afirma-se como espaço de singularidade paisagística e de elevada biodiversidade, num território municipal marcadamente urbano e cosmopolita. Por razões geográficas e históricas, esta área do Município conservou os traços e a memória de Cascais como espaço de produção agrícola, intimamente ligado à produção da vinha e do Vinho de Carcavelos. Por esta razão, a UOPG 3 apresenta uma concentração significativa de imóveis classificados e de reconhecido valor no âmbito do património arquitetónico, os quais, aliados à preservação da estrutura fundiária secular e correspondente paisagem, contribuem para a caracterização desta unidade como valor cultural e paisagístico. As características geográficas, a escala territorial e a posição relativa desta área no Concelho, fazem com que o Vale de Caparide seja assinalado no PROTAML como uma Área Vital no conjunto da área metropolitana e, como tal, constituindo-se necessariamente como estrutura Ecológica Municipal, com áreas diferenciadas de estrutura ecológica fundamental e de estrutura ecológica complementar.

UOPG 4 – Aeródromo / Trajouce / Talaíde - A UOPG 4, localizada no topo nordeste do Concelho, apesar de uma ocupação dispersa e casuística do território, integra vários núcleos urbanos outrora ligados a atividades do sector primário, articulados por uma rede rodoviária deficiente, face ao enorme fluxo de tráfego pesado de atravessamento no eixo norte/sul. Esta UOPG incorpora ainda importantes infraestruturas e equipamentos com influência supraconcelhia, de que o Aeródromo Municipal de Cascais, em Tires e o Ecoparque de Trajouce são exemplos. A principal vocação da UOPG 4 é a consolidação do eixo estratégico “Cascais território coeso e inclusivo”. Nesta unidade territorial pretende-se garantir a sustentabilidade do futuro desenvolvimento do Aeródromo Municipal de Cascais e a reabilitação e regeneração das áreas industriais degradadas, visando a instalação de funções qualificadoras e estruturadoras do território. A implantação de infraestruturas territoriais e urbanas programadas - Via Longitudinal Norte, a Via Circular de Trajouce e a Via Circular ao Aeródromo - constituem o cenário privilegiado para a fixação de núcleos industriais e logísticos.

UOPG 5 – Cascais Poente - A UOPG 5 localiza-se na zona sudoeste do Concelho, entre a singular paisagem do PNSC junto ao Cabo Raso, a poente, e o centro da Vila de Cascais, a nascente, e limitada a sul pela faixa costeira atlântica. De características marcadamente turísticas, apresenta uma elevada concentração e diversificação de estabelecimentos hoteleiros e de restauração de excelente qualidade, complementadas por equipamentos ligados ao golfe, ao desporto e lazer equestre, às atividades náuticas, conectadas por uma rede estruturada de mobilidade em modos suaves, integradas numa paisagem e ambiente únicos. A UOPG 5 é consolidada nos eixos estratégicos consagrados “Cascais território com qualidade de vida urbana”, “Cascais território de valores ambientais” e “Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação”, pretendendo-se intensificar o turismo de qualidade, em especial a dimensão hoteleira e serviços de apoio, bem como do turismo residencial.

UOPG 6 – Cascais Interior - A UOPG 6, balizada por espaços de cariz eminentemente natural, por áreas com forte vocação turística e de centralidade a nível concelhio, e por uma área de emergente desenvolvimento do sector terciário, assume uma posição geoestratégica caracterizada por padrões de estruturação urbana, acessibilidade, um desenho urbano indutor de conforto, de qualidade de vida e de segurança, de nível superior. Este território garante à população residente e presente acesso privilegiado às principais áreas de suporte à vida social. A principal vocação da UOPG 6 é a consolidação dos eixos “Cascais território com qualidade de vida urbana”, “Cascais território de valores ambientais”, “Cascais território coeso e inclusivo” e “Cascais cidadania ativa”. Com uma vocação ancorada na componente residencial, importa promover a estruturação da ocupação fragmentada e dispersa, que ainda subsiste em determinadas áreas, através de projetos com impacto na qualificação do território, assegurando a conectividade territorial, promovendo a compacidade, criando espaços públicos de qualidade e proximidade, promovendo um território coeso e inclusivo que aposte na diversidade social, capaz de acolher atividades económicas de proximidade. Na UOPG 6, reveste-se de particular importância a criação do parque urbano da Ribeira das Vinhas, encarado como elemento catalisador e agregador do território, bem como plataforma de conectividade entre a UOPG 1, a UOPG 7 e a envolvente construída, consagrando uma oportunidade de promoção integrada de boas práticas, designadamente ao nível da mobilidade em modos suaves, do recreio e lazer e da conservação e valorização do ambiente.

UOPG 7 – Litoral Poente - A UOPG 7, sobranceira ao mar, delimitada a norte por uma área residencial de qualidade e a poente por um território de vocação assumidamente turística, caracteriza-se por exercer funções de centralidade de nível municipal. Simultaneamente oferece espaços residenciais que respeitam os mais elevados padrões de qualidade urbanística, onde a estrutura urbana é mais consolidada e antiga, desempenhando um importante papel ao nível do turismo nas suas diversas vertentes. A principal vocação da UOPG 7 é a consolidação dos eixos “Cascais território com qualidade de vida urbana”, “Cascais território coeso e inclusivo” e “Cascais território de cidadania ativa”, como destino turístico consolidado e internacionalmente reconhecido – “marca Estoril / Cascais”. Dotado de diversos equipamentos de cariz turístico, de onde se podem destacar a Marina, a Cidadela, o Casino, o Centro de Congressos e as Termas, este território beneficia ainda de um legado histórico importante, bem como de um conjunto de equipamentos museológicos diversificados e permanente oferta cultural. Constituindo a Marina de Cascais um equipamento âncora, de apoio ao turismo de náutica de recreio, fundamental para o Concelho, dever-se-ão incrementar as atividades ligadas aos desportos náuticos e à realização de eventos de projeção internacional.

UOPG 8 – Livramento / Manique de Baixo - A UOPG 8 é balizada a nascente por espaços de cariz eminentemente rural – o Vale de Caparide, a poente pela área residencial do Estoril e pelo campo de golfe, a Sul por áreas com forte vocação turística e funções urbanas de centralidade a nível concelhio, e a norte por um emergente setor terciário. Conheceu dinâmicas de crescimento e de transformação descontrolada até fins do século passado. Constituída maioritariamente por áreas urbanas de génese ilegal e antigas quintas de produção agrícola, apresenta uma estrutura viária caracterizada por um traçado orgânico, sinuoso e de perfil insuficiente para o volume de tráfego e tipo de fluxos elevados que regista diariamente (ligeiros e pesados). Caracteriza-se como uma área predominantemente habitacional com carências ao nível de infraestruturas e equipamentos. A principal vocação da UOPG 8 é a consolidação dos eixos “Cascais território coeso e inclusivo” e “Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação”, apostando na diversidade social, na requalificação urbana, na reprogramação funcional do território, na qualificação do espaço público, e promovendo a regeneração dos núcleos existentes com vista a um maior equilíbrio entre os diversos usos e funções de suporte ao crescimento urbano qualificado. Salvaguarda-se a necessidade de intervenções de cariz ambiental, promovendo a revitalização e recuperação da estrutura hidrológica, inclusive como fator de descompressão urbana.

UOPG 9 – Caparide / Conceição da Abóboda - A UOPG 9, balizada a nascente pelo concelho de Oeiras, a poente pelo Vale de Caparide, a Norte pela coroa Tires-Abóboda-Trajouce e a Sul pela coroa Arneiro-Zambujal-Murtal, conheceu intensas dinâmicas de crescimento e de transformação descontrolada em larga escala até fins do século passado. Constituída maioritariamente por áreas urbanas de génese ilegal, apresenta uma estrutura viária caracterizada por um traçado orgânico, sinuoso e de perfil insuficiente para o volume de tráfego e tipo de fluxos elevados que regista diariamente (ligeiros e pesados). Esta unidade caracteriza-se como uma área predominantemente habitacional com carências ao nível de infraestruturas e equipamentos, onde se destaca a existência de indústrias de pequena escala (a Norte), de centros de logística e, recentemente, de superfícies comerciais de dimensão relevante. A principal vocação da UOPG 9 é a consolidação dos eixos “Cascais território coeso e inclusivo” e “Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação”, apostando na diversidade social, na requalificação urbana, na reprogramação funcional do território, na qualificação do espaço público, e promovendo a regeneração dos núcleos existentes com vista a um maior equilíbrio entre os diversos usos e funções de suporte ao crescimento urbano qualificado. A concretização de infraestruturas territoriais e urbanas programadas, designadamente a Via Variante à E.N. 249-4 em articulação com um novo nó viário com a A5, bem como a melhoria do serviço de transportes públicos (interface de transportes – Abóboda – ligação aos concelhos limítrofes), deverá impulsionar e promover a revitalização demográfica e a valorização funcional e económica alavancada nas últimas décadas pelo forte crescimento do sector comercial (grandes superfícies comerciais e serviços). Salvaguarda-se a necessidade de intervenções de cariz ambiental, promovendo a revitalização e recuperação da estrutura hidrológica, inclusive como fator de descompressão urbana.

UOPG 10 – Litoral Nascente - A UOPG 10, localizada no sudeste do Concelho e confinante com o município de Oeiras, integra dois núcleos urbanos históricos com valor patrimonial, a vila de Parede e o lugar de Carcavelos. Consequência da sua localização geográfica, esta unidade de gestão goza de amplos e notáveis panoramas paisagísticos, e uma privilegiada relação com o mar. Esta UOPG integra ainda importantes equipamentos para a atratividade do concelho, designadamente de relevância histórica como o Hospital de Sant’Ana ou a oferta de residências assistidas sénior. A principal vocação da UOPG 10 é a consolidação dos eixos “Cascais território coeso e inclusivo”, “Cascais território de cidadania ativa”, “Cascais território com qualidade de vida urbana” e “Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação”, mantendo, preferencialmente o uso residencial e de serviços mas, face a uma população envelhecida, dever-se-á impulsionar a reabilitação urbana e a regeneração social. A existência de amplas valências de disfrute do mar, e a presença da maior praia do concelho, a Praia de Carcavelos, evidencia uma clara vocação para o desenvolvimento de turismo de nicho, do qual sairá reforçado o turismo de saúde. Concorre ainda para o reforço da centralidade desta UOPG, a previsibilidade da instalação da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa que constitui um importante passo no sentido da geração de oportunidades na ótica da investigação e desenvolvimento.

2.5 PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO

A implementação da estratégia para o PDM pressupõe a realização de um conjunto de intervenções materializadas no Programa de Execução. Este documento inscreve e programa um conjunto de ações, financiadas diretamente pela Câmara Municipal de Cascais e por outras entidades que intervêm no território municipal, nomeadamente, Entidades participadas financeiramente pela CMC, Administração Central, Fundos Comunitários e entidades Privadas, incidindo sobre cinco eixos considerados prioritários para o horizonte de vigência do PDM (2015-2025).

A elaboração do Programa de Execução teve em consideração a visão, os eixos estratégicos, os correspondentes objetivos e as linhas de atuação consignadas na Estratégia de Sustentabilidade de Cascais. As ações propostas foram concebidas pelas Unidades Orgânicas da CMC e pelas entidades participadas financeiramente pela CMC, considerando as respetivas prioridades e as limitações de investimento da CMC.

Integra ações com incidência territorial abrangente, cujos investimentos de capital, estão identificados para localizações específicas e apresentam sumariamente os parceiros intervenientes na execução e financiamento, estimando-se o peso da comparticipação do município de Cascais nos encargos finais.

O faseamento estabelece como período de execução do PDM os dez anos subsequentes à sua entrada em vigor e foi elaborado tendo em conta os seguintes critérios:

- Prioridade das intervenções;
- Articulação entre outros instrumentos de gestão territorial (IGT), designadamente, planos sectoriais, regionais ou municipais, estudos, projetos ou procedimentos municipais em curso ou a desenvolver (integrando a cooperação de execução com entidades públicas e privadas);
- Distribuição geográfica pelo território municipal;
- Abrangência territorial;
- Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) onde se insere;
- Responsabilidade de financiamento para cada ação a executar no território.

A programação das ações encontra-se associada a uma prioridade de execução, compreendida entre “1” e “4”, sendo “1” o valor mais prioritário e “4” o valor com menor prioridade, considerando:

- Prioridade 1: intervenções cuja realização deverá ser iniciada nos primeiros quatro anos de vigência do plano (Curto Prazo);
- Prioridade 2: intervenções cuja realização deverá iniciar-se nos anos quatro a seis (Curto/ Médio Prazo);
- Prioridade 3: intervenções cuja realização deverá iniciar-se nos seis e oito anos (Médio Prazo);
- Prioridade 4: intervenções a iniciar nos anos subsequentes (Longo Prazo).

2.6 SÍNTESE

Em síntese, este Documento Estratégico, o PDM, proporciona ao Município de Cascais:

- **Mais Espaços Verdes** – As áreas afetas a espaços verdes (rurais/urbanos) aumentaram;
- **Mais Solo Rural com menos Capacidade Edificativa** – As áreas de Espaços Rurais com capacidade edificativa decresceram;

. **Mais Salvaguarda Ambiental e Valorização dos Recursos Naturais** – Promove a consciência ambiental salvaguardando e promovendo os nossos recursos naturais, nomeadamente os Agrícolas e Florestais;

• **Mais Reabilitação e Regeneração Urbanas** – A regulação das intervenções urbanísticas está sustentada na ocupação existente, dando particular enfoque à harmonização de parâmetros, à articulação das novas intervenções com a envolvente e à valorização da imagem urbana em presença, associadas à promoção da mescla de usos e funções urbanas como fator de coesão socio territorial, promovem a nossa identidade e o nosso Património Histórico – Cultural;

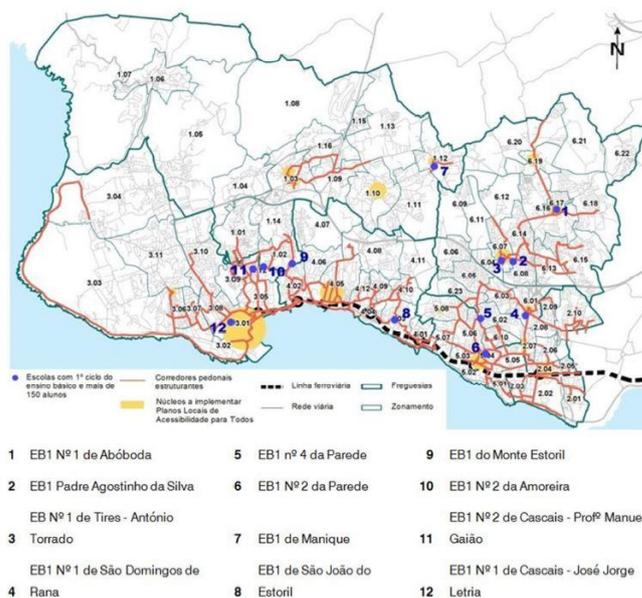
• **Mais inovação e Competitividade Territoriais** – A indução da combinação de usos e funções urbanas contribuem para o enraizamento do tecido económico, com consequências diretas na consolidação do emprego duradouro e no desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo do concelho, da região e do país, em linha com a Estratégia Portugal 2020;

• **Mais Comunidade e Menos Espaços Urbanizáveis** – As áreas de Espaços Urbanizáveis decresceram e todas as intervenções que nelas se venham a realizar têm de ser precedidas da elaboração de plano de urbanização ou plano de pormenor, sob tutela municipal;

Assim, podemos afirmar que o Plano Diretor Municipal de Cascais, é um documento que começa no Território e nas Pessoas de Cascais, que preserva a nossa identidade e património Histórico – Cultural e consolida a estratégia que tem vindo a ser desenvolvida pela autarquia nos últimos anos e projeta Cascais para o futuro. Um futuro que é sustentado pelos pilares: da “Reabilitação e da Regeneração Urbanas”, do “Emprego e da Coesão Socio-territorial” e do “Ambiente, crescimentos verde e azul”, que sustentam a consolidação do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, de Cascais.

3. Planeamento do Território em Cascais - Áreas com impacto na vida das crianças

Das orientações do PDM com impacto na vida das crianças, destacam-se, conforme Relatório do PDM, a (1) mobilidade, os (2) equipamentos sociais e os (3) equipamentos educativos.



Fonte – CMC/DPT/DPIE – TIS

Figura 34

Figura 54: Escolas com 1º ciclo do Ensino Básico preferenciais para o desenvolvimento de circuitos Pedibus

3.1.1 Mobilidade

- Promoção de um desenho urbano universal e inclusivo, atendendo as necessidades de todo o tipo de utilizadores, especialmente os mais vulneráveis (crianças, idosos, pessoas com mobilidade condicionada).
- Realização de campanhas de sensibilização sobre segurança rodoviária, os direitos dos peões e os benefícios de andar a pé, que poderão ser dirigidas a grupos-alvo (e.g., condutores, crianças e adolescentes) e basear-se em iniciativas pontuais (e.g., a Corrida na Marginal) ou então traduzir-se em campanhas de sensibilização em diversos formatos (e.g., folhetos, na revista municipal, *muppies*, internet, etc.);
- Promoção de aulas de formação sobre a segurança nas deslocações pedonais (e.g. atribuição da “carta” do peão), junto as crianças que estudam no Concelho, promovendo deste modo uma maior autonomia nas deslocações para a escola deste grupo etário;
- Divulgação junto das escolas do 1.o ciclo do ensino básico de iniciativas do tipo PediBus (“autocarro pedonal”), informando a comunidade escolar sobre os benefícios a estas associados;
- Realizar um projeto-piloto (que deverá desenrolar-se ao longo de diversos anos), no âmbito do qual serão criados circuitos de PediBus numa ou mais escolas do Concelho.

3.1.2 Equipamentos e Serviços Sociais

- A Carta Social (2008) traçou objetivos até 2016, nomeadamente a taxa de cobertura a atingir pelas respostas destinada aos grupos etários específicos e o aumento da oferta necessária nas restantes tipologias de serviços, para as quais não é possível obter dados da população-alvo, de forma a calcular taxas de cobertura.

O quadro seguinte apresenta a taxa de cobertura e as metas definidas para creche e respostas a população idosa:

Taxa de cobertura	Creche (e amas)		Lares/Residências de idosos		Centro de Dia		C. Convívio/Academia S.		SAD	
	2012 *	Meta 2016	2012 **	Meta 2016	2012 **	Meta 2016	2012 **	Meta 2016	2012 **	Meta 2016
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Alcabideche	20	40	4,5	4,7	1,1	6,1	6,4	9,2	3	Não definida na Carta Social. A meta nacional é 7%
Carcavelos	36	43	1,0	4,7	1,8	5,9	0	5,4	4	
Cascais	43	44	2,0	4,5	0,5	5,6	5,1	8,0	0,7	
Estoril	60	46	2,0	4,6	4,7	11,9	0,9	6,9	6,4	
Parede	57	43	6,3	4,6	1,4	6,2	11,3	6,5	2	
S.D. Rana	41	41	1,4	4,3	2,9	6,2	2,2	7,1	3,3	
Concelho	41	42	2,8	4,6	2,1	6,8	4,1	7,4	3,1	

* Taxa calculada com base na estimativa populacional para 2016 de crianças 0-3 anos, constante da Carta Social, dado ainda não existirem dados do Censos 2011 desagregados.

** Taxa calculada com base nos dados do censos 2011 para população > 65 anos.

3.1.3 Equipamentos Educativos

- Repensar o espaço público: a rua, os espaços verdes coletivos enquanto espaços fundamentais de convivialidade e aprendizagem, permitindo a circulação em segurança, acessíveis a todos, que promovam, pelos modelos presentes, a participação, comportamentos cívicos adequados.

“A rua é um espaço potencial de jogo que está em desaparecimento progressivo da cultura lúdica infantil” (Carlos Neto 1997).

É urgente, por isso, restituir à criança locais/espaços que propiciem momentos de magia, de encantamento, de construção do brincar, que possibilitem relacionamentos de proximidade com os outros e em particular, com a comunidade.

- Repensar o tempo livre e os modelos de lazer: espaços desportivos informais, ludotecas, espaços culturais e outros espaços de convívio informal. O lazer é uma área da experiência humana, um recurso para o desenvolvimento pessoal e uma fonte de saúde e de prevenção de perturbações físicas ou psíquicas, um direito humano que é gozado, uma vez satisfeitas as necessidades básicas do indivíduo, e um indicador de qualidade de vida com um enorme potencial económico. Enquanto município, importa promover e defender o tempo livre e o lazer das crianças e jovens. O desenvolvimento e alargamento de uma rede de Ludotecas, enquanto espaços privilegiados de brincar, de atividade em família, recurso igualmente importante para a receção de um turismo de família que se pretende acolher, integra uma linha de intervenção estratégica. Promover o direito à educação é promover também o direito da criança a brincar e a jogar como aspeto fundamental do seu desenvolvimento.

- Repensar os equipamentos em geral e os de educação formal em particular, escolas públicas e privadas ou solidárias, universidades, centros de formação e tantos outros recursos enraizados na comunidade, com responsabilidade no processo de desenvolvimento local.

O documento de referência, orientador do planeamento da rede de equipamentos escolares, tem vindo a ser a Carta Educativa do Concelho de Cascais, datada de 2002 (atualmente em processo de revisão). Pensar numa Carta de Equipamentos Escolares, no contexto do Plano Diretor Municipal, e tendo em conta o seu conceito prospetivo e de ordenamento do território, das suas ofertas e recursos, a Carta Educativa, cujo processo de revisão se perspetiva em complementaridade ao PDM-Cascais, deve ter em linha de conta:

- O alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos;
- A inclusão da educação pré-escolar, como primeira etapa da educação básica de oferta universal, ao nível dos 5 anos, tendencialmente abrangendo as faixas de 3 e 4 anos;
- O reordenamento da rede do ensino básico;
- O alargamento do ensino profissional e a sua distribuição espacial em função de uma especialização das ofertas por família de profissões, por território educativo, em articulação com o tecido económico e social local;
- A definição de uma rede de ofertas e recursos ao nível da Educação Especial, especialmente distribuídas por especialização, por forma a garantir a inclusão no sistema educativo, durante os 12 anos de escolaridade, das crianças e jovens portadores de deficiência;

- O processo de agregação de escolas e consequente alargamento dos territórios educativos, previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 44 / 2010, de 14 de junho.

Trata-se pois de um profundo processo de reordenamento da rede escolar, que parcialmente tem vindo a ser implementado, mas que deverá alterar, de forma muito significativa, todo o conceito de *Território Educativo*, e o quadro da rede de ofertas e recursos educativos ao nível concelhio.

O concelho de Cascais é, no âmbito metropolitano, um concelho de muitas especificidades e situações atípicas, tendo em conta a forte atratividade que ainda exerce, e a nível educativo, a enorme representatividade do ensino particular e cooperativo que, em 2001, abrangia 48% da população em idade escolar.

3.2 Planos de Pormenor

Entre os Planos de Pormenor (PP) em vigor em Cascais, destacam-se aqui alguns que apresentam na sua programação objetivos com impacto na vida das crianças.

3.2.1 Plano de Pormenor do Espaço de Estabelecimento Terciário do Arneiro - Pela ênfase nos espaços verdes e de lazer integrados na Rede Ecológica Metropolitana, regulando o funcionamento e o equilíbrio biofísico desta área através da manutenção de um corredor ecológico que permita a preservação e valorização dos sistemas naturais, a ser criado ao longo da Ribeira de Sassoeiros garantindo-se assim uma faixa "*non aedificandi*" que permita o funcionamento em "*continuum naturale*". Associados a este corredor serão constituídos diversos espaços públicos verdes de lazer multifacetados, vocacionados para o contacto mais directo com a natureza, para a prática desportiva e lúdico-cultural, beneficiando a formação física, cultural, mental e social da população que deles usufruir.

3.2.2 Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística da Quinta do Barão - Destaca-se este PP por incluir nos seus objetivos:

- o estabelecimento de uma via pedonal, coadjuvada com via ciclável;
- o estabelecimento da ligação, por via pedonal, entre os loteamentos situados a Poente da área de intervenção do plano e o futuro espaço do Museu da Vinha e do Vinho, permitindo também a melhoria do acesso à futura Sede dos Escoteiros e Guias, a qual será edificada na parcela municipal existente;
- a transformação das parcelas a Noroeste da área de intervenção do PPERUQB, uma propriedade do Município de Cascais e outra omissa na conservatória, em área verde de enquadramento;
- a cedência para espaço verde e de utilização coletiva de uma área que integrará o domínio público do Município.

3.2.3 Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos Sul

Destaca-se este PP por incluir nos seus objetivos:

- a implementação de um Parque Urbano de dimensão relevante e estruturador;
- a preservação e valorização do conjunto edificado da Quinta dos Ingleses;
- a implantação de equipamentos de utilização coletiva, nomeadamente, Centro de saúde, Escola EB1 (Pré-escolar + 1.º Ciclo), Campo de Jogos com bancadas; Campo de Jogos sem bancadas; Centro de Treino Gímico; Equipamento cultural.

3.3 CONCLUSÃO

Mobilidade, equipamentos sociais ou educativos, espaços verdes e de lazer. São diversas as definições e orientações existentes, ao nível do Planeamento do Território em Cascais, orientadas para as crianças. No entanto, nunca foi realizado, até agora, qualquer tipo de trabalho de Planeamento COM as crianças. É esse o desafio que se pretende abraçar, a partir deste diagnóstico, para o futuro.

4. INSTRUMENTOS DE MONITORIZAÇÃO

4.1 Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) relativa à Revisão do PDM-Cascais, incidiu sobre a avaliação das opções estratégicas e sua concretização no modelo territorial proposto pelo plano.

O objetivo da AAE é o de apoiar o processo de decisão subjacente à elaboração do PDM-Cascais, constituindo um contributo para o desenvolvimento sustentável do território do município de Cascais, atendendo às suas características intrínsecas que lhe conferem valor e atratividade e à relação que pode estabelecer com o território envolvente.

Deste procedimento resultou um Relatório Ambiental (RA) que, à luz das questões relevantes expressas no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), informa das oportunidades e riscos de índole estratégica resultantes da proposta de plano, e também indica diretrizes com vista à integração de questões ambientais e de sustentabilidade nas fases subsequentes de planeamento, nomeadamente na sua implementação, envolvendo para isso outras entidades.

O PDM-Cascais encontra-se sujeita a um processo de Avaliação Ambiental (AA) de acordo com o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro – com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e subsidiariamente com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Este enquadramento define como responsável pela AA o proponente do plano a avaliar, neste caso a CMC. Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AA, determinação do seu âmbito e alcance, consulta de entidades e do público sobre esse âmbito e alcance, preparação do RA e respetivas consultas públicas e institucionais, e, por fim, a apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente.

A presente AA do PDM-Cascais baseia-se na metodologia de AAE, simultânea com a elaboração do plano, considerando opções estratégicas para avaliação e um contexto de sustentabilidade. A metodologia proposta assegura o cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, e no Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, desenvolvendo-se em quatro fases metodológicas fundamentais:

- i. Identificação e análise de Fatores Críticos para a Decisão (FCD);
- ii. Análise de tendências;
- iii. Avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas e da sua concretização no modelo territorial;
- iv. Bases para um programa de seguimento da implementação do Plano.

Esta abordagem estratégica pressupõe ainda que a AAE seja complementar à conceção do PDM-Cascais, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do plano, quer no que respeita ao diagnóstico,

quer no que respeita às opções de desenvolvimento preconizadas. A AAE tem ainda em conta os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta de entidades e do público.

Para assegurar estes objetivos, a metodologia a seguir na AAE concretiza-se nas atividades fundamentais adiante descritas, que se articulam com o processo de planeamento.

Os documentos a preparar no âmbito da AAE incluem:

- a) O Relatório de Fatores Críticos para a Decisão que reporta sobre o âmbito e alcance da AA;
- b) O Relatório Ambiental onde se inclui a análise de tendências e a avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas e sua concretização no modelo territorial proposto, bem como as bases de um programa de seguimento da implementação do Plano – documento que acompanha o PDM-Cascais;
- c) A Declaração Ambiental a apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) no seguimento da aprovação do Plano.

Os FCD foram definidos em função:

- Do Quadro Referência Estratégico (que estabelece o referencial de avaliação face ao que se pretende para o futuro, bem como o enquadramento com outros planos e programas relevantes, incluindo políticas europeias e nacionais);
- Das questões estratégicas que configuram a conjuntura estratégica, objetivos e linhas de força que orientam o PDM-Cascais;
- Das questões ambientais e de sustentabilidade, nomeadamente, as legalmente definidas no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Os FCD, e a sua relação com as Questões Ambientais consideradas relevantes para o PDM-Cascais, são os seguintes:

- Requalificação territorial e mobilidade (Alterações climáticas / Estrutura e Funcionalidade Ecológica / Mobilidade);
- Coesão e inclusão (Assimetrias sociais / Saúde e Bem-estar);
- Riscos e alterações climáticas (Alterações climáticas / Qualidade ambiental / Vulnerabilidade Territorial);
- Marca Cascais (Gestão de recursos ambientais / Energia / Património / Competitividade e Economia Verde).

Para cada FCD foram definidos critérios de avaliação e indicadores. Os critérios especificam o âmbito considerado nos FCD e os indicadores definem um instrumento de medida.

Para cada FCD foram identificadas as tendências principais do concelho, e com base nestas foram sistematizados os Pontos Fortes e os Pontos Fracos, assim como as Ameaças e as Oportunidades. Com base nos Critérios de Avaliação definidos foi efetuada a avaliação do Modelo Territorial. Para cada FCD foram ainda definidas Diretrizes de Planeamento e um Quadro de Governança.

A AAE acompanhou a evolução do processo de planeamento nomeadamente os resultados dos pareceres da Comissão de Acompanhamento, das reuniões de concertação, da conferência de serviços, assim como as alterações à proposta de plano resultantes da evolução do processo de planeamento. Desta forma, a versão do RA que acompanha o PDM-Cascais, espelha a análise efetuada após o Parecer Final da CCDR-LVT.

A AAE influenciou a proposta de Revisão do PDM-Cascais de forma transversal, desde a definição dos objetivos estratégicos, até à concretização de medidas programáticas direcionadas para a execução do plano, passando por diversas medidas de natureza regulamentar que visam salvaguardar e valorizar os valores ambientais e culturais em presença, assegurando o desenvolvimento do município de forma sustentada.

A AAE aponta ainda uma série de diretrizes para assegurar maior eficácia na implementação do PDM-Cascais, não terminando com a aprovação do Plano. O seguimento desta implementação (mediante o seu acompanhamento por um Programa de Seguimento), traduz-se num processo contínuo da AAE, que auxilia no cumprimento das metas pretendidas para o município de Cascais, no sentido de assegurar uma trajetória de sustentabilidade.

4.2 RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (REOT)

Os REOT municipais, são elaborados de quatro em quatro anos sob responsabilidade da câmara municipal, que os deve submeter à aprovação pela assembleia municipal. Esses documentos traduzem o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial objeto de avaliação/monitorização, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão, particularmente do PDM, já que é o instrumento que define primeiramente os regimes de uso do solo e que precede os IGT de escala inferior.

A avaliação do estado do ordenamento do território tem como orientação, a recolha e sistematização de informação de base relativa aos principais eixos do sistema territorial municipal:

- I. Cascais, Território com qualidade de vida urbana
- II. Cascais, Território de criatividade, conhecimento e inovação
- III. Cascais, Território de valores ambientais
- IV. Cascais, Território coeso e inclusivo
- V. Cascais, Território de cidadania ativa

Para o efeito é efetuada uma caracterização do Concelho através de um conjunto de temas: Sócio Economia, Dinâmicas Territoriais, Equipamentos, Mobilidade, Ambiente e Governança.

b) URBANISMO

Na área do Urbanismo a CMC deve assegurar todos os atos procedimentais previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) respeitantes a operações urbanísticas, na esfera pública e privada, promovendo para tal metodologias e instrumentos de gestão urbanística qualificadores do território e potenciadores do seu desenvolvimento integrado e sustentado.

Elabora ou coordena ainda estudos e planos urbanísticos considerados necessários para o reordenamento e requalificação de determinadas zonas urbanas definidas pelo município, designadamente através da implementação de Unidades de Execução e projetos de loteamentos resultantes de Planos de Pormenor. Nesta vertente a maior preocupação prende-se com a promoção da qualidade urbanística e arquitetónica destes lugares, assente em princípios de planeamento e construção sustentável.

Assegura uma estreita articulação funcional com outros serviços, designadamente de gestão e intervenção territorial, no sentido da manutenção e qualificação do espaço urbano municipal. Na sequência de operações urbanísticas em fogos inseridos em espaços centrais históricos ou em áreas urbanas a requalificar, apela aos proprietários a extensão dessas mesmas ações, sobretudo ao nível das fachadas, à totalidade do edifício em causa.

Outra vertente consiste na elaboração e atualização de regulamentos municipais nas áreas do urbanismo e atividades económicas, dando resposta às sucessivas alterações legislativas nestas matérias, bem como às diversas reflexões e estudos disponíveis.

Em matéria de atividades económicas assegura o seu licenciamento, prestando apoio técnico e logístico aos agentes económicos que pretendam investir no município.

PROGRAMA / PROJETO / INICIATIVA / AÇÃO	OBJETIVO SUCINTO	PÚBLICO ALVO	UNIDADE ORGÂNICA QUI PROMOVE
1. Promover a implementação de um conjunto de medidas de boas práticas para a promoção da segurança infantil nos ambientes construídos	<p>1.1 – Promover a implementação de boas práticas relativamente à segurança infantil nos ambientes construídos, com especial enfoque nos seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - proteção de piscinas privadas e outros planos de água; - localização de novos estabelecimentos escolares públicos e privados. <p>1.2 – Promoção das boas práticas no site do município.</p>	0-3 / 3-6 / 6-10 / 10-14 / 14-18	Coordenação – Mecanismo Coordenação Colaboração - DGT / DIT / DMCO
2. Guardas de varandas (RUEM)	2.1 - Introduzir regras no RUEM (Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação do Município de Cascais) no que se refere aos requisitos para guardas de varandas em novas operações urbanísticas, tendo em conta a norma portuguesa de guardas para edifícios e outros critérios para a redução de quedas.	0-3 / 3-6 / 6-10 / 10-14 / 14-18	Coordenação – Mecanismo Coordenação Colaboração - DGT / DIT / DMCO
3. Perceção da “imagem da cidade”	<p>3.1 - Promover a utilização da ferramenta GeoCascais junto dos professores e alunos. O GeoCascais constitui uma importante fonte de informação municipal, designadamente ao nível do conhecimento do território nas suas diversas valências, podendo tornar-se uma excelente ferramenta de trabalho.</p> <p>3.2 - Promover sessões escolares que incluam técnicos municipais responsáveis pelas áreas de planeamento e do urbanismo.</p> <p>3.3 - Desenvolver atividades que contribuam para a perceção do ambiente urbano, designadamente através da elaboração de mapas, da construção de maquetas temáticas dos locais que habitam (sala de aula, recreio da escola, quarto, etc.), de visitas e passeios temáticos a espaços simbólicos da cidade.</p>	6-10 / 10-14 / 14-18	Coordenação – Mecanismo Coordenação Colaboração – DSTI / DGT DMCO
		10-14, 14-18	Coordenação – Mecanismo Coordenação Colaboração – DPE / DGT DAPI / DMCO
		6-10 / 10-14 / 14-18	Coordenação – Mecanismo Coordenação

Quadro 12: Resumo da intervenção da autarquia no Urbanismo com enfoque nos 0-18 anos.

❖ **ASPETOS DA INTERVENÇÃO DA AUTARQUIA NA ÁREA DO URBANISMO QUE SÃO IMPORTANTES DO PUNTO DE VISTA DO IMPACTO QUE TÊM NA QUALIDADE DE VIDA DAS CRIANÇAS E JOVENS:**

- Atendendo às competências na área do Urbanismo, designadamente em matéria de assegurar o cumprimento das normas previstas na legislação nacional e nos regulamentos municipais relativamente a operações urbanísticas no território municipal, destaca-se desde logo o seu papel na garantia da qualidade de vida da população em geral, e em particular dos mais novos.
- As sucessivas alterações legislativas e regulamentares têm vindo a contribuir para uma melhoria significativa da qualidade do espaço construído, designadamente do ponto de vista da salubridade, da térmica, do comportamento acústico dos edifícios, da construção sustentável, entre outros. Também ao nível do espaço exterior no interior dos lotes tem havido uma maior preocupação em assegurar espaços permeáveis, potenciadores de áreas de lazer.
- Planear o território é uma das decisões mais relevantes para assegurar a qualidade do espaço municipal nas suas diversas vertentes. O município tem vindo a desenvolver nos últimos anos um conjunto de instrumentos de planeamento e de execução, designadamente ao nível dos planos de pormenor e de unidades de execução, que, em conjunto com parceiros externos, têm permitido a construção ou a previsão de novos equipamentos ou espaços verdes públicos, como escolas, equipamentos desportivos ou parques urbanos que já asseguram ou que, num futuro próximo, irão responder às necessidades da população, em especial da população mais jovem.
- De destacar ainda uma medida decorrente do RJUE e concretizada em termos municipais ao nível do Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Cascais (RUEM), que em muito tem contribuído para a existência de espaços verdes públicos e áreas reservadas para equipamentos. Trata-se da definição de regras de equiparação a operações de loteamento de operações urbanísticas com impacte relevante, nomeadamente no que se refere às cedências para o domínio público para implementação de espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva. A título de exemplo, consideram-se operações urbanísticas com impacte relevante e/ou semelhante a uma operação de loteamento, qualquer operação que possua uma área total de superfície de pavimento igual ou superior a 1200m² ou que disponha de mais de 5 fogos. Esta medida permite que um conjunto significativo de intervenções sejam equiparadas a operações de loteamento, implicando que os respetivos promotores procedam desde logo à cedência dos espaços verdes a integrar o domínio municipal devidamente infraestruturados e equipados, de acordo com o projeto de arquitetura paisagística a aprovar pelo município, salvaguardando a concretização destes espaços e garantindo a qualidade dos mesmos. As áreas a ceder para equipamentos de utilização coletiva constituem importantes reservas para a instalação de equipamentos de apoio às populações, a concretizar no âmbito do planeamento municipal nesta matéria.

❖ **ASPETOS POSITIVOS DO URBANISMO EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS/JOVENS)?**

- Na sequência da irradicação de habitações precárias (barracas) ocorrida no concelho nas últimas décadas, e do consecutivo realojamento das famílias que aí habitavam, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida destas populações, sobretudo das crianças, a grande aposta do município consistiu na infraestruturização de uma área significativa do território, garantindo as infraestruturas básicas praticamente a toda a população.

- Também ao nível das Áreas Urbanas de Génese Ilegal encontram-se em fase de conclusão diversas ações que visam a sua requalificação, sobretudo ao nível dos espaços públicos e respetivas infraestruturas, medidas essas que contribuíram para a transformação daqueles territórios e para a criação de novas valências, sobretudo de espaços públicos de proximidade.
- Outro aspeto positivo da ação da autarquia do ponto de vista da qualificação do território consiste em assegurar um correto desenho urbano dos espaços presentes nos processos de intervenção analisados. Medidas como a (re)definição de alinhamentos viários em zonas muito compactas ou a criação de zonas de descompressão da malha urbana, irão a médio prazo potenciar novas valências e novas vivências por parte das populações. Qualidade gera qualidade.

❖ ASPETOS A MELHORAR NO URBANISMO EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS/JOVENS)?

Reconhecendo que existem questões que podem ser melhoradas do ponto de vista da segurança e da qualidade de vida das crianças e jovens, a última revisão do Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Cascais (RUEM), cujo processo se encontra em período de discussão pública, prevê um conjunto de alterações nesse sentido.

Destaca-se:

- A introdução de regras mais restritivas ao nível das guardas de rampas, escadas, terraços e varandas de edifícios e espaços exteriores, que deverão impedir a escalada e a passagem de crianças. Estas regras encontram-se definidas no artigo 21º do referido Regulamento.
- Outra das medidas previstas consiste na obrigatoriedade de prever, nas áreas de cedência para espaços verdes públicos resultantes de loteamentos ou de operações urbanísticas com impacte relevante e/ou semelhante a operação de loteamento, e sempre que essas áreas sejam superiores a 500m², a criação de jardins dotados de equipamento de recreio ativo e passivo, designadamente relvados e parques infantis, zonas pedonais e de estadia, complementadas com mobiliário urbano. No caso de parcelas superiores a 2.500m², deverá ser executado um parque público que preveja a criação de circuitos de jogging e cicláveis, para além de parque infantil, zonas pedonais, arbóreas e arbustivas, entre outras. Estas medidas encontram-se definidas no artigo 35º da proposta de revisão do RUEM.
- Ainda a nível técnico serão implementadas medidas de boas práticas para a promoção da segurança infantil nos ambientes construídos, com especial enfoque na proteção de piscinas privadas e outros planos de água e num maior cuidado na análise da localização de novos estabelecimentos escolares. Aqui o papel dos técnicos municipais das áreas do planeamento e urbanismo é determinante, aconselhando os promotores privados a tomarem as melhores opções com vista a tornar as localidades mais inclusivas para as crianças.
- A ideia central de uma cidade amiga das crianças é assegurar que os direitos dos mais pequenos são respeitados e tidos em conta em todas as políticas públicas adotadas. Para tal é necessário que as próprias crianças aprendam desde logo a reconhecer a cidade, a sua estrutura física e a sua organização política e territorial. Assim, o município promoverá um conjunto de medidas que

contribuam para a perceção da imagem da cidade pelos mais novos, promovendo sessões escolares que incluam técnicos municipais responsáveis pelas áreas do planeamento e da gestão e intervenção territorial; desenvolvendo atividades escolares que contribuam para a perceção do ambiente urbano, designadamente através da elaboração de mapas, da construção de maquetas temáticas dos locais que habitam, de visitas e passeios temáticos a espaços simbólicos do município.

- Ainda ao nível do território é fundamental dar a conhecer e promover a utilização da ferramenta GeoCascais junto de todos os munícipes, em especial dos professores e alunos. O GeoCascais constitui uma importante fonte de informação municipal, designadamente ao nível do conhecimento do território nas suas diversas valências, podendo tornar-se uma excelente ferramenta de trabalho e instrumento potenciador de uma participação ativa dos mais novos.

c) HABITAÇÃO SOCIAL

Dados e Intervenção da Cascais Envolvente – Habitação Social

A empresa, à data de hoje denominada Cascais Envolvente – Gestão Social da Habitação, E.M., SA foi criada pela Câmara Municipal de Cascais, em outubro de 1998, sendo o seu objetivo principal a gestão integrada dos fogos municipais sob a sua gestão.

No âmbito do Departamento de Ação Social, a Cascais Envolvente assenta num modelo de intervenção integrada, colocando em prática uma política de proximidade, de forma a facilitar a deteção de eventuais situações que requerem a intervenção dos técnicos, promovendo:

- O desenvolvimento socioeconómico e inserção dos agregados familiares realojados;
- O controlo da ocupação e utilização dos fogos;
- A elaboração de estudos, que permitam ter um maior conhecimento da população alvo de intervenção;
- O cálculo do valor da renda com base na situação sócio económica do agregado familiar, e tendo por base a Lei em vigor.

A Cascais Envolvente tem sob a sua gestão 2353 fogos, distribuídos por 42 Bairros e alguns fogos dispersos pelo Concelho de Cascais, nas 4 freguesias que compõem o concelho: Alcabideche, Cascais/Estoril, Carcavelos/Parede, e São Domingos de Rana.

A maior concentração de fogos situa-se nas freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana, sendo as mesmas que têm uma maior área geográfica.

A dimensão dos fogos varia entre T0 e T5, sendo a sua maioria T2 e T3, de forma a realojar um número significativo de agregados familiares compostos por famílias com filhos.

Relativamente ao **universo das crianças residentes em habitação social dos 0 aos 18 anos**, o mesmo distribui-se da seguinte forma:

Quadro 13 : Freguesia

Freguesia	Nº Crianças
Alcabideche	642
Cascais/Estoril	363
Carcavelos/Parede	58
São Domingos de Rana	576
Total	1639

Quadro 14: Género e Idade

Escalão Etário /Género	F	M
0-4	114	112
5-9	196	223
10-14	240	213
15-18	258	283
Total	808	831

Quadro 15: Escolaridade

Escolaridade	Nº de Crianças
1º Ciclo	82
1º Ciclo Inc.	396
2º Ciclo	165
2º Ciclo Inc.	160
3º Ciclo	75
3º Ciclo Inc.	233
Curso Técnico Prof.	6
Não se aplica	413
S/Informação	56
Secundário	4
Secundário Inc.	48
Sem Habilitações	1
Total	1639

Quadro 16 : Nacionalidade

Nacionalidade	Nº de Crianças
Angolana	13
Brasileira	7
Cabo Verdiana	66
Espanhola	2
Guineense	145
Moçambicana	4
Outra	4
Portuguesa	1389
Romena	1
Senegalesa	5
Ucraniana	3
Total	1639

A Cascais Envolvente, interage diretamente com as famílias residentes em habitação social, promovendo os Direitos das Crianças e Jovens, através de procedimentos que de alguma forma assegurem o bem-estar dos mesmos, nomeadamente no que concerne a:

- Quando um agregado familiar é transferido de habitação, os menores que apresentam uma diferença de idade igual ou superior a 10 anos, são distribuídos por quartos individuais, cada família tem a sua especificidade, cada criança tem direito à sua individualidade; o mesmo se aplica quando existem crianças e jovens de géneros diferentes;
- Sempre que possível, nas transferências de habitação, os fogos a propor são no próprio bairro, ou freguesia, para que as crianças não tenham que alterar rotinas, assegurando a frequência da mesma escola e a continuação de laços de amizade, familiares e vizinhança já existentes.

❖ **ASPETOS POSITIVOS DA HABITAÇÃO SOCIAL EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS/JOVENS)?**

- Existência de Bairros de dimensões reduzidas promove a integração das crianças, no meio onde residem;
- Habitação social está na sua grande maioria junto de escolas;

❖ **ASPETOS A MELHORAR DA HABITAÇÃO SOCIAL EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS/JOVENS)?**

- Construção de Parques Infantis e Polidesportivos nos bairros;
- Criação de espaços lúdicos e de atividades;

6.2 Família

❖ CARACTERIZAÇÃO

- EVOLUÇÃO DO TOTAL DE FAMÍLIAS E POR DIMENSÃO (1991 - 2011)

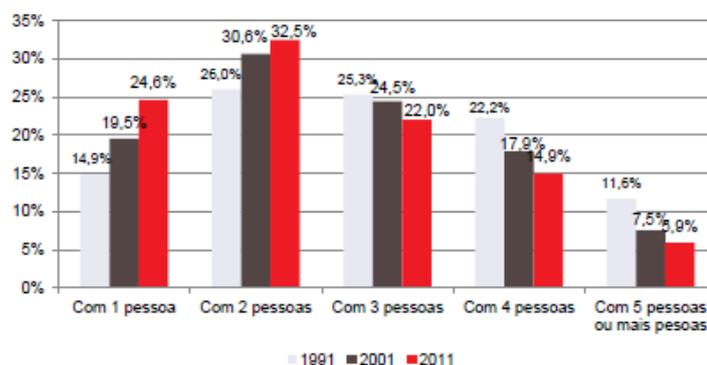


Fig29 – Evolução do total de famílias e por dimensão (1991 - 2011)

Fonte: Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011; CMCascais, Novembro 2012

O número total de famílias cresceu cerca de 30% na última década, e 60% de 1991 a 2011. Este crescimento refletiu-se no com maior relevância nos núcleos familiares com apenas 1 indivíduo, que em 2011 já representava 25% do total dos núcleos familiares, e com 2 indivíduos que no mesmo ano representava 32,5%. Em conjunto estes núcleos familiares representam 57% do total, enquanto os núcleos familiares com maior número de indivíduos apresentam um gradual decréscimo.

- ESTRUTURA FAMILIAR

No concelho de Cascais, a evolução do número de famílias, ocorrida ao longo das últimas décadas acompanha a dinâmica demográfica verificada a nível nacional e na AML, que é a de uma clara tendência de decréscimo (Quadro 17).

Territórios		Dimensão média das famílias			
Âmbito Geográfico	Anos	1960	1981	2001	2011
NUTS 2013	Portugal	3,7	3,3	2,8	2,6
NUTS III	Área Metropolitana de Lisboa	3,3	3,0	2,6	2,4
Município	Cascais	3,5	3,2	2,7	2,5

Quadro17 - Evolução da dimensão média da família. de 1960 a 2011. Fonte: PORDATA, 2016.

O Concelho assistiu a uma diminuição, gradual, da dimensão média familiar, que passou de 3,5 pessoas por família, em 1960, para 2,5 em 2011.

Está comprovado, com base em estudos demográficos, que à medida que diminui o número de elementos nas famílias, aumenta o número de pessoas “a viverem sós”. Esta situação não se pode dissociar da proporção de população idosa, entre a qual existirá a situação de viuvez, mas pode também ser reveladora de modos de vida mais urbanos, como é o caso do celibato desejado, do divórcio ou de novas formas de conjugalidade que não passam por partilhar o mesmo espaço.

É nas freguesias do litoral do Concelho que existe uma maior proporção de famílias clássicas com 65 ou mais anos.

A distribuição espacial no território municipal, à subsecção estatística, das famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos e das famílias com 1 a 2 pessoas, é a apresentada figuras abaixo. Esta informação base é essencial para que se analise, futuramente, tendências das dinâmicas do território municipal, assim como se garanta a avaliação e programação dos instrumentos de gestão territorial.

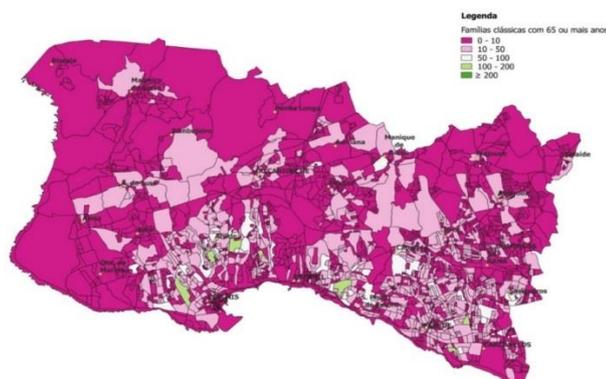


Figura 30 - Famílias clássicas com 65 ou mais anos à subsecção estatística. Fonte: INE (Censos), 2011. DPE/UAMA - *Tratamento da informação em SIG com o QGIS Brighton 2.6*

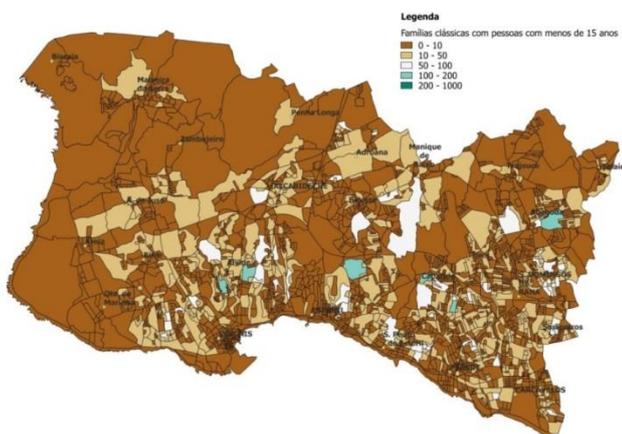
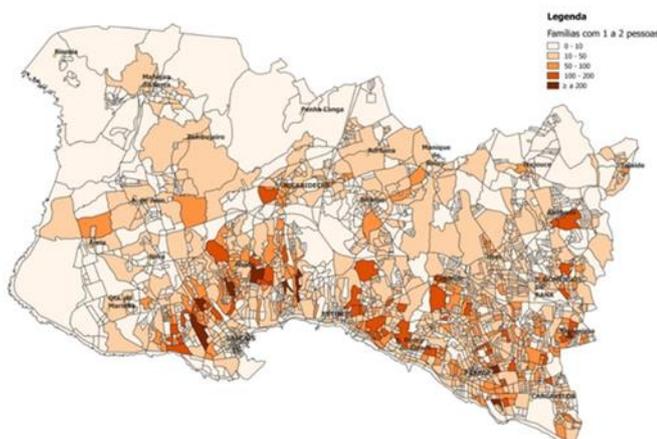


Figura 31 - Famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos à subsecção estatística. Fonte: INE (Censos), 2011. DPE/UAMA - *Tratamento da informação em SIG com o QGIS Brighton 2.6*

Figura 32 - Famílias clássicas com 1 a 2 pessoas à subsecção estatística. Fonte: INE (Censos), 2011. DPE/UAMA - Tratamento da informação em SIG com o QGIS Brighton 2.6.



a) Famílias monoparentais

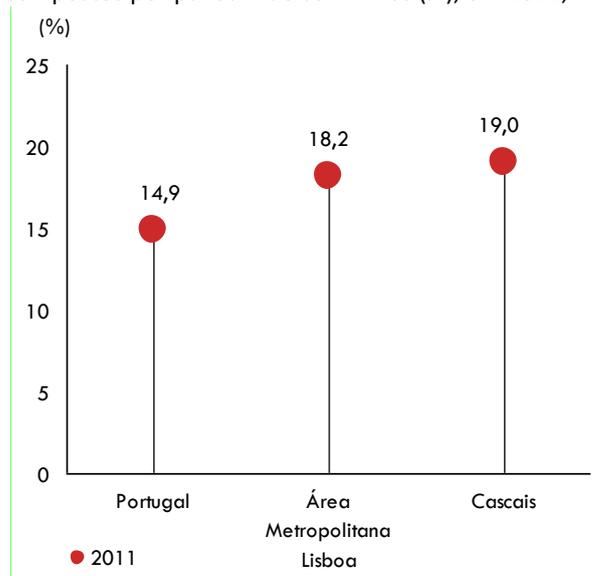
O número de agregados familiares monoparentais sofreu em Cascais, à semelhança do verificado para o resto dos territórios em comparação, um aumento significativo durante o último período intercensitário.

Apesar do acréscimo concelhio (3,7%) ter sido superior ao da média nacional, (3,4%), ficou abaixo do crescimento registado para a AML, que foi de 4,2%.

Em 2011, a proporção de núcleos familiares monoparentais em Cascais era de 19%, ao passo que na AML estes núcleos familiares representavam 18,2%.

Não se observam diferenças relevantes no contexto intra-concelhio, uma vez que os valores oscilam entre os 14% e os 15%.

Figura 33 | Proporção de núcleos familiares monoparentais compostos por pai ou mãe com filhos (%), em 2011, INE



- **TIPOLOGIAS DE NÚCLEOS FAMILIARES COM FILHOS SOLTEIROS COM MENOS DE 25 ANOS**

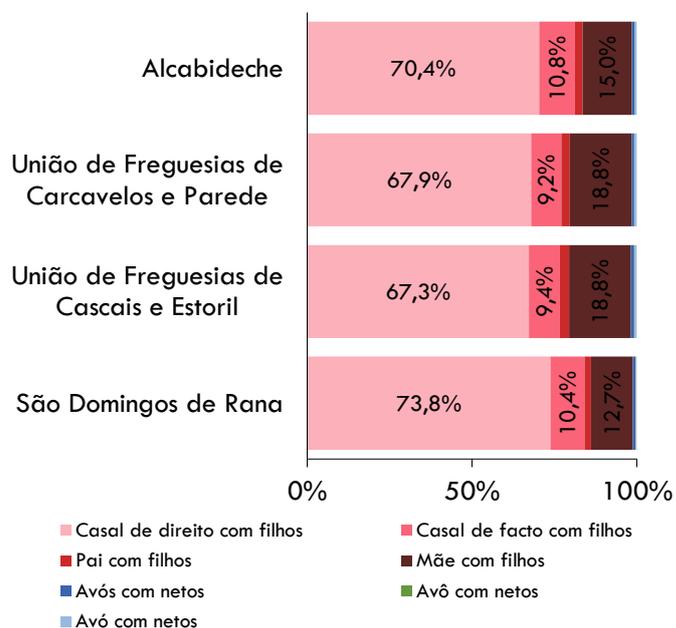
No contexto dos núcleos familiares com pelo menos 1 filho solteiro com menos de 25 anos de idade, a distribuição intra-concelhia em 2011 apresentava algumas diferenças.

O casal de direito com filhos era a tipologia mais vulgar, com valores situados entre os 67,3% (União das Freguesias de Cascais e Estoril) e os 73,8% (São Domingos de Rana).

A monoparentalidade feminina ocupa a segunda posição em todas as freguesias, oscilando entre os 18,8% nas Uniões de Freguesias e os 12,7% de São Domingos de Rana.

O casal de facto com filhos é a tipologia familiar que ocupava a 3.ª posição, tendo o seu valor mais elevado na freguesia de Alcabideche, com 10,8%. As famílias compostas por pai com filhos não ultrapassavam os 2,8% registados na União de Freguesias de Cascais e Estoril.

Figura 34| Tipologias de núcleos familiares com filhos ou netos (%), em 2011, INE

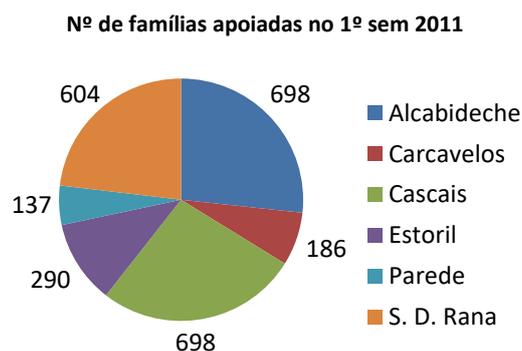


- **APOIOS PONTUAIS A FAMÍLIAS CARENCIADAS**

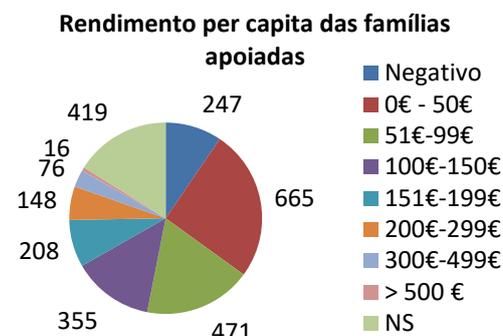
No decorrer do 1º semestre de 2011, as 23 organizações que apoiam direta e regularmente municípios em situação de vulnerabilidade socioeconómica, apoiaram 2613 famílias, abrangendo 6.616 pessoas. Destas, 625 (9%) são crianças com idade igual ou inferior a 3 anos.

No que respeita às pessoas que solicitaram os apoios, são sobretudo mulheres (69%), de nacionalidade portuguesa e em idade ativa.

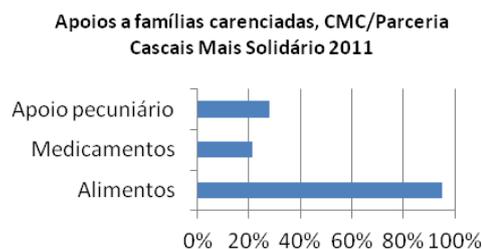
Entre as famílias que beneficiaram do apoio, cerca de 1/3 são constituídas por 4 ou mais elementos, seguidas dos agregados compostos por apenas 1 elemento e que representam 1/4 (665) do tipo de famílias apoiadas.



O trabalho é a principal fonte de rendimentos das famílias apoiadas, seguido das pensões. Não obstante o trabalho ser a principal fonte de rendimento dos agregados, o rendimento *per capita* de mais de metade das famílias (53%) é inferior a 100 euros, sendo que algumas chegam mesmo a ter valores *per capita* iguais a zero ou até negativos¹. Contudo, é nos rendimentos entre os € 0 e os €50 euros que se observa a maior percentagem de situações.



Das 2.613 famílias abrangidas, mais de 95% teve apoio em alimentos, 21,5% também beneficiou de apoio em medicamentos e 28% recebeu apoio financeiro.



O rendimento per capita foi calculado deduzindo do rendimento bruto, despesas de habitação (renda/prestação, água, luz, gás, comunicações), medicamentos e despesas de educação

- EQUIPAMENTOS SOCIAIS

A **Carta de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais (ou Carta Social de Cascais)**, elaborada em 2008 e cuja programação suportou a elaboração do PDM Cascais, define os critérios orientadores de programação da rede, nomeadamente a melhoria da territorialidade cujo objetivo é:

- Promover o acesso e a utilização dos equipamentos e serviços, alicerçado em princípios de universalidade, equidade e sustentabilidade;
- Contribuir para combater as assimetrias sociais baseadas nas desiguais oportunidades de acesso aos equipamentos;
- Reordenar a rede local de modo a colmatar espaços não cobertos por determinadas respostas.

O Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM Cascais não previa para o ano de 2015 a execução de equipamentos sociais, motivo pelo qual nesta fase não se procede a esta avaliação.

A análise da informação disponível confirma a relevância da oferta existente, assinalando-se na figura seguinte a distribuição da oferta equipamentos sociais no território municipal.

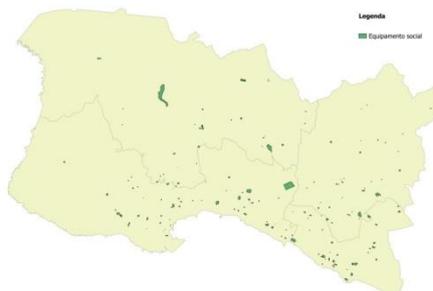


Figura 35 - Distribuição da oferta de equipamentos sociais no território municipal. Fonte: CMC/DSTI, 2016. DPE/UAMA - Tratamento da informação em SIG com o QGIS Brighton 2.6

De acordo com a Carta Social de Cascais, o “apresenta uma irregular distribuição territorial destacando-se as freguesias de Estoril e de São Domingos de Rana por concentrarem um maior número de equipamentos.”(CMC, 2008:77). Contudo, deverão ser considerados nesta análise aspetos como a tipologia do equipamento, dimensão, área de influência, entre outras questões. No caso dos equipamentos de nível local, onde se integram “aqueles que respondem aos domínios da infância e juventude, dos idosos, da família e comunidade e das pessoas em situação de dependência. É nestes domínios que se espera que todas as freguesias estejam adequadamente dotadas” (CMC, 2008 :77).

A Carta Social define vários grupos-alvo. O caso da “Infância e Juventude”, destaca-se em termos de “número de respostas existentes, com um grande peso de determinadas Respostas Sociais como os Centros de Atividades de Tempos Livres e as Ludotecas, bem como dos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e das Creches. O padrão de distribuição territorial apresentado por estes equipamentos é adequado face à distribuição espacial da população nestes grupos etários.” (CMC, 2008 :78).

Segundo este documento, o ritmo de crescimento de equipamentos sociais tem sido continuado, com particular aceleração na última década, sendo por isso uma rede relativamente recente, dado que cerca de 86% dos equipamentos foram criados depois da década de 80. Este impulso no crescimento da rede e na expansão da oferta está relacionado com o crescimento da procura no concelho, que advém de uma série de transformações que ocorreram na sociedade portuguesa. A título de exemplo, a maior integração da mulher no mercado de trabalho levou a que houvesse mais procura de equipamentos na área da infância, como creches ou ensino pré-escolar, havendo por isso necessidade da oferta de adaptar à procura.

As creches são uma resposta social de âmbito socioeducativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade. Na continuidade deste serviço vem a educação pré-escolar, que se destina a crianças desde os 3 anos de idade até à sua entrada no 1º ciclo, com 5/6 anos. Esta é a primeira etapa da educação básica no processo educativo ao longo da vida, e como tal, assume grande relevância sendo uma “das soluções mais frequentemente adotadas pelas famílias” (CMC, 2008 :105). No concelho de Cascais, a rede de estabelecimentos de ensino pré-escolar é a mais ampla das respostas sociais destinadas à Infância e Juventude.

Os Centros de Atividades de Tempos Livres e Ludotecas são equipamentos que visam “proporcionar atividades no âmbito da animação sociocultural a crianças, a partir dos 6 anos de idade, e jovens, nos períodos disponíveis das suas obrigações escolares, de trabalho e outras” (CMC, 2008 :116). Esta é uma resposta social que tem por objetivo colmatar as carências de localização, horários e capacidade dos equipamentos educativos criando uma ocupação a jovens e crianças depois do período de aulas.

- PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) – 2012-2015, funcionou como um instrumento de diagnóstico social e planeamento da intervenção ao nível concelhio, e “é um elemento fundamental na implementação da Estratégia de Sustentabilidade de Cascais” (CMC, 2011 :4).

Enquanto instrumento de planeamento foca-se nas questões de âmbito social, como a coesão e inclusão, mas as orientações e contribuições do PDS estendem-se também às questões associadas à educação e ensino. Como tal importa reter essas contribuições para o desenvolvimento do presente trabalho.

No âmbito do diagnóstico deste Plano a análise SWOT destaca, enquanto **ponto forte**, o facto dos agrupamentos escolares terem respostas inovadoras e preocupações em aumentar as ofertas formativas

de carácter profissionalizante com novas áreas de formação e parcerias com empresas privadas, por exemplo. Quanto a **oportunidades** é mencionada a heterogeneidade de crianças e jovens na rede de escolas públicas do concelho.

O PDS identifica como **problemáticas e prioridades de atuação** diversos grupos/temáticas, de entre os quais se destacam os jovens e as crianças, sendo elencados problemas como:

- Resposta de creche insuficiente;
- Creches privadas com vagas e sem articulação com a rede social;
- Respostas sociais insuficientes para crianças e jovens em risco/ perigo;
- Fracas expectativas dos jovens relativamente ao futuro;
- Saída antecipada de jovens do sistema de ensino;
- Delinquência e marginalidade juvenil - Jovens 13-15 anos com problemas comportamentais e sem enquadramento no sistema;
- Insuficiente oferta de atividades de interesse para jovens;
- Fraca participação cívica dos jovens.

A questão da Inserção Profissional também é tida como uma prioridade neste plano, destacando-se neste âmbito problemáticas que se observam no concelho de Cascais como:

- Elevado nível do desemprego e dificuldades de acesso/integração na vida ativa;
- Desfasamento da oferta de formação face à procura e às necessidades do mercado de trabalho;
- Desvalorização da via do ensino profissionalizante;
- Jovens com abandono escolar precoce sem alternativa de educação/ formação pertinente e atrativa;
- Insuficiente mercado social de emprego para capacitação de pessoas com maiores dificuldades de inserção.

Para além da identificação das problemáticas, o plano aponta tendências e **desafios que se colocam** neste território, nomeadamente: o continuado envelhecimento da população, o desemprego, o mercado de trabalho cada vez mais exigente em termos de qualificações e competências e a tendência para o aumento das desigualdades sociais.

- **ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL**

Encontra-se em fase de tratamento e análise de dados quantitativos e qualitativos referentes à situação social. Dos dados preliminares do novo Diagnóstico Social (fonte: Dados Preliminares do Diagnóstico Social de Cascais, 2017, CEDRU) destaca-se o seguinte:

→ Oferta de equipamentos sociais

- Identifica-se um total de 313 equipamentos, dos quais 230 (valor que corresponde a uma proporção de, aproximadamente, 73%) estão associados a entidades de natureza não lucrativa.

Quadro 18 | Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas (n.º e %)

Natureza das Entidades	n.º	%
Lucrativa	83	27
Não lucrativa	230	73
Total	313	100

Estes valores significam que quase três em cada quatro equipamentos sociais do concelho têm natureza não lucrativa, o que reforça a importância deste tipo de entidades no tecido social do concelho.

- Da análise da distribuição dos **equipamentos por freguesia** destaca-se a maior prevalência da União de Freguesias de Cascais e Estoril, que concentra 37,4% dos equipamentos das entidades inquiridas. A freguesia com segundo maior número de equipamentos é a União de Freguesias de Carcavelos e Parede, onde se encontram 69 equipamentos, o que corresponde a 22%, seguida da Freguesia de Alcabideche, com 64 equipamentos.

Quadro19 | Localização de equipamentos sociais por freguesia (n.º)

Unidade territorial	n.º	%
Alcabideche	64	20,4
Carcavelos e Parede	69	22
Cascais e Estoril	117	37,3
São Domingos de Rana	58	18,5
Vários pontos do concelho	1	0,3
Outras localizações (Lisboa, Oeiras, Confidencial)	4	1,2
Vários pontos do concelho	1	0,3
Total	313	100

- No que diz respeito ao **âmbito de atuação dos equipamentos**, cerca de 55% tem como área de intervenção a infância e juventude, sendo a comunidade em geral a segunda área de atuação com maior número de equipamentos sociais dedicados (27%). Os equipamentos cujo domínio de atuação são as pessoas idosas representam 24% do total, pelo que se constitui como o terceiro domínio de atuação mais relevante. No extremo oposto, regista-se menor número de equipamentos, nas temáticas associadas às pessoas imigrantes e às pessoas vítimas de violência, com apenas dois equipamentos dedicados, e às pessoas sem-abrigo, com quatro.

Quadro 20 | Equipamentos Sociais segundo o domínio de atuação (n.º e %) Domínio de atuação n.º %

Domínio de atuação	n.º	%
Infância e Juventude	171	55
Pessoas Idosas	76	24
Comunidade em Geral	85	27
Pessoas Adultas com Deficiência	21	7
Pessoas em Situação de Dependência	31	10
Pessoas com Doença do Foro Mental/Psiquiátrico/Demências	8	3
Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias	5	2
Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias	12	4
Pessoas Vítimas de Violência	2	1
Pessoas Sem-abrigo	4	1
Pessoas Imigrantes	2	1

- Observando a **distribuição territorial dos equipamentos e comparando a sua evolução face aos dados da anterior Carta Social** é notória a tendência para o aumento do número de equipamentos nas unidades territoriais em análise. A única exceção verifica-se na União de Freguesias de Carcavelos e Parede em que se registou uma diminuição no número de equipamentos na ordem dos 7%. No extremo oposto, encontra-se a freguesia de Alcabideche, onde o número de equipamentos passou dos 51, em 2005, para os 64, em 2016, o que configura um aumento de 25%. Nas restantes unidades territoriais em análise, os aumentos foram mais moderados. Em termos globais, registou-se um crescimento de 6% no número de equipamentos sociais existentes no concelho de Cascais.

Quadro 21 | Equipamentos Sociais por freguesia, 2005-2016 (n.º e %)

Unidade territorial	2005 (n.º)	2016 (n.º)	Variação (%)
Alcabideche	51	64	25
Carcavelos e Parede	75	70	-7
Cascais e Estoril	114	117	3
São Domingos de Rana	54	58	7
Outros	0	4	NA
Total	294	312	6

Nota: Outros - concelho de Amadora, Lisboa, Oeiras, e Entidade Anónima, que reúne em vários pontos do concelho de Cascais.

→ Oferta de Respostas e Serviços Sociais - Infância e Juventude

O domínio “Infância e Juventude” inclui o maior número de tipologias de respostas sociais. As 14 respostas recenseadas são diversificadas e estão direcionadas para diferentes públicos: crianças/jovens em situação de risco; ocupação de tempos livres/férias. As entidades com fins lucrativos assumem um papel importante, nomeadamente nas respostas Educação Pré-escolar e Creche, as respostas sociais com maior representatividade no concelho.

Quadro 22 | Evolução da tipologia e número de respostas sociais do domínio de intervenção “Infância e Juventude” (n.º), em 2005 e 2015/2016

Infância e Juventude 2005	Infância e Juventude 2016	2005 n.º	2015/2016
Acolhimento Familiar	-	1	-
Ama	Ama	17	-
-	Apartamento de Autonomização	-	1
Centro de Atividades de Tempos Livres e Ludotecas	Centro de Atividades de Tempos Livres Ludotecas/Ludobibliotecas	56=48+8	41 17
-	CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	-	3
Centro de Acolhimento Temporário	Centro de Acolhimento Temporário	3	3
Centro de Férias	Campos de Férias	1	12
Clube de Jovens	Clube de Jovens	5	5
Creche	Creche	68	67
Creche Familiar	Creche Familiar	1+4	3
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	104	100
-	Intervenção Precoce	-	3
-	Lar de Apoio	-	-
Lar de Crianças e Jovens	Lar de Infância e Juventude	6	6
-	Transporte adaptado e transporte escolar acompanhado	-	1
-	Centro de Recursos para a Inclusão	-	1

A **taxa de utilização** destas respostas é elevada: os apartamentos de autonomização e os Centros de acolhimento temporário encontram-se na sua capacidade máxima; as restantes respostas apresentam taxas de utilização acima dos 80%, com exceção dos CAFAP e das Creches Familiares

Quadro 23 | Utentes e Capacidade de resposta e taxa de utilização no Domínio de intervenção “Infância e Juventude” (n.º), em 2015

Tipologia	Utentes	Capacidade	Taxa. de Útil. (%)
Apartamento de Autonomização	7	7	100
Campos de Férias	924	1.053	88
Centro de Acolhimento Temporário	43	43	100
Centro de Atividades de Tempos Livres/CAF	1.626	1.777	92
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	68 famílias	110 famílias	62
Clube de Jovens	256	306	84
Creche	2.689	2.863	94
Creche Familiar	44	68	65
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	5.604	6.204	90
Intervenção Precoce	-	-	-
Lar de Infância e Juventude	127	133	95
Ludoteca	2.062	-	-
Transporte Adaptado/Transporte Escolar Acompanhado	95	-	-
Centro de Recursos para a Inclusão	363	-	-

❖ **ASPETOS POSITIVOS DA INTERVENÇÃO NA ÁREA DA FAMÍLIA EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS/JOVENS, 0-18 ANOS)?**

- A existência de diversos equipamentos/respostas de qualidade dirigidas a crianças e jovens
- Apoio financeiro e técnico às Instituições/parceiras que tem respostas para este público, por parte da CMC
- Estimular por parte da CMC o constante trabalho em parceria entre Instituições no pensar, projetar e partilhar as experiências e necessidades
- Aposta em projetos inovadores, apoiados financeiramente pela CMC e dinamizados pelas Instituições, dirigidos às famílias, crianças e Jovens
- Atenção, preocupação e dinamização de respostas no âmbito da proteção de crianças e jovens em risco
- Ações de reforço de competências parentais com impacto na dinâmica da família
- Promoção do acesso de crianças em idade de creche de famílias com situação de vulnerabilidade financeira a esta resposta;
- Rede social coesa, articulada e ativa;
- Projetos e práticas inovadoras ao nível da participação das crianças e jovens, em meio escolar e ao nível de cidadania;

- Projetos e práticas inovadoras ao nível da prevenção dos maus tratos e de situações de risco, designadamente em meio escolar, IPSS, saúde, outras entidades,;
- A CPCJ de Cascais tem como prática a auscultação de todas as crianças e jovens que a ela se dirigem.

❖ **ASPETOS A MELHORAR DA INTERVENÇÃO NA ÁREA DA FAMÍLIA EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS/JOVENS, 0-18 ANOS)?**

- Melhorar a divulgação/conhecimento junto da comunidade das respostas e projetos existentes para o público-alvo
- Melhorar a mobilidade/transporte, tendo em conta a grande dispersão geográfica e isolamento das famílias em alguns locais do território
- Abertura dos equipamentos escolares às comunidades locais, dinamizando atividades dirigidas a famílias, crianças e jovens
- Dinamização de mais espaços onde os jovens participem com as suas ideias e propostas
- Dinamização de momentos que visem a educação para uma atitude de participação cívica nos jovens
- Espaços de acompanhamento técnico de proximidade a famílias em situação de vulnerabilidade
- Incrementar a resposta na área da Saúde Mental, designadamente na área da psiquiatria
- Constituição da resposta de Famílias de Acolhimento, de qualidade, prioritariamente para crianças dos 0 aos 6 anos;
- Aumento da resposta de CAFAP – Centro de Apoio à Família e à Parentalidade, no sentido de trabalhar as famílias ao nível do acompanhamento das entidades com competência em matéria de infância e juventude, assim como ao nível da intervenção da CPCJ;
- Integrar nos Serviços de Saúde, para todos, equipas de trabalho ao nível do despiste de questões socio-emocionais e de parentalidade positiva;
- Integrar nas orientações curriculares desde a creche práticas e programas que apelem ao desenvolvimento socio-emocional das crianças / jovens;
- Reforço das equipas escolares e de saúde de Técnicos ligados à saúde mental.

❖ **PROGRAMAS OU PROJETOS DA CÂMARA MUNICIPAL E ENTIDADES DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO**

No quadro que pode ser consultado no **anexo 1** apresenta-se o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação dos projetos, ações ou iniciativas da responsabilidade destas entidades que têm como público-alvo as crianças e jovens dos 0 aos 18 anos.

❖ **INSTITUIÇÕES DO CONCELHO COM INTERVENÇÃO NA ÁREA DA FAMÍLIA**

Não nos sendo possível uma listagem completa das Instituições que existem atualmente no município com intervenção na área da Família, no **anexo 2** pode ser consultado o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação das instituições concelhias com intervenção nesta área. Apesar de não ser exaustivo não deixa de ter dados importantes no sentido de se ter noção global da oferta de respostas.

No entanto, pela sua especificidade na área da proteção de crianças e jovens e também pela diversidade de elementos que a compõem, queríamos destacar o trabalho desenvolvido pela **CPCJ – Cascais Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cascais – CPCJC**:

a) BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CASCAIS

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, e pela Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro, regula a criação, competência e funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) em todos os concelhos do país, valendo como Lei Geral da República. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cascais, adiante designada por CPCJC, foi constituída em 1992, exerce a sua competência na área do município de Cascais, é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional.

A intervenção das CPCJ tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenham a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo. A CPCJC intervém subsidiariamente em relação às entidades com competência em matéria de infância e juventude.

As CPCJ funcionam em modalidade alargada e modalidade restrita, adiante designadas por Comissão Alargada e Comissão Restrita. A Comissão Alargada constitui-se como um *fórum* de discussão e reflexão sobre as problemáticas da infância e juventude, em geral, e, em particular, da comunidade onde se insere, tem de entre as suas competências desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e o jovem e respetivas famílias, que são genericamente a sensibilização da população para a problemática da criança e do jovem em perigo; o diagnóstico das necessidades e dos recursos existentes; o desenvolvimento de ações de prevenção do risco infantil e juvenil direcionadas para problemáticas específicas; bem como colaboração, promover a articulação com outras parcerias já existentes, nomeadamente Comissão Local de Acompanhamento (Rendimento Social de Inserção) e Conselho Local de Ação Social (Rede Social).

A CPCJC é composta por 32 membros em representação das entidades locais, designadamente Câmara Municipal, Instituto da Segurança Social, I.P., Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Fundação “O Século”, Aldeias de Crianças SOS de Bicesse, Centro Social e Paroquial do Estoril, Associação Juvenil Gaivotas da Torre, GNR, PSP, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Assembleia Municipal, Junta de Freguesia Cascais/Estoril, Centro Social e Paroquial de São Domingos de Rana, Centro de Acolhimento Casa da Encosta, Fundação Jerónimo Usera, Centro de Acolhimento - Associação Mimar, Fundação Champagnat, APAV, Federação das Associações de Pais de Cascais e Associação Nacional de Docentes de Educação Especial.

Das atividades que integram o **Plano de Ação da CPCJC** no ano de 2017 na área da prevenção, destacamos a campanha de “Abril - Mês da Prevenção dos Maus Tratos “ com ações direcionadas para a sensibilização da comunidade em geral e da comunidade escolar em particular e ainda o envolvimento das entidades locais que integram a CPCJC. Destacamos ainda pelo seu impacto na melhoria do sistema de promoção e proteção das crianças, as sessões de sensibilização junto das entidades com competências em matéria da infância e juventude, pela relevância da sua intervenção precoce junto das crianças e respetivas famílias, pelo seu papel no sistema de promoção e proteção das crianças, pela defesa dos direitos das crianças e pela melhoria da ação concertada com a CPCJC.

A Comissão Restrita é o núcleo executivo da Comissão de Proteção de Criança e Jovens, composto por representantes dos serviços públicos, das instituições da comunidade e por membros cooptados, com competência para promover a intervenção técnica na comunidade sempre que uma criança ou jovem esteja em perigo. Os membros da Comissão Restrita responsabilizam-se pelo funcionamento da CPCJ, implicando os serviços que representam. Compete à Comissão Restrita atender e informar as pessoas que se dirigem à CPCJ; apreciar liminarmente as situações de que a CPCJ tenha conhecimento, decidindo o arquivamento imediato do caso quando se verifique manifesta desnecessidade de intervenção ou a abertura de processo de promoção e proteção; proceder à instrução dos processos; solicitar parecer e colaboração de técnicos ou de outras pessoas e entidades públicas ou privadas; decidir sobre a aplicação, o acompanhamento e a revisão as medidas de promoção e proteção. A Comissão Restrita é composta por um número ímpar, nunca inferior a 5 (cinco), dos membros que integram a Comissão Alargada. São por inerência membros da comissão restrita o Presidente da CPCJC, o representante do Município, o representante do Ministério da Segurança Social, o representante do Ministério da Educação, o representante do Ministério da Saúde e a indicação de, pelo menos um dos restantes membros deverá ser feita de entre os representantes de instituições particulares de solidariedade social, ou organizações não-governamentais. Atualmente são 13 os membros da Comissão Restrita e escolhidos de forma que esta tenha uma composição interdisciplinar e interinstitucional, incluindo pessoas com formação nas áreas de serviço social, psicologia, direito, educação e saúde.

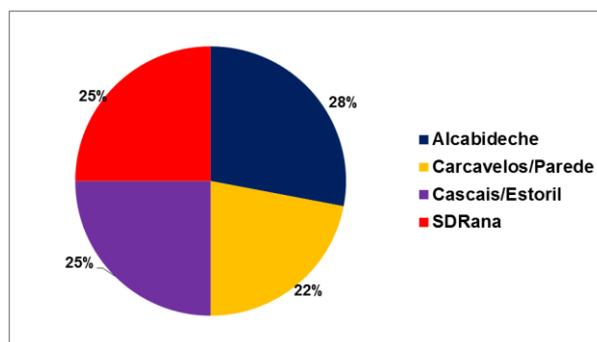
Todos os elementos que compõem a CPCJC estão obrigados a sigilo relativamente às crianças e jovens envolvidos, às suas famílias e a tudo o que diz respeito ao acompanhamento dos processos.

Destacamos **três constrangimentos na articulação com as entidades com competência em matéria de infância e juventude**, designadamente dificuldade em reconhecer a missão da CPCJ por parte de algumas entidades, um desconhecimento do sistema de promoção e proteção e tardia ou ausência de respostas aos pedidos de informação da CPCJC.

b) DADOS QUANTITATIVOS DA INTERVENÇÃO DA COMISSÃO RESTRITA NO ANO DE 2016

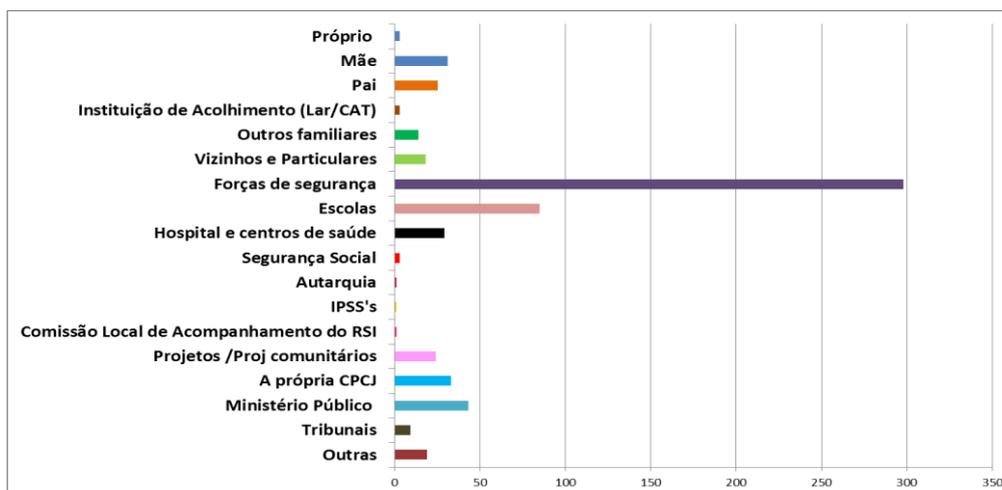
No ano de 2016 foram instaurados 1155 processos de promoção e proteção a favor de crianças e jovens no Concelho de Cascais, destes, 524 tratou-se de novos processos instaurados, 15 correspondem a processos remetidos de outras CPCJ, 117 foram processos reabertos e 499 foram processos que transitaram do ano de 2015. No que diz respeito à sua distribuição por freguesias verificamos que a freguesia de Alcabideche é a que apresenta a maior percentagem de crianças com processo (28%), seguida da freguesia de Cascais Estoril e da freguesia de São Domingos de Rana (25%) dos processos ativos no ano de 2016. A freguesia de Carcavelos/ Parede é a que apresenta menor percentagem de processo (22%). Do total de processos movimentados no ano 2016, 55% foram a favor de crianças do género masculino e 46% de crianças do género feminino. Desses, 27% foram a favor de crianças entre os 0 e os 5 anos de idade. Ao longo dos últimos 4 anos, o grupo etário dos 11 aos 17 anos foi o mais sinalizado e foi o que sofreu um maior aumento.

Quadro24 - processos no ativo por freguesia



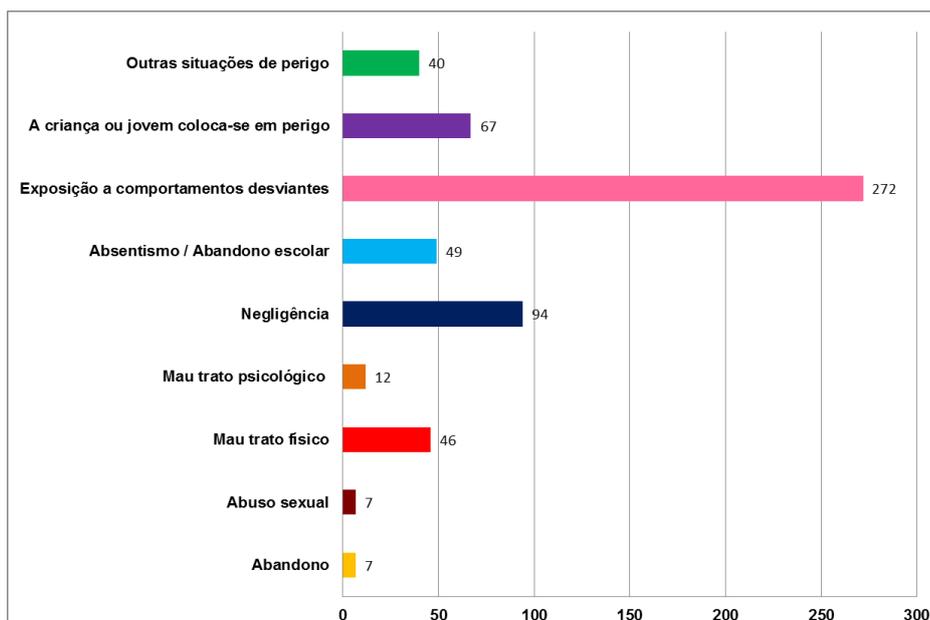
Os 524 novos processos abertos em 2016 foram sinalizados à CPCJ por Entidades Públicas (Forças de Segurança, Escolas, Segurança Social, Hospitais/Centros de Saúde, Autarquias, IPSS's., Ministério Público/Tribunais...) e Privadas (Crianças/jovens, progenitores, outros familiares, vizinhos, outros...). De acordo com o quadro 2, verificamos que as sinalizações efetuadas pelas forças de segurança (47%) determinaram a instauração do maior número de processos de promoção e proteção a favor de crianças e jovens no concelho, maioritariamente por exposição a comportamento desviante (violência doméstica) e com uma discrepância significativa relativamente às restantes entidades sinalizadoras, designadamente as escolas (13%), segunda entidade que mais sinalizou e maioritariamente por absentismo/abandono escolar. O Ministério Público foi a terceira entidade que mais sinalizou (7%), seguindo-se a própria CPCJ (5%).

Quadro 25 – Entidades sinalizadoras - Processos instaurados/reabertos



Os motivos de perigo identificados em 2016 que originaram a abertura dos processos de promoção e proteção podem ser visualizados no quadro 3, a partir do qual verificamos ser a exposição das crianças e jovens a comportamentos desviantes (272) e de entre estes, 237 associados a situações de violência doméstica como situações de perigo que mais as crianças foram/são expostas no concelho, seguindo-se a negligência (94), a própria criança/jovem colocar-se em perigo (67), maus tratos (físico, psíquico, abuso sexual, abandono) (62), absentismo e abandono escolar (49) e outras situações de perigo (40). Assim, urge a concertação de estratégias concelhias articuladas entre a rede de parceiros com o objetivo da irradicação da exposição das crianças a situações de violência e maus tratos.

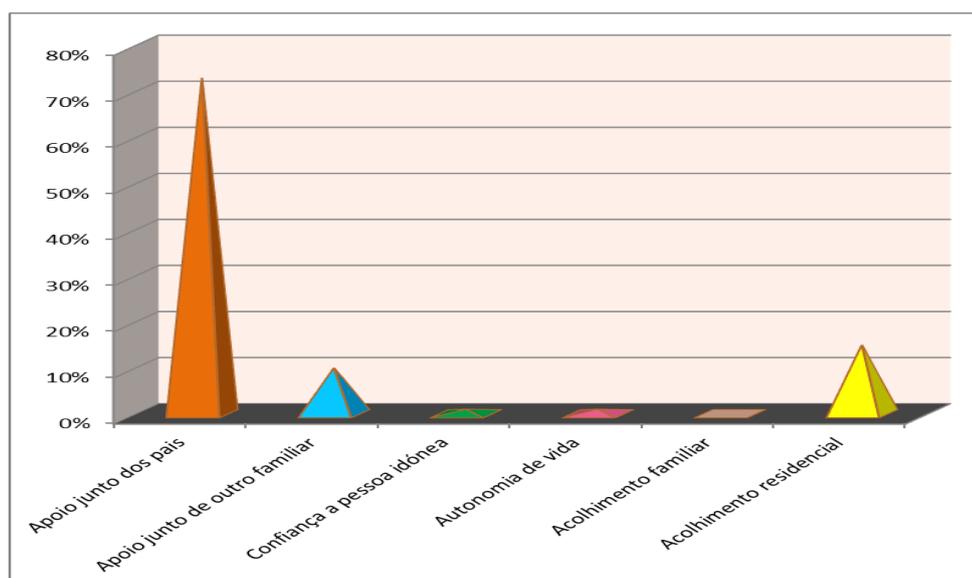
Quadro 26 - Situações de perigo identificadas

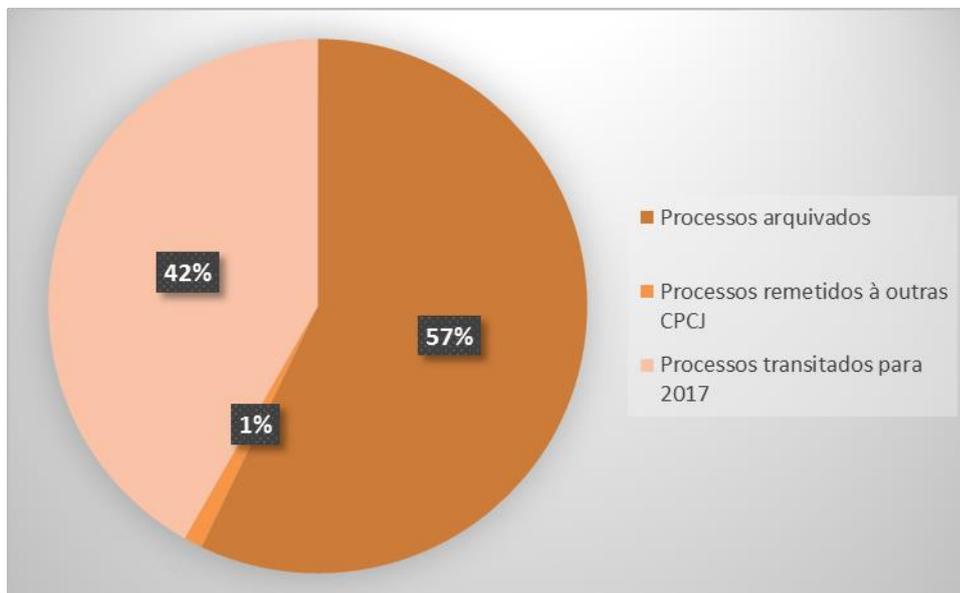


No ano de 2016 do total de Medidas de Promoção e Proteção Aplicadas, a medida de Apoio Junto dos Pais foi a percentualmente mais aplicada, 75%, e com uma diferença significativa relativamente às restantes como se pode confirmar no quadro 4. A medida de Acolhimento Residencial teve uma expressão de 15%, a de Apoio Junto de Outro Familiar 10%, A medida de Confiança a Pessoa Idónea e a de Autonomia de Vida representaram 1% das medidas aplicadas e a de Acolhimento Familiar não se aplicou, por não existir esta resposta no Concelho.

Importa referir que a **não existência no concelho da resposta de Acolhimento familiar** tem como consequência o aumento da institucionalização das nossas crianças, a privação da prevalência da criança em meio familiar de vida, o que vem contrariar superior interesse da criança.

Quadro 27 – Medidas de Promoção e Proteção Aplicadas em 2016





Do total de processos instaurados em 2016, 663 foram arquivados (57%), destes 33% foram remetidos a tribunal por retirada de consentimento dos progenitores ou oposição dos jovens, para apensação a processo judicial ou para procedimento de urgência, 27% dos processos foram arquivados por a situação de perigo ter cessado com aplicação de medida, 24% por a situação de perigo ter cessado sem necessidade de aplicação de medida, 15% por não se ter confirmado a situação de perigo e 1% por a criança ter ido residir para fora do país. Do total dos processos instaurados em 2016, 42% transitaram para 2017 e destes 42% em acompanhamento com medida aplicada e 58% dos processos em avaliação diagnóstica.

6.3 Saúde

❖ CARACTERIZAÇÃO

a) EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

A CMC elaborou a sua Estratégia Local de Promoção da Saúde no contexto de implementação do Fórum Concelhio para a Promoção da Saúde de Cascais, documento que pretende ser um instrumento concelhio de planeamento estratégico no domínio da Promoção da Saúde. Reporta-se ao período de 2016-2020, estando alinhada com os principais documentos estratégicos para o setor, desde o Programa Portugal 2020 ao Plano Nacional de Saúde (revisto e estendido a 2020).

A sua elaboração assenta no cruzamento de informação de diagnóstico de nível nacional e local, bem como de um modelo de planeamento participado que possibilitou auscultar não só as entidades concelhias com intervenção em Promoção da Saúde, como também os cidadãos, em ordem a identificar prioridades e medidas de ação. Procurou-se, assim, assegurar o envolvimento de diferentes atores na construção de um importante documento estratégico e traduzir de forma efetiva o compromisso de Cascais com a construção de uma cidadania em saúde, no pressuposto de que só uma visão partilhada possibilitará alcançar uma intervenção local colaborativa, capaz de produzir mudanças estruturais sustentáveis.

O documento estrutura-se em cinco eixos fundamentais. Inicia-se com um breve enquadramento que pretende apresentar as grandes questões subjacentes ao tema, tais como: o direito à saúde, a mudança de paradigma que levou ao desenvolvimento da Promoção da Saúde, o contexto nacional marcado pelo envelhecimento da população e pela discussão sobre a sustentabilidade do Sistema Nacional de Saúde e o papel das autarquias em processos estratégicos de planeamento intersectorial em saúde.

Face ao que antecede, e considerando a importância da saúde como um bem e um recurso para a qualidade de vida de todos os munícipes, e apesar de não se tratar da responsabilidade municipal a resolução de carências sentidas ao nível dos equipamentos de saúde, é importante o conhecimento da realidade no território, na medida em que o seu diagnóstico permite uma avaliação dos serviços prestados aos utentes em geral e à comunidade local, em particular. A partir desse diagnóstico, que aqui se apresenta a situação de referência, e o qual se pretende dar continuidade em termos de monitorização e avaliação conjunta com outras dinâmicas do território, a autarquia poderá em articulação com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), ter um papel interventivo na programação da rede de equipamentos de saúde e participar ativamente na localização de futuras instalações.

Atlas da AML (Ano)	Enfermeiras/os por 1 000 habitantes	Médicas/os por 1 000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1 000 habitantes	Internamentos nos hospitais por 1 000 habitantes	Consultas nos hospitais por habitante	Camas (lotação praticada) nos hospitais por 1 000 habitantes	Taxa de ocupação de camas nos hospitais
							N.º
Portugal	6,4	4,5	0,3	111,2	1,7	3,4	78,5
A. M. Lisboa	6,6	6,0	0,3	129,3	2,1	4,0	78,3
<u>Cascais</u>							
2014	3,8	7,0	0,2	89,7	1,7	2,9	83,7
2013	3,8	6,9	0,2	85,0	3,5	2,9	81,8
2012	3,8	6,7	0,2	84,3	3,4	2,9	85,9
2011	3,8	6,6	0,2	88,5	3,5	2,7	78,9
Quadro 28 – Indicadores de Saúde.							
Atlas da AML (Ano)	<u>Hospitais</u>			<u>Equipamento</u>		<u>Movimento de internados</u>	
	Total	Oficiais	Privados	Camas	Salas de operação	Internamentos	Dias de internamento
2014	6	1	5	607	14	18 694	185 395
2013	6	1	5	606	14	17 684	180 942
2012	5	1	4	607	11	17 474	190 357
2011	5	1	4	511	13	16 828	147 127

Quadro 29 - Hospitais. Fonte: INE, Atlas da Área Metropolitana de Lisboa, 2011 a 2014.

Tendo como referência a informação recolhida nos Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, verifica-se que o rácio médico hospitalar/habitante aumentou entre 2011 e 2014. Esta situação representa um aumento no número de médicos por mil habitantes, de 6.6 para 7.0. Estes valores são superiores aos verificados para Portugal e AML – 4.5 e 6.0, respetivamente. Note-se que este indicador não reflete necessariamente uma maior facilidade no acesso a cuidados médicos, mas sim a existência de uma maior proporção de médicos pelo mesmo número de habitantes em Cascais

No que se refere ao rácio enfermeiro hospitalar/habitante, regista-se, em igual período de avaliação, um valor de 3.8. Este valor é inferior aos verificados para Portugal e AML – 6.4 e 6.6, respetivamente.

No que confere ao equipamento (camas/salas de operação) e movimentos de internados (internamentos/dias de internamento), verifica-se um ligeiro aumento no período de 2011 a 2014.

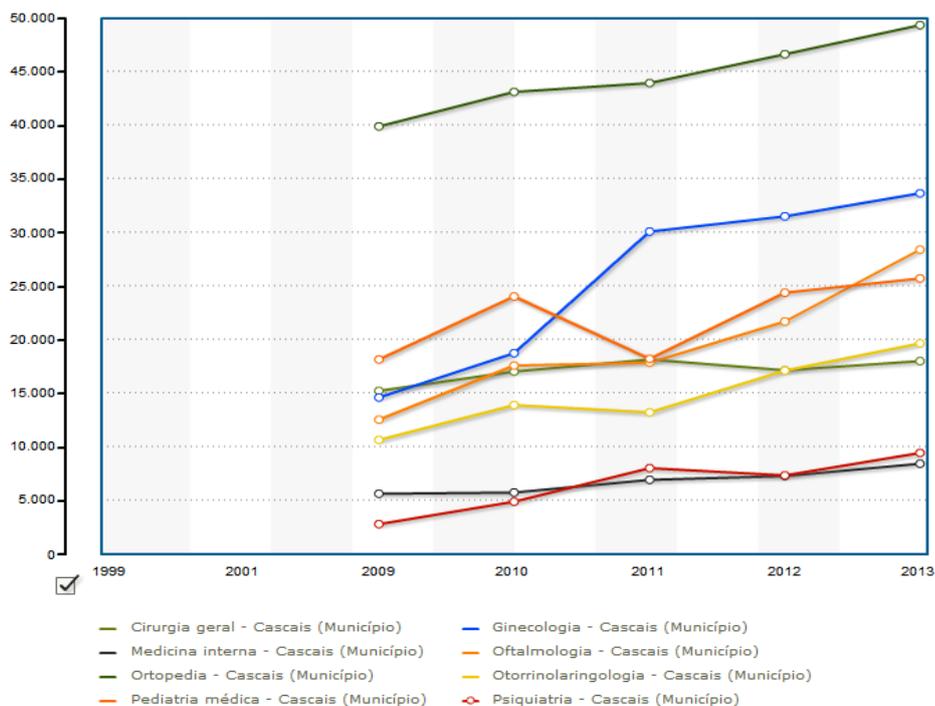


Figura 36 - Consultas externas nos hospitais e especialidades médicas.
 Fonte: INE | DGS/MS - Inquérito aos Hospitais, PORDATA, 2016.

Analisado o n.º de consultas externas nos hospitais por especialidade médica, a cirurgia geral para além de apresentar o maior número de consultas, regista no período de 2009 a 2013, um aumento significativo de procura. As especialidades médicas que apresentam menor número de consultas são a psiquiatria e a medicina interna.



Figura 37 - Equipamentos de saúde da rede pública - hospitais e unidades funcionais.

Fonte: CMC/DSTI, 2016. DPE/UAMA - Tratamento da informação em SIG com o QGIS Brighton 2.6

O novo Diagnóstico Social encontra-se em fase de tratamento e análise de dados quantitativos e qualitativos. Dos dados preliminares relativos à Saúde (2017, CEDRU) destaca-se o seguinte:

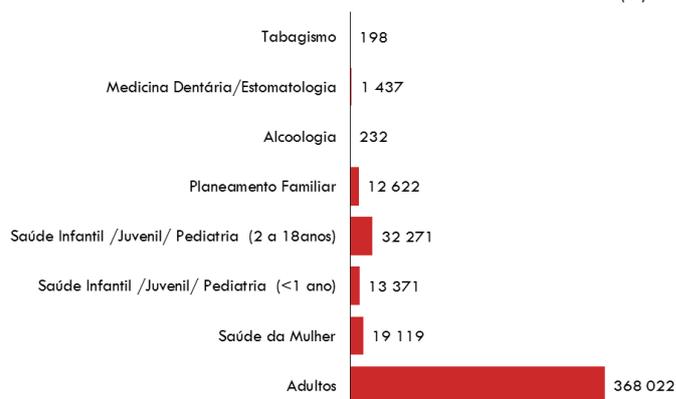
-Maior procura de cuidados de saúde; mais de 37.000 utentes sem médico de família atribuído

Segundo dados de 2011, foram realizadas 447.874 consultas no ACES de Cascais (Centro de Saúde de Cascais e Centro de Saúde da Parede), mais 4.727 que em 2010.

Destas, 12.622 foram consultas de Planeamento familiar e 45.642 de Saúde Infantil/Juvenil. Destaque para a existência de consultas de tabagismo e alcoologia.

Em janeiro de 2015, estão inscritos no ACES de Cascais 227.229 utentes, 189.443 dos quais são utentes frequentadores (83%). Os utentes sem médico de família atribuído são 37.178.

Figura38| Consultas médicas por tipo no ACES Cascais (n.º), em 2011, DGS (n.º)



Fonte: Dados Preliminares do Diagnóstico Social de Cascais, 2017, CEDRU.

b) PLATAFORMA SAÚDE NA ESCOLA

A Plataforma Saúde na Escola enquadra-se na estratégia de promoção da saúde em meio escolar que o município defende enquanto ativo e recurso central do desenvolvimento social, económico e individual. Esta plataforma tem como objetivo promover a saúde e os estilos de vida saudáveis no meio escolar, o que corresponde a um processo de capacitação das pessoas e das comunidades. A Plataforma visa assim:

- Assegurar às crianças e jovens a oportunidade de desenvolverem competências pessoais e sociais que lhes permitam realizar escolhas informadas, agir sobre fatores de risco e melhorar a gestão da sua saúde, adotando comportamentos e estilos de vida mais saudáveis;
- Apoiar e desenvolver o Projeto Educativo da Escola em matéria de Promoção e Educação para a Saúde;
- A partilha conjunta da responsabilidade da promoção da saúde entre os diversos agentes (autarcas, pais, professores, técnicos de saúde, e outros agentes da comunidade);
- A construção de indicadores e metas verificáveis de saúde em meio escolar.

Esta plataforma tem como suporte a Carta de Compromisso em Promoção da Saúde, cuja missão é assegurar, ao nível local, uma parceria estratégica que alinhe a promoção da saúde na comunidade educativa com princípios e metas de intervenção comuns. Perante a vastidão de temáticas dentro da área da saúde, as atividades, que são adequadas às idades da população alvo e ao ciclo de ensino, cobrem temas como: a saúde mental e competências sócio emocionais, educação para afetos e sexualidade, alimentação saudável e atividade física, higiene corporal e saúde oral, hábitos de sono e repouso, prevenção do consumo de tabaco, bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas, comportamentos aditivos sem substâncias, educação para o consumo, mobilidade segura, educação postural, educação para o ambiente.

Nestas atividades participam os 11 agrupamentos de escolas do concelho e 5 escolas do ensino particular, o que se traduz na participação de alunos e professores (dados relativos ao ano letivo 2015/16), que se expressam por área temática nomeadamente:

- *Saúde Mental e Competências Sócio Emocionais*: intervenção em todos os ciclos de escolaridade, com a dinamização de 59 ações/projetos, envolvendo 2320 alunos e 686 professores;
- *Educação para Afetos e Sexualidade*: intervenção em todos os ciclos de escolaridade, com a dinamização de 55 ações/projetos, envolvendo 3308 alunos e 326 professores;
- *Alimentação Saudável e Atividade Física*: intervenção em todos os ciclos de escolaridade, com a dinamização de 52 ações/projetos, envolvendo 5148 alunos e 907 professores;
- *Higiene Corporal e Saúde Oral*: intervenção em todos os ciclos de escolaridade, com a dinamização de 30 ações/projetos, envolvendo 3719 alunos e 311 professores;
- *Hábitos de Sono e Repouso*: intervenção em todos os ciclos de escolaridade, com a dinamização de 10 ações/projetos, envolvendo 5040 alunos e 87 professores;
- *Prevenção do consumo de tabaco, bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas, comportamentos aditivos sem substâncias*: intervenção em todos os ciclos de escolaridade, com a dinamização de 16 ações/projetos, envolvendo 2287 alunos e 295 professores;
- *Educação para o consumo*: intervenção em todos os ciclos de escolaridade, com a dinamização de 13 ações/projetos, envolvendo 1100 alunos e 125 professores;
- *Mobilidade Segura*: intervenção em todos os ciclos de escolaridade, com a dinamização de 36 ações/projetos, envolvendo 2116 alunos e 286 professores;
- *Educação postural*: intervenção em todos os ciclos de escolaridade, com a dinamização de 12 ações/projetos, envolvendo 417 alunos e 15 professores;
- *Educação para o ambiente*: intervenção em todos os ciclos de escolaridade, com a dinamização de 13 ações/projetos, envolvendo 414 alunos e 53 professores.

Estes dados são demonstrativos do impacto e abrangência que a implementação desta plataforma tem na comunidade local.

Para além do número de pessoas abrangidas, a Plataforma gera também outros impactos como:

- Reforço e desenvolvimento das competências psicossociais das crianças e jovens;
- Agentes educativos mais dotados de conhecimentos e das competências necessárias para intervir na área da promoção da saúde;
- Reforço das redes sociais de integração da escola na comunidade;
- Confluência de sinergias locais de promoção da saúde e maior diálogo entre os atores;
- Maior participação de alunos no planeamento e dinamização de projetos de promoção da saúde;
- Criação de uma rede de partilha de recursos e conhecimentos.

A concretização das atividades e ações decorrentes da implementação desta plataforma implica a existência de uma rede de atores da qual fazem parte, para além das escolas e da própria autarquia, o agrupamento de Centros de Saúde de Cascais, a PSP e a GNR, bem como associações que trabalham no âmbito das temáticas de saúde mencionadas. Percebe-se assim que a Plataforma assenta numa lógica de desenvolvimento de uma metodologia participativa e integrada que, para além de promover a estratégia municipal local no âmbito escolar, tem também a responsabilidade de apoiar o desenvolvimento dos Projetos Educativos dos agrupamentos de escolas em matéria de promoção da Educação para a Saúde, apoiando-se num quadro de indicadores e metas para verificar os impactos da aplicação desta estratégia no meio escolar.

(Fonte: Dados preliminares da atualização da Carta Educativa, 2017, IST)

c) JUVENTUDE

Na área da Juventude destaca-se o “Espaço S”, um espaço de atendimento individualizado na área da saúde e sexualidade, composto por médicos, enfermeiros, psicólogos e nutricionistas, disponíveis para orientação sobre assuntos como: sexualidade, afetividade, crescimento, adolescência, estilos de vida, planeamento familiar.

O Espaço S destina-se a jovens entre os 10 e os 30 anos residentes no Concelho de Cascais, com atendimento de Serviço Clínico, de Serviço de Nutrição, de Serviço de Psicologia e de Serviço de Psicologia da Gravidez e da Maternidade na Adolescência, que funciona de segunda à sexta entre as 10h-13h e das 14h-17h.

*Consulta de clinica geral

*Consulta de Psicologia

*Consulta de Nutrição

*Consulta Psicológica Violência no Namoro

*Consulta Psicológica Antitabágica Deixar de Fumar na Adolescência

d) OUTROS DADOS RELEVANTES - DADOS PRELIMINARES DO DIAGNÓSTICO SOCIAL DE CASCAIS (2017, CEDRU)

- Questão: Como se caracteriza o acesso à saúde (tempo de espera; meios informativos; transporte; referência; listas de espera)?

- Cascais detinha, em 2012, dois centros de saúde sem internamento que realizaram no mesmo ano 2,1 consultas médicas por habitante. Em 2015, foram realizadas 397.822 consultas no ACES Cascais, a grande maioria das quais na área da saúde de adultos (335.327 consultas)
- Para o ano de 2011, o rácio de habitantes por centro de saúde e extensão em Cascais era de 69.062,2 valor significativamente acima do registado para a AML e para Portugal
- O número de farmácias e postos farmacêuticos móveis era de 43 em 2014, o que representa um rácio de 4.859,2 habitantes por farmácia, valor bastante acima do registado para a AML e para o país
- Cascais detinha, em 2013, um total de seis hospitais, um público e cinco privados. Neste ano, registaram-se 18.694 internamentos, o valor mais elevado desde 2009 (ano em que se verificaram 14.229 internamentos), e 184.414 urgências, o valor mais elevado desde 2009 (140.825 urgências)
- Em matéria de acesso a médico de família, em 2015 registaram-se 84.834 indivíduos sem médico de família em Cascais (face a 64.242 indivíduos em 2010). Em termos absolutos esta situação é particularmente preocupante na União de freguesias Cascais Estoril (38.215 indivíduos) e na União de freguesias Parede Carcavelos (33.874 indivíduos)

❖ ASPETOS POSITIVOS DA INTERVENÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS/JOVENS, 0-18 ANOS)?

- O rácio médico hospitalar/habitante aumentou entre 2011 e 2014. Esta situação representa um aumento no número de médicos por mil habitantes (mas não necessariamente maior facilidade de acesso a cuidados médicos)
- Para o ano de 2011, o rácio de habitantes por centro de saúde e extensão em Cascais era de 69.062,2 valor significativamente acima do registado para a AML e para Portugal
- Existência de uma Rede de parceiros na área da Promoção da Saúde, Plataforma Saúde na Escola, com desenvolvimento de ações e projetos de Educação para a Saúde, dirigidos à comunidade educativa, no âmbito das temáticas identificadas no Plano Nacional de Saúde Escolar;
- Existência do Fórum de Alunos, no âmbito da Plataforma Saúde na Escola, espaço de reflexão e participação ativa por parte das crianças e jovens.

❖ **ASPETOS A MELHORAR DA INTERVENÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS/JOVENS, 0-18 ANOS)?**

- Reforço de respostas ao nível da saúde mental, dirigidas a crianças e jovens e famílias.
- O rácio enfermeiro hospitalar/habitante é inferior aos verificados para Portugal e AML
- Os utentes sem médico de família atribuído são 37.178 e destes. É relevante saber quantos representam crianças e jovens.
- Em matéria de acesso a médico de família, em 2015 registaram-se 84.834 indivíduos sem médico de família em Cascais (face a 64.242 indivíduos em 2010). Em termos absolutos esta situação é particularmente preocupante na União de freguesias Cascais Estoril (38.215 indivíduos) e na União de freguesias Parede Carcavelos (33.874 indivíduos)

❖ **PROGRAMAS OU PROJETOS DA CÂMARA MUNICIPAL E ENTIDADES DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO**

No quadro que pode ser consultado no anexo 1 apresenta-se o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação dos projetos, ações ou iniciativas da responsabilidade destas entidades que têm como público-alvo as crianças e jovens dos 0 aos 18 anos.

❖ **INSTITUIÇÕES DO CONCELHO COM INTERVENÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE**

Não nos sendo possível uma listagem completa das Instituições que existem atualmente no município com intervenção na área da Saúde, no anexo 2 pode ser consultado o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação das instituições concelhias com intervenção nesta área. Apesar de não ser exaustivo não deixa de ter dados importantes no sentido de se ter noção global da oferta de respostas.

No entanto, pela sua especificidade na área da Saúde, queríamos destacar o trabalho desenvolvido pelo **Agrupamento de Centros de Saúde de Cascais – ACES/Cascais** (Fonte: Plano Local de Saúde Cascais 2015-17, ACES).

O ACES Cascais tem uma área de influência sobreponível ao concelho de Cascais e, para responder às necessidades de saúde da população abrangida, apresenta uma matriz organizacional assente em 19 unidades funcionais (11 Unidades de Saúde Familiar (USF), 4 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), 2 Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC), 1 USP e 1 Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP)) com autonomia gestonária, constituídas por equipas multiprofissionais que desenvolvem atividades aos diferentes níveis de prevenção baseadas em compromissos assistenciais contratualizados e dirigidas ao indivíduo/família, grupos/comunidade e população em geral, numa perspetiva de funcionamento interno e externo em rede. Integrado na USP, funciona o Centro de Diagnóstico Pneumológico de Cascais (CDP).

Existem ainda, serviços de apoio ao adequado e atempado funcionamento do ACES na consecução dos objetivos, designadamente, a Unidade de Apoio à Gestão (UAG), o Gabinete do Cidadão e a Equipa Coordenadora Local (ECL).

O Hospital de Cascais é a principal instituição hospitalar para a qual o ACES Cascais referencia os utentes da sua área de intervenção. Existe ainda a possibilidade de referenciação para o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, Hospital de Sant'Ana e Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão.

A MISSÃO DO ACES CASCAIS traduz-se na criação de uma rede de cuidados de saúde primários integrados e sustentáveis, adequados às características da população e de proximidade, centrada no respeito pelas necessidades, dignidade e direitos do cidadão, diferenciada pela inovação, personalização, responsabilização e assente nas melhores práticas clínicas, com o objetivo de garantir à sua população uma vida mais saudável, mais longa e com maior qualidade.

Considerando a complexidade das necessidades de saúde e sociais da população tem-se revestido de especial importância para o sucesso das intervenções e obtenção de ganhos em saúde, a transversalidade das diferentes abordagens que existem neste concelho. Neste sentido, através de protocolos formais e informais, existe a possibilidade de assegurar respostas continuadas, articuladas e integradas nas áreas da saúde e sociais, designadamente as instituições que constituem a Rede Social de Cascais. Esta metodologia de intervenção assenta na participação, na colaboração e na partilha e otimização dos recursos, articulando e congregando esforços entre as diferentes entidades públicas, de solidariedade social e privadas que atuam no concelho.

A definição de estratégias prevê o envolvimento de todos os cidadãos deste concelho e a sua participação no desenvolvimento de ações que promovam o seu empoderamento e bem-estar geral, bem como a promoção da cidadania, da inclusão social e valorização de todos os cidadãos e entidades que contribuem para o desenvolvimento do concelho de Cascais.

Existem já em execução no concelho diversos projetos e programas de intervenção comunitária que deverão integrar e ser potenciadores das diferentes dinâmicas que vierem a ser desenvolvidas para a implementação do PLS, designadamente o Fórum Concelhio para a Promoção de Saúde, a Plataforma de Saúde na Escola, os programas que constituem as carteiras de serviços das unidades funcionais do ACES, entre outros.

6.4 Educação

❖ CARACTERIZAÇÃO

a) REDE ESCOLAR DO CONCELHO DE CASCAIS

A rede escolar do concelho de Cascais (da educação pré-escolar ao ensino secundário) é constituída por um total de 158 estabelecimentos, dos quais 69 são escolas públicas (incluindo 4 escolas ligadas a entidades públicas não dependentes do Ministério da Educação), um corresponde a uma escola privada com contrato de associação (que, nas análises subsequentes, será tratada como integrando a rede de ofertas públicas) e 89 são escolas privadas (de natureza particular, cooperativa ou solidária).

A rede de **escolas públicas** dependentes do Ministério da Educação é constituída por 66 estabelecimentos (correspondentes aos 65 estabelecimentos públicos acrescidos da escola privada com contrato de associação), e distribui-se pelas seguintes tipologias de ofertas:

Nível de Ensino	Escolas Públicas (Ministério da Educação)	Estabelecimentos públicos não dependentes do Min. Educação	Rede particular, cooperativa e solidária
Jardim de Infância	7	2	46
1º ciclo / J. Infância	25		23
1º ciclo	19		1
1º/2º ciclo			1
1º/2º ciclo J. Infância			3
2º/3º/e J. Infância			1
1º/2º/3º/J. Infância			5
2º/3º ciclo	5		
2º/3º/Secundário	7		1
3º ciclo/ Secundário	1		
Secundário	2		
Profissional		2	

Quadro 30 – Tipologias de oferta da Rede Escolar do concelho de Cascais

As escolas públicas do concelho de Cascais dependentes do Ministério da Educação estão organizadas em 11 agrupamentos escolares do concelho, com exceção duma escola integrada num agrupamento de Oeiras. Representam-se na Figura 39 os limites geográficos dos 11 agrupamentos de escolas + 1 EB1.

Representam-se na Figura 40 as localizações de todos estes estabelecimentos de educação e ensino do Concelho de Cascais, na Figura 41 as localizações dos Jardins de Infância, na Figura 42 as localizações das escolas com 1º ciclo e na Figura 43 as localizações das escolas com 2º e/ou 3º ciclo e/ou ensino secundário.

Como se pode observar nestas figuras, há claras assimetrias na distribuição espacial dos equipamentos de educação e ensino, com muito maior densidade na faixa litoral do que no interior do concelho.

Adicionalmente, há ainda dois estabelecimentos com oferta de ensino superior (Quadro 30) estando ainda prevista a instalação de duas novas ofertas de ensino superior a primeira, da Universidade Nova de Lisboa, num novo equipamento a construir na zona de Carcavelos, e a segunda, a faculdade de medicina da Universidade Católica.

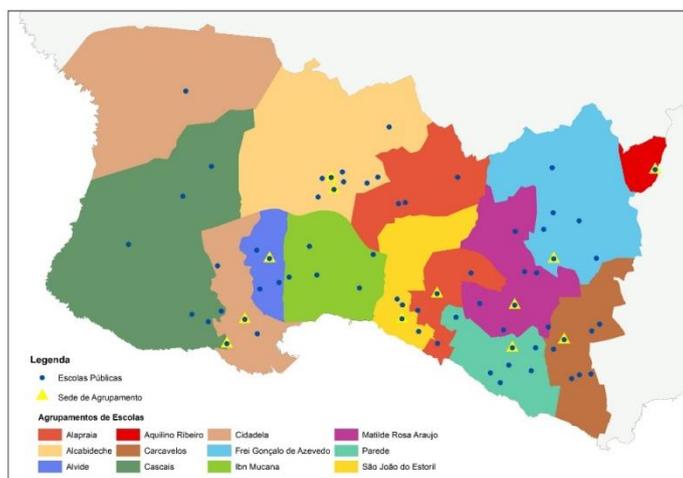


Figura 39 - Limites geográficos dos Agrupamentos de Escolas de Cascais – Fonte: Câmara Municipal de Cascais

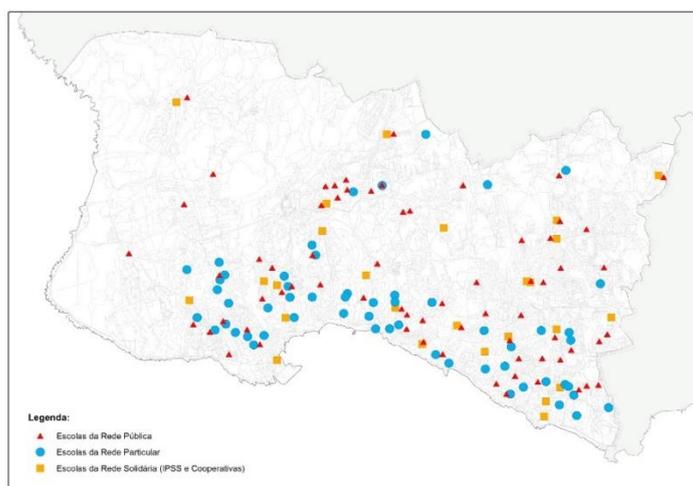


Figura 40 - Localizações de estabelecimentos escolares do Concelho de Cascais – Fonte: Câmara Municipal de Cascais

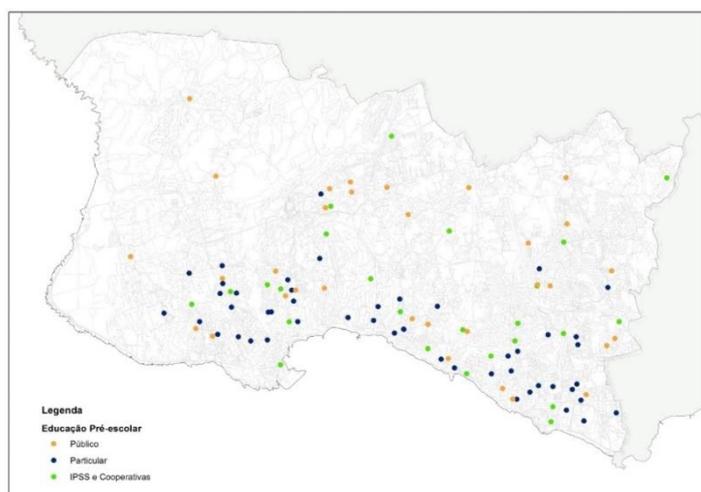


Figura 41 - Localizações de Jardins de Infância – Fonte: Câmara Municipal de Cascais

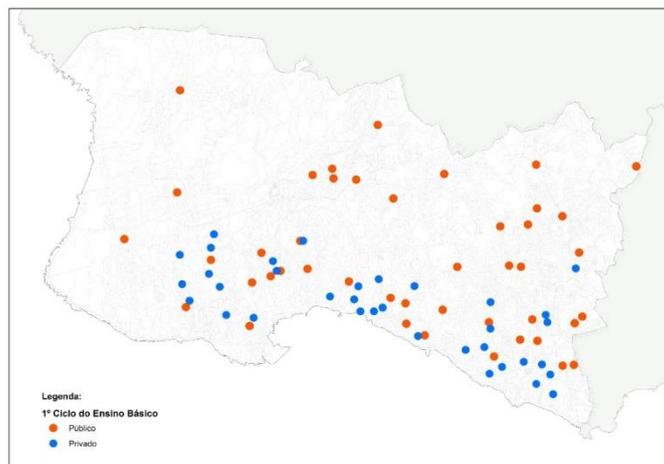


Figura 42 - Localizações de escolas com 1º ciclo do Ensino Básico – Fonte: Câmara Municipal de Cascais

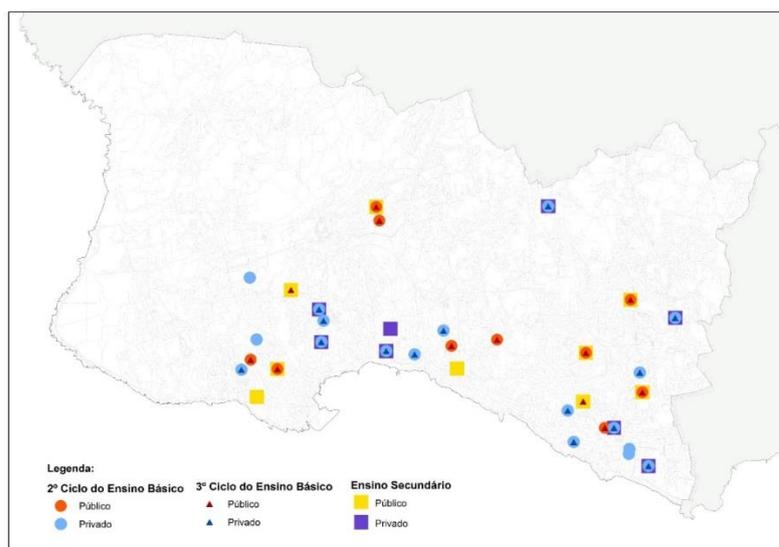


Figura 42 - Localizações de escolas com 2º/3º e Ensino Secundário – Fonte: Câmara Municipal de Cascais

b) CARACTERIZAÇÃO DAS OFERTAS EDUCATIVAS

A Figura 43 representa a oferta de educação e ensino em número de estabelecimentos dos vários níveis de educação e ciclos de ensino (pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, ensino secundário, incluindo escolas profissionais) por natureza do estabelecimento (rede de escolas públicas, outras escolas públicas e rede privada) e por freguesia. A Figura I.3.1b representa a oferta de educação e ensino da rede de escolas públicas em número de estabelecimentos dos vários níveis de educação e ciclos de ensino por agrupamento (e incluindo a escola dos Salesianos de Manique, com contrato de associação).

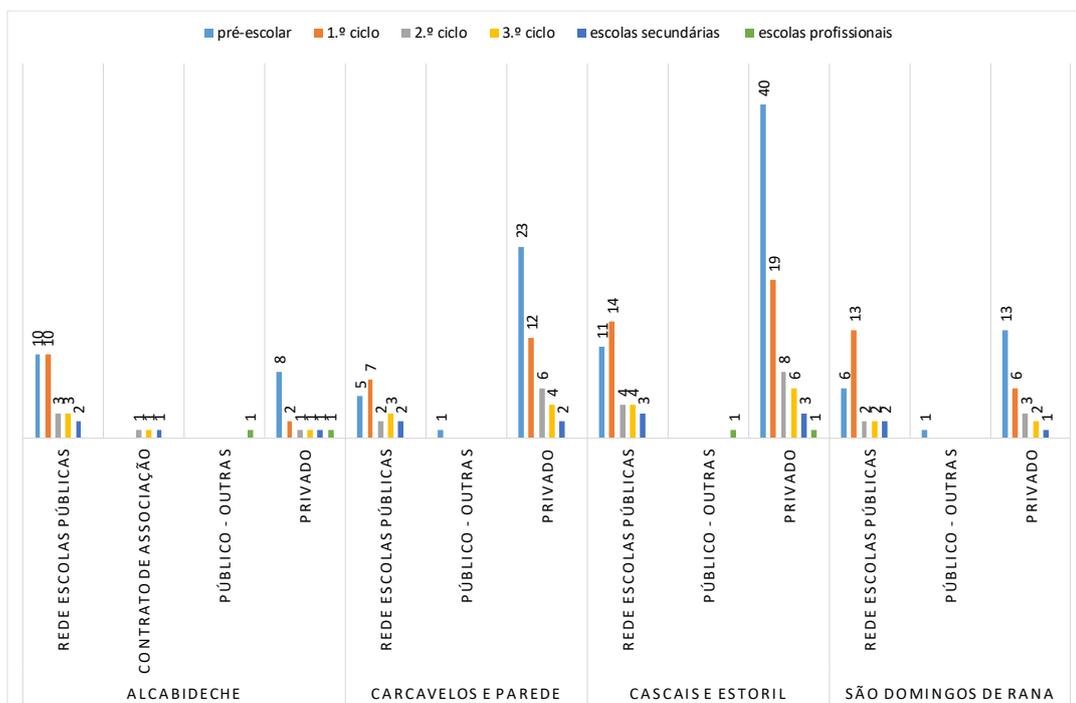


Figura 43 – Oferta (n.º de estabelecimentos) de educação e ensino por freguesia, nível de ensino e natureza dos estabelecimentos em 2015/16 – Fonte: CMC

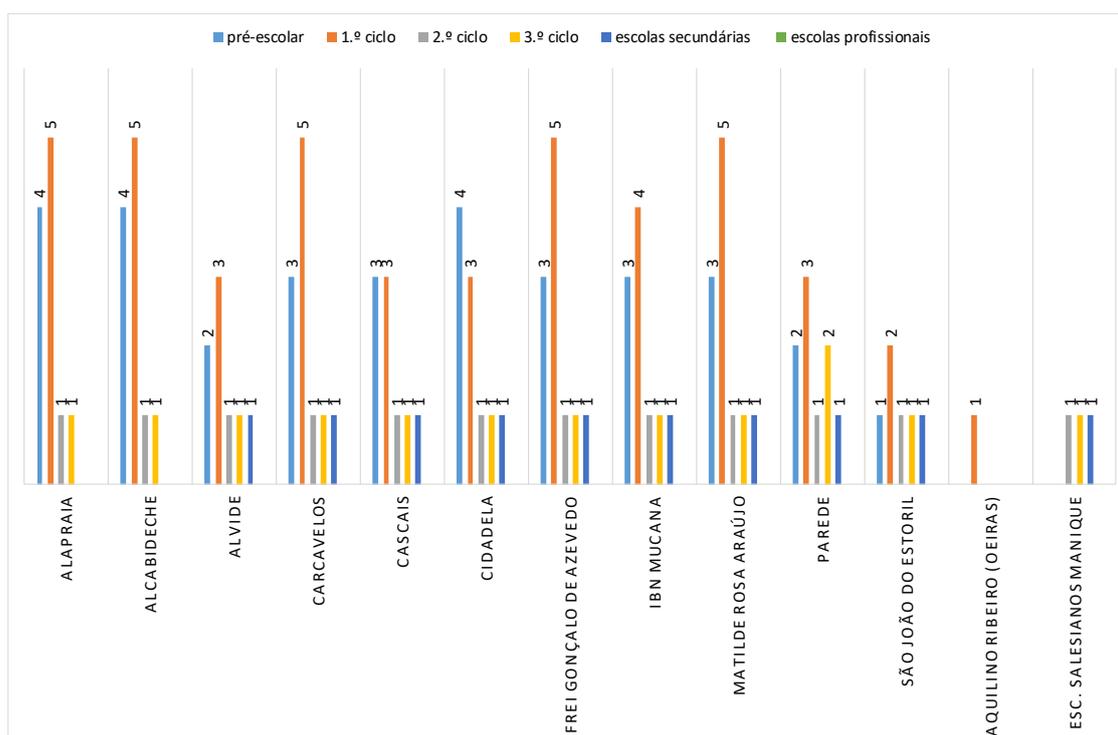


Figura 44 – Oferta (n.º de estabelecimentos da rede de escolas públicas) de educação e ensino por agrupamento de escolas em 2015/16 – Fonte: CMC

No quadro abaixo (quadro 31) apresenta-se a análise da oferta formativa do Concelho de Cascais por nível de ensino e a sua relação com as freguesias.

Nível de ensino	Oferta formativa (para mais informação consultar Relatório Fase III da Carta Educativa)
Pré-escolar	Oferta formativa (para mais informação consultar Relatório Fase III da Carta Educativa)
1º ciclo	<p>A freguesia com a maior oferta global (independentemente da natureza dos estabelecimentos) é a União das Freguesias de Cascais e Estoril com 51 estabelecimentos e, no que respeita apenas à oferta da rede de escolas públicas, a mesma freguesia dispõe de 11 estabelecimentos, seguida da freguesia de Alcabideche com 10 estabelecimentos.</p> <p>Neste nível de educação, a oferta da rede solidária tem um peso significativo no concelho, nomeadamente na União das Freguesias de Cascais e Estoril, em que iguala a oferta da rede de escolas públicas, e na freguesia de São Domingos de Rana em que supera o conjunto das ofertas das redes privada e de escolas públicas.</p>
2º e 3º ciclo	<p>A freguesia com a maior oferta global (33 estabelecimentos) e da rede de escolas públicas em particular (14 estabelecimentos) é a União das Freguesias de Cascais e Estoril. Encontram-se inscritos 3.564 alunos no total. Nesta freguesia e na União das Freguesias de Carcavelos e Parede, as ofertas privadas são mais elevadas e superiores às ofertas da rede de escolas públicas, enquanto nas duas freguesias restantes a situação inverte-se, ou seja, há uma maior representatividade de escolas públicas no interior do Concelho.</p> <p>No que respeita aos alunos inscritos por oferta e agrupamento de escolas públicas em 2014/15 o agrupamento com o maior número de alunos é o agrupamento Matilde Rosa Araújo.</p> <p>Para além da oferta de ensino básico geral (ou regular) foi aberta uma oferta específica, muito reduzida no concelho de Cascais, correspondente a Percursos Curriculares Alternativos (PCAs) na escola básica n.º 3 de Alcoitão (localizada na freguesia de Alcabideche e pertencendo ao agrupamento de escolas de Alcabideche).</p>
Secundário	<p>2º Ciclo (2104/15) - A freguesia com menor número de matrículas é a freguesia de São Domingos de Rana, que é também uma das freguesias com a menor oferta em termos de número de estabelecimentos (5, assim como a freguesia de Alcabideche). As restantes freguesias estão sensivelmente equiparadas. Nas Uniãos de Freguesias de Cascais e Estoril e de Carcavelos e Parede as ofertas privadas, em número de estabelecimentos, são as mais elevadas do concelho e superiores à oferta da rede de escolas públicas, embora em número de alunos inscritos a posição se inverta.</p> <p>Já a oferta de PCAs no mesmo ciclo é limitada: apenas na escola básica de Alcabideche e na escola básica e secundária Matilde Rosa Araújo</p> <p>3º Ciclo (2014/15) - no concelho de Cascais a oferta de 3.º ciclo do ensino básico incluiu ensino básico geral (ou regular), cursos vocacionais (na escola básica de Alapraia, nas escolas básicas e secundárias de Alvide, Frei Gonçalo de Azevedo, Matilde Rosa Araújo e na escola secundária de São João do Estoril), cursos CEF (Cursos de Educação e Formação) dos tipos 2 e 3 (na escola básica de Alapraia, nas escolas básicas e secundárias da Cidadela, Frei Gonçalo de Azevedo, Matilde Rosa Araújo e na escola secundária Fernando Lopes Graça) e percursos curriculares alternativos (na escola básica de Alcabideche e nas escolas básicas e secundárias da Cidadela, Matilde Rosa Araújo e de Carcavelos)</p> <p>A freguesia com maior número de matrículas é a freguesia de Alcabideche, apesar de ser a freguesia apenas com a terceira maior oferta em termos de número de estabelecimentos (5), ficando tal a dever-se à dimensão de algumas escolas, como a escola básica e secundária Ibn Mucana e a escola dos Salesianos de Manique. Por outro lado, a freguesia de São Domingos de Rana é a freguesia com menor número de matrículas. Nas Uniãos das Freguesias de Cascais e Estoril e de Carcavelos e Parede, as ofertas privadas são as mais elevadas do concelho, em número de estabelecimentos (10 e 7, respetivamente) e superiores à oferta da rede de escolas públicas, embora em número de alunos inscritos a posição se inverta.</p> <p>Todas as freguesias têm oferta alternativa ao ensino básico geral, destacando-se, no entanto, São Domingos de Rana em que o número de alunos inscritos neste tipo de oferta (102) representa mais de 10% do total de alunos inscritos neste ciclo de ensino.</p>
Ensino recorrente, cursos de EFA e educação extra-escolar	<p>Existem 4 escolas e centros profissionais no concelho de Cascais com oferta de cursos profissionais até ao nível 4, com equivalência ao ensino geral, a Escola Profissional de Teatro e a Escola Profissional Val do Rio (Cascais), privadas, e a Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril e o Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão, públicas não dependentes do Ministério da Educação. As escolas secundárias da rede de escolas públicas contêm igualmente uma forte componente da oferta de cursos profissionais, como se pode observar nos quadros e figuras seguintes.</p> <p>A freguesia com maior oferta é a União das Freguesias de Cascais e Estoril (8 estabelecimentos), seguida de Alcabideche (6), sendo que estas duas freguesias incluem nomeadamente as escolas profissionais acima referidas.</p> <p>Em 2014/15, a oferta de ensino secundário no concelho de Cascais incluiu cursos gerais/científico-humanísticos (do ensino regular), cursos de artes visuais e audiovisuais (do ensino artístico especializado), cursos profissionais</p>

de nível 4 e cursos CEF (Cursos de Educação e Formação) do tipo 7.

Existe ainda uma oferta de cursos CET (profissionais de nível 5, pós-secundários, não superior), em duas escolas ou centros profissionais, o Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão (preenchida com 39 alunos em 2014/15) e a Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril (com 182 alunos).

As duas freguesias com maior número de alunos inscritos são a União das Freguesias de Cascais e Estoril e a freguesia de Alcabideche (com um total de 2.874 e 2.045 de alunos inscritos, respetivamente) pois, para além das escolas profissionais ali situadas, estas freguesias possuem uma larga oferta de ensino secundário (regular ou outro) tanto privado como público (como a escola secundária de São João do Estoril).

Quadro 31. - Análise da Oferta Formativa por Freguesias /Ciclos de ensino

c) POPULAÇÕES ESCOLARES E INDICADORES DE DESEMPENHO

A Figura 45 ilustra a evolução do número de crianças e alunos matriculados na rede de ensino no concelho de Cascais desde o ano de 2004/05 até 2014/15. Pode observar-se o seguinte:

- Os números de alunos inscritos no 3.º ciclo do ensino básico, no secundário (incluindo escolas profissionais) e o número de crianças matriculadas no pré-escolar apresentam crescimentos semelhantes no período em análise (de cerca de 25% entre 2004 e 2015);
- O número de alunos inscritos no 2.º ciclo cresce até 2010/2011 (máximo de 6.042 alunos), decrescendo a seguir até atingir em 2014/2015 um valor ainda assim superior em cerca de 17% ao verificado em 2004/2005;
- A evolução do número de alunos inscritos no 1.º ciclo também cresce numa primeira fase (até atingir um máximo de 10.195 em 2009/2010), decrescendo de seguida até se chegar em 2014/2015 a um valor 5% superior à inicial.

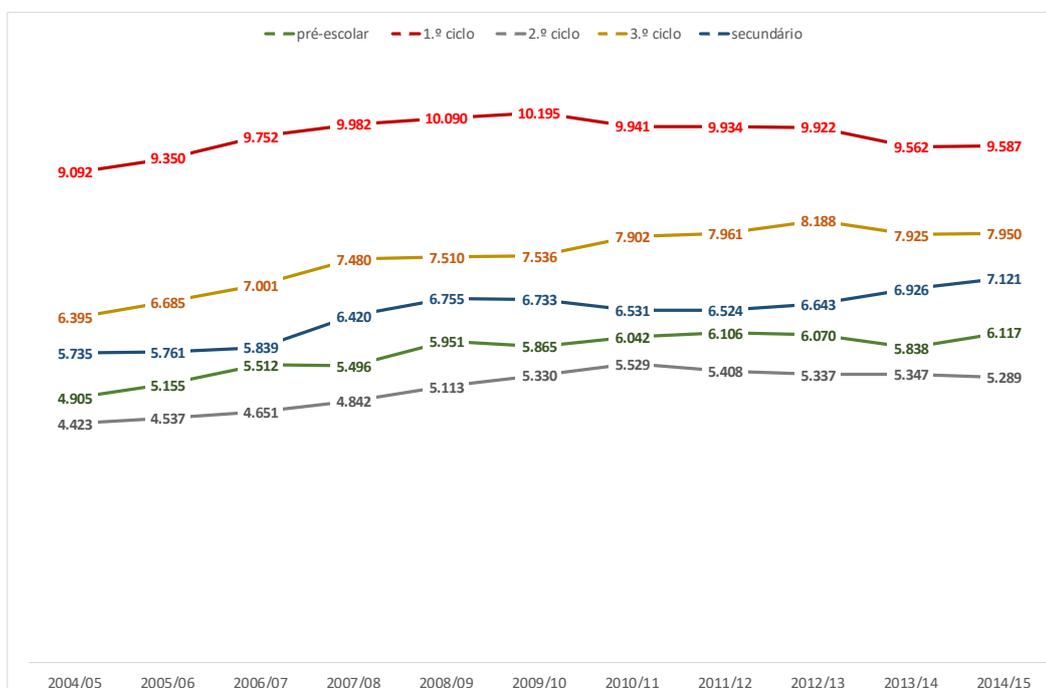


Figura 45 – Evolução do n.º de alunos/crianças matriculados (2004/15) – Fonte: DGEEC

Relativamente à evolução do número de crianças matriculadas no **pré-escolar** conclui-se que:

- O número de crianças matriculadas na rede de escolas públicas (do ME) tem crescido significativamente (crescimento superior a 100% entre 2004 e 2015);
- O número de crianças inscritas nas duas escolas públicas não dependentes do Ministério da Educação apresenta oscilações no período em análise, mas o número de matrículas entre 2012/2013 e 2014/2015 estabiliza, sendo aproximadamente 15% inferior ao valor de 2004/2005.
- O número de crianças matriculadas na rede solidária também cresceu, mas de forma menos acentuada (cerca de 24%) (investimento na abertura de novas salas de pré escolar)
- O número de crianças matriculadas na rede particular e cooperativa atingiu um máximo em 2008/09 (3.129) mas tem-se reduzido desde então até atingir, em 2014/15, um número muito semelhante ao de 2004/05 (2.570 e 2.514, respetivamente).
- o maior crescimento verifica-se na freguesia de São Domingos de Rana (mais de 69%) e a União das Freguesias de Cascais e Estoril é onde se encontram os maiores números de inscrições todos os anos

A evolução do número global (redes pública e privada) de alunos matriculados no **1.º ciclo** do ensino básico:

- Mostra um crescimento reduzido que também se verifica ao nível das freguesias.
- No entanto, o número de inscritos nos estabelecimentos públicos apresenta um crescimento mais significativo
- A esmagadora maioria dos alunos está inscrito no ensino geral, tendo surgido, a partir de 2010/11, uma minoria de alunos inscritos nos percursos curriculares alternativos.

A evolução do número de alunos matriculados no **2.º ciclo** do ensino básico:

- O número de inscritos nas redes pública e privada em 2014/15 é superior ao número de inscritos em 2004/05 e o crescimento é semelhante nas duas redes (privada e pública). No entanto, enquanto no privado o crescimento é mais contínuo, na rede de escolas públicas verifica-se um máximo em 2010/11, seguido de decréscimo até 2014/15
- Números de inscrições mais ou menos estáveis ao longo do período em análise, mas nas freguesias de Alcabideche e, sobretudo, na União das Freguesias de Carcavelos e Parede o número de alunos inscritos neste ciclo de ensino cresce substancialmente.
- A esmagadora maioria dos alunos está inscrito no ensino geral, mas tendo surgido, a partir de 2010/11, uma minoria de alunos inscritos nos percursos curriculares alternativos

A evolução do número de alunos matriculados no **3.º ciclo** do ensino básico:

- O número de inscritos nas redes pública e privada em 2014/15 é superior ao número de inscritos em 2004/05, sendo que o crescimento é mais acentuado na rede de escolas públicas.
- No entanto, enquanto no privado o crescimento é quase contínuo, na rede de escolas públicas verifica-se um máximo em 2012/13, seguido de um decréscimo até 2014/15.
- A freguesia com maior crescimento é a União de Freguesias de Carcavelos e Parede (cerca de 53%), sendo em 2014/2015 a segunda freguesia com mais inscrições neste ciclo, a seguir à freguesia de Alcabideche
- No **3.º ciclo**, a oferta educativa diversifica-se, mantendo-se ainda a oferta de ensino geral como a mais procurada, pelo que se observam mais opções de inscrições para os alunos, começando com os cursos CEF no início do período, com crescimento até 2011/12 seguido de redução e substituição gradual por novas ofertas: PCAs (a partir de 2010/11) e cursos vocacionais (com começo em 2014/15)

A evolução do número de alunos matriculadas no **ensino secundário** no concelho de Cascais:

- O número de alunos matriculados na rede de escolas públicas (incluindo a escola com contrato de associação) tem crescido de forma muito moderada (cerca de 10%);
- O número de alunos matriculados na rede privada também cresceu, mas de forma mais acentuada (cerca de 50%);

- A partir de 2007/08, surgem alunos inscritos em outras escolas públicas, não dependentes do Ministério da Educação, em que estes estabelecimentos correspondem a escolas profissionais (Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão e Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril) com oferta equivalente ao secundário (até ao nível 4).
- Ao nível das freguesias a mesma tendência de crescimento já verificado ao nível do concelho de Cascais, com exceção da freguesia de São Domingos de Rana, cujo número de inscrições é em 2014/2015 cerca de 22% inferior ao número de inscrições em 2004/2005. A freguesia com maior crescimento no período em análise é a União de Freguesias de Carcavelos e Parede (cerca de 53%).
- a oferta educativa diversifica-se ainda mais, pelo que se observam mais opções de inscrições para os alunos, começando com os cursos técnicos do ensino regular, mais relevantes no início do período em análise, mas que registam um decréscimo contínuo até 2013/14. À medida que as inscrições nos cursos técnicos vão diminuindo, os cursos profissionais ganham um peso cada vez mais relevante no número de alunos matriculados (cerca de 30% do total de inscritos em 2014/15). Existem ainda alunos inscritos em cursos artísticos especializados e em cursos CEF (mas com valores residuais).

- Indicadores de desempenho: taxa de retenção e desistência

- **No 1º ciclo:** o 2º ano de escolaridade é o que apresenta maiores taxas de retenção. As taxas de retenção são sempre superiores nas escolas públicas face às privadas, mas nos 2 últimos anos letivos em análise as taxas atingiram os seus valores máximos nas escolas privadas, enquanto nas públicas as taxas mantêm-se ou decrescem.
- **No 2º ciclo:** relativamente aos estabelecimentos públicos, os valores desta taxa variaram significativamente, sendo mais reduzidos no final do período do que no início, tendo atingido máximos no ano 2009/10 para o 5.º ano (com 9,8%) e 2012/13 para o 6.º ano (14,4%). Se nos estabelecimentos da rede de escolas públicas a taxa é sempre superior a 5,5%, qualquer que seja o ano letivo ou de ensino, já nos estabelecimentos escolares privados as taxas são sempre inferiores a 1,2% (com exceção do 6.º ano em 2011/12 em que atinge um máximo de 2,6%).
- **No 3º ciclo:** as taxas de retenção e desistência para os 7º, 8º e 9º anos entre os anos letivos de 2008/09 e 2014/15 das escolas públicas apresentam uma tendência de decréscimo. As taxas dos estabelecimentos escolares privados não traduzem qualquer tendência. Verifica-se também que no 9º ano que estas taxas no setor privado são inferiores às verificadas na rede de escolas públicas.
- **Secundário:** A nível global (escolas públicas e privadas) e dos estabelecimentos da rede de escolas públicas, uma relativa estabilidade das taxas em todos os anos de ensino, sem uma tendência notável; - Maior variabilidade das taxas nos estabelecimentos escolares privados, com máximos do 10.º e 11.º anos, e o segundo maior valor do 12.º ano no último ano letivo (com 5,7%, 4,7% e 7,9%, respetivamente);
- Taxas de retenção e desistência sempre superiores na rede de escolas públicas;
- Taxas de retenção e desistência muito elevadas na rede de escolas públicas principalmente no 10.º ano e 12.º anos, sendo que neste último a taxa varia entre os 35% e os 45%.

A taxa de retenção e desistência no concelho de Cascais é, em todos os níveis e ciclos de ensino, inferior aos valores observados a nível nacional e na AML.

De destacar o 1º e 2º ciclos do ensino básico, onde os valores observados em Cascais são praticamente metade daqueles que se observam a nível nacional e da AML. Esta diferença só se esbate no ensino secundário, cuja taxa em Cascais se situa nos 18,3% e na AML nos 19,8%. Contudo, quando se compara com a taxa nacional (29,9%), esta é bastante superior à taxa de Cascais. Nos demais ciclos, as diferenças entre as taxas nacionais e as obtidas no concelho de Cascais não apresentam diferenças tão grandes.

- Desempenho escolar: resultados das provas de final de ciclo e exames nacionais

Da análise comparativa das médias obtidas nas provas finais e exames nacionais de 2015 pelos alunos das escolas de Cascais, de concelhos limítrofes e de Lisboa, da Grande Lisboa e a nível nacional, para as escolas públicas, privadas e para a globalidade da rede escolar, podem extrair-se as seguintes conclusões:

- Ao nível do **1º ciclo**, tanto nas provas finais de português como de matemática, a média global do concelho de Cascais (3,45 e 3,17, respetivamente) foi superior ao valor médio registado a nível nacional (3,40 e 3,10 respetivamente), bem como da Grande Lisboa e nos concelhos de Lisboa (exceto a português) e Sintra, sendo apenas superado pelo concelho de Oeiras que registou médias superiores (3,54 e 3,24 respetivamente); as mesmas constatações se aplicam, no essencial, quando se consideram apenas as escolas públicas, embora no caso da prova final de português a média de Cascais seja superada pelas de Sintra e Oeiras e igualada pela da Grande Lisboa;
- No **2º ciclo**, em ambas as provas foram registadas médias globais para o concelho de Cascais (3,18 a português e 2,85 a matemática) superiores à média nacional (3,18 e 2,78 respetivamente), bem como aos valores da Grande Lisboa (3,09 e 2,7) e do concelho de Sintra (2,95 e 2,47), sendo apenas superadas pelas médias dos concelhos de Lisboa (3,21 e 2,88) e de Oeiras (3,19 e 2,91); considerando apenas os resultados de alunos de escolas públicas, o concelho de Cascais apresenta média superior a matemática (sendo suplantado apenas pela de Oeiras), mas a português apenas suplanta Sintra e iguala a de Lisboa;
- Em relação ao **3º ciclo**, as médias globais no concelho de Cascais para os exames de português (3,07) e de matemática (2,81) são superiores às médias registadas a nível nacional, da Grande Lisboa e dos concelhos limítrofes, sendo apenas suplantado nos resultados para o concelho de Lisboa; mas o panorama é diferente quando se consideram apenas os resultados de alunos de escolas públicas, com o concelho de Cascais a apresentar as médias mais baixas de todos os casos analisados (com a única exceção da média a matemática, que é superior à de Sintra);
- Ao nível do ensino **secundário**, e no caso do exame de português, a média global de Cascais (100,6) só é ultrapassada pela do concelho de Lisboa (101,7), sendo superior às dos demais concelhos, da Grande Lisboa, mas sendo todas inferiores à média nacional (102); relativamente ao exame de matemática, a média global de Cascais (108,3) foi superior à média nacional (105,0) e à de todos os outros concelhos e da Grande Lisboa; considerando apenas os resultados de alunos de escolas públicas, o concelho de Cascais apresenta média superior a matemática (sendo suplantado apenas pela de Oeiras), mas a português é suplantado por Oeiras e Lisboa;
- **Em qualquer dos níveis e ciclos de ensino**, tanto nas provas e exames nacionais de português como de matemática, as escolas privadas de Cascais obtêm sempre notas médias superiores às obtidas pela rede de escolas públicas do concelho, sendo marcante a diferença no caso das médias de matemática no secundário (100,0 nas escolas públicas contra 138,1 nas privadas);
- **A escola dos Salesianos de Manique**, que funciona com Contrato de Associação, nos resultados que apresenta desde o 2º ciclo até ao secundário, situa-se sempre acima das notas médias dos agrupamentos de escolas públicas e abaixo das notas médias das escolas privadas do concelho de Cascais.

d) TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO

As taxas de escolarização (no que se refere exclusivamente à educação pré-escolar e ensinos básico e secundário) no concelho de Cascais, para cada idade da criança/jovem, são apresentadas na Figura 46. Estas taxas foram apuradas para o ano censitário de 2011, com base nos dados do Censo de 2011 (no que respeita a residentes, por idade dos mesmos) e fornecidos pela DGEEC (no que respeita a alunos que frequentaram escolas do concelho de Cascais em 2011/12, por idade dos mesmos).

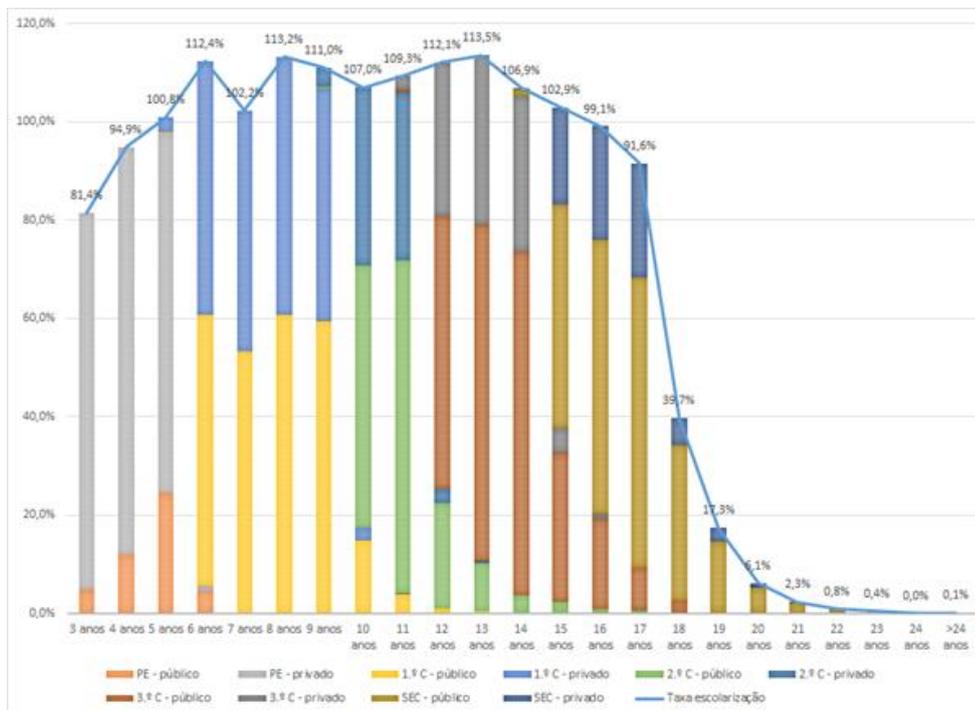


Figura 46 – Taxas de escolarização em 2011, no concelho de Cascais - Fontes: INE (Censo 2011) e DGEEC

De sublinhar a constatação de que as taxas de escolarização apuradas apresentam valores sistematicamente superiores a 100% para idades entre os 6 os 15 anos de idade, um indício seguro de que as escolas de Cascais acolhem e são frequentadas por alunos com residência noutros concelhos. São ainda observáveis os efeitos da retenção, que leva a que crianças e jovens frequentem ciclos e níveis de ensino fora das idades próprias de frequência desses ciclos e níveis de ensino.

Estas taxas de escolarização, também para 2011, mas agora agregadas segundo os escalões etários correspondentes às das idades próprias de frequência de cada ciclo e nível de educação e ensino, são apresentadas na Figura 47. Nesta figura observam-se valores elevados em todas as taxas, com valores acima dos 100% para os escalões etários entre os 6 e os 14 anos, sustentando a constatação de que as escolas de Cascais acolhem alunos com residência noutros concelhos. Evidencia-se ainda a expressão muito significativa que as ofertas privadas assumem no sistema educativo do concelho de Cascais, particularmente no que respeita à educação pré-escolar.

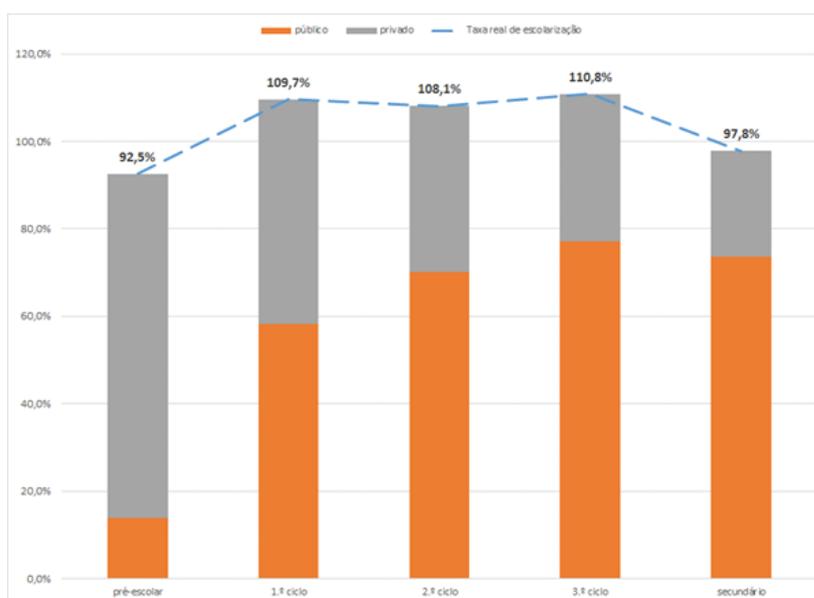


Figura 47 – Taxas de escolarização em 2011, no concelho de Cascais (por escalão etário) - Fontes: INE (Censo 2011) e DGEEC

e) ABANDONO ESCOLAR

Relativamente à taxa de abandono escolar no concelho de Cascais, regista-se um valor idêntico à média de Portugal continental (1,65%) em 2011.

Ao nível das freguesias em 2011, Estoril (1,76%) e São Domingos de Rana (1,85%) eram aquelas que apresentavam a taxa de abandono escolar mais elevada, encontrando-se acima da média do Concelho (1,65%), sendo ainda de realçar um aumento da taxa de abandono escolar, em alguns casos de 1%, na maioria das freguesias de Cascais, entre 2001 e 2011.

Unidades Territoriais	2011	2001	1991
	%	%	%
Continente	1,65	2,71	12,51
Lisboa	1,82	1,89	5,17
Grande Lisboa	1,73	1,83	5,11
Cascais	1,65	1,19	3,67
Alcabideche	1,57	1,74	4,3
Carcavelos	1,53	0,54	1,85
Cascais	1,46	0,97	3,3
Estoril	1,76	1,02	3,47
Parede	1,58	0,44	3,79
São Domingos de Rana	1,85	1,48	4,28

Quadro 32 - Taxa de Abandono Escolar (1991/2011).

Fonte: PORDATA (à data dos Censos 2011)

f) ÁREAS DE APOIO À FAMÍLIA E DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

I. Ação social escolar

A atribuição da Ação Social Escolar - ASE constitui-se como uma das ferramentas de discriminação positiva e combate à exclusão das crianças e jovens, mas também como forma de prevenir o abandono e promover o sucesso escolar. No âmbito da ação social são garantidos pela Câmara Municipal de Cascais, neste contexto:

- Participações para material escolar, livros escolares e visitas de estudo.
- Programa alimentar, através do qual são fornecidas refeições e lanches aos alunos do pré-escolar e primeiro ciclo.

A comparticipação é aprovada anualmente pela Câmara e tem por base as orientações provenientes do Ministério da Educação relativamente aos valores de comparticipação mínima para alunos do 1º ciclo. Para o pré-escolar o valor é decidido anualmente pela Câmara.

Estes apoios obedecem a três escalões: A, B e C. No caso dos escalões A e B, estes correspondem ao 1º e 2º escalão de rendimentos que determinam a atribuição do abono de família. Assim, a atribuição dos apoios de ação social escolar aplica-se aos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino **pré-escolar e do 1º ciclo** do ensino básico da rede de escolas públicas, nos seguintes moldes:

- ▶ Para as crianças da educação pré-escolar, este apoio consiste na comparticipação das refeições escolares (total ou parcial), lanche escolar e do prolongamento de horário;
- ▶ Para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, este apoio consiste no fornecimento e comparticipação de (total ou parcial), refeições escolares lanche escolar e na concessão de auxílios económicos para aquisição de livros, material escolar e para atividades de complemento curricular

► Beneficiam também as crianças e alunos provenientes de agregados familiares que se encontram em Portugal em situação de ilegalidade, estatuto de refugiados ou requerentes de asilo, bem como as confiadas pela Segurança Social a famílias de acolhimento, que são integradas no escalão A.

Os dados aqui analisados dizem respeito exclusivamente ao pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, excluindo-se outras formas de apoio que sejam garantidas aos alunos por outras entidades que não a Câmara Municipal de Cascais.

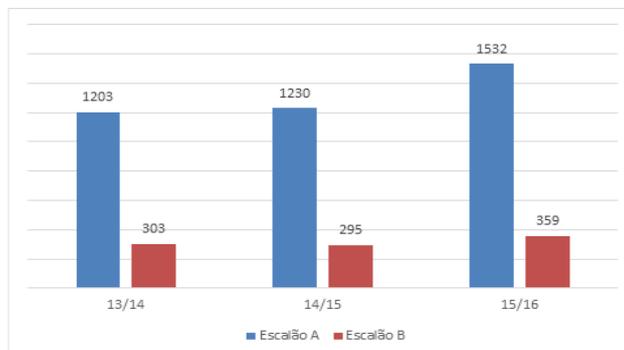


Figura 48 – Evolução do número de alunos apoiados pela Ação Social Escolar no concelho de Cascais, no pré-escolar e 1º ciclo, nos anos letivos de 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016. Fonte:CMC

Ao longo dos últimos três anos letivos o número de alunos apoiados tem vindo a crescer, especialmente no Escalão A, escalão com maior peso nesta distribuição. De acordo com a Figura 48, o crescimento tem sido menos acentuado no Escalão B, o qual também apresenta um menor número de alunos apoiados.

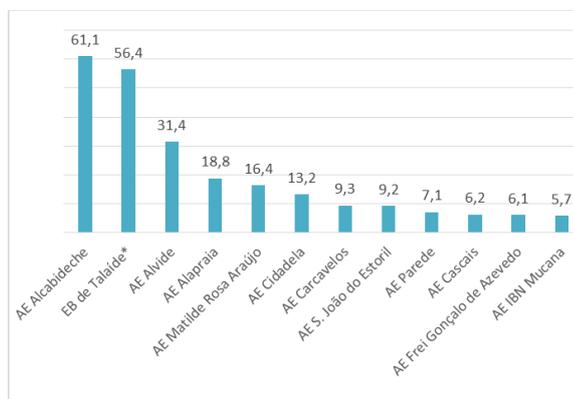


Figura 49 – Percentagem de alunos apoiados pela Ação Social Escolar, por agrupamento, no concelho de Cascais, no ano letivo de 2014/2015. Fonte: CMC

A Figura 49 apresenta a distribuição percentual dos alunos que recebem apoio financeiro nos vários agrupamentos de escolas do concelho. Nesta análise destacam-se o AE de Alcabideche, em que mais de metade dos alunos do universo total do agrupamento recebe apoio do ASE, e a escola básica de Talaíde pertencente ao AE Aquilino Ribeiro – Oeiras. Também o AE de Alvide e o de Alapraia têm valores elevados de estudantes apoiados, com 31% e 19% respetivamente. Por outro lado, metade dos agrupamentos do concelho apresentam valores substancialmente mais baixos, com taxas de alunos apoiados a situarem-se entre os 6% e 9%.

A Ação Social Escolar contribui assim no pagamento dos manuais e material escolar, das atividades de complemento curricular e das visitas de estudo, o que acarreta custos consideráveis para a autarquia. Estes custos globais cresceram entre o ano letivo 2013/14 e 2014/15 mas reduziram-se ligeiramente no último período em análise, tendo a CMC suportado 88 mil euros de custos associados a estes apoios em 2015/16.

III. Alimentação Escolar

Na Figura 50 é feita a comparação da distribuição de refeições quentes apoiadas pela CMC pelos agrupamentos de escolas do Concelho.

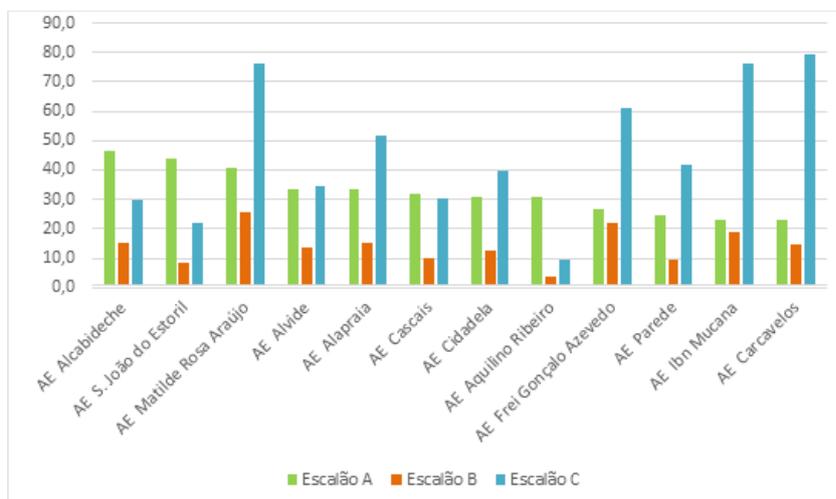


Figura 50 – Distribuição Percentual das refeições escolares apoiadas por escalão da ASE e por Agrupamento de Escolas, no ano letivo 2015/2016

Os AE de Alcabideche, S. João do Estoril e Matilde Rosa Araújo são os que registam maiores valores, com percentagens a variar entre 40% e 46% de alunos abrangidos pelo Escalão A, o que é revelador da quantidade de alunos que estão ao abrigo do 1º escalão do Abono de Família e provavelmente provenientes de contextos com dificuldades económicas. Por oposição, os AE da Parede, IBN Mucana e Carcavelos registam menos alunos nos Escalões A e B, e maiores percentagens no Escalão C.

IV. Atividades de Animação e Apoio à Família

As Atividades de Animação e Apoio à Família - AAAF constituem outra das vertentes de ação social escolar que é promovida pela autarquia. Visam proporcionar às crianças que frequentam o ensino pré-escolar, da rede de escolas públicas, a possibilidade de prolongar a sua permanência na escola entre as 15h30 e as 18h, bem como nos períodos de férias escolares entre as 9h e as 18h. As atividades, de cariz lúdico e criativo, são desenvolvidas em parceria entre os vários Agrupamentos de Escolas, respetivas Juntas de Freguesia e/ou outras instituições.

Parte das atividades são comparticipadas pela autarquia, tendo as famílias que requerem este prolongamento que custear a restante parte do valor. À semelhança da ASE, os custos são determinados pelo escalão do Abono de Família associado ao agregado familiar.

Observa-se que o agrupamento com maior oferta de AAAF é o agrupamento de escolas de Alcabideche uma vez que é o agrupamento com a maior oferta em n.º de estabelecimentos de educação pré-escolar (2015/16 - a par do agrupamento de Alapraia) e o maior número de crianças inscritas até 2014/15. O agrupamento de escolas da Parede é aquele que apresenta a maior taxa de frequência de crianças nas AAAF (71,7%), enquanto o de São João do Estoril apresenta a menor taxa (43,5%).

Quadro 34 – Oferta e frequência de AAAF em 2015/16 por agrupamento

Agrupamento	N.º de crianças		
	Oferta	Frequência	Taxa de freq.
Alapraia	112	71	63,4%
Alcabideche	213	131	61,5%
Alvide	50	34	68,0%
Carcavelos	120	80	66,7%
Cascais	133	86	64,7%
Cidadela	94	55	58,5%
Frei Gonçalo de Azevedo	145	101	69,7%
Ibn Mucana	100	70	70,0%
Matilde Rosa Araújo	87	52	59,8%
Parede	113	81	71,7%
SÃO JoÃO do Estoril	69	30	43,5%

Fonte: CMC

V. Componente de Apoio à Família e Atividades de Enriquecimento Curricular

A CMC promove dois diferentes tipos de atividades para os alunos que frequentam o 1º ciclo da rede de escolas públicas (a Componente de Apoio à Família - CAF, e as Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC). Estas atividades são desenvolvidas entre os agrupamentos, juntas de freguesias e/ou outras entidades parceiras.

As AEC são atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidem, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação. A CAF é compartilhada pelos encarregados de educação, complementando o horário.

Quadro 34 – Oferta e frequência de CAF e AEC em 2015/16 por agrupamento

AGRUPAMENTO	N.º DE ALUNOS - CAF		N.º DE ALUNOS - AEC		
	Oferta	Frequência	Oferta	Frequência	Taxa de freq.
ALAPRAIA	20	20	499	473	94,8%
ALCABIDECHE	100	101	445	445	100,0%
ALVIDE	100	70	386	338	87,6%
EB DE TALAÍDE	30	30	95	92	96,8%
CARCAVELOS	597	156	597	597	100,0%
CASCAIS	60	54	274	267	97,4%
CIDADELA	60	51	345	313	90,7%
FREI GONÇALO DE	160	98	532	525	98,7%

AGRUPAMENTO	N.º DE ALUNOS - CAF		N.º DE ALUNOS - AEC		
AZEVEDO					
IBN MUCANA	135	121	577	510	88,4%
MATILDE ROSA ARAÚJO	210	210	819	819	100,0%
PAREDE	70	70	388	360	92,8%
SÃO JOÃO DO ESTORIL	20	15	272	259	95,2%

Fonte: CMC

A partir da leitura deste quadro observa-se que a **oferta de AEC** é, na maioria dos agrupamentos, significativamente superior à oferta de CAF. Excetuando o AE de Carcavelos, o agrupamento com maior **oferta de CAF** é o agrupamento de escolas Matilde Rosa Araújo, uma vez que é um dos agrupamentos com maior n.º de estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico (2015/16), sendo ainda o agrupamento com o maior número de alunos inscritos neste ciclo até 2014/15. O agrupamento com maior oferta de AEC é também, pelos mesmos motivos, o agrupamento de escolas Matilde Rosa Araújo. À exceção dos agrupamentos de Alvide e Ibn Mucana, no geral a taxas de frequência são sempre superiores a 90% (atingindo os 100% nos agrupamentos de Alcabideche, Carcavelos e Matilde Rosa Araújo).

VI. Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEEs)

O apoio fornecido às crianças com necessidades educativas especiais processa-se sobretudo através da sua integração nas escolas do ensino regular, tomando tal situação a designação de Escola Inclusiva, ou seja, uma escola que assegure “o desenvolvimento de uma educação apropriada para todos os alunos com necessidades especiais”. A integração ocorre pela inclusão de alunos NEEs nas turmas regulares (com eventuais redimensionamentos) ou pela criação de “unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência” ou ainda de “unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo”.

- Programa de Promoção do Sucesso Educativo e Inclusão

Sendo uma das vertentes do apoio garantido pela CMC dirigida às crianças e jovens do Concelho que têm necessidades educativas especiais – NEE e sendo garantido a todos os alunos desde o pré-escolar até ao ensino secundário, esta promoção materializa-se através das Unidades de Apoio Especializado - UAM que funcionam para o 1º, 2º e 3º ciclos, das Salas de Aprendizagens Funcionais para os alunos do 2º e 3º ciclos, do fornecimento do serviço de transporte acompanhado e adaptado, do fornecimento das refeições escolares, do fornecimento de tecnologias de apoio, isto para além do apoio no estabelecimento de parcerias com instituições e entidades do Concelho de modo a garantir respostas complementares a estes alunos.

De modo a reforçar a atuação municipal neste âmbito e complementar o apoio já garantido pelo Ministério da Educação no que diz respeito às atividades terapêuticas, a CMC estabeleceu protocolos com instituições locais. Existem dois acordos de cooperação, um deles firmado com a CERCICA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais C.R.L, e outro com o CRID – Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes. Dentro destas atividades enquadram-se a hidroterapia, natação,

psicomotricidade ou a fisioterapia, sendo que estas se destinam tanto às crianças integradas na intervenção precoce como também aos alunos NEE integrados em todos os ciclos de ensino desde o 1º ciclo até ao Secundário.

Para além da preocupação em garantir um ensino adaptado aos alunos NEE a autarquia tem também vindo a desenvolver esforços no sentido de integrar estes alunos na vida ativa e na comunidade. A vida pós-escolar destes alunos apresenta-se como um desafio, tanto para os próprios como para as famílias, e foi por isso criada uma bolsa de instituições que ajudam a desenvolver planos individuais de transição para vida ativa, dirigidos especialmente a alunos com baixa autonomia. Estes planos visam potenciar esta transição para a vida ativa e desenvolver competências, através da formação profissional e da realização de estágios, para que estes alunos se possam integrar no mercado de trabalho.

Cascais foi município eleito para um estudo de caso no âmbito do “Co-funded projet By Erasmus+, programme of the European Agency for Special Needs and Inclusive Education”, pela Direção Geral de Educação, no qual destacámos vários projetos, programas e atividades, entre eles:

- As atividades terapêuticas complementares para crianças e jovens com NEE do ensino público e privado desde o pré-escolar ao 3º Ciclo (Ex: Vela Sem Limites)
- A adequação de espaço Escola e outros espaços abertos à comunidade, como por exemplo a Sala snoezelen, disponível a toda a comunidade educativa do concelho.
- A inclusão de crianças e jovens com NEE na educação, como exemplo as Atividades de Enriquecimento Curricular, atividades de animação e apoio à família, componente de apoio à família e programas de ocupação de verão.
- O transporte acompanhado e adaptado, para alunos com NEE, para atividades terapêuticas, atividades de transição para a vida ativa ou visitas escolares, em tempo letivo e não letivo.
- Ferramentas para docentes, encarregados de educação e outros agentes educativos de crianças e jovens com NEE e/ou em situação vulnerável, do ensino público e privado (Banco de Empréstimo de Produtos Psicopedagógicos – BEPP).
- Em 2015/2016 o investimento municipal destinado à inclusão rondou os 800.000,00€, em programas com uma frequência desde as 2 mil as 60 crianças e jovens.

VII. Programa “Crescer a Tempo Inteiro”

O Programa “Crescer a Tempo Inteiro” (CTI) decorre da adaptação feita em Cascais do programa nacional “Escola a Tempo Inteiro”. Este programa resulta da implementação do Programa de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) para o ensino pré-escolar e das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) ao nível do 1º ciclo e aplica-se aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, sendo a sua frequência de carácter facultativo.

Ao nível municipal o programa visa não só diversificar e enriquecer a oferta educativa e responder à necessidade das famílias, como constitui mais uma das ferramentas que se inserem na estratégia alargada de proporcionar respostas sociais de apoio às famílias dos alunos do Concelho dado que a existência deste tipo de respostas é tida como fundamental no combate à exclusão e ao abandono escolar.

É definido como objetivo deste programa “promover contextos educativos não formais, de apoio ao processo educativo, tradutores de uma dimensão de escola adequada à organização social contemporânea que defenda os interesses e direitos das crianças” (CMC, 2016 b) . Poder-se-á afirmar que uma das marcas identitárias do programa é a promoção de atividades extra-letivas, ou seja, tempos destinados inteiramente à prática de atividades lúdicas, desportivas ou artísticas, de exploração da criatividade, de desenvolvimento pessoal e social, garantindo sempre a qualidade das atividades e o seu desenvolvimento numa lógica de complemento da componente letiva.

Outra das marcas distintivas do CTI é a garantia de apoio dos alunos NEE e das suas famílias, com mais respostas e oferta adaptada às suas necessidades, tanto no período letivo como também durante as férias escolares.

Deste modo, as respostas definidas no âmbito do programa Crescer a Tempo Inteiro são:

Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação (AAAF)
Componente de Apoio à Família (CAF)
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);
Ludobibliotecas Escolares

Perante o dinamismo, capacidade de adaptação e desenvolvimento constante que o programa tem apresentado podem ser identificados uma série de desafios no futuro deste programa em Cascais, tais como:

- O desejo por parte das famílias e da própria autarquia em estender o programa ao 2º ciclo e possivelmente até ao 3º ciclo e secundário, em especial no 9º e 12º anos que são tidos como determinantes na vida dos alunos;
- Combater o grande défice de participação das famílias na vida da escola;
- Apostar na vertente da cidadania, participação e vivência em comunidade;
- Criar mais diversidade e flexibilidade na oferta de atividades;
- Oferecer atividades que façam os alunos saírem da escola, frequentando outros espaços no concelho, como clubes, coletividades, entre outras entidades.

g) ESPAÇOS LÚDICOS

Os Espaços Lúdicos reúnem num só projeto as estruturas educativas com um registo de funcionamento de carácter não formal: as Ludotecas para crianças, jovens e famílias no âmbito do tempo livre e lazer, e as Ludobibliotecas que, situando-se nos recintos das escolas, se integram no conceito de abertura dos equipamentos escolares à comunidade prestando serviço quer em tempo letivo, apoiando a atividade docente, recreios e intervalos escolares, quer não letivo. Ambas as estruturas privilegiam a ludicidade, a livre escolha e a participação das crianças como mediadores da intervenção educativa.

As respostas lúdicas dentro e fora da escola, são promovidas pela CMC em parceria com agrupamentos de escolas e Instituições locais.

À data existem 13 Ludobibliotecas Escolares, 7 das quais com abertura ao sábado à comunidade e 5 Ludotecas.

h) SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

Este serviço é uma ferramenta importante na inclusão e a apoio dos alunos, não só dos que estão geograficamente distantes dos estabelecimentos de ensino, mas também de todos aqueles cuja deslocação entre o local de residência e a escola constitui uma dificuldade. Os dados analisados dizem respeito exclusivamente ao transporte não dedicado, de e para as escolas públicas do 1º ciclo até ao secundário (Exclui-se assim o que diz respeito à educação pré-escolar, bem como soluções de transporte dedicado, nomeadamente para alunos com necessidades educativas especiais).

A CMC assegura o serviço de transporte dos alunos do ensino básico e secundário cuja distância entre o local de residência e a escola seja superior a 4km, sendo o transporte escolar gratuito até ao final do 3º ciclo para os estudantes menores de idade e ainda sujeitos à frequência da escolaridade obrigatória. Relativamente aos estudantes do ensino secundário, a CMC comparticipa com metade do valor nos casos das distâncias serem superiores a 4km ou de alunos transferidos para outro agrupamento por falta de vaga ou curso, sendo que neste último caso também se inserem os alunos que procuram vertentes de ensino específicas, como por exemplo os Conservatórios ou Escolas Profissionais localizadas fora do concelho.

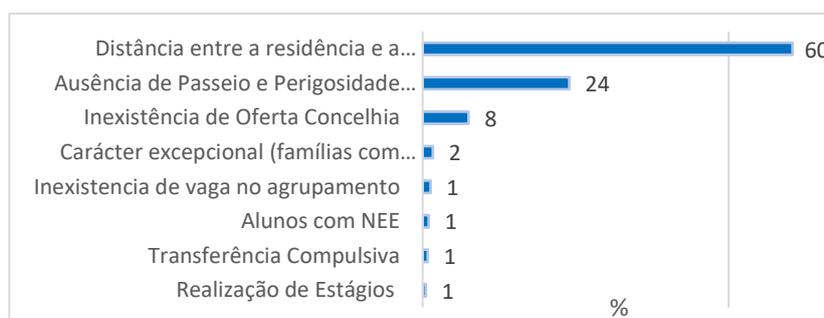


Figura 51 – Percentagem de alunos apoiados com Transporte Escolar no ano letivo 2014/2015, por justificação da atribuição do passe. Fonte: CMC

Como indica a Figura 51, a distância justifica a atribuição do passe comparticipado pela CMC a 60% dos alunos que requereram este apoio no ano letivo de 2014/2015. (Para além da distância entre o local de residência e a escola, há outro critério para a atribuição do transporte escolar nas distâncias inferiores a 4km, que decorre do facto do trajeto que o aluno necessita percorrer ser considerado perigoso dada a ausência de passeios e elevado volume de tráfego nesse percurso. Este motivo justifica a atribuição de 24% dos passes no referido ano letivo. Este problema já tinha sido referido no âmbito da participação pública, tanto por parte dos alunos como dos outros grupos auscultados.)



Figura 52 – Evolução do número de alunos apoiados com Transporte Escolar no concelho de Cascais nos anos letivos de 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016. Fonte: CMC

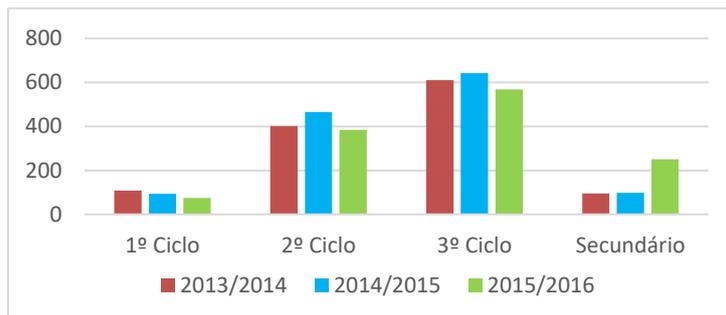


Figura 53 – Evolução do número de alunos apoiados com Transporte Escolar no concelho de Cascais, por ciclos de ensino, nos anos letivos de 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016. Fonte: CMC

i) ENSINO PROFISSIONAL

No âmbito do apoio ao ensino secundário à transição para a vida ativa, a CMC desenvolveu e implementou em 2015 o Pólo Tecnológico de Formação em Cascais. Este pólo encontra-se sediado no Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo e resulta de uma parceria com a ATEC- Associação de Formação para a Indústria. A implementação deste projeto visa criar mais oferta profissional qualificada e garantir que esta oferta tem interesse para as empresas e mercado de trabalho. Dessa oferta fazem parte o Curso Profissional de Mecatrónica Automóvel e os Cursos de Especialização Tecnológica Mecatrónica de Automóveis – Planeamento e Controlo de Processos e Programação de Sistemas de Informação.

O município colaborou também, em 2016, no “Estudo de Antecipação Necessidades de Qualificações Intermédias na Área Metropolitana de Lisboa” (SANQ), promovido pela ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional e consequentemente implementa, em 2016/2017, o Curso Profissional Técnico de Eletrónica Médica, uma extensão da parceria com a ATEC – Associação de Formação para a Indústria e o Agrupamento de Escolas de Alvide, no sentido de responder a um investimento local e uma necessidade especializada do mercado de trabalho.

j) ENSINO SUPERIOR

No concelho de Cascais existem dois estabelecimentos de ensino superior politécnico, a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril – ESHTe e a Escola Superior de Saúde de Alcoitão – ESSA. Em ambos os casos há oferta de dois ciclos de ensino superior, licenciatura e mestrado, assim como pós-graduações.

Para além destes dois exemplos, está também prevista a construção de um novo pólo da Universidade Nova de Lisboa em Carcavelos, e a Faculdade de Medicina da Universidade Católica. A criação destes novos estabelecimentos de ensino irá aumentar a oferta de vagas no ensino superior no concelho de Cascais, e proporcionar mais diversidade uma vez que atualmente só há oferta na área da Hotelaria e da Saúde.

EM SUMA:

Os “contrastes e assimetrias [do concelho] têm naturais reflexos no sistema educativo de Cascais que se vê confrontado com realidades e desafios também contrastados e revela heterogeneidades de estratégia, atuações e desempenho entre escolas e Agrupamentos de Escolas (AE).

Globalmente, o sistema educativo de Cascais revela-se rico na sua diversidade, dinâmico e atraente, destacando-se:

❖ ASPETOS POSITIVOS DA EDUCAÇÃO EM CASCAIS:

- A diversidade das ofertas educativas, em que as ofertas de natureza privada (incluindo nesta os sectores particular, cooperativo e solidário) são historicamente muito fortes, representando um peso invulgarmente elevado no panorama nacional;
- Escolas públicas de referência e com projetos educativos e iniciativas inovadoras;
- Qualidade de boa parte das instalações escolares, bem como dos equipamentos de apoio (como bibliotecas, ludo-bibliotecas, ludotecas, pavilhões desportivos, campos de jogos, laboratórios);
- Reduzidas taxas de abandono escolar;
- Boa articulação com recursos locais em diversos domínios, nomeadamente na área das necessidades educativas especiais (como escola de cegos e baixa visão, unidade de apoio a surdos, etc.);
- Casos de boas práticas de articulação das escolas e Agrupamentos de Escolas com as comunidades em que se inserem, e de envolvimento efetivo dos pais, famílias e associações de pais na vida das escolas;
- No geral, corpo docente qualificado, estável, dinâmico e empenhado;
- Bons exemplos de liderança, capacidade de iniciativa e de mobilização de vontades por parte das Direções de escolas e Agrupamentos de Escolas;
- Papel ativo, forte empenho, dinamismo e capacidade de iniciativa e liderança da Câmara Municipal de Cascais no que à educação diz respeito, que as escolas e comunidades educativas reconhecem e consideram como parceiro fundamental; esta postura terá também contribuído para o estabelecimento do Contrato de Delegação de Competências em Matéria de Educação.
- A boa resposta ao grupo alvo “crianças-família”, garantindo o apoio dos alunos com NEE, privilegiando o carácter lúdico e criativo das atividades, a livre escolha e a participação. É comparticipada pela CMC nos moldes determinados pelo escalão de Abono de Família nos casos que seguidamente estejam sinalizados com um *:
- Atividades de Animação e Apoio à Família * pré-escolar (15.30/18.00h)
- Componente de Apoio à Família * 1º ciclo
- Atividades de Enriquecimento Curricular - 1º ciclo
- 13 Ludobibliotecas Escolares * abertas à comunidade
- 5 Ludotecas;
- A criação de Unidades de Apoio Especializado no 1º, 2º e 3º ciclo, Salas de Aprendizagem Funcional no 2º e 3º ciclo, o estabelecimento de parcerias e protocolos com instituições locais para a intervenção precoce e para alunos com NEE (CERCICA, CRID – Hidroterapia, natação, fisioterapia, etc.), transporte acompanhado e adaptado, uma Sala Snoezelen disponível a toda a comunidade educativa do concelho.
- O serviço de transporte escolar extensivo a alunos com vertentes de ensino específicas localizadas fora do Concelho (conservatórios, Escolas Profissionais);
- A introdução do Lanche Escolar e a diversificação das ementas, introduzindo para além da dieta a possibilidade de uma escolha vegetariana. Os alunos com escalão A têm vindo progressivamente a aumentar
- A melhoria dos equipamentos escolares e equipamentos de apoio (bibliotecas, ludo-bibliotecas, ludotecas, pavilhões desportivos, campos de jogos, laboratórios);

- Gradual aumento de alunos inscritos nas escolas da rede pública, sobretudo nas Freguesias de S. D. Rana e União de Freguesias de Cascais e Estoril. É também nestas freguesias que se verifica, segundo dados de 2011, o maior número de alunos residentes com idade igual ou inferior a 19 anos (13.107 em SDR e 12.076 na UFCE)
- A taxa de retenção mantém-se, em todos os níveis de ensino, inferior aos valores observados a nível nacional e na AML;
- A heterogeneidade de crianças e jovens na rede de escolas públicas do concelho
- O aumento da oferta no pré-escolar, que tem vindo a colmatar o gradual aumento de procura nesta faixa etária.
- O aumento de residentes com o ensino secundário entre 2011 e 2014
- O Pólo Tecnológico de Formação em Cascais, sediado no Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo, resulta de uma parceria com a ATEC- Associação de Formação para a Indústria.
- Bom nível de colaboração escola/autarquia, maior abertura dos Agrupamentos de escolas à comunidade e maior dinamismo na procura de respostas inovadoras, formativas e profissionalizantes.
- Os projetos de intervenção educativa do Departamento de Educação que, ao longo dos anos, têm proporcionado formação a professores, auxiliares, alunos, e contribuído para esbater a “barreira” existente entre escola/comunidade/autarquia

No entanto, subsistem **debilidades e problemáticas** que, no âmbito do desenvolvimento subsequente da Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal, importa ter em atenção. Com base nos vários elementos de caracterização atrás apresentados, podem destacar-se:

❖ ASPETOS A MELHORAR NA EDUCAÇÃO EM CASCAIS:

- Insuficiências e debilidades das ofertas das vertentes vocacionais e profissionalizantes de ensino e da sua articulação com o mercado de trabalho
- A desvalorização do ensino profissionalizante;
- O desfasamento da oferta de formação face à procura e às necessidades do mercado de trabalho
- Desequilíbrios espaciais de oferta-procura e reorganização da rede de escolas públicas
- A assimetria na distribuição espacial dos equipamentos de educação e ensino públicos
- A assimetria na distribuição espacial do número de equipamentos de jardim-de-infância (compensada pela oferta da rede solidária);
- Concretizar a universalização do acesso à educação pré-escolar. A rede pública no pré-escolar ainda não cobre a totalidade de alunos que integram o 1º ano de escolaridade nas escolas públicas
- A taxa de escolarização. Apesar de ter aumentado o número de alunos com o ensino secundário completo, subsiste uma quebra significativa a partir dos 18 anos de idade dos jovens.
- A taxa de abandono, que representa, ainda, 1,65% dos alunos (2011). Estes jovens em abandono escolar precoce “não têm alternativa de educação /formação pertinente e atrativa” (Plano de Desenvolvimento Social);
- O desfasamento das taxas de retenção entre escolas públicas e privadas. Nestas últimas, estas taxas são sempre significativamente inferiores, atingindo o expoente máximo no ensino secundário, numa relação de 5,7% a 7,9% no privado para 35% a 45% no público.
- A oferta de PCA no 2º e 3º ciclo;

- Oferta reduzida da educação de adultos e formação ao longo da vida
- Subsistem debilidades na articulação comunidade - escola e na participação das famílias nas escolas
- Os apoios a alunos com dificuldades de aprendizagem e com necessidades educativas especiais
- Insuficiência dos apoios psicossociais a alunos e famílias
- Articulação e de partilha de experiências entre Agrupamentos de Escolas
- A formação de Assistentes Operacionais;
- Excesso de escolarização
- Limitação dos apoios financeiros para a substituição de todos os equipamentos e outros materiais de apoio pedagógico que se encontram degradados, desatualizados ou a necessitar de inovação nos espaços escolares;
- Criação de um Observatório da Educação possibilitando um retrato atualizado, em tempo real, dos diferentes indicadores fundamentais para um reconhecimento da realidade, sua interpretação e conseqüente planeamento atempado de respostas, sejam elas ao nível dos equipamentos e infra-estruturas ou do sucesso educativo.
- Integração da grande diversidade social e cultural nos alunos das escolas públicas do concelho; O fluxo migratório em Cascais, neste caso de imigrantes, tem tido um crescimento contínuo
- A saída antecipada dos jovens do sistema de ensino;
- A delinquência e a marginalidade infantil: entre os 13 e os 15 anos com problemas comportamentais e sem enquadramento no sistema;
- A fraca participação cívica dos jovens

(Fonte: dados preliminares da revisão da Carta Educativa, 2017)

❖ **OUTROS DADOS RELEVANTES** - Dados Preliminares do Diagnóstico Social de Cascais (2017, CEDRU)

– Questão: “Estão reunidas as condições para assegurar uma educação de qualidade para todos? O acesso à educação está globalmente garantido?”

Aspetos mais relevantes:

- Evolução positiva da taxa bruta de pré-escolarização no período compreendido entre os anos letivos de 2007/2008 e 2014/2015 com um crescimento de 6,3 p.p. Evolução igualmente positiva (ainda que menos expressiva) da taxa de escolarização no ensino superior que no período mediado entre os anos letivos de 2007/2008 e 2015/2016 cresceu 2,5 p.p., tendo registado o valor de 12,7% em 2015/2016
- Em dois decénios, as taxas de abandono escolar diminuíram em mais de metade, tendo-se situado em 2011 nos 1,65%, abaixo do valor nacional (1,7%) e regional (1,8%). A freguesia onde esta taxa é mais elevada é São Domingos de Rana (1,9%); em sentido contrário, encontra-se Cascais, com o valor mais baixo (1,5%)
- A taxa de retenção e desistência no ensino básico regular regista um desempenho igualmente positivo, tendo atingido no ano letivo 2014/2015 o valor mais baixo dos últimos anos – 4,2%, valor significativamente abaixo das médias nacional (7,9%) e regional (9,0%)
- A taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular (81,7%) mantém-se acima dos 80%, valor ligeiramente abaixo da taxa verificada para o país (83,4%) e ligeiramente acima da registada para a AML (80,2%).

- Em matéria de disponibilização de computadores nos estabelecimentos de ensino dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, Cascais regista uma evolução negativa no 1.º ciclo, tendo atingido uma média de 6 alunos por computador no ano letivo 2014/2015 face aos 1,1 registados no ano letivo 2008/2009. Este valor está acima das médias nacional (4,9) e regional (5,2)
- Já no 2.º ciclo a tendência é inversa, ou seja, Cascais regista o valor mais baixo da série temporal analisada – 3,8 alunos por computador (2014/2015) o que traduz um desempenho positivo. As médias nacional e regional situaram-se no mesmo ano letivo nos 2,7 e 3,1 alunos por computador, respetivamente

- Questão: “A escola é um local de diversidade social e cultural?”

- As organizações que trabalham com crianças e jovens em Cascais (nomeadamente escolas e instituições sociais) apresentam uma forte diversidade cultural entre os seus alunos, considerando que cerca de 75,7% das organizações têm alunos com nacionalidade estrangeira e 42,9% alunos com dupla nacionalidade
- No que diz respeito à temática da deficiência e incapacidade, a esmagadora maioria das crianças e jovens com quem aquelas organizações trabalham não têm qualquer grau de incapacidade atribuído (96,1%)
- O número de crianças e jovens com o 1.º e o 2.º escalões de abono de família atribuído nas escolas do concelho é de 4.601, com particular destaque para o 1.º escalão (2.972)
- O número de crianças e jovens cujas familiares se posicionam nos primeiros escalões de IRS representa a maioria dos utentes das instituições sociais que trabalham com esta população, com particular destaque para o escalão que não ultrapassa os 7.000 € (825 utentes, ou seja, 63,1%)

- Questão: “A participação de alunos e encarregados de educação é efetiva?”

- A participação de alunos e encarregados de educação apresenta padrões distintos
- Na maioria dos casos os encarregados de educação participam assiduamente nas reuniões de pais, ainda que não se encontrem formal ou informalmente organizados e não participem na gestão da escola
- Em cerca de 25% das instituições inquiridas os alunos apoiam ativamente os educadores e professores e fazem propostas para o funcionamento da escola. Ainda assim, não se encontram organizados e não estão envolvidos na gestão da escola, existindo poucos canais formais para a sua participação

❖ PROGRAMAS OU PROJETOS DA CÂMARA MUNICIPAL E ENTIDADES DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO

No quadro que pode ser consultado no anexo 1 apresenta-se o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação dos projetos, ações ou iniciativas da responsabilidade destas entidades que têm como público-alvo as crianças e jovens dos 0 aos 18 anos.

❖ INSTITUIÇÕES DO CONCELHO COM INTERVENÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Não nos sendo possível uma listagem completa das Instituições que existem atualmente no município com intervenção na área da Família, no anexo 2 pode ser consultado o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação das instituições concelhias com intervenção nesta área. Apesar de não ser exaustivo não deixa de ser dados importantes no sentido de se ter noção global da oferta de respostas.

6.5 Cultura

❖ CARACTERIZAÇÃO

A Cultura é um dos eixos de revitalização e de afirmação do Concelho sendo constitui umas das áreas estratégicas basilares do Município.

O Concelho dispõe duma oferta variada de equipamentos culturais, assim como uma programação cultural que contempla uma série de iniciativas de periodicidade regular que contribuem para a existência de um calendário de atividades ao longo de todo o ano.

A análise da informação disponível confirma a relevância da oferta existente, assinalando-se na figura seguinte a oferta de 151 equipamentos culturais no território municipal.

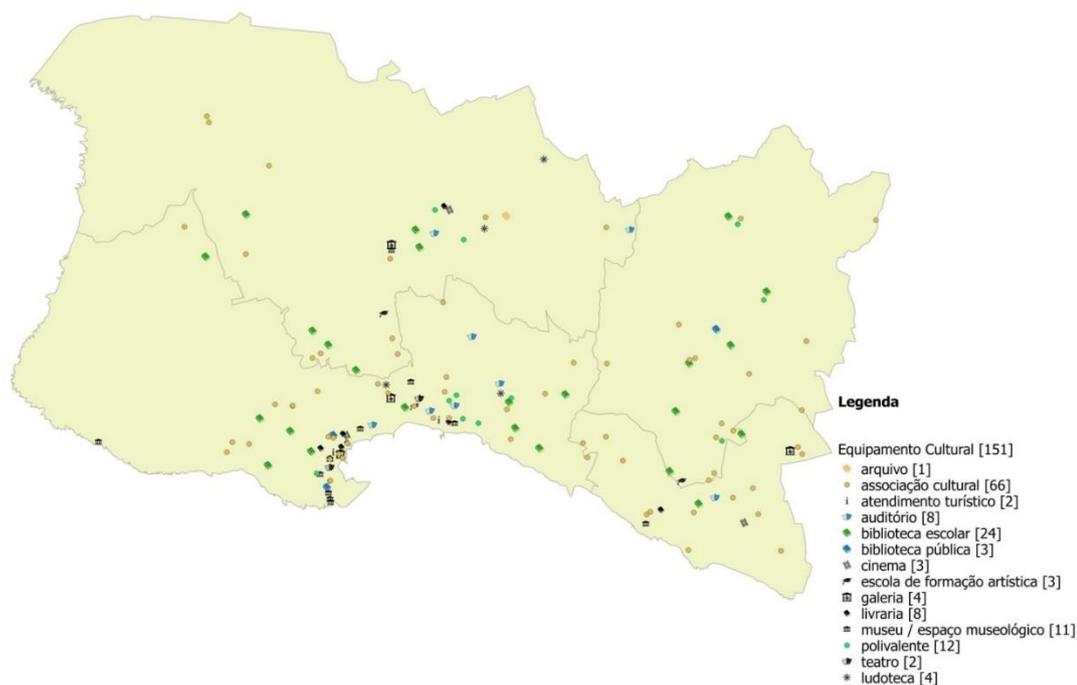


Figura 54 – Oferta de equipamentos culturais. Fonte: CMC/DSTI, 2016. DPE/UAMA - Tratamento da informação em SIG com o QGIS Brighton 2.6

a) DADOS PRELIMINARES DO DIAGNÓSTICO SOCIAL DE CASCAIS (2017, CEDRU)

Dos dados preliminares do Diagnóstico Social de Cascais, 2017, CEDRU, destacam-se os seguintes aspetos:

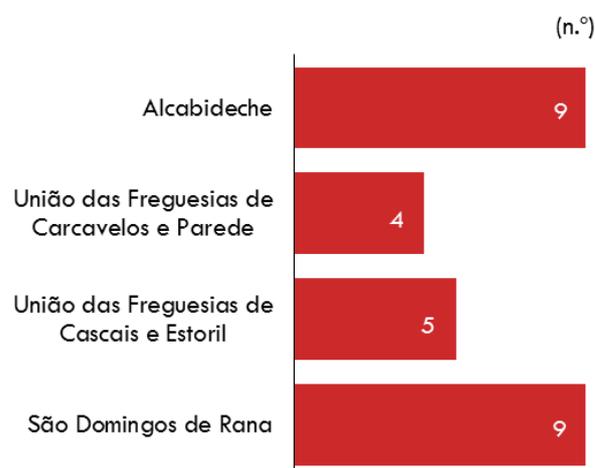
- Densidade do movimento associativo e presença significativa de associações culturais

As 27 associações culturais existentes no concelho em 2011 localizavam-se maioritariamente a norte, nas freguesias de Alcabideche e de São Domingos de Rana.

As mais antigas datam do final do século XIX: a Associação Humanitária Recreativa Casca-ense – Teatro Gil Vicente (1868) e a Sociedade Musical União Paredense (1899).

Na sua maioria, tem a sua sede em equipamentos dotados de salões polivalente e palcos, onde são exercidas diversas atividades: dança, teatro, escolas de música, grupos cénicos, rancho, orquestras, bandas, marionetas.

Figura 55 | Associações Culturais (n.º), em 2011, CMC



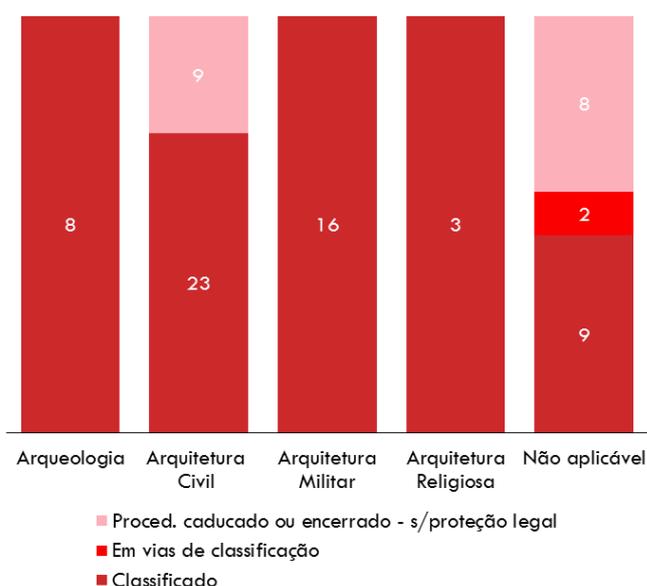
- Relevância e notoriedade de imóveis patrimoniais

A Direção Geral do Património Cultural identifica 78 elementos patrimoniais em Cascais, 61 dos quais classificados ou em vias de classificação.

Assim, são identificados 32 Imóveis de Interesse Público (IIP), 10 Monumentos de Interesse Público (MIP) e um Conjunto de Interesse Público (CIP). Com interesse municipal, identificam-se: 10 Imóveis, 1 Monumento e 3 Conjuntos.

Dos elementos que compõem o património classificado, destacam-se, pelo seu maior número, os imóveis de Arquitetura Civil (32), onde se incluem palácios, casas e edifícios, e os de Arquitetura Militar (16), de que são exemplo os Fortes ou a Cidadela de Cascais.

Figura 56 | Património Classificado ou em Vias de Classificação por Categoria (n.º), em janeiro de 2015, DGPC



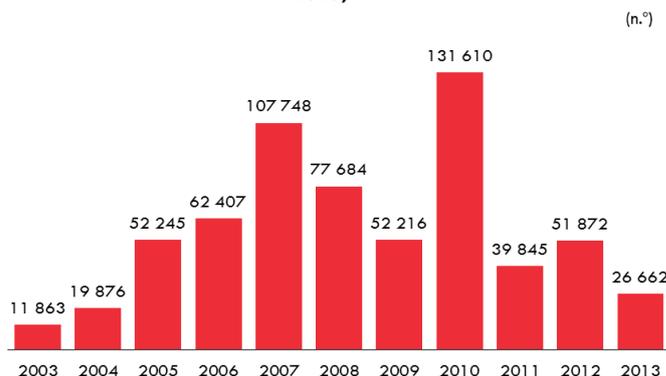
- Oscilação da procura de espetáculos ao vivo e de locais de visitação

Ao longo do decénio 2003-2013, o número de espetadores em espetáculos ao vivo oscilou significativamente em relação direta com a oferta anual destes eventos.

Embora o valor atingido em 2013 seja bastante superior face a 2003, situa-se, porém, distante do alcançado em 2010, em que mais de 131 mil pessoas presenciaram espetáculos desta tipologia em Cascais.

Releve-se a evolução favorável do indicador “visitantes de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários por habitante” (0,2, em 2007, para 1,2, em 2011).

Figura 57 | Espetadores de espetáculos ao vivo (n.º), entre 2003-2013, INE



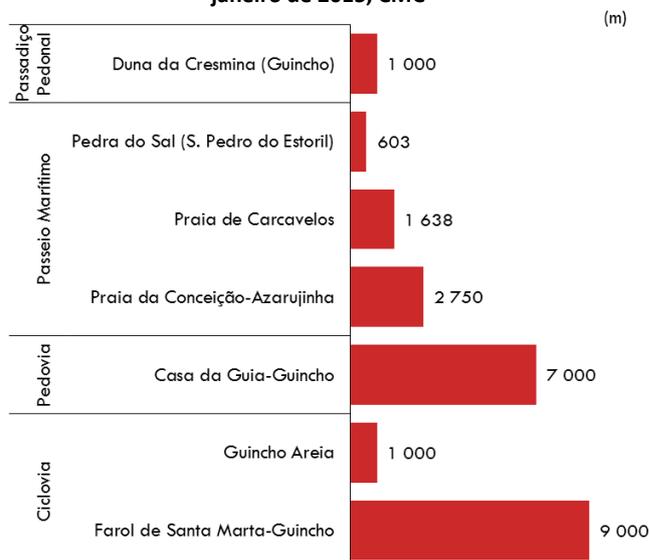
- Concentração dos espaços de lazer ao ar livre no litoral

O esforço significativo por parte da autarquia na criação de espaços de recreio e lazer ao ar livre é visível no número de ciclovias, pedovias e passeios marítimos criados.

Estas vias atingem uma importante extensão, de cerca de 23 km no total: 10 km em percursos cicláveis; 7 km na pedovia Guia-Guincho; cerca de 5 km nos três passeios marítimos e 1 km no passeio pedonal da duna da Cresmina.

Estas infraestruturas localizam-se no litoral, em locais de maior beleza cénica, propícios à fruição da natureza.

Figura 58 | Ciclovias, pedovias e passeios marítimos (n.º), em janeiro de 2015, CMC



- Oferta diversificada de equipamentos culturais

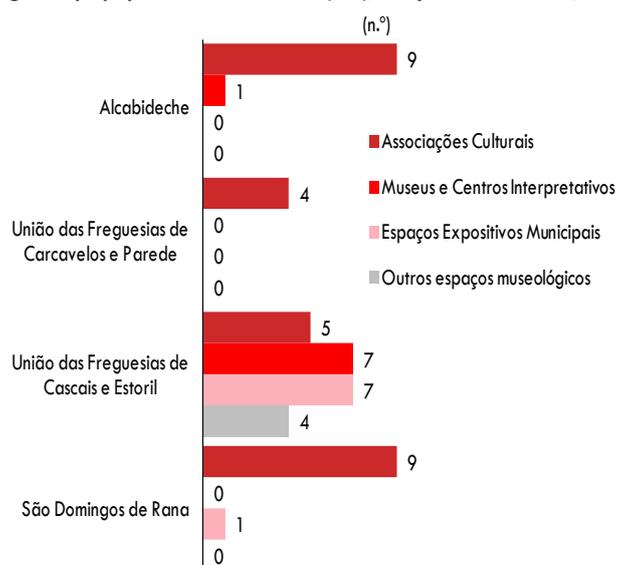
A oferta de equipamentos culturais é vasta, parte deles com atratividade supramunicipal. Existe uma concentração destes equipamentos no litoral, mormente na União de Freguesias de Cascais e Estoril. Exceção feita às associações culturais, 2/3 das quais localizadas em S. Domingos de Rana e Alcabideche.

Os espaços para exposições existentes incluem: o Centro Cultural de Cascais; a Casa de Santa Maria; o Forte de São Jorge de Oitavos; o Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria; o Espaço Memória dos Exílios; a Biblioteca São Domingos de Rana; o Centro de Interpretação Ambiental da Pedra do Sal; e o Espaço Memória TEC.

Por sua vez, os Museus e Centros Interpretativos Municipais são: Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães; Museu do Mar - Rei D. Carlos; Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria; Farol Museu de Santa Marta; Forte de São Jorge de Oitavos; Moinho de Armação Tipo Americano; Casa de Santa Maria; Espaço Memória dos Exílios.

A categoria “Outros Espaços Museológicos” abrange: a Casa das Histórias Paula Rego; Palácio da Cidadela de Cascais; Marégrafo de Cascais; Espaço Memória Teatro Experimental de Cascais.

Figura 3 | Equipamentos culturais (n.º), em janeiro de 2015, CMC



b) O BAIRRO DOS MUSEUS

O **Bairro dos Museus** é um novo conceito de cultura em Cascais, lançado em 2015. Num perímetro definido geograficamente, o Bairro dos Museus integra diversos equipamentos culturais que mantêm a sua identidade e representam a memória, a tradição e o património, de forma dinâmica.

Pretende-se que seja um conceito inovador e criativo, com capacidade de resposta às expectativas dos habitantes do concelho e dos que visitam a Vila (nacionais e estrangeiros). Trata-se de um circuito cultural, privilegiado pela natureza, que oferece diferentes oportunidades de fruição à cultura. É composto por 19 espaços que ligam os públicos à cultura e a inúmeras experiências para viver em Cascais. São eles:

1. Casa das Histórias Paula Rego
2. Casa de Santa Maria
3. Casa Duarte Pinto Coelho
4. Casa Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó dos Santos
5. Casa Sommer
6. Centro Cultural de Cascais
7. Cidadela Art District
8. Espaço Memória dos Exílios

9. Farol Museu de Santa Marta
10. Fortaleza Nossa Senhora da Luz
11. Forte São Jorge de Oitavos
12. Marégrafo
13. Museu Condes Castro Guimarães
14. Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria
15. Museu da Vila
16. Museu do Mar Rei D. Carlos I
17. Palácio da Cidadela
18. Parque Marechal Carmona
19. Parque Palmela - Auditório Fernando Lopes Graça

O **ENVOLVE-TE Programa Cultural e Educativo do Bairro dos Museus** surge como contributo para o alargamento do território da **ação educativa em contexto não formal**, através do diálogo e da partilha de experiências de todos e para todos.

O **objetivo do Serviço Cultural e Educativo do Bairro dos Museus** é a interação com diversas comunidades – escolares e institucionais, entre outras – promovendo o enriquecimento das partes, construindo e proporcionando espaços de fruição, aprendizagem e produção criativa. Surge igualmente da intenção de tornar visível a dimensão cultural do espaço educativo e a dimensão educativa do espaço cultural.

Em **contexto de Museu ou através dos Espaços Verdes do Bairro**, o programa promove o encontro e o diálogo entre públicos e mediadores culturais. Procura envolver e transformar questões no âmbito da educação, cultura, arte contemporânea, património, paisagem/ambiente e ciência/investigação.

A **equipa** do Serviço Cultural e Educativo do Bairro dos Museus (SCEBM) é composta por 16 técnicas educativas (técnicas superiores, administrativas e assistentes técnicos), distribuídas por alguns dos espaços do Bairro dos Museus; a equipa é mista, considerando colaboradores da Câmara Municipal de Cascais e da Fundação D. Luís I.

Até ao momento, o Serviço Cultural e Educativo do BM atua em 10 dos 19 espaços do BM:

1. Casa das Histórias Paula Rego e jardim
2. Casa de Santa Maria
3. Centro Cultural de Cascais
4. Forte São Jorge de Oitavos
5. Farol Museu de Santa Marta
6. Museu Condes Castro Guimarães
7. Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria
8. Museu do Mar Rei D. Carlos I e jardim
9. Parque Marechal Carmona
10. Parque Pamela

A organização de públicos, e reflexão sobre a mesma, acontece em função do aumento da fidelização e conquista de novos participantes nas atividades.

Setores organizativos em função da classificação escolar e faixas etárias:

- 0 aos 3 anos – 1ª infância;
- 3 aos 6 anos – pré-escolar;
- 7 aos 10 anos – 1º ciclo;
- 11 aos 12 anos – 2º ciclo;
- 13 aos 15 anos – 3º ciclo;
- 16 aos 18 anos – secundário/ ensino profissional;
- + 18 anos – universitário/ profissional.

Setores organizativos em função dos grupos e necessidades dos públicos (estratégias intergeracionais):

- **Famílias** – grupo heterógeno onde a dinâmica promove uma relação estreita entre crianças e adultos;
- **Escolas e instituições** – Grupos organizados em função da instituição e em função de um curriculum escolar/institucional;
- **Jovens e adultos** – Em contexto organizado ou informal;
- **Seniores** – em contexto de formação, ocupação em atividades complementares, outras modalidades;
- **Necessidades educativas especiais** – grupos indicados para a inclusão

Registo e contagem de públicos:

A informação abaixo elencada reflete sobre a atividade do SCEBM em 2016 (1 ano após o lançamento do projeto BM). A análise mostra o nº de eventos e a sua frequência.

Nº de eventos/atividades: 1 157 atividades

- Das quais **909** atividades para crianças e jovens (0 aos 18 anos), e famílias (0 aos 12 anos/ intergeracional); **248** para adultos e seniores (+18 até 90 anos)

Nº de participantes: 25 099 participantes

- Dos quais **17 876** crianças e jovens (0 aos 18 anos), e famílias (0 aos 12 anos/ intergeracional); **7 223** adultos e seniores (+18 até 90 anos)

Média de participantes por atividade: 22 participantes

EQUIPAMENTOS CULTURAIS do Bairro dos Museus	2016		
	Nº participantes	Nº eventos	Grupos etários
Centro Cultural de Cascais	2162	92	Crianças, jovens, famílias, adultos
Casa das Histórias Paula Rego	4336	258	Crianças, jovens, famílias, adultos
Casa de Santa Maria	381	23	Jovens (+16) e adultos
Casa Duarte Pinto Coelho	66	2	Jovens (+16) e adultos
Museu do Mar Rei D. Carlos	5578	230	Crianças, jovens, famílias, adultos
Forte São Jorge de Oitavos	1596	79	Crianças, jovens, famílias, adultos
Parques&Jardins	1334	57	Crianças, jovens, famílias, adultos
Museu Condes de Castro Guimarães	6202	247	Crianças, jovens, famílias, adultos
Museu da Música Portuguesa-Casa Verdades de Faria	2138	46	Crianças, jovens, famílias, adultos
Bairro dos Museus (geral)	1306	123	Crianças, jovens, famílias, adultos
Total anual de participantes	25 099	1 157	

Quadro 36 - Nº de participantes e eventos nos equipamentos culturais do Bairro dos Museus por grupos etários. Fonte: SCEBM, CMC.

O SCEBM **programa em função dos públicos registados e recolha de opinião pública**, onde as visitas para grupos organizados (através de escolas e outras instituições) são bastante significativas. O contexto familiar é também um fator que aumenta a percentagem das ações que enquadram a participação de crianças, jovens e adultos numa dinâmica de intergeracionalidade.

A figura abaixo indica a frequência média dos participantes (organizados através de instituições ou em contexto familiar) que procuram o acompanhamento do SCEBM **(1)** – Crianças, Jovens e Famílias **(71% participação)**; **(2)** Adultos (+18) e seniores **(29%)**. Os percursos pedagógicos são adaptados face às necessidades dos grupos.

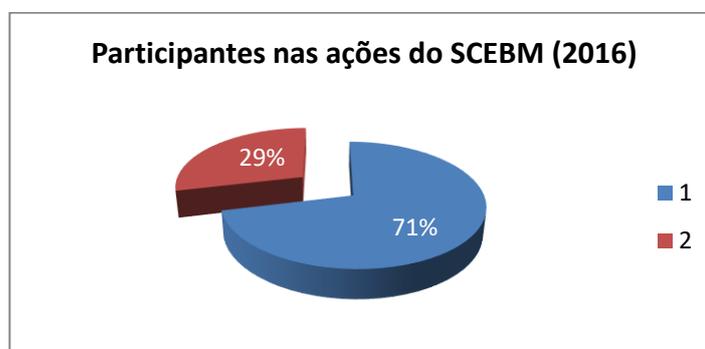


Figura 60

- Frequência média dos participantes nas ações do SCEBM. Fonte: SCEBM, CMC.

O Programa ENVOLVE-TE atua segundo dois eixos de programação, a **programação regular** (anual, onde estão incluídos os projetos de continuidade junto da comunidade), a **programação especial** (efemérides do município e dos espaços dinamizados) e a **formação** (a par das temáticas maiores do BM, para públicos diversificados – formações acreditadas, cursos, workshops, seminários, conferências).

São adotadas diferentes modalidades de percursos pedagógicos em prol do tratamento diferenciado dos públicos, e das necessidades de cada grupo etário. Os valores abaixo indicados dizem respeito a uma média anual (2016):

- **Visitas Atelier** (carácter experimental e prático – artístico e científico) - Visita de carácter experimental, no âmbito das artes e das ciências, onde os participantes sedimentam os conhecimentos adquiridos durante a visita orientada. → **nº de criações: 41 atividades**
- **Visitas Orientadas** (carácter de jogo, debate, percurso) - Visitas e percursos que permitem a fruição dos espaços museológicos, exposições e espaços verdes que envolvem o BM, através da dinamização de acervos e espólios. A rubrica acontece em torno de dinâmicas de história, jogo e diálogo, estimulando a escuta e participação ativa. → **nº de criações: 62 atividades**
- **Kits/ Maletas pedagógicas para Visitas Livres** - Construção de maletas pedagógicas mediadoras, que permitem, a pequenos grupos, explorar os espaços culturais autonomamente, segundo uma proposta previamente pensada do ponto de vista lúdico-pedagógico. → **nº de criações: 9 kits**
- **Ateliers de Continuidade** (férias letivas – duração de 1 semana; programa mensal/ Junho e Julho) - Atividades calendarizadas para a interrupção letiva (verão, páscoa, natal), em contexto de continuidade (5 dias), onde os participantes adquirem novos conhecimentos e produzem trabalhos na área das artes visuais. → **nº de criações: 7 oficinas**
- **Concertos/ Espetáculos** (percurso performativos, animações) - Efemérides ou dinamizações através da dramatização de percursos do BM, com a participação de colaboradores externos (teatro/performance/dança/música/projeções) e técnicos educativos. → **nº de criações: 8 atividades**

- **Concursos e workshops** - Rubricas de formação destinada ao público jovem e adulto (longa/curta duração; c/ou s/acreditação), que tratam temas transversais aos espaços do BM. → **nº de criações: 10 atividades**
- **Projetos de Continuidade com a Comunidade Escolar e Comunidade em Geral** (mensal e/ou anual) - Rubrica sujeita a candidatura, que trabalha com a comunidade através da estratégia de continuidade, num trabalho de cooperação entre o SCEBM e as Instituições do concelho. Os projetos visam um calendário atempado, entre o BM e instituições, trabalham sobre os acervos e exposições patentes, e resultam numa mostra final pública. → **nº de criações: 16 projetos**

O cumprimento da rubrica dos projetos de continuidade conta com a participação de alguns **parceiros** significativos:

- **UCC Cascais/ Centro de Saúde de Cascais e Alcabideche** – parceria direta com os Parques e Jardins (público familiar);
- **JAWS_ Citizen Organization** – parceria transversal aos espaços BM com presença do SCEBM (associação cultural sem fins lucrativos; público em geral - jovens);
- **UNESCO_ Setor Educativo** – parceria transversal aos espaços BM com presença do SCEBM com projetos de continuidade a decorrer (escolas e outras instituições que trabalhem com crianças e jovens);
- **Centro de Formação e Escolas do Concelho de Cascais_ Agrupamento de Escolas São João do Estoril** – parceria transversal aos espaços BM com presença do SCEBM (escolas e formação);
- **OCCO_ Orquestra de Câmara Cascais e Oeiras** – parceria transversal aos espaços BM com presença do SCEBM (escolas, famílias e público em geral);
- **Projeto TeleAula_ Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão** – parceria transversal aos espaços BM com presença do SCEBM (escola);
- **IELT - Instituto de Estudos de Literatura Tradicional** – parceria transversal aos espaços BM com presença do SCEBM (escolas, famílias e público em geral);
- **Escola do Mar de Cascais** – parceria direta com Museu do Mar Rei D. Carlos, Forte São Jorge de Oitavos e Marégrafo de Cascais (escolas);
- **Escola Azul** – parceria direta com o Museu do Mar Rei D. Carlos (escolas).

Do **ponto de vista familiar** as atividades acontecem nalguns dos espaços BM, de forma rotativa e mensal. Os sábados são reservados a este público, existindo uma escala entre os seguintes espaços:

- Casa das Histórias Paula Rego;
- Centro Cultural de Cascais;
- Farol Museu de Santa Marta;
- Forte São Jorge de Oitavos;
- Museu Condes Castro Guimarães;
- Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria;
- Museu do Mar Rei D. Carlos I;
- Parque Marechal Carmona.

O programa geral do SCEBM quer do ponto de vista do conjunto de visitas disponíveis ao público para marcação (avulso), quer os projetos de continuidade (durações variáveis entre a modalidade semanal, quinzenal ou anual) acontecem sem exceção nos limites geográficos do concelho de Cascais:

- **Bairro dos Museus** (Cascais e Estoril);
- **Quinta do Pisão** (percurso de *Land Art*, Parque Natural Sintra-Cascais);
- **Agrupamentos de escolas do concelho de Cascais** (todas) – setor público;
- **Estabelecimentos de ensino privado do concelho de Cascais**;
- **ATL's e associações de tempos livres** (por vezes afetas às Juntas de Freguesia);

❖ ASPETOS POSITIVOS DA CULTURA EM CASCAIS DO PONTO DE VISTA DOS 0-18 ANOS?

- A existência de um programa cultural e educativo – *ENVOLVE-TE* – é uma resposta ativa e muito significativa face às necessidades das crianças, jovens e suas famílias. Surge em prol de uma identidade melhorada com a requalificação dos recursos humanos e materiais nos vários equipamentos culturais do município;
- O setor Cultural de Cascais demonstra uma preocupação persistente na relação e conquista de públicos, promovendo ações lúdico-pedagógicas, de vivência e participação ativa nos espaços;
- Os espaços culturais vão ao encontro dos valores da inclusão, participação, educação e cidadania;
- As atividades propostas visam proporcionar a partilha de conhecimentos, de reflexão, de formação, e lazer numa perspetiva de educação não formal. Trata-se de uma oferta diversificada e criativa;
- Os espaços culturais são também tidos enquanto plataformas de formação, através de programas de Ocupação de tempos livres e de formação em estágios (jovens dos 15 aos 18 anos);
- A equipa do Serviço Cultural e Educativo do Bairro dos Museus trabalha no sentido de construir um programa de raiz, por ser implicada na origem do projeto BM;
- Equipa de dinamização junto dos públicos com espírito crítico, promove a partilha do conhecimento, e investe num trabalho de cooperação;
- A equipa de mediadoras culturais é, em parte, uma equipa de formação superior rica em várias áreas que promovem a multidisciplinaridade e diversidade nas formações e experiências dos colaboradores do SCEBM (equipa mista entre CMC e FDL; técnicos na área das belas-artes, psicologia, engenharia do ambiente, antropologia, educação, sociologia, arquitetura, história da arte);
- O Bairro dos Museus é um projeto-piloto, inovador e que visa a fidelização de novos públicos, públicos locais e divulgação do concelho.

❖ ASPETOS A MELHORAR DA CULTURA EM CASCAIS DO PONTO DE VISTA DOS 0-18 ANOS?

- É necessário proceder-se à melhoria dos meios de comunicação – internos e externos – para uma divulgação assertiva e eficaz do programa cultural e educativo do Bairro dos Museus;
- As limitações surgem pela ausência de um quadro permanente de técnicos educativos, com formação especializada, nas áreas de conhecimento quer dos espólios de cada espaço cultural (missão, visão e

valores de cada equipamento cultural), quer na vertente da mediação cultural e educação em contexto não formal;

- Alguns espaços do BM estão limitados do ponto de vista da inclusão física, social e intelectual (dificuldades na circulação nos espaços, ausência de meios de leitura/interpretação digital);
- O enquadramento económico local e nacional é um fator que constribe parte da população. É necessário criar-se uma exceção de participação gratuita (através do serviço cultural e educativo), do ponto de vista de bilhética existente e implementada no perímetro cultural do Bairro dos Museus – da mesma forma que são consideradas exceções para escolas, instituições sem fins lucrativos e imprensa (em atividade), sugere-se a criação de um bilhete familiar gratuito (mediante lotação indicação, para que possam usufruir do serviço gratuito acompanhado pelos técnicos educativos);
- Através da auscultação de jovens (questionários e workshops), é tida a necessidade de integração da tecnologia nos espaços museológicos, em prol da interatividade, acessibilidade de informação e vivência do espaço;
- É também registada a necessidade da criação de espaços ativos e de convívio complementares a alguns equipamentos culturais (ex.: cafetaria, loja, auditórios);
- É necessária uma normalização (por todos os equipamentos culturais) no que toca à recolha, articulação e avaliação dos dados que refletem a contabilização de públicos e tratamento dessa informação (nº de visitas pelo SCEBM, nº de visitas livres – no que reflete a participação por parte de crianças, jovens e famílias).

❖ **PROGRAMAS OU PROJETOS DA CÂMARA MUNICIPAL E ENTIDADES DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO**

No quadro que pode ser consultado no **anexo ----** apresenta-se o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação dos projetos, ações ou iniciativas da responsabilidade destas entidades que têm como público-alvo as crianças e jovens dos 0 aos 18 anos.

❖ **INSTITUIÇÕES DO CONCELHO COM INTERVENÇÃO NA ÁREA DA CULTURA**

Não nos sendo possível uma listagem completa das Instituições que existem atualmente no município com intervenção na área da Família, no **anexo ----** pode ser consultado o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação das instituições concelhias com intervenção nesta área. Apesar de não ser exaustivo não deixa de ser dados importantes no sentido de se ter noção global da oferta de respostas.

6.6 Desporto, Lazer e Tempos Livres

❖ CARACTERIZAÇÃO

O Desporto é um grande promotor da saúde e bem-estar da população em geral, e por isso deve estar intrínseco em todas as faixas etárias. Desta forma o Município de Cascais tem vindo a desenvolver várias atividades junto dos jovens e crianças, através das escolas, de parcerias e de eventos de acesso gratuito que promovam a ocupação de jovens através do usufruto da atividade física e desportiva.

Para além das atividades que promove, disponibiliza um conjunto de equipamentos e apoios ao nível do associativismo desportivo (financeiro, logístico e técnico) que permitem o acesso a todos os públicos, incluindo crianças e jovens para a sua prática da atividade física regular.

a) EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

No que respeita aos equipamentos desportivos do PDM Cascais, a seleção teve por base critérios de incentivo à prática regular de atividades essenciais ao bem-estar físico e mental dos cidadãos, tais como piscinas, pavilhões desportivos e campos de jogos, entre outros. Os elementos disponíveis reportam-se a 2010 e têm por base a Carta de Desporto. Com base nestes elementos, foi possível efetuar uma caracterização da situação de diagnóstico, verificando-se a existência de 423 instalações desportivas de diversas tipologias.

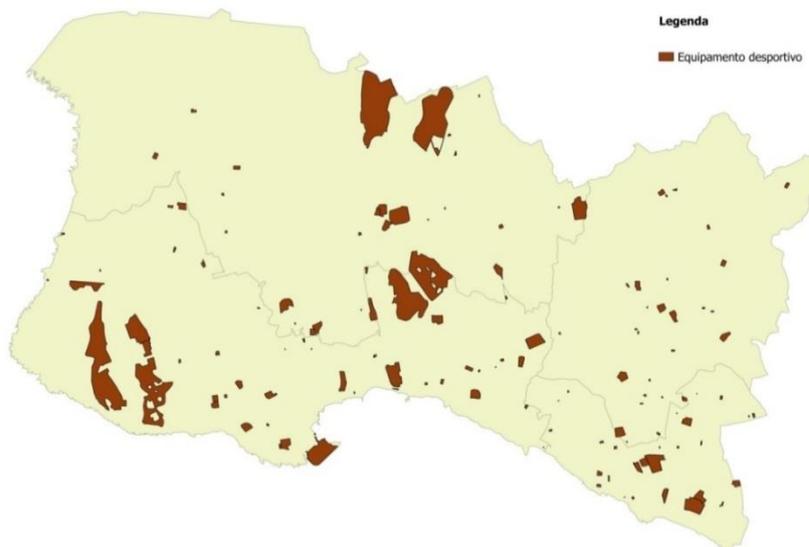


Figura 61 - Distribuição dos equipamentos desportivos no território municipal. Fonte: CMC/DSTI, 2016. DPE/UAMA - *Tratamento da informação em SIG com o QGIS Brighton 2.6*

Apresenta-se na figura seguinte as despesas do município as despesas em atividades e equipamentos desportivos para o ano de 2015, destacando-se as atividades desportivas.

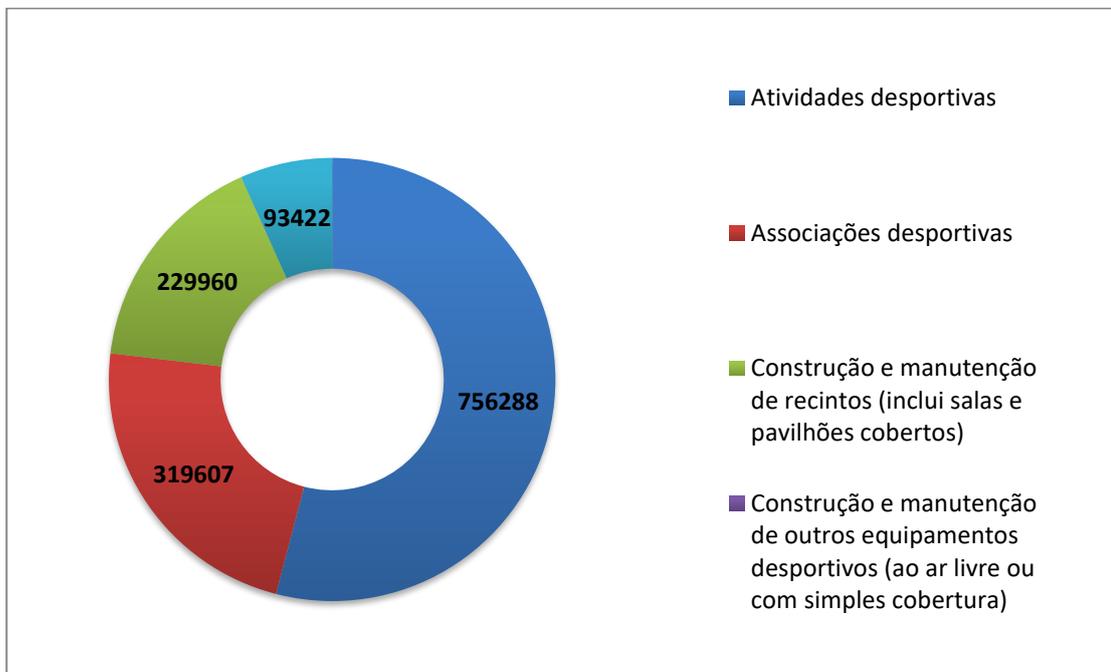


Figura 62 - Despesas em atividades e equipamentos desportivos por Tipo de despesa e Atividade e/ ou equipamento desportivo para o ano de 2015 (€/ano). Fonte: INE, 2016.

i. Equipamentos e Espaços desportivos existentes

Seguindo a política desportiva que o município tem vindo a desenvolver, no âmbito do programa de promoção desportiva, prevê-se a implementação de novos equipamentos em vários locais do concelho, de modo a criar uma maior dinâmica e assegurar uma oferta desportiva de lazer regular e diversificada aos munícipes, mediante orçamento disponível, complementando o vasto conjunto de equipamentos já existentes.

PERCURSOS PEDESTRES SINALIZADOS

Rota das Aldeias

Rota das Quintas

Rota do Litoral do Guincho

Rota do Cabo Raso

Grande Rota Caminho do Atlântico

FITNESS PARK

Guia de Cascais

Praia de Carcavelos

Parque de Outeiro de Polima

▪CIRCUITOS DE MANUTENÇÃO

Wordtrail

Parque Palmela

Parque Urbano de Outeiro dos Cucos

Parque da Quinta S. Gonçalo

Pavilhão Desportivo dos Lombos

Parque Baden Powell

Pinhal dos Rotários



▪CICLOVIAS, PEDOVIAS E PASSEIOS MARÍTIMOS

Ciclovía Cascais/ Guincho

Ciclovía Guincho/ Areia

Pedovía Cascais/ Guincho

Passadiço Pedonal da Duna da Cresmina (Guincho)

Passeio Marítimo de Cascais/ Estoril

Passeio Marítimo de Carcavelos

Passeio Marítimo de S. Pedro do Estoril

▪ESPAÇOS DESPORTIVOS DE BAIRRO

Campo de Jogos do Bairro Adroana

Campo de Jogos do Bairro da Cruz Vermelha

Campo de Jogos do Bairro de Alcoitão

Campo de Jogos de Manique

Campo de Jogos da Encosta da Carreira

Campo de Jogos do Bairro Alcaide

Campo de Jogos do Bairro Irene

Campo de Jogos da Quinta do Barão

Campo de Jogos da Quinta dos Lombos

Campo de Jogos da Quinta das Romanzeiras

Campo de Jogos das Fontainhas

Campo de Jogos da Charneca

Parque de Skate da Torre

Campo de Jogos de Alapraia

Campo de Jogos da Galiza

Campo de Jogos do Bairro da Martinha

Campo de Jogos de S. Pedro do Estoril

Campo de Jogos da Quinta do Lameiro

Campo de Jogos do Junqueiro

Campo de Jogos do Murtal

Campo de Jogos do Buzano

Campo de Jogos do Zambujal

Campo de Jogos Cabeço Mouro

Campo de Jogos de Outeiro de Polima

Campo de Jogos de Trajouce

Campo de Jogos do Bº Monte Real

Campo de Jogos do Bº 25 de Abril

•PARQUES DE SKATE

Parque de Skate da Torre

Parque das Gerações

Parque de Skate de Massapés | S. Domingos de Rana



•PARQUES DE NATUREZA E TEMÁTICOS

Pedra Amarela Campo Base

Quinta do Pisão

b) OFERTA

- i. Desporto na escola
- ii. Desporto para todos
- iii. Cascais em férias – Férias desportivas
- iv. Troféu de Atletismo

I. Desporto Na Escola

O programa Desporto na Escola, abrange todas as atividades desportivas desenvolvidas pelas escolas do ensino público e privado de Cascais, desde o 1º Ciclo do Ensino Básico ao Ensino Secundário.

Iniciou-se em 1988 e integra um conjunto de atividades físicas e desportivas que decorrem ao longo do ano letivo tendo como objetivo principal a realização de momentos de competição e convívio entre a população escolar, a dinamização da atividade física e do desporto e a promoção de modalidades especiais.

As atividades decorrem nas diversas instalações desportivas do concelho, sendo também utilizados os recursos naturais para atividades da Ar Livre, aproveitando as excelentes condições da orla costeira e do Parque Natural de Sintra Cascais.

Este programa está diretamente dependente das diretivas introduzidas nas escolas pelo Ministério da Educação, estrutura orgânica do Governo que tutela esta área, e procura reforçar as dinâmicas de cada escola em particular, bem como de cada agrupamento de escolas.

O programa depende praticamente exclusivamente de financiamento autárquico, tendo apenas recebido em algumas iniciativas pontuais alguns apoios sob forma de patrocínio através da cedência de alguns materiais e equipamentos, bem como de produtos alimentares, que foram oferecidos aos alunos participantes nas iniciativas.

O programa “Desporto na Escola” subdivide-se nas seguintes áreas:

- Organização de atividades pontuais
- Apoio à educação física – atividade interna;
- Apoio a projetos especiais
- Apoio às dinâmicas do desporto escolar, em especial aos centros de formação desportiva.

O Município tem procurado criar condições para que os professores do 1º Ciclo em monodocência realizem as atividades curriculares e implementem projetos que reforcem a componente de dinamização motora das escolas, incluindo atividades com recurso a técnicos de apoio para a coadjuvação dos professores titulares das turmas sempre que possível e ainda a dinamização de atividades por técnicos especializados em desporto, nomeadamente na modalidade de natação com a dinamização do programa de adaptação ao meio aquático Nada a Brincar para os alunos do terceiro ano.



A introdução de atividades de enriquecimento curriculares implementadas a partir do ano letivo 2007/2008, com a intervenção de professores de Educação Física veio reforçar a componente de atividade física e desportiva aos alunos do 1º CEB e abrir uma janela de oportunidade no desenvolvimento de novas dinâmicas de intervenção Municipal. No entanto as consecutivas reduções das verbas disponibilizadas para a componente de enriquecimento curricular e de apoio a família têm implicado uma redução do número de atividades motora dos alunos.

Neste sentido, o município, procura acompanhar o processo de planeamento de afetação de recursos na componente motora dos projetos dinamizados pelos agrupamentos de escolas e implementa um conjunto de atividades físicas e desportivas pontuais.

As atividades desportivas dinamizadas pelo município destinadas aos alunos do 1º ciclo visam a participação alunos e professores em torneios e momentos de convívio interescolar, assegurando o planeamento anual de cada escola e compatibilizando as dinâmicas num programa municipal.

- Programa de Adaptação ao Meio Aquático

“Nadar a Brincar”

Este programa desenvolve-se desde 1995 e decorre ao longo do ano letivo, sendo que, a totalidade dos custos associados, nomeadamente de transporte, plano de água e enquadramento técnico, são exclusivamente da responsabilidade da autarquia. O



Programa tem como objetivo principal possibilitar um primeiro contacto com o meio aquático a todos os alunos das Escolas públicas do Concelho.

Nos primeiros anos foram abrangidas todas as turmas das escolas que reuniam condições e disponibilidade para participar no programa.

No período entre 2006 a 2010, o programa incluiu a realização de aulas ao longo de todo o ano letivo. No ano letivo 2010/2011, o programa foi reformulado tendo cada turma participado em turnos semestrais, o que permitiu alargar o número escolas, turmas e alunos envolvidos embora com um relativo aumento da despesa associada à sua implementação.

No ano letivo 2015/16 realizaram-se no final de cada semestre um Encontro final no Complexo Desportivo de Abóboda no qual os alunos demonstraram através da realização de um circuito de atividades aquáticas as competências adquiridas ao longo do semestre.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos indicadores de participação:

Participação	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Alunos	1700	1758	1771	1536	1347	1307
Turmas	76	77(a)	77(b)	64	55	5
Escolas	44	44	44	44	43	43

Quadro 37: Evolução dos indicadores de participação no Programa de Adaptação ao Meio Aquático

- a) 67 turmas de 3º ano e 10 turmas de Jardim de Infância; b) 62 turmas de 3ºano e 15 turmas de Jardim de Infância

- Atividades Pontuais - 1ºCiclo

A autarquia em resposta à necessidade de estabelecer uma lógica de apoio às atividades desenvolvidas em âmbito curricular na disciplina de Educação e Expressão Físico-Motora, bem como, nas disciplinas Atividade Física e Atividade Desportiva integradas no Programa de Enriquecimento Curricular, dinamiza desde 2004 um leque de atividades de convívio e/ou competição que permitem aos docentes trabalhar como os seus alunos, preparando-os para uma determinada atividade.



Estas atividades permitem criar dinâmicas de planeamento transversais no Concelho que facilitam o intercâmbio e a partilha entre os alunos, sendo devidamente integradas nos planos de atividade de cada agrupamento de escolas.

Esta lógica operacional, envolvendo as Escolas, o Município e alguns Clubes/Associações, tem permitido dinamizar com regularidade anual as seguintes atividades e iniciativas.

- Atividades Pontuais - 2º e 3º Ciclos e Secundário

Implementado desde o ano letivo de 1988/1989, em que se verificou a primeira competição intraescolas com a realização do Corta-Mato Concelhio que contou com 11 escolas, tendo 249 alunos terminado a prova, este programa tem progressivamente aumentado o número de iniciativas.



Este projeto visa complementar a disciplina de Educação Física fomentando o intercâmbio escolar, através um conjunto de atividades pontuais que decorrem ao longo do ano letivo, tais como: Encontro de Surf e Bodyboard, Corta-Mato Concelhio, Torneios Concelhios de Ténis de mesa e de Badminton, Regata de Vela e Torneio de Atletismo de Pista, Semanas de Canoagem e do Surf.

O quadro seguinte apresenta alguns valores que demonstram a adesão ao projeto, salientando-se o cancelamento de algumas iniciativas nos últimos anos letivos, fruto da reorganização do projeto:

Participação efetiva	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Nº Alunos - 1º Ciclo	6448	6734	1496	1481	2180	5304
Nº Alunos - 2º e 3º Ciclo	2187	2153	1754	2385	2451	1922
Total de participantes	8635	8887	3250	3866	4631	7226
Atividades Dinamizadas	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
1º Ciclo	5	5	2	2	3	5
2º e 3º Ciclo e Secundário	8	8	10	7	8	6

* Com a nova organização dos agrupamentos estas atividades foram transferidas para os mesmos, sendo dinamizadas pelos próprios agrupamentos de escolas com o apoio do município através da cedência de materiais e transporte.

* Apesar de agendadas, algumas atividades não foram possíveis realizar devido às condições climáticas adversas

Escolas Participantes	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Escolas - 1º Ciclo	48	48	48	50	52	52
2º e 3º Ciclo e Secundário	26	26	26	26	26	26

Quadro 38: Evolução dos Participantes e Atividades nas atividades entre 2010/11 e 2015/16

- Apoio à atividade interna dos agrupamentos

Consciente que a escola do concelho de Cascais está cada vez mais empenhada na promoção da atividade física e do desporto em geral, repercutindo-se no aumento do número de atividade desportivas constantes em cada plano anual de atividades dos diversos estabelecimentos de ensino do concelho, o município através dos seus recursos internos, apoia a implementação dessas atividades desportivas, bem

como a ligação com diversos parceiros para que sejam disponibilizadas as instalações desportivas que permitam a realização da prática desportiva nas melhores condições possíveis, sendo recorrente o recurso à utilização de instalações desportivas de clubes sediados na proximidade de Escolas públicas.

Pontualmente são ainda estabelecidas parcerias com vista à dinamização de atividades de promoção de modalidades dinamizadas pelos Clubes dentro das Escolas, para ajudar a promover os serviços desportivos dos Clubes e estimular a angariação de novos sócios e praticantes desportivos.

O Município tem igualmente estimulado a dinamização das atividades internas dos agrupamentos, verificando-se a anulação de algumas atividades concelhias como a semana de Jogos Tradicionais e o Cascais *Gym* em detrimento do surgimento de iniciativas internas dos agrupamentos com estas valências permitindo assim, chegar a uma maior número de alunos e transferindo a responsabilidade de organização das iniciativas exclusivamente para os grupos de educação física.

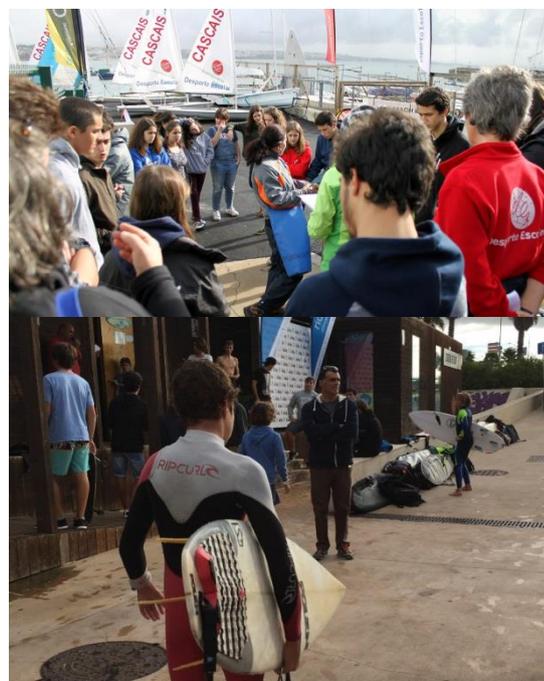
São ainda disponibilizadas diversas viaturas para apoio ao transporte de alunos de escolas do concelho a iniciativas desportivas realizadas no exterior, sendo estes maioritariamente afetos às dinâmicas do Desporto Escolar.

- Centros de Formação Desportiva

O programa integra ainda um especial apoio ao funcionamento dos atualmente designados centros de formação desportiva, (que substituíram as Escolas de Referência Desportivas) dinamizado por escolas do Concelho, desenvolvidas no âmbito do programa do Desporto Escolar do Ministério da Educação. Estes centros permitem o acesso à prática desportiva a alunos de todos os estabelecimentos de ensino, dinamizando modalidades pouco acessíveis no meio escolar.

Os Centros de formação Desportiva existentes no concelho de Cascais, desenvolvem atividades regulares, chamadas de “dias de treinos”, e atividades pontuais, como competições e encontros e fomentam:

- Aumento quantitativo de alunos junto de algumas modalidades pouco praticadas no âmbito escolar, por exemplo, surf, vela e canoagem;
- Melhoria do nível de prática dos alunos
- Quadros competitivos e não competitivos dinâmicos e adequados aos níveis de prática dos alunos



Nos últimos quatro anos letivos têm funcionado apenas os seguintes Centros de Formação Desportiva:

- Centro de Formação Escola de Atividades Náuticas de Cascais | Canoagem e Vela

Escola Básica e Secundária Carcavelos

Mobiliza cerca de 120 alunos por semana em atividade regular

- Centro de Formação de Surf de S. Pedro do Estoril | Surf;

Escola Básica e Secundária Ibn Mucana

Mobiliza cerca de 180 alunos por semana em atividade regular

Os apoios financeiros disponibilizados ao longo dos últimos anos têm-se mantido constantes, permitindo às escolas fazer face aos custos com alugueres de instalações e despesas correntes.

O Município continua fortemente empenhado em apoiar as atividades dinamizadas pelos Centros de formação desportiva, cujo funcionamento pressupõe em primeiro lugar o reconhecimento do Ministério da Educação, através do Gabinete de Desporto Escolar, disponibilizando as imprescindíveis horas da componente letiva e não letiva, bem como, os apoios financeiros necessários.

*A partir de 2016 o programa/participação foi dinamizado à semana

II. Desporto Para Todos

O Desporto para Todos, desenvolvido há 19 anos, consiste na realização de um variado leque de atividades físicas e desportivas de ar livre, com o intuito de incentivar a prática de atividade física regular, fomentar estilos de vida ativos e saudáveis, acessíveis a toda a população, promovendo simultaneamente zonas verdes e protegidas, bem como, a orla costeira entre muitos outros espaços do Concelho de Cascais. Estas atividades destinam-se ao público em geral, sendo que a participação apenas em algumas modalidades está condicionada a crianças e jovens.

O Programa Municipal de promoção da atividade física e do desporto integra todo um conjunto de atividades que são realizadas em parceria com os vários agentes desportivos do Concelho (associações desportivas, ginásios, estabelecimentos de ensino e outras entidades da área do desporto e da saúde), promovendo o convívio intergeracional, destinando-se preferencialmente a uma participação em família. As atividades são dirigidas a toda a população do Concelho, independentemente do género, da idade e da experiência desportiva de cada um, com o intuito de oferecer uma primeira experiência em diversas modalidades, bem como, a satisfação de todos os munícipes, melhorando a oferta quantitativa e qualitativamente.

O calendário do programa não tem um início ou um fim previamente definido, pois reúne todas as atividades abertas à população que decorrem no Concelho de Cascais como forma de incentivar os Cascalenses a introduzir hábitos de vida saudáveis no seu dia-a-dia, evitando o sedentarismo e as doenças dele resultante, promovendo paralelamente o convívio desportivo e a interação familiar, sendo também destacados alguns pontos altos com o intuito de comemorar algumas datas temáticas de importância ao nível mundial.

O programa tem considerado diversas reestruturações desde o seu início, que vão desde o aumento do leque diversificado de atividades, aumentando a frequência nas mesmas consoante a procura, sempre visando uma evolução positiva do programa e um incremento da adesão da população.

Considera-se necessário e de extrema importância a manutenção deste programa ativo, assegurando as condições necessárias de funcionamento e expansão, pois cada vez mais os munícipes e visitantes do

concelho se preocupam com a sua saúde, procurando as atividades físicas e desportivas e os espaços desportivos de ar livre que satisfaçam as suas necessidades.

O DESPORTO PARA TODOS reforça a necessidade da população ser fisicamente ativa e os benefícios proporcionados para uma melhor qualidade de vida. O quadro seguinte mostra a evolução do programa desde 2006:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº atividades realizadas	135	174	281	290	253	293	425	554	407	248	320
Nº participantes	6077	7654	10596	6809	12766	10094	16158	17893	12516	11927	9350

Quadro 39: Evolução do Programa Desporto para Todos desde 2006

Atividades Regulares

As atividades regulares são desenvolvidas em articulação com os diversos parceiros desportivos, assegurando um calendário base aberto a toda a população. Nestas atividades, o Município disponibiliza o seguro desportivo, apoio logístico, financiando em alguns casos específicos os custos parciais de organização, assegurando a adesão dos participantes com uma taxa de participação simbólica.

Estas atividades dividem-se em 4 categorias: *Fitness* ao ar livre, desportos náuticos, desportos ao ar livre e desportos natureza.



FITNESS AO AR LIVRE



DESPORTOS NAUTICOS



DESPORTOS NATUREZA



DESPORTOS AR LIVRE

Atividades Especiais

A Autarquia garante ainda um grupo de atividades especiais, em que o Município desenvolve animações pontuais de grande dimensão, em articulação com os diversos parceiros desportivos, aproveitando as datas comemorativas com enfoque nas temáticas da saúde e do desporto. Estas realizam-se concentrando num local, um vasto conjunto de atividades abertas a toda a população, correspondendo a grandes momentos de destaque do programa e simultaneamente divulgação do mesmo.

Nestas o Município suporta integralmente os custos de organização assegurando uma adesão totalmente gratuita aos participantes.



III. Cascais Em Férias – Férias Desportivas

O programa Cascais em Férias – Férias Desportivas, tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos de ocupação de tempos livres e de férias desportivas nos períodos de interrupção de atividades letivas do verão (julho).

Para a concretização das férias desportivas a Câmara estabeleceu parcerias com a empresa Municipal Cascais Ambiente, proporcionando um programa de atividades com jovens do concelho dos 5 aos 15 anos.

Em 2006 e 2007, este programa realizou-se através da disponibilização de um conjunto de atividades, com parceiros locais, que foram colocadas à disposição das entidades organizadoras de programa de ocupação de tempos livres. Em 2006 estes recursos foram disponibilizados apenas nas férias de verão ao longo de 4 semanas, mas em 2007, para além do verão com uma duração de 6 semanas, foram alargadas ao período de férias da páscoa prolongando o seu funcionamento em mais 2 semanas.

Em 2008, manteve-se o projeto, mas foi reduzido o número de atividades disponibilizadas aos parceiros que dinamizam programas de ocupação de tempos livres, tanto na páscoa como no verão, uma vez que foram implementados centros de férias desportivas diretamente pelo Município.

A partir de 2008, foram implementados centros de férias Desportivas, em parceria com 3 estabelecimentos de ensino até 2011 tendo aumentado para 4 centros a partir de 2012.

Os centros de férias desportivas decorreram durante todos os dias úteis do mês de julho e destinam-se a jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos residentes no Concelho de Cascais. Funcionam entre às 8h30 e as 17h30, com um acompanhamento permanente por técnicos devidamente qualificados, sendo os centros devidamente reconhecidos pelo Instituto Português da Juventude.

O Município suporta a quase totalidade dos custos do projeto, tendo ficado a cargo de cada participante o pagamento de um valor muito reduzido que visou suportar essencialmente os custos associados ao fornecimento das refeições.

Em 2016, o modelo operacional alterou-se sendo implementado a participação/programa à semana para uniformizar todos os programas que integram o projeto CASCAIS EM FÉRIAS.

Em cada centro e turno, foram dinamizados dois grupos em simultâneo agrupando os jovens em função das suas idades, tendo-se verificado seguintes inscrições:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016*
Centro de Férias de Cascais	87	92	90	84	89	185
Centro de Férias de Estoril	91	92	90	89	89	153
Centro de Férias de Parede	87	92	90	70	79	152
Centro de Férias de S.Domingos de Rana		36	91	64	92	178
Total:	265	312	361	307	349	668

Quadro 40: Inscrições no Cascais em Férias entre 2011 e 2016. Fonte: CMC

IV. Troféu De Atletismo De Cascais

O Troféu de Atletismo de Cascais, tem como objetivos estimular a formação de núcleos de prática desportiva regular de atletismo que dinamizem atletas, impulsionar o funcionamento de núcleos já existentes, e consolidar o desenvolvimento da modalidade.

A programação das atividades do Troféu foi sempre articulada com os calendários de programas semelhantes realizados nos concelhos limítrofes e reúne a maior parte das provas de Corrida de Estrada e Corta-Mato que se realizam no concelho de Cascais e que são promovidas por clubes e juntas de freguesia.

Desde 2009/2010 foi implementado um processo de compatibilização de regulamentos e de procedimentos para a inscrição de participantes, sendo partilhada uma base de dados com os Municípios de Oeiras e de Sintra, que veio a contribuir para uma melhoria significativa da qualidade dos Troféus e um aumento do número de participantes na generalidade dos Escalões. Anualmente é realizada uma cerimónia de entrega dos prémios de participação aos atletas e clubes que reúne a família do atletismo de Cascais.

Todas as provas e corridas são de participação aberta aos munícipes, com idade igual ou superior aos 9 anos, não sendo estabelecida uma idade limite. No entanto, as classificações individuais e coletivas e os respetivos prémios são exclusivamente para atletas pertencentes a clubes e escolas do Concelho.

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Número de provas	7	9	8	8	7	7
Nº Participantes	2100	2700	2400	2800	2800	3200

Quadro 41: Dados do Troféu de Atletismo de Cascais entre 2011 e 2016. Fonte: CMC



b) OUTROS DADOS

Considerando que está a decorrer a atualização do Diagnóstico Social considerou-se pertinente a inclusão de alguns dados preliminares (CEDRU, 2017) que ajudam a ter um retrato da realidade da Infância em Cascais, com a ressalva de que não são ainda dados finais e publicados:

Questão: “De que forma ocupam os jovens os seus tempos livres e que espaços frequentam? Que impacte têm nas suas escolhas, percursos e desenvolvimento?”

Os atores locais também foram auscultados acerca da forma como as crianças e jovens tendem a ocupar os seus tempos livres, tendo ainda sido possível desagregar as respostas por grupos etários. Assim, e para as crianças com 3-5 anos (idades aproximadas de frequência do ensino pré-escolar), as organizações tendem a ocupar o tempo das crianças com brincadeiras (66,7% dos inquiridos referem esta como a principal atividade desenvolvida), seguidas de atividades físicas e atividades culturais. O estar com amigos em espaços diversos também é uma iniciativa valorizada pelas organizações inquiridas.

Para o grupo etário imediatamente seguinte com 6-10 anos (idades aproximadas de frequência do 1.º ciclo do ensino básico), as práticas mais valorizadas pelas instituições são em tudo idênticas, continuando as brincadeiras a assumir o peso maior, ainda que não tão elevado (58%). Para as crianças e jovens com idades ≥ a 11 anos, as instituições valorizam mais as iniciativas de socialização entre pares seguidas das atividades físicas e atividades culturais.

As organizações inquiridas pronunciaram-se, igualmente, sobre a sua perceção relativamente à forma como as crianças e jovens ocupam os seus tempos livres fora das instituições. Nesta matéria, existe um peso muito expressivo em qualquer faixa etária do visionamento de programas televisivos e dos jogos/navegação na internet, o que está totalmente em linha com os estudos apresentados no ponto de contextualização sobre a ocupação de tempos livres dos jovens portugueses.

❖ ASPETOS POSITIVOS NO DESPORTO, TEMPOS LIVRES E LAZER EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DOS 0-18 ANOS)?

- O grande envolvimento do público escolar nas atividades disponibilizadas nas escolas pelo município;
- O apoio à atividade interna das escolas bem como o apoio ao nível dos equipamentos e do estabelecimento de parcerias com entidades externas;
- A diversidade de programas e projetos municipais nas várias vertentes de atividades disponibilizadas às escolas e ao público em geral;
- Os equipamentos e infraestruturas disponibilizadas nas várias freguesias do concelho;
- A preocupação do Município em criar condições para que os professores do 1º Ciclo em monodocência realizem as atividades curriculares e implementem projetos que reforcem a componente de dinamização motora das escolas;
- O apoio aos clubes para desenvolvimento das modalidades desportivas através do Associativismo Desportivo;
- A preocupação em fomentar o desporto junto de toda a comunidade jovem, através dos programas de ocupação de jovens durante as férias desportivas.

❖ **ASPETOS A MELHORAR NO DESPORTO, TEMPOS LIVRES E LAZER EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DOS 0-18 ANOS)?**

- Aumentar a oferta de atividades para as faixas etárias com idades inferiores aos 5 anos de idades;
- Continuidade/melhoramento do apoio à atividade interna dos agrupamentos/escolas e ao Desporto Escolar;
- Criação de parcerias escolas/clubes/associações bem como outras entidades desportivas no sentido de promover/desenvolver a prática desportiva regular.
- Preocupação com o peso muito expressivo em qualquer faixa etária do visionamento de programas televisivos e dos jogos/navegação na internet, o que está totalmente em linha com os estudos apresentados no ponto de contextualização sobre a ocupação de tempos livres dos jovens portugueses
- Pouca informação disponível sobre os hábitos e preferências das crianças e jovens residentes em Cascais sobre as suas atividades de tempos livres e lazer

❖ **PROGRAMAS OU PROJETOS DA CÂMARA MUNICIPAL E ENTIDADES DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO**

No quadro que pode ser consultado no anexo1 apresenta-se o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação dos projetos, ações ou iniciativas da responsabilidade destas entidades que têm como público-alvo as crianças e jovens dos 0 aos 18 anos.

❖ **INSTITUIÇÕES DO CONCELHO COM INTERVENÇÃO NA ÁREA DO DESPORTO, TEMPOS LIVRES E LAZER**

Não nos sendo possível uma listagem completa das Instituições que existem atualmente no município com intervenção na área da Família, no anexo 2 pode ser consultado o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação das instituições concelhias com intervenção nesta área. Apesar de não ser exaustivo não deixa de ser dados importantes no sentido de se ter noção global da oferta de respostas.

6.7 Cidadania e Participação

❖ CARACTERIZAÇÃO

Contexto: De acordo com o Guia para o Associativismo (2001) o associativismo é a expressão organizada da sociedade, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social e constituiu um importante meio de exercer a cidadania. Assim, considera-se que a articulação coletiva tem maior capacidade de mobilização do que uma vontade individual, daí resultando uma das principais características do associativismo, a mobilização de vários indivíduos em torno de determinada causa, conferindo-lhe maior notoriedade com a intenção de visibilizar os seus interesses e alcançar os seus objetivos.

Já relativamente ao associativismo jovem em particular, a Carta Europeia Revista da Participação dos Jovens na Vida Local e Regional, observa que as autoridades locais e regionais deveriam proporcionar formação e apoiar a participação dos jovens na vida associativa e na sua comunidade local. O voluntariado é igualmente abordado neste documento, onde se expressa que se deveria apoiar e encorajar os jovens a realizar trabalho voluntário enquanto fator indutor do êxito académico e profissional.

O Livro Branco da Comissão Europeia “Um novo impulso à juventude europeia” reconhece igualmente a relevância do envolvimento dos jovens nos processos de decisão através do associativismo enquanto forma de combate à fragilidade e promoção da autonomia, bem como meio de capacitação para influenciar a ação política dentro dos canais democráticos.

O envolvimento e participação dos jovens é atualmente considerado como um elemento determinante na formação pessoal e cívica destes indivíduos, podendo vir a desempenhar, a longo prazo, um importante papel em matéria de inclusão e coesão social.

Assim, temas como o voluntariado, o associativismo e o ativismo são fatores cada vez mais relevantes em matéria de participação dos jovens, uma vez que refletem as suas motivações e práticas no que diz respeito à cidadania e envolvimento cívico.

Ainda que historicamente os jovens tenham uma relação distante com a participação pública, a criação e desenvolvimento de novas plataformas de envolvimento tem vindo a reduzir esse afastamento, da qual tem resultado o surgimento de associações de jovens dos mais variados tipos, com propósitos e objetivos bem definidos e com crescente relevância social.

Neste âmbito, a participação dos jovens ganha uma importância social crescente, pelo que se torna relevante perceber em que medida estes estão envolvidos no processo de tomada de decisão, quais as suas oportunidades de cidadania e o seu grau de adesão ao voluntariado e associativismo.

(Fonte: Dados preliminares da revisão do Diagnóstico Social, CEDRU, 2017)

São vários os serviços da CMC que desenvolvem pelo menos uma parte da sua intervenção com impacto na área da Cidadania e Participação das Crianças e Jovens. Assim, os dados que se apresentam nesta secção são organizados pelos seguintes contributos:

- a) Cidadania e Participação
- b) Informação e Comunicação
- c) Juventude
- d) Empreendedorismo

a) CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

A Cidadania e Participação constituem uma das principais áreas de atuação do Município de Cascais sendo parte fundamental e integrante das políticas do município.

Este facto é evidente na Estratégia Municipal refletida no Relatório do Plano Diretor Municipal, onde CASCAIS, TERRITÓRIO DE CIDADANIA ATIVA se assume como um dos 5 eixos estratégicos para a consolidação do desenvolvimento do Município de Cascais.

Deste modo, e especificamente no que concerne a este eixo, Cascais compromete-se a:

- a. Impulsionar a democracia de proximidade:
 - Promoção da democracia de proximidade e da cidadania ativa;
 - Fomento do espírito de comunidade;
 - Promoção do voluntariado e da responsabilidade social.
- b. Fomentar a dinamização social inclusiva.

É, neste sentido, que a Câmara Municipal de Cascais, através da Divisão de Cidadania e Participação e da Unidade de Orçamento Participativo, desenvolve a sua intervenção no sentido de reforçar a participação da sociedade civil e dos atores locais na conceção, implementação e avaliação dos projetos participativos em curso, nomeadamente no associativismo, orçamento participativo, voluntariado, e outras metodologias de participação cidadã.

Os principais objetivos destas intervenções centram-se em:

- Dar visibilidade e aprofundar mecanismos de transparência, de prestação de contas e de processos de decisão coletiva;
- Sensibilizar e envolver os atores locais para o desenvolvimento de novos processos de participação cidadã;
- Fortalecer a capacidade dos cidadãos de interlocução nos processos de tomada de decisão sobre políticas e recursos públicos;
- Aumentar os mecanismos de participação cidadã existentes e criar novos mecanismos.

Apesar da área da Cidadania e Participação já ter um histórico de atuação significativo no Concelho de Cascais, destaca-se, para efeito do presente relatório de diagnóstico, o ano de 2016 que foi marcado pelo desenvolvimento e reforço de uma política de proximidade ao cidadão de forma a que este participe cada vez mais nos processos de decisão coletiva e gestão pública dos recursos municipais.

Dos resultados atingidos destaca-se o facto de:

1. Ter sido criado o OP Jovem Cascais única pratica de OP do mundo onde as regras foram definidas pelos próprios jovens, com recurso ao jogo "Experiência C", criado especificamente para o efeito. Trata-se de um jogo colaborativo, só possível de concluir com sucesso se os jogadores e as respetivas equipas cooperarem entre si;
2. O Orçamento Participativo de Cascais ter sido, mais uma vez, reconhecido nacional e internacionalmente como uma das melhores práticas de OP e pela terceira vez consecutiva o mais votado do país e estar disponível para o cidadão em todas as suas fases em Cascaisparticipa.pt;

3. O Centro Local de Voluntariado ser um dos únicos a nível nacional a promover formação gratuita e regular a todos os voluntários inscritos através do município em programas de voluntariado;
4. O movimento associativo cultural ter tido um aumento de atividades culturais desenvolvidas em parceria com a autarquia e continuar a ter um encontro conjunto face a face com o vereador do pelouro onde se discutem objetivos e se prestam contas dos resultados;
5. Se estar a desenvolver uma nova aplicação “CITYPOINTS CASCAIS” que pretende contribuir para a promoção de comportamentos de cidadania sustentável no concelho de Cascais. Os utilizadores da APP CITYPOINTS CASCAIS vão poder aceder a um conjunto de ações em diferentes áreas que lhes permitirá ganhar pontos que serão convertidos em prémios;
6. Cascais ter sido eleita presidente da Rede de Autarquias Participativas, ficando assim responsável por um plano nacional de desenvolvimento de práticas de cidadania junto de mais de 60 autarquias.

De seguida, e para cada uma das diferentes áreas de atuação – Associativismo, Voluntariado, Orçamento Participativo – apresentar-se-á uma breve caracterização com a descrição da intervenção junto das crianças.

I. Associativismo

No que concerne ao Associativismo, a Câmara Municipal de Cascais reconhece o papel insubstituível das associações, coletividades e clubes no desenvolvimento do concelho.

No concelho de Cascais existe mais de meia centena de coletividades/associações com atividade nas áreas recreativas e/ou culturais.

As mais antigas foram fundadas no final do século XIX. Outras, mais recentes, ligadas a realidades como as migrações, tiveram a sua origem quase um século depois. Estas coletividades/associações encontram-se distribuídas por um espaço geográfico diversificado, onde a variedade da paisagem urbana se modifica radicalmente, no sentido interior - litoral: de um interior quase rural, classificado como "saloio", a uma costa litoral urbana e cosmopolita, de veraneio e turística. Inserido nesta realidade, o conjunto das coletividades/associações traduz a história dos lugares e das suas gentes, perpetuando as tradições e as práticas culturais.

A intervenção das coletividades é pluridisciplinar: das bandas de música aos grupos corais, dos ranchos folclóricos aos grupos de música popular, passando ainda pelos grupos cénicos a escolas de música.

O apoio prestado pelo Município ao associativismo recreativo e cultural pretende criar redes de itinerância e de troca de experiências culturais, bloquear o isolacionismo e incentivar a participação dos cidadãos na qualificação da vida cultural das suas áreas de residência.

Pese embora as coletividades/associações não tenham sido criadas especificamente para crianças, o papel destas junto das crianças não é de desprezar uma vez que a sua intervenção conta com coros, ranchos, escolas de música, grupos cénicos que na sua constituição integram crianças.

De salientar que, tradicionalmente, o ensino da música é feito nas coletividades que contam com 6 bandas filarmónicas e 6 orquestras juvenis.

Na figura 61 podemos ver representada a distribuição espacial das coletividades do concelho com intervenção dirigida às crianças.



Figura 61 - Legenda: ●coletividade com intervenção dirigida a crianças; ◊coletividades

Esta imagem evidencia que, ao nível do território, a distribuição das coletividades é alargada a todo o concelho – cobrindo quer zonas urbanas quer zonas mais rurais. As coletividades encontram-se localizadas em todas as freguesias permitindo o acesso às crianças das diferentes localidades do concelho.

Quanto ao nível dos projetos direcionados para as crianças, estes, e tal como referido acima, centram-se essencialmente em coros, ranchos, escolas de música, grupos cénicos. De forma a poder ilustrar esta realidade, apresenta-se, de seguida, um quadro com os dados das coletividades do concelho com a indicação dos respetivos projetos e faixa etária.

COLETIVIDADE	Projeto	0-3 anos	3-6 anos	6-10 anos	10-14 anos	14-18 anos
Sociedade Familiar e Recreativa da Malveira da Serra	Dança Jazz		10	21	16	16
Sociedade Musical Sportiva Alvidense	Escola de música			2	4	13
	Orquestra Juvenil				1	13
	Banda Filarmónica				1	13
Sociedade Recreativa e Musical de Carcavelos	Escola de Música, Escola de Dança, Orquestra Ligeira, Grupo de Dança, Teatro Infantil e Banda			20	45	34
Sociedade Musical de Cascais	Dança - Dança Moderna / Ballet / Zumba	5	9	20	10	4
	Musica	1	2	7	8	1
	Rancho Infantil		1	8		
SMUP -Sociedade Musical União Paredense	Escola de Teatro – Teatro Juvenil				14	15
	Escola de Música – Banda Filarmónica Juvenil			6	12	4
Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde	Escola de Musica			15	4	2
	Dança			12	7	

	Orquestra Juvenil			10	4
	Marcha infantil		18	8	
Coral Infantil de Carcavelos	Coro Infantil, Pequenos Cantores e Coro Juvenil	16	16	17	10
Grupo Instrução Popular da Amoreira	Grupo de Dança do GIPA - Art'Dance				9
	Rancho Folclore do GIPA				
Grupo Desportivo do Zambujeiro	Rancho Grupo Danças e Cantares Senhora da Assunção		1	2	2
Grupo Musical e Desportivo 31 Janeiro de Manique Baixo	Rancho Folclórico, Zumba, Teatro Juvenil, Danças de Salão		5	15	12
Grupo Etnográfico 7 Castelos	Rancho folclórico	3	5	3	3
Centro Cultural Moldavo	Grupo de dança "Opincuta"		11	7	2
Grupo Recreativo e Dramático 1º Maio de Tires	Escola de Ballet	10	23	21	12
	Escola de Musica	2	6	13	5
Troupe União 1º Dezembro Caparidense	Hip Hop		10	5	
	Teatro		10	2	
AluapDans- Companhia de Dança Paula Marques	Escola de Dança e Grupo de Dança	5	15	20	15
Oficina de Desenho	Oficina Artística Juvenil		1	8	
	Oficina de Candidatura a Belas-Artes				11
	Oficina de Férias		19	16	1
Clube Nacional Ginástica	Dança	2	18	22	6
	Musica	6	31	30	12
Duelo Clube	SEM DADOS DE CARATERIZAÇÃO				
Sociedade Recreativa Unidos do Zambujal					
Soc Instrução e Recreio de Janes e Malveira					
Estudantina Recreativa S. Domingos de Rana					
Coral Vozes do Estoril					
Coro ESSA e Vozes do Mar					

Quadro 42 - Coletividades do concelho, respetivos projetos e faixa etária a que se destinam

II. Voluntariado

O Voluntariado de Cascais promove e estabelece o encontro entre entidades que desenvolvem projetos de voluntariado e pessoas que desejam exercer o seu dever de cidadania.

O Voluntariado de Cascais, promovido pela Câmara Municipal de Cascais em parceria com o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, tem ainda como objetivos sensibilizar os cidadãos e as organizações para o voluntariado, divulgar projetos e oportunidades, contribuir para o aprofundamento da temática, disponibilizar informações sobre voluntariado, bem como promover ações de formação para entidades promotoras e para voluntários.

Embora o Voluntariado de Cascais não inclua crianças como voluntários (situação proibida por lei), existem entidades parceiras apoiadas pelo Voluntariado cuja atividade é direcionada às crianças, são elas:

- Voluntariado Internacional de Educação à Solidariedade (VIDES);
- Academia de Psicologia e Teatro;
- Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo de Azevedo;
- Aldeias SOS Bicesse;
- Associação Portuguesa Contra a Obesidade Infantil;
- Fundação Champagnat - Casa da Criança de Tires;
- Associação Hípica e Terapêutica;
- Clube Gaivota da Torre;
- Fundação O Século;
- Centro Social Nossa Senhora de Fátima - Ludoteca da Galiza;
- Santa Casa da Misericórdia de Cascais - ATL da Galiza;
- Centro Hípico da Costa do Estoril;
- CRESCERSER – Casa da Encosta;
- SportBosco Manique;
- TESE-Associação para o Desenvolvimento;
- Associação de Pais da Ibn Mucana;
- Associação HELPO;
- BIPP - Inclusão para a Deficiência;
- Cooperativa Torre Guia.

Relativamente à caracterização dos programas direcionados às crianças por parte destas entidades parceiras, e visto a suas atividades centrarem-se nas áreas sociais e da educação, sugere-se a consulta ao capítulo correspondente a estas temáticas.

III. Orçamento Participativo

O OP de Cascais foi criado com a intenção explícita de reforçar a cidadania através da criação de processos participativos.

Para o executivo, os munícipes deverão através deste mecanismo propor, discutir e eleger projetos, que contribuam para o desenvolvimento do Município sendo que a CMC se obriga a executá-los.

O OP é um processo de aprendizagem conjunta de forma a contribuir para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais, assim como garantir uma efetiva correspondência entre as verdadeiras necessidades e as naturais aspirações da população.

O OP Cascais foi concebido numa abordagem deliberativa e territorial, abrangendo todo o concelho e sem restrições temáticas, isto é, os participantes podem apresentar propostas materiais para qualquer problemática da vida local. Após votação, os projetos mais votados têm dois anos para ser executados.

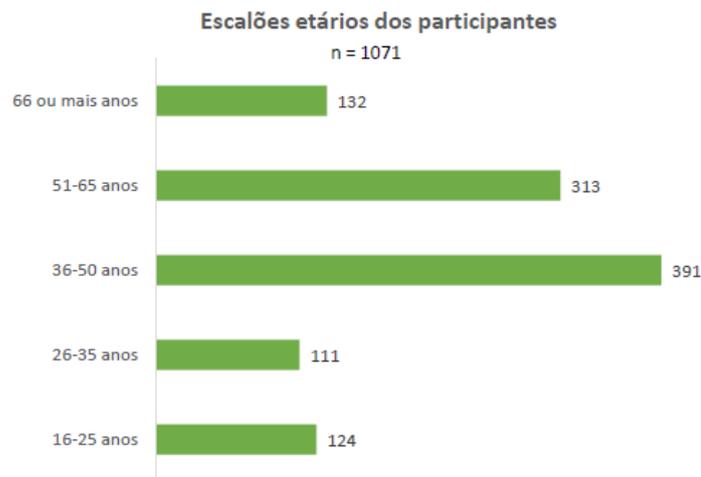
Ao longo dos seus anos de vida, o OP Cascais tem estado em permanente mudança. A cada ano ele é revisto e ajustado em resultado de decisões políticas, pareceres técnicos e propostas dos cidadãos.

O OP de Cascais está organizado num ciclo de decisão e num ciclo de implementação tal como indicado na figura que se segue.



Não obstante o facto de não ser um projeto dedicado às crianças, as regras de participação já incluem este grupo uma vez que a participação nas sessões públicas para a apresentação de propostas está direcionada a todas as pessoas com idade a partir dos 16 anos.

Com base no Relatório das Sessões Públicas De Participação relativas ao Orçamento Participativo de Cascais 2016, verifica-se que participaram 37 crianças (faixa etária 16-18) a que corresponde 3,5% do total de participantes (1071 pessoas).



Não sendo uma percentagem muito elevada, podemos, no entanto, afirmar que este projeto já começa a ser expressivo nas camadas mais jovens, constituindo um desafio para a autarquia pensar estrategicamente formas para a mobilização deste escalão.

IV. Orçamento Participativo Jovem

Se no caso apresentado anteriormente – o Orçamento Participativo de Cascais – o projeto não se destina exclusivamente às crianças, já no caso do Orçamento Participativo Jovem – o projeto é das e para as crianças.

De facto, o “Orçamento Participativo Jovem” destacou-se como um projeto pioneiro a nível nacional uma vez que não se confinou à execução dos ciclos associados a um orçamento participativo, abrangendo também a definição da metodologia inerente à construção do próprio processo participativo.

Este projeto é constituído por diferentes fases de participação, sendo que a primeira fase – fase de preparação – decorreu em 2016 e correspondeu à fase em que foram definidas as regras de implementação do OP Jovem.

Esta fase foi constituída por diferentes momentos, nomeadamente:

- Formação dos professores na área da participação e cidadania com apoio de técnicas de educação não-formal. Com esta formação pretendeu-se preparar os professores para desenvolverem sessões em contexto escolar utilizando, para o efeito, metodologias de educação não-formal para abordarem as temáticas do projeto junto dos alunos;
- Constituição de uma turma do 7º ano em cada uma das escolas envolvidas – ‘Equipa OP Jovem’. Esta equipa foi responsável pela execução de todo o processo relacionado com o OP Jovem – desde os momentos de preparação, que incluíram a definição do regulamento, até aos momentos de implementação do OP Jovem na escola;
- Sessões escolares para debate das temáticas de participação e cidadania, em cada turma ‘Equipa OP Jovem’, realizadas em conjunto com os docentes envolvidos. Com estas sessões pretendeu-se que os alunos se familiarizassem com os temas – participação, cidadania, orçamento – promovendo o sentido crítico de participação, identificassem constrangimentos à participação e

comunicação, identificassem prioridades na gestão de orçamentos tendo em conta diferentes necessidades;

- Momento de Jogo para definição das regras de implementação do OP Jovem. Num espaço fora do contexto escolar, um grupo constituído por 5 alunos de cada uma das ‘Equipas OP Jovem’ das escolas envolvidas, passou por uma experiência criativa e de capacitação de forma a definir a metodologia do OP. Todo o processo foi em contexto de jogo permitindo abordar os assuntos importantes de forma informal e promovendo o sentido crítico entre pares;
- Apresentação e Discussão das Regras do OP Jovem com o Presidente da Câmara e apresentação das regras em Reunião de Câmara. Pretendeu-se com estes dois momentos aproximar a voz dos jovens aos decisores políticos e fazê-los entender as duas dimensões da democracia – democracia participativa versus democracia representativa – e a forma como estas se integram;
- Preparação do lançamento do “OP Jovem” em cada escola. Definidas as regras do OP Jovem, os elementos de cada escola que participaram no jogo, em conjunto com os restantes colegas das ‘Equipas OP Jovem’, organizaram-se para a segunda fase, cuja participação já é alargada a todos os alunos da escola, corresponde ao ciclo de decisão que se encontra ainda a decorrer.

O balanço desta segunda fase já é positivo uma vez que esta já contou com 11 sessões de participação pública realizadas nas quatro escolas. Criativos e dispostos a melhorar as respetivas escolas e a comunidade, 424 alunos participantes (que representam quase 10% do total da população destas quatro escolas) apresentaram as suas ideias das quais resultaram 63 propostas que seguiram para a fase de avaliação técnica. Destas propostas, resultaram 43 projetos que vão agora à fase de votação por todos os alunos das escolas.

b) COMUNICAÇÃO

O Município de Cascais dispõe de um conjunto de meios de proximidade aos munícipes, como formas de prestar informações, resolução de situações, esclarecimento de dúvidas e espaço para sugestões, nomeadamente:

Loja Cascais – Marca que incorpora o atendimento municipal multicanal – presencial, telefónico e digital:

Loja Cascais - Edifício Cascais Center – Cascais - Horário: Segunda a sexta-feira, das 09h00 às 18h00

Loja Tires (a abrir durante o mês de julho) – Tires, S. Domingos de Rana - Horário: Segunda a sexta-feira, das 09h00 às 18h00

Balcão CascaiShopping (a abrir durante o mês de julho) - Alcabideche - Horário: Segunda a domingo, das 10h00 às 23h00

Linha Cascais* | 800 203 186 (chamada gratuita) - Horário: Segunda a sexta-feira, das 09h00 às 17h00

*Centro de Contacto Unificado – atendimento telefónico todos os dias úteis, que junta todos os serviços telefónicos de diversas entidades municipais

Site cascais.pt - Loja Cascais www.cm-cascais.pt/servicos - Email: atendimento.municipal@cm-cascais.pt

Presença Digital – listam-se abaixo os diversos sites e redes sociais do universo municipal, dos quais de destaca pelo público-alvo (0-18 anos) os seguintes:

- [Cascais.pt](http://www.cascais.pt) – com informação geral sobre o município com áreas específicas dedicadas à família e à juventude;
- [Agenda Cascais](http://www.cm-cascais.pt/agenda-cascais) – Agenda diária de acontecimentos, cursos, eventos segmentada por áreas e públicos, tendo área específica com atividades destinadas a Crianças;
- [Cascalitos](http://www.cascalitos.pt) – Website destinado a crianças dos 5 aos 10 anos;
- [Cascais Jovem](http://www.cascaisjovem.pt) - Website destinado a jovens

Websites institucionais:

Cascais.pt <http://www.cascais.pt/>

Agenda Cascais | <http://www.cm-cascais.pt/agenda-cascais>

Cascalitos | <http://cascalitos.pt/>

Portal da Educação | <http://www.cascaisedu.pt> (em desenvolvimento)

Cascais Cultura | <http://www.cascaiscultura.pt>

Loja Cascais | <http://www.cascais.pt/servicos>

Cascais Ambiente | <http://www.cascaisambiente.pt/>

Cascais Participa | <http://op.cascaisparticipa.pt/>

Agenda Cascais | <http://www.cm-cascais.pt/agenda-cascais>

Conferências do Estoril | <http://www.conferenciasdoestoril.pt/pt>

DNA Cascais | <http://www.dnacascais.pt/>

Visit Cascais | <http://www.visitcascais.com/pt>

Cascais Jovem | <http://www.geracao-c.com/default.aspx?lang=pt>

Associação S. Francisco de Assis | <http://www.sfacascais.pt/>

GeoCascais | <http://geocascais.cm-cascais.pt/main.html>

MobiCascais | <https://www.mobicascais.pt/>

Parques | <https://www.parc.pt/>

Redes Sociais

Páginas de Facebook:
Câmara Municipal de Cascais https://www.facebook.com/CMCascais/
Cascais Jovem https://www.facebook.com/CascaisJovem/
Cascais Capital Europeia da Juventude 2018 https://www.facebook.com/cascaiseyc2018/
MobiCascais https://www.facebook.com/mobicascais/
DNA Cascais https://www.facebook.com/DNA.Cascais/
Associação São Francisco de Assis - Cascais https://www.facebook.com/sfacascais/
Conferências do Estoril https://www.facebook.com/EstorilConferences/
Promoção de Emprego - Cascais https://www.facebook.com/emprego.cascais/
Cascais Participa https://www.facebook.com/CascaisParticipa/?ref=bookmarks&qsefr=1
Bairro dos Museus Cascais https://www.facebook.com/bairrodosmuseus/
Cascais Ambiente https://www.facebook.com/cascaisambiente/
Festas do Mar https://www.facebook.com/FestasdoMar/

Outras Redes Sociais
Instagram Câmara Municipal de Cascais https://www.instagram.com/cascais_oficial/ Cascais Jovem https://www.instagram.com/cascaisjovem/ Cascais Capital Europeia da Juventude 2018 https://www.instagram.com/cascaiseyc2018/ Conferências do Estoril https://www.instagram.com/estoril_conferences/
LinkedIn Câmara Municipal de Cascais https://pt.linkedin.com/company/camara-municipal-de-cascais
Twitter - Câmara Municipal de Cascais - https://twitter.com/cmcascais
Youtube - Canal Cascais https://www.youtube.com/user/GeracaoCCascais Canal Cascais Jovem (Geração C) https://www.youtube.com/user/tvescolarcmc
Flickr - Cascais Jovem https://www.flickr.com/photos/55810050@N07/sets/ Arquivo Histórico Municipal de Cascais https://www.flickr.com/photos/96897289@N02
Snapchat Cascais Jovem

O quadro abaixo resume a caracterização dos meios com gestão direta da Comunicação da CMC e analisa os pontos fortes e a melhorar com foco na faixa etária dos 0 aos 18 anos.

	Cascais.pt	Cascalitos	Agenda Cascais	Loja Cascais	Linha Cascais	Jornal C	Redes Sociais
Caracterização Target	Site de informação geral sobre o município	Landing Page destinada a crianças dos 5 aos 12 anos	Agenda do município com resposta para todas as idades	Atendimento presencial e Online Onde estão centralizados todos os serviços CMC ao munícipe	Centro de Contacto para atendimento telefónico que centraliza todos os serviços municipais	Suporte de informação com distribuição mensal, gratuita de 120.000 exemplares	*listagem abaixo
Tipo de informação disponível para o público 0-18	Áreas específicas dedicadas à família e à juventude Com acesso direto aos canais específicos para o target (ex. Cascais Jovem)	Atividades e informação adequadas ao público-alvo	Organização por áreas, com campos específicos para a área infantil e juvenil	Informações de serviço geral, existindo 2 lojas Cascais Jovem para o efeito	Prestação de informações sobre os serviços existentes para o público infantil e juvenil	Noticias, Agenda e informações de destaque para o público infantil e juvenil	Noticias e informações de destaque para o público infantil e juvenil
Possibilidade de participação que oferece	Através das diversas plataformas agregadas: Fixcascais, GeoCascais, MyCascais	Ainda não oferece espaço de participação	Dá a conhecer oportunidades de participação nas ações municipais	Possibilidade de realização de inquéritos de satisfação	Possibilidade de realização de inquéritos de satisfação	Disponibilização de e-mail de contacto para questões e sugestões	Possibilidade de comentários, sugestões, questões
Pontos Fortes e/ou a melhorar	Nível de atualização bastante elevado ao nível de atividades, informações dos projetos das diferentes áreas, e produção de notícias. Eventualmente conter mais eventos ou temas para a infância / Famílias e a criação de um canal mais vocacionado para a área educativa.	De momento está criado o conceito, sendo o objetivo o de melhorar e dinamizar todo o conteúdo informativo sobre o município e as atividades específicas de forma pedagógica e com uma linguagem adequada, criando espaço de participação e de interatividade através de micro-site	Integra uma boa oferta de atividades para a infância e famílias, mas poderá ser mais alargada.	Nada a acrescentar	Resposta para um atendimento mais acessível e mais prático ao munícipe	Nível de atualização bastante elevado ao nível de atividades, informações dos projetos das diferentes áreas Eventualmente conter mais eventos e tratamento de temas para a infância, juventude e Famílias	Nível de atualização bastante elevado ao nível de atividades, informações dos projetos das diferentes áreas Eventualmente conter mais eventos para a infância / Famílias

Quadro 43 - Caracterização dos meios com gestão direta da Comunicação da CMC

c) JUVENTUDE

A Juventude é um dos vetores estratégico da Câmara Municipal de Cascais que tem como objetivo captar, fixar e desenvolver conhecimento, criar condições para uma juventude dinâmica, empreendedora, capaz de conceber o seu futuro com autonomia, segurança, capacidade de intervenção e participação na comunidade.

A Juventude é nesta área entendida como a faixa etária compreendida entre os 12 e os 30 anos e que, pelas suas características e necessidades específicas justifica uma intervenção direcionada.

A intervenção combina políticas especificamente focadas na juventude com uma abordagem transversal, colocando as questões juvenis como uma prioridade nas políticas mais amplas relevantes. Adaptando-se à realidade local, a política de juventude do município é inspirada nas orientações das políticas europeias definidas em documentos fundamentais, como a "Carta Europeia Revista sobre a Participação dos Jovens na Vida Local e Regional", a "Agenda 2020", ou "O quadro renovado para a cooperação europeia no campo da juventude".

Em relação à estrutura administrativa, o município tem sido pioneiro a nível nacional no que se refere ao posicionamento que atribui aos jovens em termos de políticas locais. Desde 1987, tem havido uma unidade técnica no município que lida com questões de juventude, o que confere uma solidez à intervenção ao longo do tempo. No início, a juventude estava integrada na mesma da divisão que a área da educação, mas em 1998 implementou-se uma reestruturação que criou uma divisão estritamente focada na área da juventude, o que constituiu um reconhecimento da prioridade das questões da juventude em termos de política local.

Principais áreas da Política Municipal de Juventude - Cascais Jovem:

I. Conhecimento e Informação

Considerando que o acesso à informação é uma das condições essenciais para facilitar a participação dos jovens e o seu acesso às oportunidades, esta área visa a produção e divulgação de conteúdos informativos direcionados a um público jovem, bem como a criação de uma rede descentralizada de espaços de informação, visando uma maior cobertura geográfica e abrangendo um maior número de jovens com acesso às novas tecnologias da informação e acesso a serviços de proximidade.

- Lojas Cascais Jovem

Rede Local de Informação com atendimento direto e personalizado aos jovens através da disponibilização de espaços de informação, serviços e tecnologias de informação.

- Portal e Facebook Cascais Jovem

Espaço virtual e interativo de informação destinada a um público jovem, com o objetivo de dinamizar, partilhar e divulgar conteúdos informativos, privilegiando o envolvimento dos jovens e dos diversos parceiros na área da juventude.

- Lojas Criativas - Informação Especializada – Formação /Workshops

Sistematização e divulgação da oferta formativa nas lojas Cascais Jovem e em rede com os Serviços de Psicologia e Orientação das Escolas. Promover a divulgação sobre oportunidades de inserção no mercado de trabalho, através de iniciativas de Orientação, Capacitação e Integração Profissional, privilegiando a

qualificação, empregabilidade e o empreendedorismo. Promoção de programas para jovens que facilitem a aquisição de competências pessoais e profissionais em contexto real de trabalho.

- GO- Gabinete de Orientação Escolar e Profissional

Atendimento individualizado na área da oferta formativa e orientação para a constituição de um projeto de vida.

- Carro Cascais Jovem

Espaço móvel de promoção e divulgação dos produtos e serviços Cascais Jovem. Disponibiliza uma estrutura informativas que permitem a participação em atividades e eventos específicos dinamizados pelos serviços, por jovens e por parceiros na área da juventude.

II. Associativismo e Cidadania

Esta área tem como objetivo fomentar uma cultura de participação capacitando os jovens para uma intervenção ativa nas esferas públicas e privada, enquanto agentes geradores de mudança e desenvolvimento.

Visa também estimular e apoiar o associativismo juvenil, através de projetos de captação de competências e talentos, dinamizar e valorizar a participação dos jovens em projetos e atividades de voluntariado.

Para além do apoio direto ao associativismo juvenil do concelho, nesta área incluem-se intervenções destinadas a fomentar espaços de participação, de formação e capacitação. Destacam-se os programas de ocupação de tempos livres e voluntariado jovem em diferentes áreas, que abrangem cerca de 1700 jovens por verão, as Bolsas de Incentivo à Participação que fomentam a iniciativa e espírito criativo dos jovens na implementação de projetos ou ainda os projetos de mobilidade internacional (intercâmbios e campos de trabalho).

De referir também a existência em Cascais de um Conselho Municipal para os Assuntos da Juventude. Cascais foi um dos primeiros municípios de Portugal a criar um conselho municipal para os assuntos da juventude. Começou em 1989 com muito dinamismo, teve alguns anos de inatividade no início dos anos 90 e recuperou a ação até o presente. Esta dinâmica tem especial significado se considerarmos que a legislação nacional sobre conselhos municipais de juventude é datada apenas de 2009.

O CMAJ desempenha um papel importante como estrutura consultiva do município, integrando várias associações, representantes comunitários e representantes de organizações, promovendo a sua participação ativa na vida cívica de Cascais e contribuindo para o que o município estabeleça um diálogo de proximidade com os representantes das estruturas juvenis do concelho.

d) EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo assume um papel fundamental na resolução dos desafios globais do século XXI, com vista à construção de um desenvolvimento sustentável, contribuindo nas idades mais jovens para a criação de oportunidades de emprego, fomentando a riqueza para a sociedade e contribuindo para o desenvolvimento da Comunidade. É assim fundamental desenvolver uma estratégia de Educação para o Empreendedorismo, onde qualquer jovem tenha conhecimento de como empreender e transformar uma oportunidade/necessidade de mercado em realidade, bem como capacitá-lo de competências empreendedoras. A Agência DNA Cascais, desde 2006, garante a dinamização de um programa de Educação para o Empreendedorismo no Concelho de Cascais, através do qual já alcançou 18000 alunos.

Numa economia orientada para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo é fundamental assegurar níveis de empregabilidade, produtividade e coesão social, assumindo o empreendedorismo e o incentivo ao espírito de iniciativa dos jovens com um papel prioritário no alavancar das economias nacionais. A Agência DNA Cascais tem no Empreendedorismo Jovem e Escolar um dos seus principais eixos de atuação, trabalhando com os alunos e escolas do concelho em projetos empreendedores que visam o desenvolvimento de novas atitudes junto dos jovens munícipes, desde o 1.º Ciclo do Ensino Básico, ao Ensino Profissional e Secundário.

O programa oferece aos jovens estudantes, um conjunto de ferramentas pessoais que lhes permite desenvolver uma mentalidade e um maior espírito crítico, assim como, uma visão multidisciplinar que os ajude a definir e concretizar os seus objetivos de vida.

Este trabalho é executado através de sessões que apelam à criatividade, ao uso extensivo do pensamento crítico e que promovem um maior autoconhecimento junto de professores e alunos. Este programa vem contribuir para o desenvolver de uma atitude empreendedora junto dos jovens, procurando criar valor pessoal, social, económico e cultural.

Este programa integra um conjunto de projetos que passamos a descrever:

- DNA Cascais IUPI - DNA Cascais IUPI é um projeto, dirigido a crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico (3º e 4º Ano de Escolaridade), promovido em parceria com a Start IUPI e que tem como objetivo o desenvolvimento de competências e atitudes que permitem ampliar o leque de escolha e que facilitam o processo de construção dos sonhos de cada um.
- DNA Cascais Cientistas Empreendedores - O projeto DNA Cascais Cientistas Empreendedores, promovido em parceria com a Science4you, tem como objetivo promover a criatividade e inovação junto dos alunos do 2.º ciclo de escolaridade (5.º e 6.º ano). Durante o ano letivo, os alunos, com o apoio dos professores de Ciências e Educação Visual e Tecnológica em contexto de sala de aula, deverão elaborar um projeto de brinquedo de carácter científico e educativo, com potencialidades do ponto de vista da ação lúdica e de entretenimento.
- DNA Cascais/ Junior Achievement Portugal - A JA Portugal é uma organização sem fins lucrativos que tem por missão inspirar e preparar os jovens para terem sucesso numa economia global, através de 3 pilares: Educação para o Empreendedorismo; Literacia Financeira e Competências para a Empregabilidade. Os programas da JA Portugal chegam a todos os níveis de ensino, assegurando uma educação empreendedora do primeiro ciclo ao ensino superior:
 - **Programa “A Família”** - Para alunos cujas idades se situam entre os 6-7 anos, 1.º ano de escolaridade. Este programa consiste em 5 sessões nas quais os alunos deverão identificar o que é uma família, quais as relações e interdependências entre os membros da família, quais as necessidades e desejos e que tipos de emprego os membros da família têm.
 - **Programa “A Comunidade”** - É dirigido a alunos com idades entre os 7-8 anos, 2.º ano de escolaridade. Este programa consiste em 5 sessões, nas quais os alunos deverão identificar o que é uma comunidade, como funcionam os negócios dentro de uma comunidade, qual o papel do estado/governo, que serviços existem para o bem-estar dos seus cidadãos e que profissões existem no seio de uma comunidade
 - **Programa “A Europa e Eu”** – O programa “Europa e Eu” é dirigido a alunos do 5.º e 6.º ano de escolaridade, com idades entre os 10-12 anos. Durante 6 sessões os alunos vão explorar a relação entre os recursos

naturais, humanos e de capital, encontrados em diferentes países, tendo em consideração os negócios europeus que produzem bens e serviços para os consumidores.

- **Programa “É o Meu Negócio”** - Dirigido apenas a alunos do 7.º e 8.º ano de escolaridade, com idades entre os 13-15 anos. Consiste em 6 sessões interativas com os alunos, com o objetivo que estes saibam como identificar e compreender conceitos de empreendedorismo, com forte ênfase nos estudos sociais, leitura e escrita. Os alunos são incentivados a usar o pensamento crítico para aprenderem algumas competências empreendedoras que suportam atitudes positivas, enquanto exploram as suas aspirações de carreira e apreendem conceitos de negócio.
 - **Programa “Economia para o Sucesso”** - O programa Economia para o Sucesso é dirigido a alunos do 9.º ano de escolaridade, com idades entre os 13-15 anos. Durante 6 sessões o programa fornece informação prática sobre finanças pessoais e sobre a importância de identificar objetivos de educação e carreira baseados em interesses, valores e qualidades dos alunos.
 - **Programa “A Empresa”** – Este é o programa bandeira da Junior Achievement. Considerado uma boa prática pela Comissão Europeia, conta igualmente com o alto patrocínio da Casa da Presidência da República. O programa desafia alunos do ensino secundário a criar e a gerir uma mini-empresa, ao longo de um ano letivo e em contexto sala de aula.
-
- DNA Cascais Jovens Empreendedores - Destinado aos alunos do 9.º ano de escolaridade ao 12.º ano de escolaridade, esta iniciativa tem como objetivo incutir espírito de iniciativa nos jovens do concelho promovendo o empreendedorismo. O projeto DNA Cascais Jovens Empreendedores, desenvolvido num formato de concurso de ideias, pretendendo capacitar os jovens no nível do empreendedorismo, dotando-os de conhecimentos sobre as diferentes fases do ciclo empreendedor, bem como, angariar ideias de negócio nas várias áreas de atividade. Ao longo das suas 10 edições, este programa, que no ano de 2016 foi desenvolvido com o apoio da Universidade Europeia, já foram presentes a concurso cerca de 700 ideias de negócio.
 - DNA Cascais Jovens Artistas - O Concurso DNA Cascais Jovens Artistas é uma iniciativa que tem como objetivo promover a arte e cultura nos jovens do concelho, promovendo o empreendedorismo cultural e criativo. Dirigido aos alunos do 5.º ano de escolaridade até ao 12.º ano de escolaridade, este projeto tem a sua primeira edição no ano letivo 2016/ 2017.
 - DNA Cascais Career Camp - Este é um projeto de planeamento de carreira para jovens que querem fazer a diferença no mercado de trabalho. O projeto tem a sua primeira edição no ano letivo 2016/ 2017 e é promovido em parceria com a Associação Inspirar o Futuro. De forma criativa, vamos apostar no desenvolvimento das competências mais apreciadas no mercado. Este projeto pretende não só desenvolver as capacidades dos jovens do município, mas também colocar esses mesmos jovens em contacto com as empresas, vivenciando as funções e tarefas inerentes a diferentes profissões.

Em RESUMO:

- Considerando o referencial de competências a desenvolver no contexto dos programas de educação para o empreendedorismo apresentados pela Comissão Europeia no relatório “Entrepreneurship Education at School in Europe” e as competências desenvolvidas através do programa DNA Cascais Escolas Empreendedoras poderemos constatar que os referidos programas dão um maior ênfase à atitude empreendedora, principalmente à capacidade de iniciativa e trabalho por objetivos. Outros aspetos também valorizados nos referidos programas prendem-se com a capacidade de trabalhar em equipa e de forma autónoma, à capacidade de análise, comunicação e avaliação e o saber identificar oportunidades e criar soluções.

- Em todos os projetos, os professores são uma peça fundamental durante o processo, tendo um papel de destaque junto dos alunos, assumindo-se como figuras de referência no sistema de ensino e no desenvolvimento da personalidade do aluno. Por entender este aspeto, consideramos que é fundamental dirigir também aos professores ações de formação na área do empreendedorismo, mais concretamente como deverão trabalhar competências empreendedoras em contexto de sala de aula (questões como, capacidade de tomada de decisão, criatividade e identificação de problemas/ necessidades/ oportunidades, apresentação e comunicação de soluções, trabalho em equipa, planeamento e gestão de expectativas). Assim sendo e considerando que este é um projeto eficaz de educação para o empreendedorismo, o papel da DNA Cascais junto das escolas envolve todos os atores - pais, escolas, professores, parceiros e empresas do município. Acreditamos que somente com uma abordagem envolvente e transversal será possível qualquer ação de mudança, capaz de gerar resultados positivos para o ecossistema empreendedor e consequentemente para a comunidade.

e) OUTROS DADOS RELEVANTES

Considerando que está a decorrer a atualização do Diagnóstico Social considerou-se pertinente a inclusão de alguns dados preliminares (CEDRU, 2017) que ajudam a ter um retrato da realidade da Infância em Cascais, com a ressalva que de que não são ainda dados finais e publicados:

Reconhecida a importância da participação dos jovens, a Carta Europeia remete para as autoridades locais e regionais a responsabilidade de proporcionar os espaços, meios e apoios necessários para o funcionamento destas estruturas, devendo para tal ser designado um responsável ou comissão que atue como elo de ligação entre os jovens e os representantes locais e regionais eleitos, bem como salvaguardar os direitos destas associações e promover o cumprimento dos seus deveres.

Nas sociedades atuais, os movimentos sociais têm vindo a ganhar uma importância acrescida, a que se associa o facto de, no contexto da grande maioria dos jovens, a influência de um grupo com capacidade de autorregulação é mais eficiente enquanto forma de promoção da inclusão que a imposição social assente na mera autoridade tradicional.

É neste contexto que a questão abaixo aborda o fenómeno do associativismo jovem, pelo que se procura avaliar de que forma os jovens do concelho estão envolvidos nas várias formas de participação cívica. Para tal, recorre-se aos dados do inquérito *online* às entidades, bem como aos inquéritos telefónicos e a dados estatísticos recolhidos no âmbito do Diagnóstico Social de Cascais.

- Questão: “Que associações jovens existem? Quais as oportunidades em termos de cidadania? Qual a adesão dos jovens ao voluntariado, associativismo e ativismo? São envolvidos no processo de tomada de decisão?”:

Aspetos mais relevantes:

- Apesar de existirem várias organizações e associações de jovens no concelho que desenvolvem atividades em várias áreas e domínios de ação, a maior parte dos jovens não mantém uma colaboração frequente com estas entidades
- Das várias formas de associativismo abordadas, o voluntariado e as associações locais (juvenis, desportivas, culturais e recreativas) são aquelas em que os jovens mais se envolvem, em detrimento da participação em partidos políticos e ativismo social

- Os dados recolhidos apontam para uma tendência de concentração dos jovens envolvidos no associativismo local, o que poderá estar relacionado com a existência e localização das associações, bem como com a disponibilidade e predisposição participativa superior de alguns grupos de jovens

❖ **ASPETOS POSITIVOS DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DOS 0-18 ANOS)**

- Mais % de população jovem no concelho
- Maior existência de estruturas de juventude (associações e outras) e de apoio ao setor (públicas e privadas)
- Maior investimento público no setor
- Concentração de jovens no associativismo local
- Impacto positivo dos programas de Educação para o Empreendedorismo em jovens e professores
- Diversidade de meios físicos e digitais de suporte à informação e participação
- O nível de atualização dos meios de proximidade físicos e digitais é bastante elevado ao nível de atividades, informações dos projetos das diferentes áreas, e produção de notícias para os 0-18 anos

❖ **ASPETOS A MELHORAR DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DOS 0-18 ANOS)**

- Capacitar e estruturar redes de grupos formais e informais de jovens
- Fazer um novo levantamento dos bloqueios existentes à participação dos jovens
- Reforçar o trabalho em rede entre os vários intervenientes na área
- Potenciar os mecanismos de participação existentes, como o CMAJ
- Informar e debater sobre as políticas públicas dirigidas aos jovens
- Melhorar e dinamizar todo o conteúdo informativo sobre o município e as atividades específicas de forma pedagógica e com uma linguagem adequada, criando espaço de participação e de interatividade
- Melhorar a divulgação dos diferentes suportes de informação e espaços de participação nas diferentes faixas etárias entre os 0 e os 18 anos
- Meios de proximidade físicos e digitais do município mais acessíveis e mais práticos para as crianças e jovens
- Menor participação política e ativismo social quando comparado com voluntariado e associativismo local

❖ **PROGRAMAS OU PROJETOS DA CÂMARA MUNICIPAL E ENTIDADES DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO**

No quadro que pode ser consultado no anexo 1 apresenta-se o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação dos projetos, ações ou iniciativas da responsabilidade destas entidades que têm como público-alvo as crianças e jovens dos 0 aos 18 anos.

❖ INSTITUIÇÕES DO CONCELHO COM INTERVENÇÃO NA ÁREA DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

Não nos sendo possível uma listagem completa das Instituições que existem atualmente no município com intervenção na área da Família, no anexo 2 pode ser consultado o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação das instituições concelhias com intervenção nesta área. Apesar de não ser exaustivo não deixa de ser dados importantes no sentido de se ter noção global da oferta de respostas.

6.8 Ambiente

❖ CARACTERIZAÇÃO

a. ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

A delimitação das áreas da Estrutura Ecológica Municipal de Cascais baseia-se na Rede Ecológica Metropolitana e está em consonância com os objetivos expressos no PROT-AML.

A EEM tem como objetivo garantir o desenvolvimento sustentável e o ordenamento do território concelhio, permitindo oportunidades, designadamente no que se refere à requalificação urbana, de fruição de bens naturais, culturais, patrimoniais e paisagísticos e a novas perspetivas de lazer e de turismo, a par da proteção dos recursos naturais, indispensáveis à sustentabilidade ambiental do território.

As diferentes componentes da EEM integram as seguintes categorias de qualificação do PDM-Cascais:

1. Estrutura Ecológica Fundamental (solo rural), que integra:
 - a) Espaços Naturais de Nível 1 (englobando a REN – Reserva Ecológica Nacional, RAN – Reserva Agrícola Nacional e áreas sujeitas a regime de proteção do Parque Natural Sintra-Cascais);
2. Estrutura Ecológica Complementar (solo rural), que integra:
 - a) Espaço Natural de Nível 2 (englobando áreas que apresentam valor elevado ou muito elevado de solo, vegetação ou paisagem);
 - b) Aglomerados Rurais (Áreas de Intervenção Delimitada do POPNSC – Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais)
3. Estrutura Ecológica Urbana (solo urbano), que integra:
 - a) Espaço Natural de Nível 3 (áreas de RAN – Reserva Agrícola Nacional em contexto urbano);
 - b) Espaço Verde de Recreio e Produção;
 - c) Espaço Verde de Proteção e Conservação;
 - d) Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas.

Estes espaços representam mais de 40% do território municipal e as suas áreas estão especificadas no

Quadro 44.

Quadro ocupadas diferentes

CLASSIFICAÇÃO	QUALIFICAÇÃO	TIPO	ÁREA ha	% total concelho
Solo Rural	Espaço Natural	Espaço Natural Nível 1	3.116,15	32,00
Solo Rural	Espaço Natural	Espaço Natural Nível 2	319,30	3,28
Solo Rural	Espaço Natural	Espaço Natural Nível 3	106,40	1,09
		Total EN	3.541,85	36,27
Solo Urbano	Espaço Verde	Espaço Verde de Recreio e Produção	309,24	3,18
Solo Urbano	Espaço Verde	Espaço Verde de Proteção e Conservação	175,54	1,80
Solo Urbano	Espaço Verde	Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas	96,30	0,99
		Total EV	581,08	5,97
		Total	4.122,93	42,34

44 - Áreas pelas

componentes da EEM por respetiva categoria de qualificação Fonte: DSTI Cascais e DPE/DORT (2016).

Com base na delimitação destas componentes da EEM identificaram-se os corredores ecológicos, que coincidem com as áreas de maior valor ecológico e patrimonial.

Estas estruturas devem ser concretizadas através da implementação do **Plano de Ação da EEM** que constitui um referencial para o desenvolvimento das diversas ações programadas.

A promoção da paisagem, dos habitats naturais e da biodiversidade associada, tal como da qualidade de vida nos perímetros urbanos, depende do sucesso da implementação das ações de gestão da Estrutura Ecológica no terreno, sendo as oportunidades de intervenção prioritárias identificadas no Programa de Execução do PDM-Cascais.

Este conjunto de ações permite, a médio e longo prazo, a integração das áreas humanizadas nos sistemas naturais de forma sustentada, promovendo a conectividade entre a malha urbana e o espaço rural e, simultaneamente, a consciencialização para a preservação do património local.

Recomendação	Descrição	Linha de Ação
R1	Recuperar as ribeiras e áreas adjacentes, promover a conectividade entre as bacias hidrográficas e a biodiversidade, compatibilizando com o acesso e o recreio	LA1. Recuperação de galerias ripícolas e áreas adjacentes
R2	Salvaguardar os habitats prioritários para a conservação pelo seu valor excepcional, raridade ou singularidade	LA2. Conservação de formações dunares e de arribas
R3	Estabelecer a conectividade entre habitats, reduzir a fragmentação e reconstruir uma paisagem multifuncional	LA3. Manutenção do mosaico de matos e prados vivazes
R4	Constituir novos corredores ecológicos que permitem a ligação entre espaço urbano e espaço natural	LA4. Criação de bosques
		LA5. Manutenção de espaços de proteção e enquadramento
R5	Recuperar os espaços verdes urbanos existentes, com contextos atuais e de referência	LA6. Requalificação de parques urbanos e jardins existentes
R6	Criar novos espaços de recreio e lazer acessíveis e adequados às necessidades atuais	LA7. Conceção de parques urbanos e jardins
R7	Recuperar e manter a paisagem local salvaguardando o património histórico e cultural	LA8. Restituição da multifuncionalidade da paisagem
		LA9. Requalificação de estruturas tradicionais agrícolas
R8	Constituir uma rede de percursos que promovam a mobilidade sustentável	LA10. Criação de uma rede de mobilidade suave
R9	Requalificar o espaço urbano e elementos singulares	LA11. Regeneração do Espaço Público
		LA12. Recuperação de elementos singulares
		LA13. Valorização do conjunto arquitetónico

Figura 62 - Plano de Ação da EEM, Linhas de Ação prioritárias. Fonte: PDM - Cascais, Relatório (2015)

No âmbito da revisão do PDM-Cascais e com base no estudo de acessibilidade, disponibilidade e necessidade de espaços verdes (Relatório de análise da Estrutura Ecológica, Agência Cascais Natura, 2010), que assinala as áreas do Concelho que, pela sua densidade populacional, tipologia habitacional e inexistência de espaços verdes, evidenciam uma maior necessidade de espaços de recreio e lazer, foram identificados espaços livres em tecido urbano (ou adjacentes) que permitam, quanto possível, colmatar essa carência.

a) ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS

As áreas verdes urbanas públicas no concelho de Cascais contabilizam um total de cerca de 841 ha, destacando-se a mancha municipal de 27,740Km² (aproximadamente 1/3 da área do concelho), que integrou em 1993 a rede nacional de áreas protegidas e que atualmente integra o Parque Natural Sintra-Cascais, distribuído pelos concelhos de Sintra e Cascais, num total de 144Km². Esta área rege-se por regulamentação própria, tendo por objetivo a proteção dos espaços naturais e paisagens, preservação das espécies de fauna e flora, manutenção dos equilíbrios ecológicos e proteção dos recursos naturais.

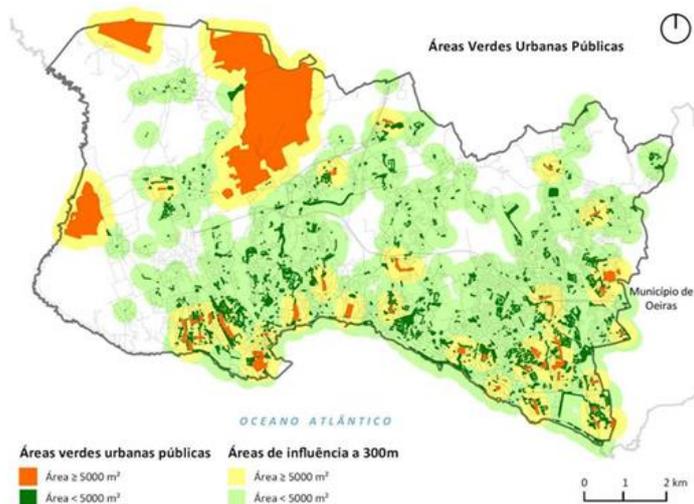


Figura 63 – Áreas urbanas públicas e respetivas áreas de influência

Inseridos na estratégia definida na Estrutura Ecológica Municipal, os parques urbanos de Cascais e equipamentos de jogos e recreio representam uma enorme aposta efetuada pela autarquia, na criação de espaços de qualidade, com mais valias ecológicas e sociais primando pelo envolvimento da comunidade, nomeadamente das camadas mais jovens.



Figura 64 – Estrutura Ecológica de Cascais



Figura 65 – Áreas verdes municipais

Regularmente, são realizadas nestes espaços naturais de Cascais atividades de **sensibilização ambiental envolvendo as crianças**, através da dinamização de ateliês temáticos, palestras, jogos lúdico-pedagógicos, passeios interpretativos e ações de voluntariado. Todas estas atividades poderão ser realizadas em contexto escolar ou familiar.

De forma a promover estilos de vida mais sustentáveis, a maioria das escolas do município possuem **hortas escolares**, para exploração pedagógica, realizando um trabalho conjunto com toda a comunidade escolar. Estas hortas estão a ser replicadas por todo o concelho através da implementação de um programa de **hortas comunitárias**, que promovem a agricultura sustentável local, praticada em modo biológico, fomentando a biodiversidade em meio urbano, o contacto entre munícipes e a agricultura urbana. Estes espaços integram espaços verdes públicos e zonas de recreio, cujo solo tem aptidão agrícola (conforme análise que resultou na carta de aptidão agrícola e florestal para o concelho de Cascais), contabilizando cerca de 20.500m², distribuídos por 18 espaços, abrangendo 346 agregados familiares, onde as crianças desempenham um papel muito ativo.

Atualmente Cascais dispõe de diversos **espaços naturais e de jogos e recreio para usufruto das crianças**, distribuídos pelas diferentes freguesias do concelho. A destacar:

- 108 Parques Infantis;
- 4 Circuitos de Manutenção;
- 2 Parques de Natureza;
- 4 Parques Históricos;
- 1 Parque Temático;

- 2 Viveiros de Plantas e árvores;
- 7 Parques urbanos;(<http://www.cm-cascais.pt/parques-urbanos>)
- 9 Jardins de média dimensão
- 1 Parque Natural Sintra Cascais
- 580 Espaços verdes de enquadramento residencial propícios a atividades de crianças jovens e adultos.

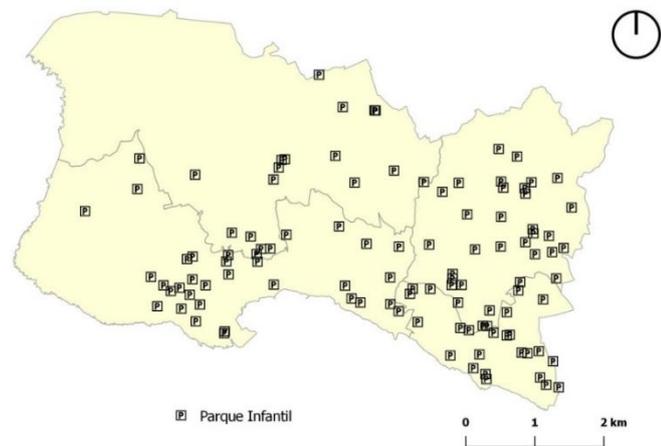


Figura 66 – Parques Infantis municipais

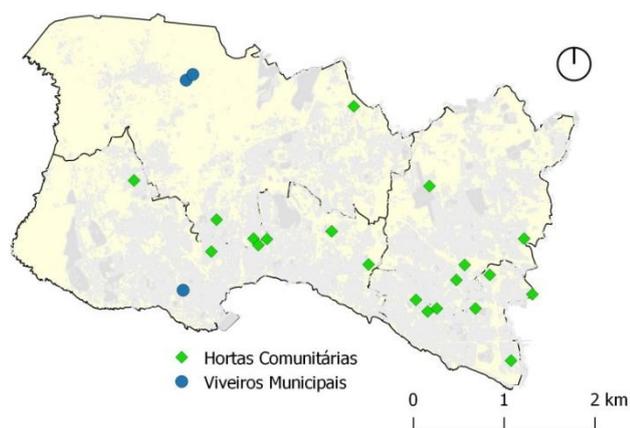


Figura 67 – Viveiros e Municipais e Hortas Comunitárias

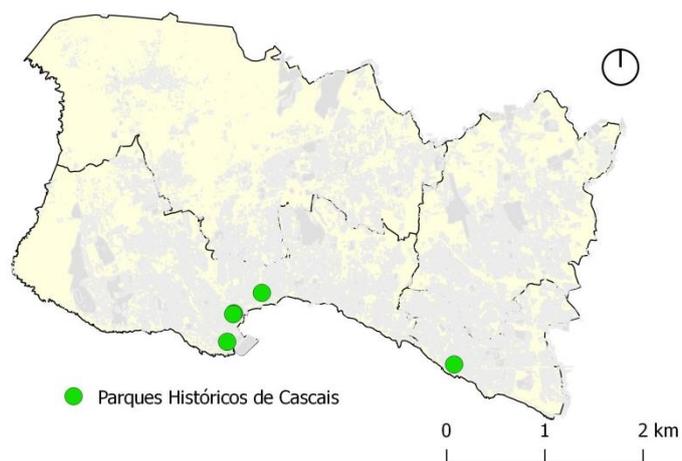


Figura 68 – Parques Históricos de Cascais

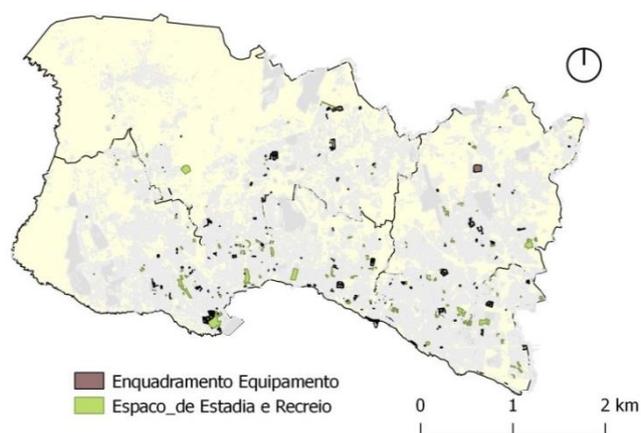


Figura 69 – Áreas de enquadramentos com equipamentos e estadia e recreio

Fontes: www.cm-cascais.pt/parques-urbanos; <http://www.cascaisambiente.pt/pt/espacos/parques-jardins>; SigWeb V2

❖ **ASPETOS POSITIVOS DO AMBIENTE NO CONCELHO DE CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DOS 0-18 ANOS)?**

- A existência de consideráveis áreas em quarteirões residenciais, onde existe áreas de estadia e recreio,
- Existência de Parques Infantis com manutenção em todo o conselho, inseridos em parques ou em zonas de enquadramento residencial;

- A polivalência de espaços onde é possível crianças e jovens brincarem e ao mesmo tempo adquirirem a componente ambiental e cultural ex. (hortas comunitárias inseridas em parques urbanos com equipamentos de jogo e parques infantis)
- A presença da Serra de Sintra e o parque Natural Sintra Cascais, são uma mais valia para qualquer idade;
- O equipamento de Fitness, manutenção, e outros inseridos em espaços verdes parques e jardins do concelho
- Equipamento / ofertas que o litoral tem para as crianças: Campos Desportivos; Centro de Interpretação Ambiental da Pedra do Sal (CIAPS); Rede de Museus; Escolas de Práticas Náuticas; WI-FI; Tiralô; Programa Maré Viva; Piscinas Oceânicas; Atividades de Sensibilização Ambiental; Percursos Interpretativos; Postos de 1ºs Socorros; Segurança de Nadadores Salvadores em época alargada 1 Maio a 30 de Setembro, Zona Protegida das Avenças (Reserva Natural – AMPA).
- Praias e litoral: Boa rede de transporte para as praias; Segurança, Pulseiras identificativas das crianças (PSP e Maré Viva); Programa Maré Viva; Limpeza Areal; Praias Acessíveis para Deficientes Motores;.

❖ **ASPETOS A MELHORAR DO AMBIENTE NO CONCELHO DE CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DOS 0-18 ANOS)?**

- A falta de ligação entre os parques históricos, de Natureza, de aventura, no que respeita aos transportes públicos, é algo que em parte priva a população de se deslocar, recaindo em parte nas zonas de enquadramento residencial.
- Uma maior e melhor promoção ao nível escolar, de forma a incutirem o interesse da criança nos projetos ao nível do concelho e a deslocações a espaços existentes, que permita crianças e jovens a usufruírem desses mesmos espaços.
- Não existem dados relativos ao uso das praias de Cascais pelas Escolas ou pelas Crianças
- A melhorar no litoral: Parque Infantil Crianças Areal; Bicicletas Crianças e equipamento para transporte de bebés na Bicicleta; Estacionamento próprio para carrinhos de bebé junto aos acessos do areal; Lugares reservados para famílias numerosas; Menus Saudáveis para Jovens nos concessionários; Maior oferta de campos de férias com preços mais acessíveis, com abrangimento da faixa etária mais baixa; Maior utilização da imagem dos Cascalitos; Criação de uma página de Facebook das praias de Cascais; Colocação de informação sobre as horas seguras para a exposição solar.
- Ouvir as opiniões das crianças e jovens sobre o que acham que deve melhorar. Por exemplo, em relação às praias: Envio de inquérito para as escolas; Inquérito na Página WEB CMC; Empresa de auditoria; Jogo de questionário para crianças; Inquéritos realizados pelo programa Maré Viva; Aquando da abertura do WI-FI gratuito nas praias aparecer um questionário rápido de 2 perguntas; Realização de um jogo com perguntas com oferta de brinde.

❖ **PROGRAMAS OU PROJETOS DA CÂMARA MUNICIPAL E ENTIDADES DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO**

No quadro que pode ser consultado no anexo 1 apresenta-se o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação dos projetos, ações ou iniciativas da responsabilidade destas entidades que têm como público-alvo as crianças e jovens dos 0 aos 18 anos.

❖ **INSTITUIÇÕES DO CONCELHO COM INTERVENÇÃO NA ÁREA DO AMBIENTE**

Não nos sendo possível uma listagem completa das Instituições que existem atualmente no município com intervenção na área da Família, no anexo 2 pode ser consultado o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação das instituições concelhias com intervenção nesta área. Apesar de não ser exaustivo não deixa de ser dados importantes no sentido de se ter noção global da oferta de respostas.

6.9 Segurança, Mobilidade e Acessibilidade

❖ CARACTERIZAÇÃO

Identificam-se nesta secção a caracterização das seguintes áreas:

- a) Segurança e Proteção Civil
- b) Mobilidade
- c) Transportes
- d) Acessibilidades
- e) Espaço Público, Reabilitação E Regeneração Urbana

No final de cada caracterização apresentam-se os aspetos positivos e a melhorar, tendo em vista a melhoria do bem-estar e qualidade de vida das crianças e jovens.

a) **SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL**

I. **A Polícia Municipal de Cascais**

Na prossecução das suas atribuições legais, é competente em matéria de fiscalização do cumprimento dos regulamentos municipais e demais diplomas legais, desenvolvendo, simultaneamente, uma ação proativa na segurança local (nas suas diversas valências), no desiderato final da manutenção e melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes.

A Polícia Municipal de Cascais apresenta, sumariamente, as suas áreas de atuação:

- **Segurança:** Integra, em situação de crise ou de calamidade pública, os serviços municipais de proteção civil; denuncia os crimes que tiverem conhecimento no exercício das suas funções e elabora respectivo auto de notícia, bem como, adota os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, até à chegada do órgão de polícia criminal competente; detém e procede à entrega imediata à autoridade judiciária ou a entidade policial, os suspeitos de crime punível com pena de prisão em caso de flagrante delito, nos termos da lei processual penal;
- **Policiaamentos:** Vigia os espaços públicos ou abertos ao público, designadamente de áreas circundantes de escolas; adota as providências organizativas apropriadas aquando da realização de eventos na via pública, que impliquem restrições à circulação rodoviárias; intervém em programas de prevenção destinados a públicos-alvo, designadamente, junto às escolas ou grupos específicos de munícipes;
- **Trânsito:** Regula e fiscaliza o trânsito rodoviário na área de jurisdição municipal; vigia os transportes urbanos locais; fiscaliza o cumprimento do Código da Estrada; deteta as viaturas abandonadas na via pública e promove a remoção de viaturas abandonadas para depósito municipal;

- **Saúde Pública:** Promove medidas de fiscalização geral no propósito de evitar ou suprir situações de insalubridade pública; fiscaliza o registo e licenciamento de canídeos (perigosos e potencialmente perigosos); sinaliza e acompanha as equipas camarárias na captura de animais errantes;
- **Defesa e proteção da natureza e do ambiente:** Vigia o Parque Natural Sintra-Cascais (mormente, na época de prevenção de fogos), jardins municipais e demais espaços verdes públicos, sob tutela camarária; fiscaliza as normas repetantes às espécies arbóreas protegidas;
- **Património municipal:** Vigia os edifícios e equipamentos públicos municipais, ou outros temporariamente à sua disposição; promove a desocupação dos fogos municipais ocupados abusivamente; cria as condições de segurança necessárias para a execução dos despejos deliberados pela Câmara; apoia as ações de realojamento em perfeita articulação como os outros serviços camarários;
- **Urbanismo e da construção:** Fiscaliza a legalidade das obras urbanísticas; levanta os autos de notícia correspondentes às contraordenações; promove, executa e fiscaliza as ordens de embargo; executa os atos administrativos das autoridades municipais; elabora inquéritos e processos de contraordenação;
- **Comércio e abastecimento:** Acompanha as Inspeções Sanitárias, aos estabelecimentos, promovidas pelo veterinário municipal e Delegação de Saúde; fiscaliza o respeito do horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, bem como, o licenciamento da exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão; promove ações de fiscalização das atividades de venda ambulante;
- **Espaço público:** Fiscaliza a ocupação da via pública pelo mobiliário urbano, pelos meios de publicidade e todas as atividades conexas (cargas e descargas, manutenção de bolsas de estacionamento, a ocupação de via pública com tapumes, andaimes, depósitos de materiais e equipamentos e contentores para realização de obras); fiscaliza e acompanha as intervenções na via pública, designadamente obras e outras operações urbanísticas; sinaliza, oficiosamente, todas as situações que reclamem a manutenção/reparação do espaço público;
- **Diligências processuais:** Procede à execução de comunicações, notificações, pedidos de averiguações e a audição por ordem das atividades judiciais e dos órgãos municipais;
- **Suporte à ação social:** sinaliza, acompanha e encaminha situações que necessitam de intervenção social (v.g. sinalização dos sem-abrigo, acompanhamento da distribuição das refeições sociais);

II. Serviço Municipal de Proteção Civil

O **SMPC** é a estrutura municipal incumbida de executar a política municipal de segurança no âmbito da proteção civil no concelho de Cascais

Criado a 28 de Outubro de 1987, tem por **missão** executar e coordenar a política municipal de proteção civil, nomeadamente na prevenção, preparação, resposta e recuperação a acidentes graves, e catástrofes, promovendo a proteção e o socorro das populações, dos bens, do património e do ambiente no concelho de Cascais.

A proteção de pessoas e bens tem sido uma preocupação e reflexo disso foi a importância dada a essa temática na Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). Enquanto instrumento de gestão territorial, o PDM assumiu-se como um dos instrumentos mais adequados para, de forma preventiva ou antecipada, enfrentar situações de risco, para o efeito, incorporou medidas para a sua prevenção, mitigação e redução.

Face ao exposto, importa avaliar situações como a evolução do número de ocorrências relacionadas com perigos naturais, antrópicos e tecnológicos, a evolução do volume de população exposta a determinadas situações de perigo, bem como o número de ações/medidas desenvolvidas para mitigar os riscos existentes. Foi recolhida alguma informação relativa a esta matéria, para o 1º semestre de 2016, no entanto, a mesma não permite, ainda, aferir qualquer tendência evolutiva.

Para além de indicadores que permitam avaliar a evolução de situações resultantes de perigos naturais, considerou-se que seria importante perceber a evolução dos níveis de criminalidade no Concelho, uma vez que a mesma muito contribui para a sensação de segurança das populações.

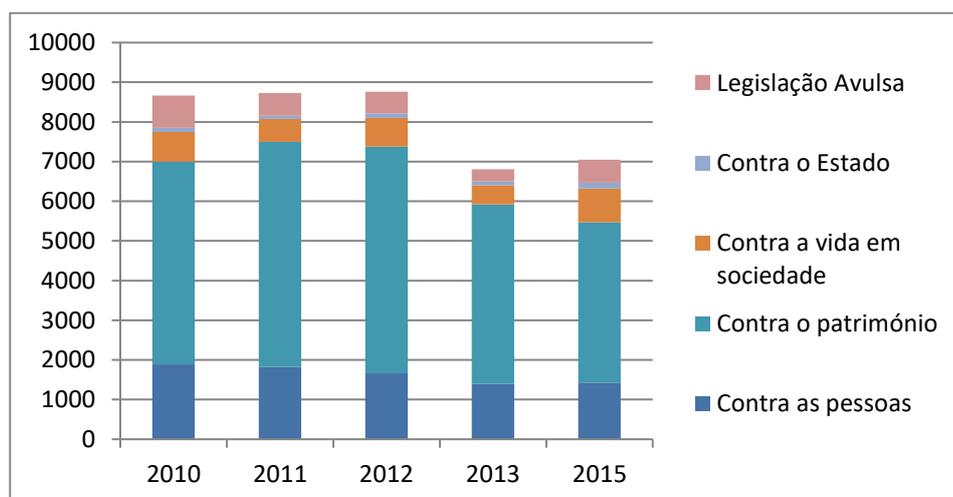


Figura 70 – Evolução da criminalidade. Fonte: Pordata

Assim sendo, procurou-se medir a evolução do número de crimes registados. Verifica-se que, e de acordo com os dados recolhidos, depois de 2012 se assistiu a uma redução significativa do número de crimes. Se em 2012 o número total de crimes se cifrava nos 8 758, no ano de 2015 este mesmo valor desceu para os 7 046.

Atendendo à reconhecida vocação turística do Concelho, no futuro, pretende-se, que venha a ver possível recolher informação relativa ao número de ocorrências registadas pelas forças de segurança, que

resultaram em serviço prestado aos turistas, bem como o número de ações, com intervenção das forças de segurança, desenvolvidas nas praias, no entanto, não foi possível, ainda, coligir a mesma.

Relativamente à suscetibilidade a perigos naturais, antrópicos e tecnológicos, conforme já referido, os dados recolhidos são incipientes e não permitem avaliar tendências.

No âmbito da Proteção Civil, importa ainda salientar que, com o intuito de promover a cultura de segurança junto das populações tem havido uma aposta crescente na formação e sensibilização da população.

Considera-se que cada indivíduo, enquanto membro ativo da sociedade, deve fazer valer o seu papel de agente de Proteção Civil participando ativamente no sistema e que a forma de cada um poder intervir é, em primeiro lugar, estar bem informado no que respeita aos riscos existentes e aos procedimentos a adotar, caso cada um deles aconteça. Neste sentido, a Proteção Civil tem tido um papel fundamental na transmissão de informação capaz de dotar a população de conhecimentos básicos, permitindo-lhe a sua autoproteção e a prestação de socorro a quem dele necessite.

Para o efeito, o Serviço Municipal de Proteção Civil através da Divisão de Prevenção e Sensibilização tem desenvolvido diversas ações, sobretudo junto das escolas do concelho, sensibilizando desta forma a comunidade escolar para a importância de uma verdadeira cultura de segurança. Todos os anos é apresentado às escolas o programa de sensibilização, que engloba um conjunto de atividades, designadamente:

1. Atividades desenvolvidas em Parceria com a Divisão de Desporto, nomeadamente o Passeio de Aventura durante o qual a sensibilização incide na necessidade de “Proteger a Floresta” e a Semana da Canoagem durante a qual a sensibilização alerta para a necessidade de haver “Segurança na Praia”.
2. A Semana da Proteção Civil, que tem como objetivos dar a conhecer os agentes de proteção civil e respetivas valências; sensibilizar a população para adoção de comportamentos de segurança; identificar procedimentos corretos em situação de evacuação e testar a capacidade de resposta da população face a situações de emergência e aumentar a capacidade de resiliência da população, através do conhecimento de medidas de autoproteção.
3. Ação “Proteger a floresta”, através da qual a Divisão de Prevenção e Sensibilização vai aos estabelecimentos escolares do concelho, utilizando a mais-valia da equipa de Sapadores Florestais, para proceder à plantação de espécies arbóreas autóctones e dar a conhecer a atividade desenvolvida na Serra de Sintra, realçando a importância da preservação do património florestal, bem como as medidas a adotar para evitar os fogos florestais.
4. Ação “Instabilidade de arribas e riscos associados ao relevo”, que serve para transmitir conhecimentos relativos à geomorfologia e respetivas medidas de autoproteção.

5. Projeto “Riscos associados ao Relevo e ao ordenamento do território”.
6. Ação de sensibilização sobre” Sismos/ incêndios e exercício de evacuação”, este último nas escolas que tenham Medidas de Autoproteção aprovadas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Para a população em geral e para os técnicos da área, são organizados Encontros Técnicos, sobre temáticas relacionadas com a Proteção Civil.

Ação	Nº de Ações	Participantes
Sensibilização “Riscos associados ao Relevo e ao Ordenamento do Território”	11	330
Aula de Campo “Riscos associados ao relevo e ao ordenamento do território”	11	330
Exposição “Geologia Território e Riscos”	1	2500
Semana da Proteção Civil 2017 (Visitas marcadas)	1	1366
Seminário “Comunicações, Aviso e Alerta”	1	120
Sensibilização “Proteger a Floresta”	29	700
Sensibilização “Segurança na Praia”	21	505
Sensibilização “Instabilidade de arribas”	3	90
Sensibilização “Kit de Emergência”	6	150
Sensibilização” Segurança nas férias”	1	40

Figura 71 - Sensibilização promovida pelo SPC em 2017. Fonte: SPC / CMC

Importa ainda referir que, das ações de sensibilização identificadas no quadro, e melhor explicitadas acima, com exceção da Semana da Proteção Civil, que teve um custo de 1 506.01€, nenhuma das outras ações referidas teve custos associados.

❖ **ASPETOS POSITIVOS DA SEGURANÇA E PROTEÇÃO EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DOS 0-18 ANOS)?**

- As ações de sensibilização são adequadas à faixa etária de cada criança, algumas das quais são realizadas na escola, indo ao encontro dos conteúdos programáticos, com o objetivo de alertar para as medidas de autoproteção a adotar.
- Inauguração em setembro de 2017 da Escola municipal de Proteção Civil.
- Dá as noções básicas às crianças que devem ter em caso de incidente/emergência.
- Permite alertá-las dos perigos existentes na via pública, em casa, na escola e os cuidados a adotar.

❖ **ASPETOS A MELHORAR DA SEGURANÇA E PROTEÇÃO EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DOS 0-18 ANOS)?**

- Muitas ações são realizadas fora do recinto escolar, assim existe a necessidade de garantir o transporte das crianças, há que ter em conta que o nº de alunos por turma tem vindo a aumentar, impedindo o transporte de mais de uma turma nos autocarros de 54 lugares.

III. MOBILIDADE

A informação que se seguida se transcreve foi extraída do ETAC - Estudo de Trânsito de Âmbito Concelhio para Cascais.

As **infraestruturas pedonais** estão dispersas por todo o território concelhio e materializadas numa rede de passeios que acompanha a rede viária, sobretudo nos bairros com maior consolidação urbanística.

A **qualidade da rede pedonal** do concelho de Cascais é diferente em função da zona que se considera; no litoral, a rede pedonal apresenta boas condições de acessibilidade, por oposição a uma menor qualificação das redes pedonais no interior do concelho (a Norte), as quais, muitas vezes não estão devidamente infraestruturadas (vias sem passeios e condições precárias de atravessamento), traduzindo a menor consolidação urbana de vários bairros de Cascais.

Nos últimos anos, o investimento da CMC nas redes pedonais tem sido significativo, traduzindo-se na construção de quase 20 km de vias pedonais ao longo da costa do concelho.

Para além dos percursos pedonais litorais, existem ainda outras zonas em que a qualidade dos espaços de circulação pedonal deve ser destacada.

Entre estas, cumpre destacar a qualidade urbana da Vila de Cascais, a ligação entre a praia e a estação de Carcavelos ou a Alameda do Casino do Estoril.

Pelo Código da Estrada a circulação em bicicleta é livre na generalidade das vias, à exceção das auto-estradas e vias rápidas. Todavia, a reduzida prática da utilização da bicicleta pela população em geral (em contextos rodoviários) tem levado ao desenvolvimento de infraestruturas segregadas em diversos concelhos, incluindo em Cascais.

Atualmente, a **rede ciclável de Cascais** tem cerca de 13,4 km. Esta concentra-se na zona ocidental do concelho (nomeadamente na ligação de Cascais ao Guincho), e tem sobretudo uma função turística e de lazer (MobiCascais).

A rede ciclável é composta por 3 circuitos, no Guincho, Areia e centro de Cascais. Existe ainda um quarto circuito previsto em Carcavelos o qual se irá desenvolver ao longo da Av. Jorge V, estabelecendo a ligação à praia, ao Hotel Praia Mar e ao Centro de Ténis de Carcavelos (MobiCascais).

Com exceção do circuito urbano da Vila de Cascais, os circuitos atuais desenvolvem-se junto à costa, sendo frequentemente utilizados nos dias úteis pela população turística, mas sobretudo aos fins de semana pela população residente em Cascais ou noutros concelhos.

Globalmente, Cascais é deficitário em infraestruturas de estacionamento de bicicletas. De todas as estações da CP apenas a estação de Cascais dispõe de estacionamento de bicicletas. Muitas das principais infraestruturas (e.g., Centro de Saúde de Cascais) não dispõem deste tipo de equipamentos, sendo de recomendar que, a CMC considere a introdução de investimentos nesta área.

Cascais oferece ainda o serviço BiCas (Bicicletas da CMC), o qual permite que residentes e visitantes do concelho tomem de empréstimo as bicicletas municipais.

Uma das alterações mais comumente referidas quando se fala da **fluidez do tráfego rodoviário**, diz respeito à diferença sentida pelo facto de ser (ou não) período escolar, sendo reconhecido que, no período das férias escolares, os focos de congestionamento reduzem-se ou desaparecem, aspeto este que

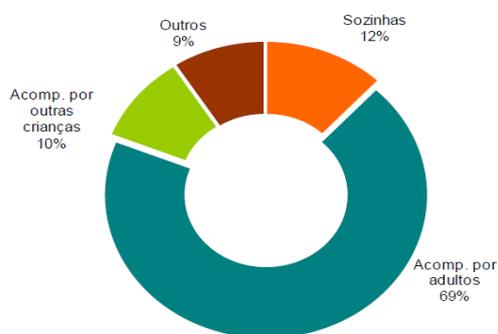
está associado à **cada vez maior dependência das crianças relativamente aos adultos (ou ao automóvel) nas suas deslocações casa-escola.**

Por forma a avaliar este fenómeno, e uma vez que o IM apenas abrange as crianças com mais de 14 anos, optou-se por incluir um bloco de caracterização da mobilidade das crianças entre os 10 e os 14 anos presentes no agregado dos inquiridos. A opção de se considerar apenas as crianças com mais de 10 anos, tem que ver com o facto de se admitir que, a partir desta idade, as crianças têm já maior autonomia para se deslocar sem a companhia de um adulto nas deslocações casa-escola. Para tal, o inquérito incluía **duas questões**:

- Se esta(s) criança(s) se deslocam sozinhas ou acompanhadas;
- Qual o modo de transporte utilizado nas deslocações casa-escola?

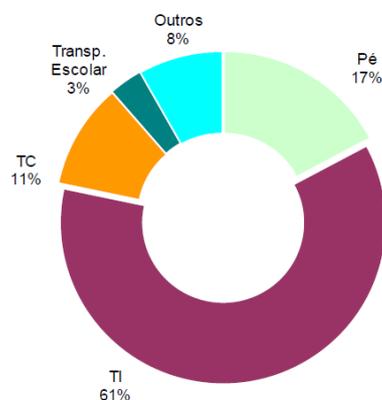
As respostas a estas duas questões são representadas na Figura 32 e Figura 33. Da sua análise é possível destacar as seguintes conclusões:

- Menos de um quarto das crianças entre os 10 e os 14 anos viaja sem a companhia de um adulto: 12% deslocam-se sozinhas e 10% na companhia de outras crianças;
- A maior parte das deslocações casa-escola são realizadas em transporte individual (61%);
- O modo pedonal é utilizado por 17% das crianças residentes em Cascais, enquanto cerca de 11% utiliza o transporte coletivo. Aqui cumpre destacar que, a população entre os 10 e os 14 anos, apresenta níveis de utilização do TC e do modo pedonal, inferiores à média do concelho, o que reflete a forte dependência desta população face ao automóvel.



Fonte: Inquérito à Mobilidade, TIS/Multidados, 2009

Figura 32 – Autonomia de deslocação das crianças com idade entre os 10 e os 14 anos nas deslocações casa-escola

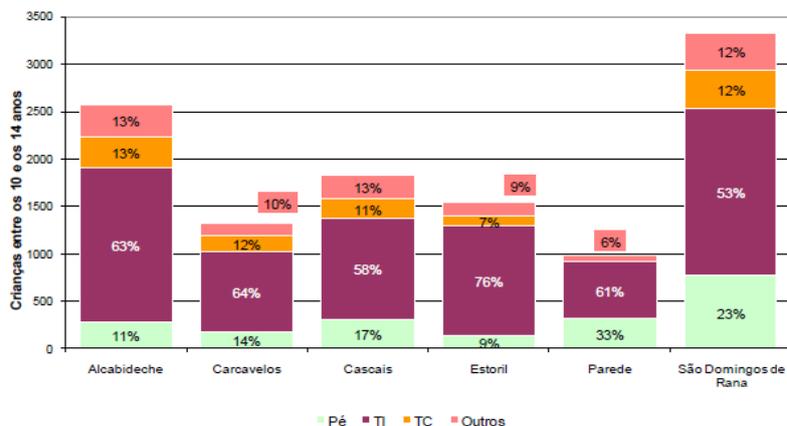


Fonte: Inquérito à Mobilidade, TIS/Multidados, 2009

Figura 33 – Modo de transporte utilizado pelas crianças com 10-14 anos nas deslocações casa-escola

O peso das deslocações em transporte individual desta população pode dever-se ao facto de uma parte significativa da população escolar de Cascais frequentar estabelecimentos de ensino privado (em 2001, a percentagem de alunos no ensino privado era de 45%), mas este não é o único aspeto a concorrer para este resultado, já que resultados semelhantes foram obtidos em cidades em que o peso do ensino privado não é tão elevado. Nesse sentido, importa avaliar em que medida será possível “amortecer” a dependência da população escolar face aos adultos (e aos seus automóveis), uma vez que este fenómeno tem impactes diretos nos fluxos de tráfego no concelho, mas sobretudo, contribui para o aumento da dependência das crianças relativamente ao automóvel.

Na Figura 34 apresenta-se esta análise desagregada para o nível da freguesia; as freguesias da Parede (33%) e São Domingos de Rana (23%) são aquelas em que as proporções de deslocações a pé são mais expressivas; pelo contrário, apenas 9% dos alunos do Estoril e 11% dos alunos de Alcabideche realizam as suas viagens casa escola a pé.



Fonte: Inquérito à Mobilidade, TIS/Multidados, 2009

Figura 34 – Modo de transporte utilizado pelas crianças com 10-14 anos nas deslocações casa-escola, por freguesia

EM SUMA

- Nos períodos de férias escolares o tráfego rodoviário apresenta níveis de fluidez mais elevados.
- Neste sentido importa avaliar em que medida será possível “amortecer” a dependência da população escolar face aos adultos (e aos seus automóveis), uma vez que este fenómeno tem impactes diretos nos fluxos de tráfego no concelho, mas sobretudo, contribui para aumentar a dependência das crianças face ao automóvel.
- Neste domínio é fundamental envolver a comunidade escolar (escolas, pais e alunos) no processo de avaliação e de desenvolvimento de soluções que contribuam para o aumento da autonomia das crianças/pré-adolescentes, até porque dificilmente se captam para outros modos de transporte as crianças que sempre viajaram em automóvel.
- Tendo em consideração a dimensão do concelho de Cascais importa estabelecer níveis de prioridade de intervenção para a qualificação das redes pedonais (e clicáveis), com o aumento das oportunidades dos meios alternativos e de menor impacto ambiental, gerando oportunidades para que as crianças e os jovens possam caminhar, ir de bicicleta ou utilizar o serviço de transportes coletivos em condições adequadas de conforto e segurança e com a aplicação de medidas de contenção e restrição de utilização do carro.

EMPRESA MUNICIPAL CASCAIS PRÓXIMA

A Empresa Municipal Cascais Próxima tem por objeto a promoção do desenvolvimento local e a prestação de serviços de interesse geral nas áreas da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas

urbanas, espaços exteriores e de equipamentos, da gestão de património edificado, da mobilidade e da prestação de serviços de educação na área da eficiência energética, e nos domínios: Desenvolvimento Local e Prestação de Serviços de interesse geral, bem como todas as atividades acessórias necessárias à boa realização do seu objeto.

De forma a **assegurar a segurança na mobilidade dos munícipes**, nas diversas faixas etárias, o município de Cascais aposta na requalificação do espaço público, nomeadamente junto das zonas envolventes das escolas do concelho, bem como na gestão do estacionamento, ordenando-o, impedindo o estacionamento abusivo, nomeadamente em cima de vias pedonais e cicláveis.

Outras das preocupações do município é de assegurar a mobilidade dos utilizadores do paredão, nomeadamente jovens, durante todo o ano, requalificando o passadiço bem como os acessos às praias.

Recentemente o município de Cascais alargou o seu âmbito de atuação, à **área das limpezas**. Desde este ano letivo, 2016/2017, que o município de Cascais, através da empresa municipal Cascais Próxima, atua em 28 escolas públicas do Concelho que abrangem jardins-de-infância, escolas do 1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundárias, contribuindo assim para assegurar as melhores condições a todos os que diariamente usufruem destes locais. Para além deste âmbito o município de Cascais, desde março de 2014 também tem a responsabilidade das limpezas nas instalações municipais ou sob gestão municipal, onde estão incluídos nomeadamente os wc's públicos que dão apoio às praias do nosso Concelho, frequentemente utilizados por crianças e jovens.

Na área da mobilidade recentemente foi criado o **MobiCascais**. Trata-se do sistema de gestão de mobilidade integrada do Concelho que procura oferecer um conjunto diversificado e flexível de soluções de mobilidade e serviços que vão de encontro às necessidades dos residentes, estudantes, empresários, trabalhadores e visitantes do concelho. Neste âmbito e para além do objetivo de aumentar o número de passageiros no trajecto casa/trabalho-escola/casa que se deslocam em transportes públicos, o município até ao final do ano de 2017 compromete-se com a construção de mais de 70km de ciclovias e vias cicláveis de forma a proporcionar uma maior segurança aos ciclistas, bem como num aumento significativo das deslocações em bicicleta.

Paralelamente a empresa promoveu o sistema de gestão integrada e rede de bicicletas com oferta de lugares de **Bike Sharing e Bike Parking**, tendo estabelecido parcerias para a construção de novas estações no concelho e de um sistema de gestão e aplicações digitais, para o utilizador, que permitirão reduzir o congestionamento no espaço público, disponibilizar meios e facilitar acessos de forma rápida e intuitiva, nomeadamente às famílias e aos jovens estudantes, aumentando a eficiência energética e a otimização dos custos de deslocação.

Ainda no âmbito da mobilidade a empresa municipal Cascais Próxima, no âmbito dos seus estatutos deu início ao desenvolvimento de 3 projetos destinados à população jovem do concelho, nomeadamente:

1. Projeto para acompanhamento do trajeto casa/escola (Nome a definir);
2. Escola itinerante (Nome a definir);
3. Espaço de formação Rodoviária (Nome a definir).

→ O 1º trata-se de um projeto em desenvolvimento que terá início no ano letivo 2017/2018. É destinado aos estudantes do concelho de cascais, entre o 1º ciclo e o 2º ciclo, e tem como principal objetivo o de promover uma mobilidade suave, segura e autónoma no percurso casa e escola. Assiste-se diariamente a uma falta de ética por parte dos automobilistas, criando uma

desorganização local, propiciando obstáculos a peões e ciclistas nas suas deslocações diárias. Pode-se observar que existe um grande número de pais/encarregados de educação que preferem levar os seus educandos de carro para a escola, muitas vezes devido à distância, mas também por ser mais cómodo. O Projeto vem desta forma combater esse obstáculo, serão criados percursos identificados entre um ponto definido previamente e a escola. Estes percursos estarão identificados e serão requalificados de forma a permitir que os alunos, acompanhados por um voluntário, se possam deslocar a pé ou de bicicleta de forma segura e divertida, promovendo um estilo de vida saudável.

- O 2º projeto será composto por duas fases. A primeira será teórica em contexto de sala de aula, em formato lúdico. A segunda parte será prática, num espaço amplo, com um circuito rodoviário para aplicação da aprendizagem teórica em contexto prático.
- O 3º destina-se à criação de espaço que permita uma aprendizagem para uma circulação rodoviária em segurança de forma pedagógica. Este espaço estará disponível para o público em geral a partir de 2018.

❖ **ASPETOS POSITIVOS DA MOBILIDADE EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DOS 0-18 ANOS)?**

- No litoral, a rede pedonal apresenta boas condições de acessibilidade
- O investimento da CMC nas redes pedonais tem sido significativo
- A rede ciclável de Cascais tem cerca de 13,4 km e concentra-se na zona ocidental do concelho (nomeadamente na ligação de Cascais ao Guincho), e tem sobretudo uma função turística e de lazer.

❖ **ASPETOS A MELHORAR DA MOBILIDADE EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DOS 0-18 ANOS)?**

De seguida enunciam-se algumas linhas de intervenção constantes do ETAC – Estudo de Trânsito de Âmbito Concelhio e que deverão constituir a base para o desenvolvimento de propostas de intervenção:

- a. Divulgar as vantagens associadas às deslocações pedonais através do desenvolvimento de campanhas/iniciativas para a sua promoção junto à população escolar e adulta;
- b. Promover as deslocações pedonais nos percursos casa-escola, através da implementação de iniciativas que visem reduzir a dependência do automóvel por parte da população escolar (e, conseqüentemente, a redução do tráfego na envolvente à escola), bem como aumentar as competências para o andar a pé (em segurança) e a independência das crianças;
- c. Envolver a comunidade escolar de modo a potenciar escolhas modais mais sustentáveis por parte dos estudantes;
- d. Sensibilizar e formar a população para a utilização e convivência como modo ciclável, em particular os jovens e a população escolar dos ensinos secundários e superiores;
- e. Envolver a comunidade escolar de modo a potenciar escolhas modais mais sustentáveis

Outros aspetos:

- f. Qualificação das redes pedonais no interior do concelho (a Norte), as quais, muitas vezes não estão devidamente infraestruturadas (vias sem passeios e condições precárias de atravessamento),
- g. Prática da utilização da bicicleta pela população em geral
- h. Défice na oferta de TP no concelho, nomeadamente a norte da A5.
- i. Custos excessivos dos TP.
- j. Pouca oferta de bike-sharing.
- k. Falta de sítios para estacionar as bicicletas
- l. Dotar de todo o concelho com passeios adequados para todos. Melhorando dessa forma a segurança promovendo a autonomia dos jovens

IV. TRANSPORTES

A Estratégia Municipal para o Sistema de Acessibilidades e Mobilidade, tem por base as orientações expressas no PDM Cascais, no Estudo de Tráfego De Âmbito Concelhio (ETAC); no Estudo de Corredores de Transporte Público Em Sítio Próprio (TPSP) no Município De Cascais; no Estudo para um Modelo de Organização e Exploração para um Sistema de Mobilidade Ciclável por Patamares no Concelho de Cascais.

PDM - Linhas Estratégicas – Transportes:

- Prioridade aos transportes públicos menos poluentes e menos emissores de CO2;
- Transporte Público em Sítio Próprio (TPSP);
- Prioridade ao peão, às ciclovias e ao transporte público;
- Adequação da oferta à procura;
- Coordenação dos diferentes modos de transporte;
- Introdução de novas tecnologias beneficiando o utente: horários online, sistemas de informação de consulta fácil, amigáveis dos seniores;
- Rede de espaços canal para novas infraestruturas;
- Estacionamento automóvel em parques periféricos aos aglomerados urbanos e em nós de transportes públicos;
- Corredores Bus de horários variáveis;
- Paragens acessíveis a menos de 400 metros da origem ou destino;
- Parques de bicicletas nos interfaces e nos nós dos transportes públicos.

- REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS

O Concelho de Cascais apresenta uma grande diversidade de ocupação urbana, seja na dicotomia litoral/interior, seja por conjugar moradias unifamiliares com bairros de edifícios plurifamiliares que se organizam e distribuem nas diferentes freguesias de forma mais ou menos intensa. De um modo geral, o território concelhio (e as freguesias de S. Domingos de Rana e de Alcabideche, em particular) padece do efeito de crescimento em "mancha de óleo", ocupação que é propícia a que a mobilidade se organize em função de uma maior utilização do transporte individual. Associada a esta dependência do transporte individual estão os aumentos do nível do consumo de tempo e energia, dos custos do sistema de deslocações e ambiente, observando-se, de um modo generalizado, a diminuição de qualidade de vida.

Neste contexto, a procura de soluções de mobilidade tem de ser marcada pela audácia e inovação, assumindo-se que a diversidade e a heterogeneidade dos padrões de deslocação da sociedade atual obrigam à adoção de soluções novas e diferenciadas, adequadas às novas realidades.

→ Caracterização

Em Cascais, o serviço de transportes públicos é promovido pelos seguintes operadores:

- . CP Lisboa - Promove a ligação ferroviária dos Concelhos de Cascais e Oeiras a Lisboa, e particularmente ao corredor urbano entre Algés-Cais do Sodré. No Concelho de Cascais, esta linha ferroviária serve alguns dos aglomerados mais consolidados na faixa ribeirinha do concelho.
- . Scotturb - Este operador assegura as ligações em transporte público rodoviário em todo o Concelho de Cascais e nas ligações deste aos Concelhos de Sintra e de Oeiras.
- . Vimeca (que detém a concessão sobre a marca LT Transportes) – Serve marginalmente o Concelho de Cascais, promovendo a ligação de Carcavelos e Talaíde, ao Concelho de Oeiras, e marginalmente, ao Concelho da Amadora.

→ Transporte público rodoviário

A rede de transporte público (TP) rodoviário é substancialmente mais densa na zona litoral do concelho, verificando-se que, nas zonas mais interiores, se desenvolve sobretudo ao longo dos principais eixos rodoviários, nomeadamente no corredor de ligação à Malveira, ao longo da EN9 e no corredor da EN249-4.

As carreiras interurbanas caracterizam-se por frequências de serviço de uma a duas circulações/hora nos períodos de maior procura, sofrendo uma redução significativa nos restantes, enquanto a oferta interna ao concelho está organizada de modo a que, pelo menos um dos extremos de cada carreira, seja feita num interface com o transporte ferroviário (S. Pedro do Estoril é a estação ferroviária com menor intensidade de oferta de TP rodoviário quando do lado da oferta ferroviária é a estação que proporciona uma maior intensidade de ligações).

As zonas em que se localizam as estações ferroviárias e as zonas envolventes imediatas, melhor servidas pela rede de TP, apresentam quotas mais favoráveis a este modo (15% a 20%) e maiores quantitativos de viagens captadas.

Existem ainda algumas zonas no interior do concelho que apresentam percentagens de viagens em TP mais elevadas do que seria expectável; são estas as zonas de Alcoitão,

Caparide, Manique / Bairro da Esperança / Atibá e Murches / Zambujeiro. Esta maior utilização do TP está relacionada com a existência de mais cativos do modo TP e/ou da existência de pessoas com menores

rendimentos disponíveis, já que se trata de zonas nas quais a oferta de transporte público apresenta uma frequência reduzida.

Por outro lado, algumas das carreiras internas a Cascais apresentam percursos muito sinuosos, pois procuram atender à procura de diversos aglomerados urbanos, o que contribui para uma menor atratividade da oferta de TP.

No que se refere à cobertura territorial das paragens do concelho, esta é bastante abrangente. No entanto esta cobertura, quando comparada com o nível de serviço de cada paragem, tem pouco significado.

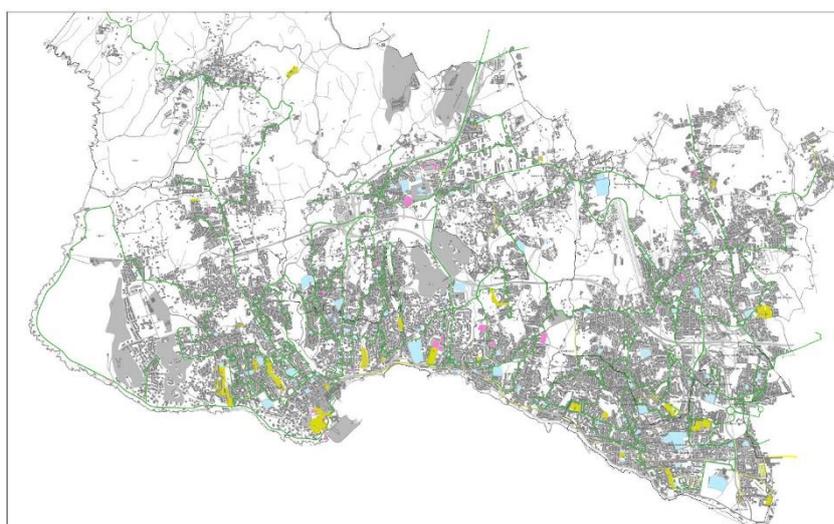
O sistema tarifário do concelho é de difícil compreensão pelos utilizadores, uma vez que está indexada a classes de distância e admite a possibilidade de adquirir passes de linha ou de rede (no caso da aquisição de assinaturas).

→ **Estratégia de intervenção**

A organização do sistema de transportes públicos é uma das peças fundamentais da estratégia de mobilidade em Cascais sendo “assegurar um serviço de transporte público de qualidade” uma das bases fundamentais da estratégia de intervenção, que será, em termos de horizontes temporais, a seguinte:

- 4-5 anos – aposta na ligação dos transportes públicos aos modos suaves – tanto os autocarros como as paragens devem tornar-se acessíveis a todos, sendo o TP uma ferramenta da mobilidade centrada no peão.
- Reestruturação das carreiras de transporte público utilizando as vias existentes, com prioridade em relação ao transporte individual e em sítio próprio sempre que possível.
- 10 anos – desenvolvimento do modelo de transportes com base na evolução da hierarquia viária, sendo que tanto a rede viária de nível 2 como a rede de nível 3 irão já contemplar esta opção estratégica dotando quando possível estas vias com perfil 2x2, em que uma via em cada sentido virá a ser reservada aos transportes públicos, aos modos suaves e de duas rodas.
- 20 anos – Implementação do Transporte Público em Sítio Próprio – TPSP

Rede de Transportes Públicos



LEGENDA

	EQUIPAMENTOS	TRANSPORTES PÚBLICOS [PDM]
— FREGUESIAS	■ CULTURAL	— REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS EXISTENTES
— LOCALIDADES	■ ESCOLAR	--- REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS PROPOSTOS
■ REDE FERROVIÁRIA	■ DESPORTIVO	
	■ PARQUES / JARDINS	

→ **Transporte Público em Sítio Próprio – TPSP**

O projeto do TPSP foi estruturado pela CMC no sentido de melhorar a oferta de transporte público no concelho nas deslocações de maior distância, e simultaneamente promover o reforço da oferta de proximidade e rebatimento nos interfaces rodoferroviários de Cascais e Carcavelos.

Contudo, no presente contexto económico, a capacidade de investimento em infraestruturas de transporte está substancialmente diminuída, sendo de considerar que um projeto com a dimensão e envergadura do TPSP apenas possa começar a ser desenvolvido a médio/longo prazo.

Os traçados de TPSP representados na Planta de Ordenamento, mais não são do que a dotação de corredores BUS, sempre que possível e quando desejável, das vias da rede de distribuição secundária e da rede estruturante de distribuição principal.

Relativamente à representação das ligações a Oeiras, estas são indicativas e pretendem demonstrar as intenções da autarquia, de dar continuidade a um TPSP.

Este projeto pretende criar um serviço de autocarros de elevado nível, o que permite uma construção faseada da linha proposta que, em alguns troços, está já inserida em vias propostas.

Deste modo e considerando a intervenção estratégica anteriormente referida, teremos o seguinte faseamento:

- Curto Prazo (4-5 anos) – Nesta primeira fase, utilizando apenas as vias existentes, pretende-se criar novas linhas (estruturantes e secundárias) de transporte público em sítio próprio (TPSP), sempre que possível.
- Médio Prazo (10 anos) – Com a construção e requalificação de algumas vias previstas no modelo de transportes, o traçado do TPSP aproximar-se-á do seu traçado final, na medida em que alguns troços estão inseridos em vias propostas .
- Longo Prazo (20 anos) – Implementação do Transporte Público em Sítio Próprio – TPSP

→ **Mobilidade** - Rede de mobilidade suave

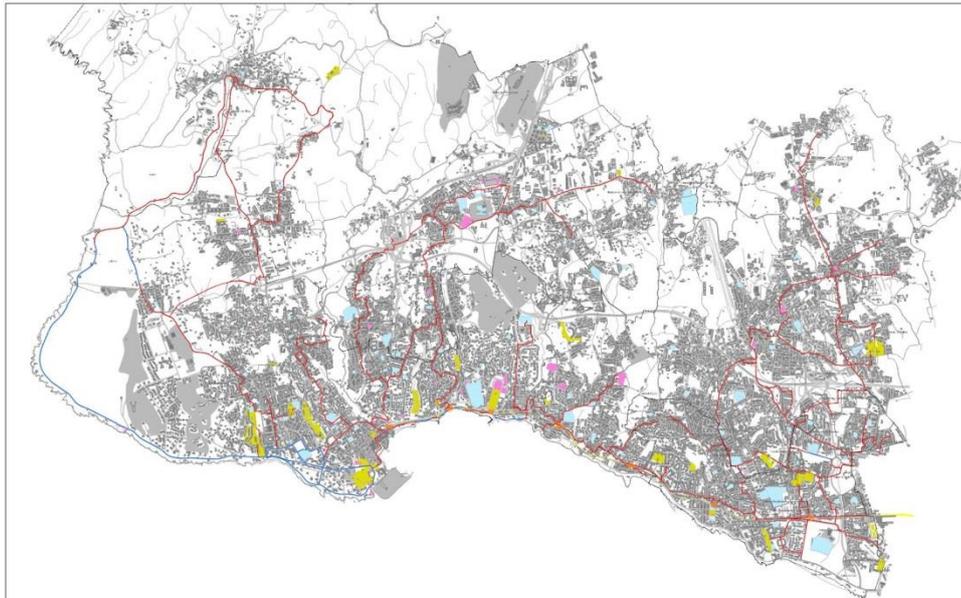
Atualmente é cada vez mais reconhecida a importância dos modos suaves enquanto opção mais eficiente nas deslocações de curta distância ou como complemento essencial a outros modos de transporte.

Cascais dispõe de excelentes condições topográficas e climatéricas para potenciar uma maior utilização dos modos suaves, não apenas na zona litoral e consolidada do concelho, mas também em alguns dos aglomerados a norte da A5, condições estas que importa potenciar, num contexto em que se pretende alterar a repartição modal no concelho a favor dos modos de transporte mais eficientes.

Neste sentido o objetivo de promover as deslocações em modos suaves, reforçando o seu papel no sistema de deslocações urbanas foi desagregado em:

- Promover as deslocações pedonais, garantido a acessibilidade a todos;
- Promover a integração da bicicleta no sistema de deslocações urbanas.

Rede de Ciclovias



LEGENDA	
FREGUESIAS	
LOCALIDADES	
REDE FERROVIÁRIA	
EQUIPAMENTOS	
CULTURAL	
ESCOLAR	
DESPORTIVO	
PARQUES / JARDINS	
CICLOVIAS [PDM]	
CICLOVIAS EXISTENTES	
CICLOVIAS PROPOSTAS	

→ ESTUDOS

1. ESTUDO DE TRÂNSITO DE ÂMBITO CONCELHIO (ETAC)

Com o “ETAC”, a CMC pretendeu ir ao encontro das recomendações do PROT-AML e das orientações emanadas pela Comissão Europeia. Este estudo pretende ser, simultaneamente, um documento estratégico e operacional que permitirá não só ajudar a compreender a necessidade de integrar o ordenamento do território, urbanismo, mobilidade e transportes.

Os principais objetivos do “ETAC” são:

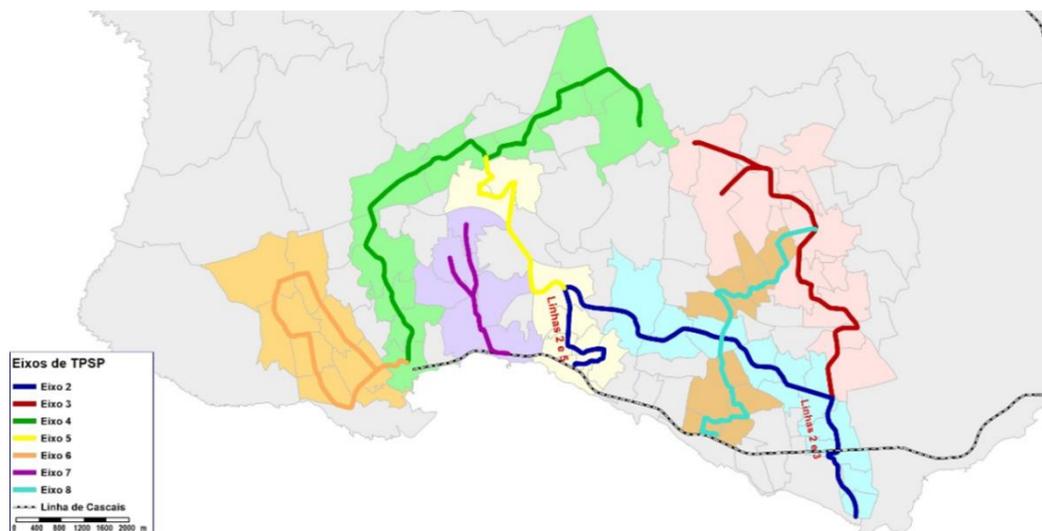
- Alterar a repartição modal nas deslocações, melhorando as condições de mobilidade contratual;
- Aumentar a qualidade da mobilidade e do ambiente urbano, aumentando as sinergias que possam resultar da complementaridade entre os diversos modos de deslocação;
- Melhorar o funcionamento da rede de transporte coletivo urbano com a reestruturação da rede para uma boa cobertura territorial e temporal;
- Aumentar a segurança, o conforto e a qualidade dos espaços prioritários ao peão e limitar as condições de uso do automóvel nos centros urbanos mais sensíveis (zonas históricas e de lazer com tráfego pedonal mais intenso);
- Executar políticas diferenciadas de estacionamento, tendo em conta as necessidades específicas dos residentes, dos empregados e dos visitantes.

2. ESTUDO DE CORREDORES DE TPSP NO MUNICÍPIO DE CASCAIS

O Planeamento da Mobilidade Urbana Multimodal Sustentável e o estímulo ao uso do transporte público (TP) deve ser baseado no estudo de soluções que, após implementadas, permitam à população diminuir o uso de transporte individual (TI), e com isso os custos diretos e indiretos associados à Mobilidade, nomeadamente, os decorrentes do congestionamento de tráfego, da poluição e sociais, com implicações na qualidade de vida e na saúde pública, e com os consumos unitários de energia que se pretendem cada vez menores.

Assim, a Câmara Municipal de Cascais desenvolveu um Programa Preliminar que estabelece corredores de circulação de Transporte Público em Sítio Próprio (TPSP) com o objetivo de estabelecer ligações eficientes entre as áreas mais densamente povoadas do concelho, principais epicentros e serviços e a Linha de Cascais.

Nesse sentido, foi necessário aprofundar os estudos dos corredores de circulação de TPSP, designadamente em termos de “Estudos de Procura” e de “Estudos de Pré-Viabilidade de Inserção Física no Território”, com vista à apresentação de cenários de oferta de TP eficaz e à demonstração da sua viabilidade.



Linha Ferroviária de Cascais e Transporte Público em Sítio Próprio > [TPSP]

3. ESTUDO PARA UM MODELO DE ORGANIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO PARA UM SISTEMA DE MOBILIDADE CICLÁVEL POR PATAMARES NO CONCELHO DE CASCAIS

Tem por objetivo sistematizar a informação disponível, descrever os principais indicadores e identificar as questões centrais para a definição de objetivos de promoção da mobilidade ciclável em geral, equacionando a implementação de um sistema de bicicletas públicas partilhadas (SBPP) de âmbito municipal, assim como as opções de viabilidade para a sua concretização, tendo ainda em conta a sua articulação com o estudo de corredores de Transporte Público em Sítio Próprio (TPSP).

As condições de ciclabilidade do concelho de Cascais

Para a determinação das condições de ciclabilidade do concelho de Cascais foram considerados e analisados três aspetos fundamentais:

- . As condições naturais, designadamente ao nível da orografia, declives e identificação de patamares;
- . A densidade populacional (as principais origens) e os usos do solo (considerados como os principais destinos);
- . E a rede viária, nomeadamente ao nível da geometria, traçado viário e condições de circulação.

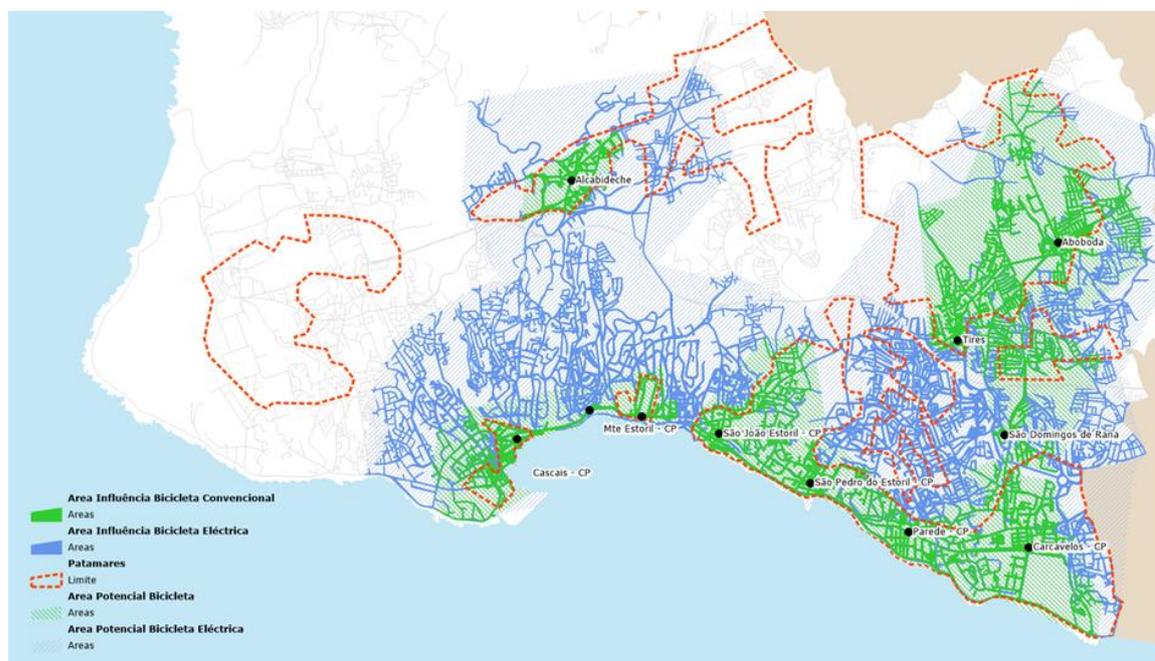
A análise destas três componentes permitiu identificar patamares orográfico-funcionais, que conjugam boas condições orográficas para a circulação em bicicleta com dinâmicas de mobilidade suportadas pela localização dos principais geradores de deslocações.

Patamares

Tendo em conta a análise realizada, para efeitos do SBPP consideram-se assim como patamares as zonas de orografia favorável à circulação em bicicleta convencional que apresentam uma densidade e diversidade funcional suficiente atrativa para a geração de deslocações neste modo, e que grosso modo integram as centralidades identificadas no PDM.

Esta definição distingue assim os patamares orográficos onde o padrão de deslocações corresponde às solicitações de utilização mais frequentes do SBPP, associadas à presença de usos mistos, e para os quais o sistema apresenta um maior potencial de viabilidade. Estes patamares são:

Cascais – Estoril | Alcabideche | Marginal S.João/Carcavelos | Trajouce | Abóboda



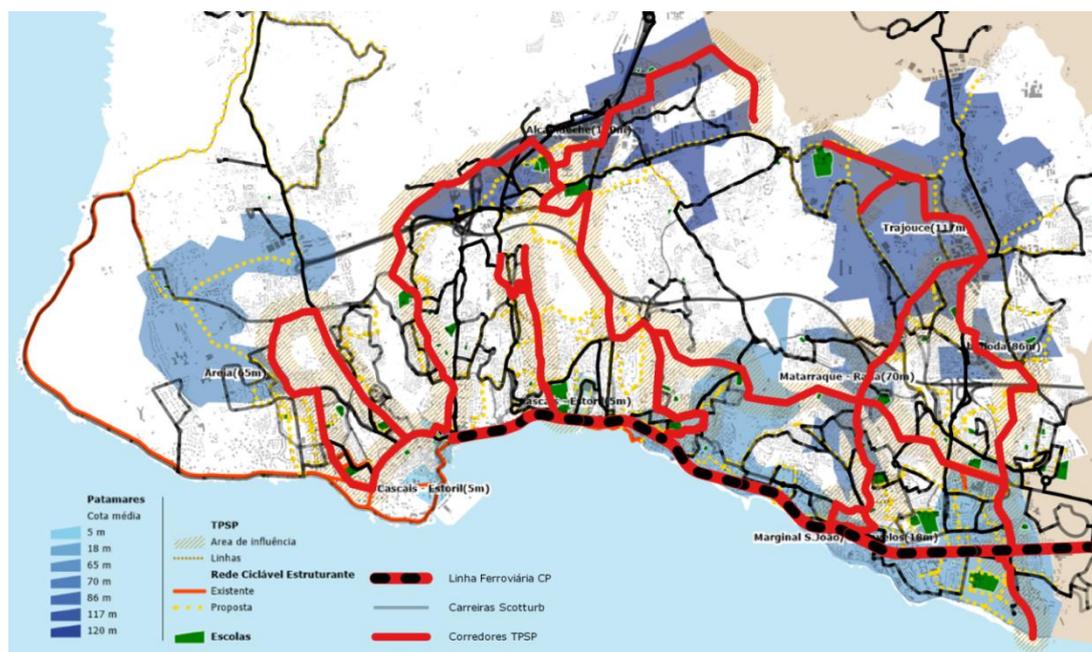
Delimitação das áreas de influência às centralidades, 10 minutos, identificadas de acordo com as classes de declive da American Association of State Highway and Transportation Officials (AASTHO)

→ **PROPOSTAS DO ETAC E PDM PARA A CIRCULAÇÃO EM BICICLETA COM IMPACTO NA VIDA DAS CRIANÇAS:**

A comunidade escolar também é apontada como uma comunidade-alvo para a promoção de deslocações em modos sustentáveis, designadamente através da realização de planos de mobilidade escolares nos estabelecimentos públicos e privado, devendo-se desenvolver um projeto piloto que envolva três ou quatro escolas. Caso a escolha dos casos incida em escolas inseridas em territórios com boa aptidão de circulação em bicicleta, estas constituem uma ótima oportunidade de divulgação e vulgarização da bicicleta como meio de transporte adequado para as deslocações casa-escola, focando-se num segmento da população que não tem carta de condução, e que muitas vezes implica mudanças comportamentais de mobilidade dos pais ou encarregados de educação que se sentem obrigados a transportar os seus filhos de carro para a escola.

De igual modo, os agrupamentos escolares poderão também complementar o sistema municipal de bicicletas partilhadas através de sistemas próprios centralizados e geridos nas maiores escolas do secundário, e que poderão ser planeados de acordo com as características de cada escola e dos territórios servidos. Sugere-se a implementação de programas designados por Bicicleta para a escola (Bike to school), que são incentivos à criação de sistemas dedicados a alunos em escolas/agrupamentos de dimensão relevante (adaptado do programa BUTE – Universidades do Minho/Porto).

Complementarmente, e de forma a aumentar a cultura da bicicleta no município, recomenda-se que sejam implementados desde já programas de Bike-to-School em todas as escolas EB2, EB3 e ES do município, dando prioridade às localizadas nos patamares orográficos identificados.



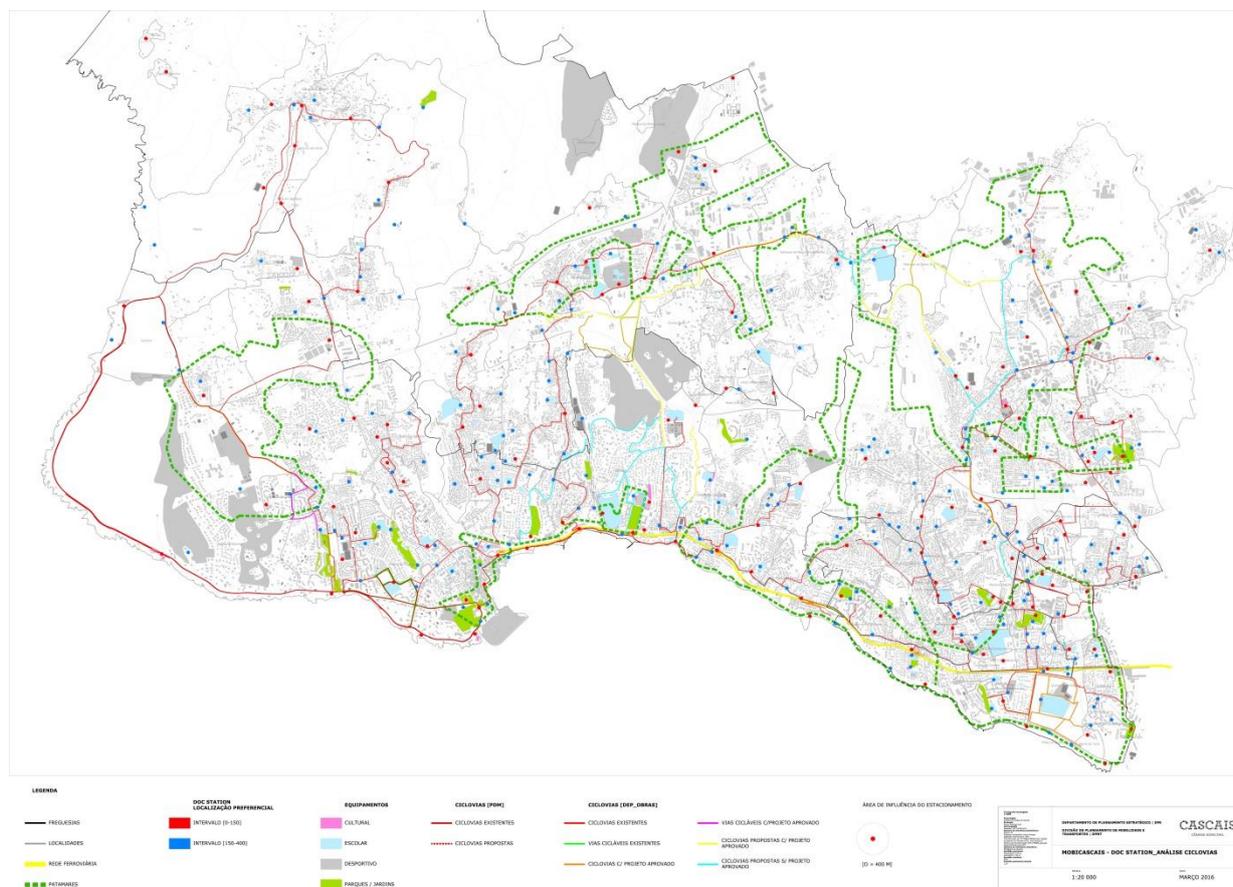
SBPP / TPSP / REDE CICLÁVEL / CP

(Estruturação integrada dos vários modos de transporte, em promoção da coesão socio-territorial)

4. MOBICASCAIS – Sistema Público de Bicicleta Partilhada

Estudo de localização de Doc Station no Concelho de Cascais

Trabalho desenvolvido numa parceria com a Cascais Próxima, no âmbito do Projeto MobiCascais, tendo como objetivo a identificação preferencial para a localização de estacionamentos cicláveis no concelho de Cascais. Os critérios adotados tiveram por base as orientações expressas no PDM Cascais, nas áreas da rede de transportes públicos e Equipamentos bem como no trabalho desenvolvido pelo Departamento de obras, nomeadamente, ciclovias existentes e propostas. De salientar que dentro das prioridades desenvolvidas, está a identificação dos equipamentos escolares, prevendo-se que associada à rede de transportes públicos e ciclovias sejam implementados estacionamentos cicláveis junto às escolas.



EM RESUMO

Com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, é extinta a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (artigo 3.º), sucedendo-lhe, no Concelho de Cascais, a Autoridade de Transportes do Município de Cascais (DAT) que passa a dispor, no domínio do transporte público de passageiros, das atribuições e competências estabelecidas no Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), aprovado pelo diploma acima mencionado.

A Autoridade de Transportes do Município de Cascais, iniciada em janeiro de 2017, estabelece a definição dos objetivos estratégicos do sistema de mobilidade, o planeamento, a organização, a operação, a

atribuição, a fiscalização, o investimento, o financiamento, a divulgação e o desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros (artigo 4.º do RJSPTP), por modo rodoviário e outros sistemas guiados.

Todo processo de transferência servirá de base ao planeamento da futura rede de transportes públicos e à preparação dos futuros contratos a celebrar até dezembro de 2019, de acordo com artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro.

Neste sentido, o Departamento de Autoridade e transportes (DAT) encontra-se no início do processo, a realizar diversos estudos, diagnósticos e inquéritos (alguns já referidos acima) que servirão de suporte à decisão da futura estratégia de Transportes para o Município de Cascais.

❖ **ASPECTOS POSITIVOS DOS TRANSPORTES EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS/JOVENS)?**

- Existência de um quadro de instrumentos de ordenamento e gestão do território (planeamento estratégico) que permite introduzir fatores de racionalidade e competitividade nas decisões de ocupação de espaço;
- Melhoria da rede de transportes públicos, alargando a sua cobertura e promovendo a intermodalidade, particularmente com os modos suaves e com o transporte individual;
- Parque habitacional relativamente jovem;
- Bons acessos rodoviários, ferroviários, aéreos e marítimos;
- Existência de infraestruturas de nível regional, nacional e internacional;
- Rede de equipamentos e serviços com carácter inovador e diverso (culturais, de saúde, educativos, sociais e desportivos);
- Aumento da oferta do ensino pré-escolar e melhoria dos equipamentos escolares;
- Destino turístico consolidado e internacionalmente, cuja riqueza e diversidade de recursos e atributos (património natural, histórico, cultural e arquitetónico) satisfazem os mais diversos segmentos de procura turística;
- Promoção das condições tarifárias, em especial nas faixas etárias mais jovens e mais envelhecidas.

❖ **ASPECTOS A MELHORAR DOS TRANSPORTES EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS/JOVENS)?**

- Requalificação urbanística e territorial de zonas desqualificadas, de áreas urbanas de génese ilegal e progressiva desertificação dos centros históricos;
- Grande assimetria espacial na distribuição socioeconómica da população concelhia, com concentração da maioria das infraestruturas no litoral-sul em contraponto com crescimento demográfico do interior;

- Obstáculos e barreiras arquitetônicas para peões e ciclistas, acrescido da ocupação indiscriminada do espaço público pelas viaturas, em detrimento de espaço de prioridade para peões;
- Modelo de mobilidade assente sobretudo no modo rodoviário, especialmente em formas de utilização individual;
- Promoção de medidas de comunicação e sinalética;

V. ACESSIBILIDADES E PEÃO

OBJECTIVO DA ACESSIBILIDADE

Público-alvo – Fruição Universal, “de todos, para todos”

1 — No âmbito da estratégia municipal de eliminação de Barreiras arquitetónicas e política de inclusão do indivíduo:

- a) Assegurar uma intervenção municipal integrada, e coerente da área das acessibilidades pedonais em articulação com as outras unidades orgânicas municipais, com as agências e empresas municipais e outras entidades públicas;
- b) Assegurar a realização das estratégias e políticas municipais na área da acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada desenvolvendo parcerias com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil que contribuam para melhorar a intervenção municipal naquelas áreas;
- c) Acompanhamento e esclarecimento técnico de todas as situações que estejam relacionadas com acessibilidades;
- d) Promover ações de formação e formalizar, em articulação com a unidade orgânica competente, candidaturas na área da acessibilidade pedonal e de pessoas com mobilidade condicionada.

2 — No âmbito da intervenção no espaço público:

- a) Elaborar plano acessibilidades para vias e espaços públicos, de acordo com o programado em parceria com as unidades que intervêm no território
- b) Assegurar a realização de projetos de execução dos percursos pedonais de acordo com o programado em parceria com as unidades que intervêm no território;
- e) Fiscalizar o cumprimento das normas de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada e respetiva legislação específica, pelos particulares ou pessoas coletivas, dos projetos e condicionamentos das licenças relativos às operações urbanísticas;

3 — No âmbito da intervenção em edifícios municipais:

- a) Acompanhar e promover a adaptação dos edifícios municipais de forma a cumprir o Decreto - Lei n.º 163/06, de 8 de agosto;

b) Elaborar projetos técnicos de adaptação de edifícios, de forma a cumprir o disposto nas normas técnicas constantes no Decreto -Lei n.º 163/06, de 8 de agosto, como de acordo com o programado em parceria com as unidades que intervêm no território;

c) Acompanhar a fiscalização de obras promovidas no Município por entidades da Administração Central no que respeita ao cumprimento das normas de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada e respetiva legislação específica

I. Deslocação pedonal

O contexto que tem favorecido a diminuição das viagens a pé: a dispersão das urbanizações e condomínios no território, a baixa densidade populacional, a localização de alguns geradores importantes em territórios pouco “amarrados” ao restante espaço urbano. Estas condicionantes têm maior expressão no interior do concelho, onde as redes pedonais não estão devidamente infraestruturadas (vias sem passeios e condições precárias de atravessamento).

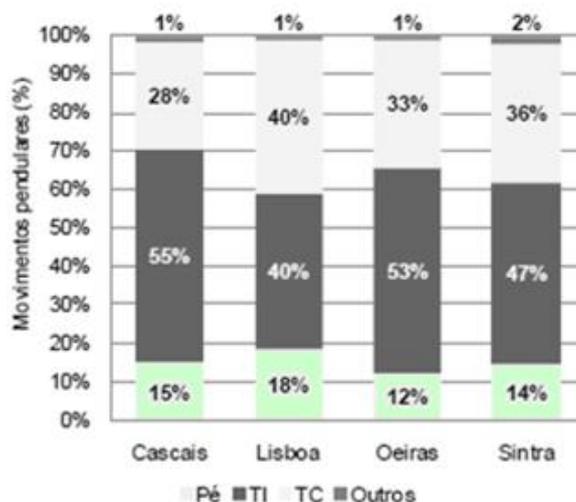
Principais barreiras físicas: Estrada Marginal; Linha Ferroviária de Cascais; A5/IC15

Mas Cascais apresenta também características propícias à realização de deslocações em modos suaves, destacando-se a suavidade do declive junto à costa, o elevado peso das deslocações internas ao concelho dos residentes (73% dos residentes realizam viagens internas ao concelho) ou a existência de infraestruturas de apoio às deslocações pedonais e cicláveis na zona litoral.

PROCURA/ OFERTA MOBILIDADE PEDONAL

Conforme identificado anteriormente, e de acordo com o gráfico abaixo, em 2001 o principal modo de transporte utilizado nos movimentos pendulares da população residente no **concelho de Cascais com mais de metade dos movimentos a ser realizado neste modo de transporte.**

Entre 1991 e 2001 verificou-se em Cascais um forte crescimento das deslocações pendulares em automóvel (passaram de 32% para 52%), traduzidas pelas melhorias globais em matéria de qualidade de vida (aquisição do automóvel por parte das famílias) e das infraestruturas rodoviárias.

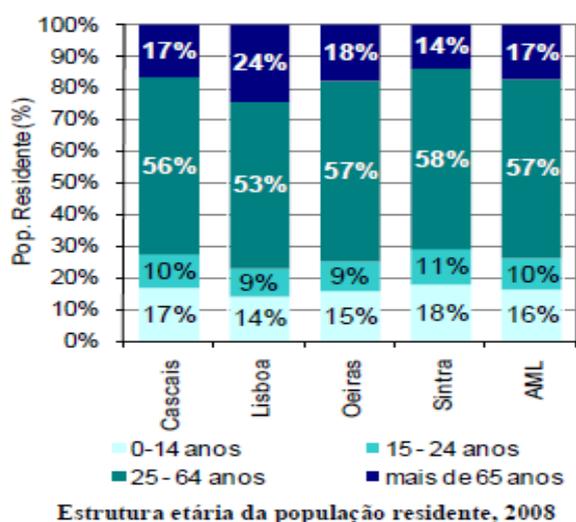


Modo de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (por concelho de residência), 2001

O processo de inversão desta tendência constitui, contudo, um desafio adicional, já que é unanimemente reconhecido que a transferência do automóvel para outras opções modais é bastante mais difícil do que o inverso.

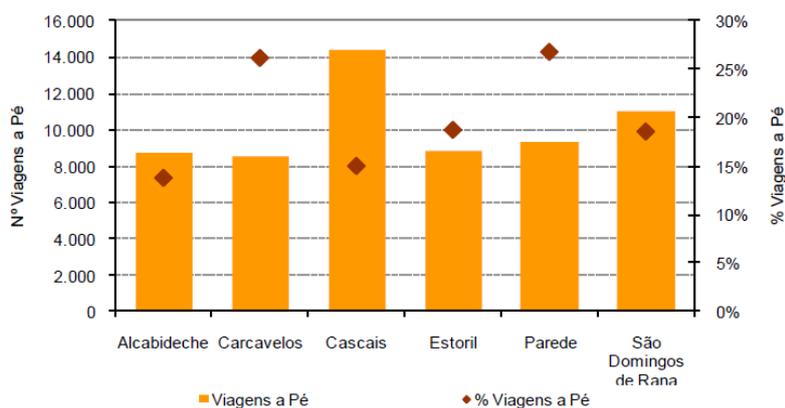
O **envelhecimento da população** residente no concelho continua a acentuar-se, passando as pessoas com 65 e mais anos a constituir 17% da população residente em 2008, contra 8% no ano de 1981, 12% em 1991 e 15% em 2001. A rápida progressão deste indicador, entre 1981 e 2008, poderá sugerir que este processo de envelhecimento populacional se venha a acentuar nos próximos anos.

O envelhecimento populacional dos residentes em Cascais é um dos aspetos a ter em consideração na definição da estratégia de intervenção, uma vez que esta **população apresenta padrões de mobilidade e de repartição modal diferentes da população em idade ativa ou escolar** (nomeadamente uma maior adesão ao modo pedonal e à utilização do transporte coletivo).



Considerando apenas as viagens terminadas em Cascais, estima-se que sejam realizadas cerca de 60 mil viagens a pé, das quais, a maior parte são realizadas pelos residentes (59,5 mil viagens; 21% do total das viagens realizadas pelos residentes e terminadas em Cascais).

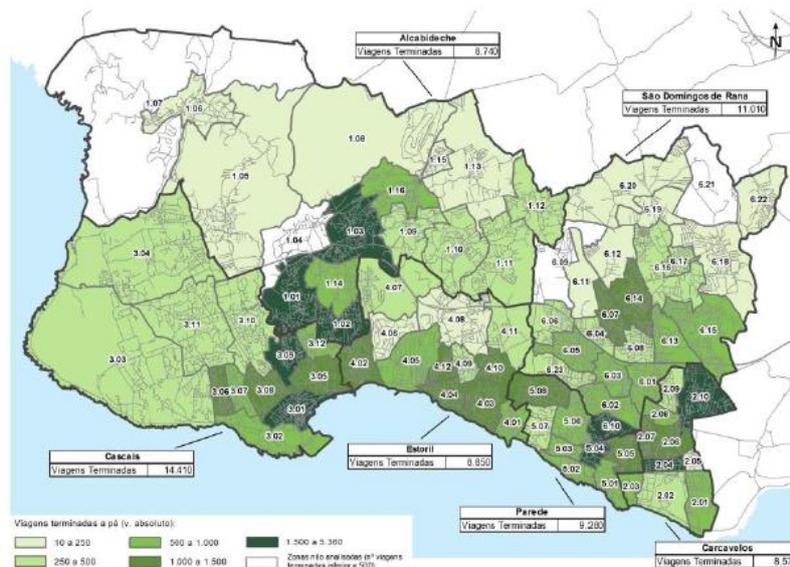
As freguesias com maior peso de viagens terminadas a pé são respetivamente, Carcavelos e Parede, nas quais o peso das viagens a pé corresponde a 26% e 27% do total das viagens aí terminadas.



Viagens pedonais por freguesia

As viagens pedonais concentram-se nos principais centros urbanos do concelho, particularmente naqueles que estão localizados junto à Av. Marginal (Cascais, Carcavelos e Parede), mas também em Alcabideche (1.03), Amoreira/Pai do Vento (1.02), Alvide/Carrascal de Alvide/Abuxarda (1.01), ou Sassoeiros/São Miguel das Encostas/Bairro da Carris (2.10).

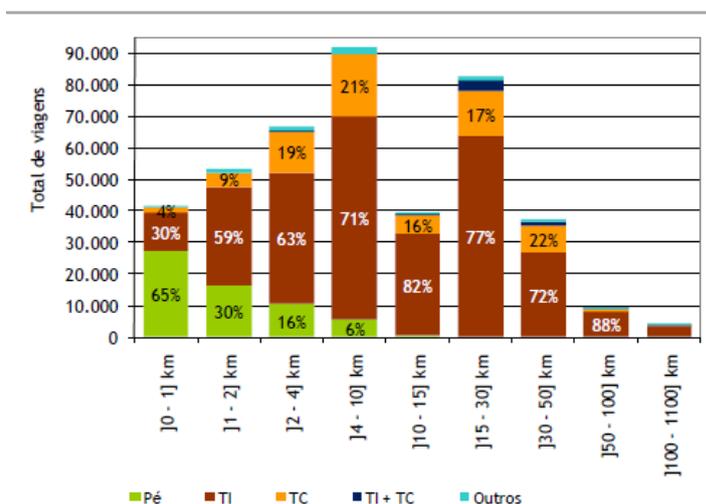
É fundamental apostar na maior utilização do modo pedonal e, como tal, na fase de desenvolvimento das propostas serão identificadas as zonas em que se concentram as viagens de curta distância (até 1 a 1,5 km) de modo a propor a qualificação pedonal das redes pedonais que as servem.



Viagens pedonais terminadas, por zona

No escalão de distância até 1 km (até 15 minutos a pé), a opção pelo modo pedonal é dominante, reduzindo-se para menos de metade no escalão seguinte (30%; até meia hora), para 16% no escalão de distância entre os 2 e os 4 km de distância (máximo de 1 hora de percurso) e para 6% no escalão acima dos 4 km.

Ainda que o modo pedonal seja dominante no escalão de distâncias inferiores a 1 km, é de referir que 30% das viagens neste escalão são realizadas em automóvel, o que se traduz na existência de cerca de 12,4 mil viagens de muito curta distância que são realizadas em automóvel e que poderiam em parte ser transferidas para o modo pedonal.



Repartição das viagens a pé em função do escalão de distância percorrida

REDE PEDONAL – OFERTA

A qualidade da rede pedonal do concelho de Cascais é diferente em função da zona que se considera; no litoral, a rede pedonal apresenta boas condições de acessibilidade, por oposição a uma menor qualificação das redes pedonais no interior do concelho (a Norte), as quais, muitas vezes não estão devidamente infraestruturadas (vias sem passeios e condições precárias de atravessamento), traduzindo a menor consolidação urbana de vários bairros de Cascais. Nos últimos anos, o investimento da CMC nas redes pedonais tem sido significativo, traduzindo-se na construção de quase 20 km de vias pedonais ao longo da costa do concelho. Para além dos percursos pedonais litorais, existem ainda outras zonas em que a qualidade dos espaços de circulação pedonal deve ser destacada. Entre estas, cumpre destacar a qualidade urbana da Vila de Cascais, a ligação entre a praia e a estação de Carcavelos ou a Alameda do Casino do Estoril. As infraestruturas pedonais estão dispersas por todo o território concelhio e materializadas numa rede de passeios que acompanha a rede viária, sobretudo nos bairros com maior consolidação urbanística.

Como se pode observar existem vários percursos pedonais que se desenvolvem marginalmente à Linha de Costa e, que estabelecem ligações entre o Guincho e Carcavelos, ainda que, com algumas interrupções na continuidade do traçado. Entre estes são de destacar:

- o percurso pedonal ao longo de praticamente toda a praia de Carcavelos;
- outro em São Pedro do Estoril, a poente do Centro de Interpretação Ambiental da Ponta do Sal;
- um mais extenso entre a praia da Azarujinha no Estoril e a praia da Conceição em Cascais;
- um outro partilhado com a bicicleta entre a Marina de Cascais e o Forte de São Jorge de Oitavos;
- na zona do Guincho, onde existem vários percursos, uns que são segregados e outros, partilhados pelas bicicletas.



Para além dos percursos pedonais ao longo do litoral, existem ainda outras zonas em que a qualidade dos espaços de circulação pedonal deve ser destacada. Entre estas referem-se, por exemplo, a ligação entre a praia e a estação de Carcavelos ou a Alameda do Casino do Estoril.

Carcavelos, Parede e a zona a Nascente do Estoril apresentam uma maior percentagem de viagens a pé, evidenciando a maior consolidação urbana destas zonas, mas também a existência de uma maior diversidade funcional, propícia à realização de deslocações de proximidade.

Promover a qualificação e expansão da rede pedonal estruturante: Num concelho com a dimensão de Cascais não é possível qualificar de forma universal a rede pedonal do concelho num espaço de 10 anos. Com efeito, se se admitir que a rede pedonal deve existir em todas as vias de nível hierárquico igual ou inferior ao terceiro nível, está-se a considerar uma rede com quase mil quilómetros de extensão.

Neste contexto foi necessário estabelecer uma metodologia que permitisse identificar as **zonas de intervenção prioritária** para o desenvolvimento de **ações que visem a melhoria da acessibilidade pedonal**.

Foram assim consideradas prioritárias as zonas:

- com maior **potencial de transferência de viagens do TI para o modo pedonal** (zonas com maior concentração de viagens em TI com distâncias iguais ou inferiores a 1,5 km);
- com maior concentração de **emprego** (superior a 25 postos de trabalho /ha);
- onde se localizam os **Núcleos Urbanos com Valor Patrimonial** (classificação da CMC) com maior concentração de **comércio, serviços e equipamentos**;
- onde se localizam os principais **interfaces de transportes**;
- com maiores **acréscimos de população e/ou emprego** nos cenários de futuro.



II. Deslocação modos suaves

São designados modos suaves, os modos de transportes não motorizados, estando incluídos nesta definição o “andar a pé”, bicicletas, *skate*, patins em linha e outros modos congéneres.

Cascais apresenta também características propícias à realização de deslocações em modos suaves, destacando-se a suavidade do declive junto à costa, o elevado peso das deslocações internas ao concelho dos residentes (73% dos residentes realizam viagens internas ao concelho) ou a existência de infraestruturas de apoio às deslocações pedonais e cicláveis na zona litoral.

No litoral, a rede pedonal apresenta globalmente boas condições de acessibilidade pelo forte investimento da CMC nas redes pedonais nos últimos anos: construção de quase 20 km de vias pedonais ao longo da costa do concelho. No entanto, Cascais é deficitário em infraestruturas de estacionamento de bicicletas, nomeadamente junto aos principais equipamentos e interfaces de transporte o que pode original a falta de acessibilidade do peão, e jovens, ao uso diário da rede pedonal dando primazia ao transporte individual.

A aposta no desenvolvimento de uma rede pedonal e ciclável de proximidade pode contribuir para uma transferência efetiva das viagens em TI para os modos suaves nas viagens dos escalões de distância até 4 km (cerca de 40% das viagens estão neste escalão). Existe uma apetência clara por parte dos **residentes em Cascais para a utilização dos modos pedonais e cicláveis**, mas para que a sua utilização seja efetiva é necessário investir na **criação de corredores qualificados e seguros**, bem como na dotação de espaços de estacionamento para bicicletas.

As zonas onde se localizam as estações ferroviárias concentram um número significativo das viagens em transporte coletivo, como tal, é fundamental promover a organização e qualidade dos acessos às principais interfaces (melhores condições de acessibilidade pedonal, estacionamento, etc.).

Importa ressaltar que, cerca de metade dos residentes em Cascais vivem em moradias, as quais estão associadas a baixas densidades de ocupação, o que pode constituir-se como um fator de dificuldade para a opção pelos modos suaves (maiores distâncias a percorrer) e em TC (menores frequências e percursos mais extensos).

O estado de conservação das estradas e o congestionamento são fatores de insatisfação para os utilizadores do transporte individual e devem ser considerados na estratégia de melhoria da acessibilidade rodoviária bem como, falta de condições de espera nas paragens de TC rodoviário admite-se redução da procura, uma vez que este aspeto é fortemente penalizador para os utilizadores do TC.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Modos suaves Criação de redes pedonais e cicláveis estruturantes que sirvam os principais aglomerados urbanos, e não apenas a “zona turística” de Cascais-Estoril e Carcavelos. Nem sempre estas redes têm que estar segregadas e podem admitir-se diversas soluções de inserção urbana. Cascais foi um dos pioneiros na criação do serviço de empréstimo de bicicletas, o que lhe confere uma imagem de concelho inovador; importa ampliar esta iniciativa de modo a cativar para este modo um maior conjunto de utilizadores, nomeadamente nas deslocações quotidianas. Adaptação da rede pedonal ao disposto no DL 163/2006, o que seguramente contribuirá para um aumento significativo das viagens em modos suaves. Cativação dos jovens para a prática de utilização da bicicleta: quanto mais idosos, menor a vontade de utilização da bicicleta nas deslocações pendulares, pelo que se torna urgente desde já motivar as gerações mais novas para a utilização deste modo.	 A maior parte das pistas cicláveis estão concentradas na zona ocidental do concelho e têm sobretudo uma função turística e de lazer. Importa “descolar” este modo da sua utilização apenas em contextos lúdicos/lazer.
Ambiente e segurança rodoviária Promoção de uma política concertada para melhorar as questões da segurança rodoviária no concelho. A promoção da utilização dos modos suaves e TC pode contribuir para a melhoria do ambiente urbano.	 A construção de novas vias pode ampliar os impactos ao nível do ruído e qualidade do ar.

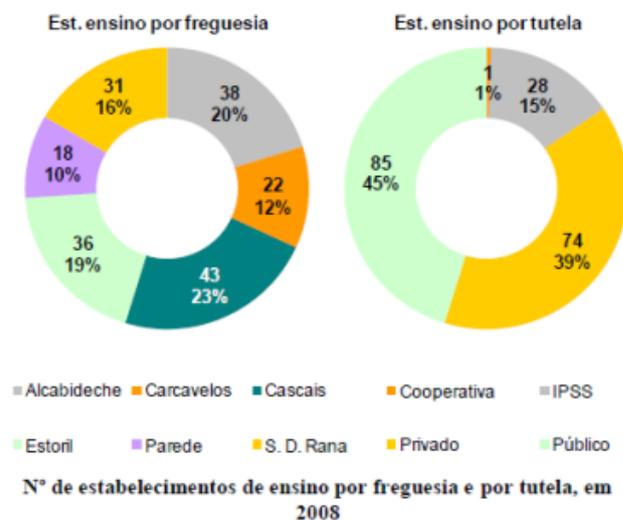
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Acessibilidade em transporte colectivo	
<p>Definição de uma hierarquia para a rede de TC, tendo em consideração as ligações inter-concelhias e internas ao concelho.</p> <p>Alargamento da oferta de TC rodoviário de proximidade nos diversos aglomerados do concelho.</p> <p>Melhoria da informação sobre o tarifário da Scotturb (e desta combinada com os restantes operadores). Esta acção poderia potenciar uma maior procura da rede deste operador.</p> <p>Densificação da rede de interfaces, por exemplo, considerando a existência de uma interface rodoviária em Alcabideche, e eventualmente, outra no corredor de São Domingos de Rana-Trajouce (de localização menos evidente).</p> <p>A beneficiação e requalificação da estação ferroviária de São Pedro do Estoril pode ser uma oportunidade para reforçar a sua importância, já que a oferta ferroviária nesta estação é superior à oferta existente nas 6 restantes estações do concelho (períodos de ponta) e a oferta rodoviária presente na interface resume-se a apenas 1 carreira.</p>	<p>Continuação da redução da quota das deslocações em TC se a oferta neste modo não for melhorada.</p>

As propostas de intervenção deverão passar por:

- **Desenvolver as redes cicláveis, criando condições de conforto e segurança para a utilização da bicicleta** nas deslocações de proximidade, devendo adaptar-se a especificidade dos corredores cicláveis aos volumes de circulação rodoviária e à velocidade permitida nas vias;
- **Fomentar a existência de equipamentos e de infraestruturas de suporte que facilitem a utilização e estacionamento de bicicletas**, nomeadamente junto aos principais polos de atracção/geração de deslocações (equipamentos coletivos - especialmente de ensino), polos de lazer, interfaces de transportes e principais estações/paragens, zonas de comércio e de serviços e zonas residenciais densas);
- Procurar assegurar a possibilidade de **embarque da bicicleta em, pelo menos, algumas das linhas da Scotturb e divulgar a possibilidade de circulação das bicicletas nos comboios da Linha de Cascais**;
- **Alargar a rede de empréstimo de bicicletas** a outros pontos do concelho, procurando que esta seja utilizada nas deslocações quotidianas dos residentes;
- **Sensibilizar e formar a população para a utilização e convivência com o modo ciclável**, em particular os jovens e a população escolar dos ensinos secundário e superior.

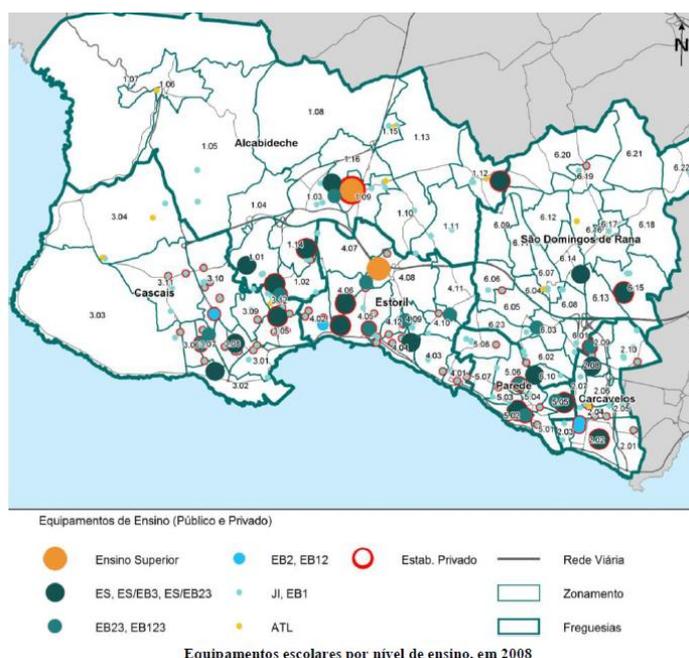
a. Rede de Ensino como Pólo Gerador de Deslocações

Analisando a oferta escolar por nível de ensino, constata-se que **a rede escolar até ao 1.º Ciclo do Ensino Básico** é bastante abrangente, com boa cobertura territorial, admitindo-se assim que a maior parte das deslocações para a escola são (ou possam ser) realizadas a pé pelos alunos na sua área de influência direta.



As escolas de **ensino secundário e do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico (EB23)** localizam-se sobretudo nos **aglomerados a Sul da A5**, o que pressupõe que, pelo menos, parte da população escolar reside a uma distância do estabelecimento de ensino já não realizável a pé.

Relativamente ao **ensino superior**, destacam-se a Escola Superior de Saúde de Alcoitão (localizada na freguesia de Alcabideche) e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (sediado na freguesia do Estoril). Estes polos não estão devidamente inseridos no tecido urbano envolvente e, como tal, são indutores de uma mobilidade muito apoiada na utilização do transporte individual.



A rede escolar de 1.º ciclo tem uma forte abrangência territorial, como pólo gerador importa promover uma estratégia de mobilidade que leve a **aumentar o número de alunos a deslocarem-se a pé ou bicicleta de/para a escola**, por exemplo, através do desenvolvimento de iniciativas como o *Pedibus*.

Importa salientar, que as escolas de ensino secundário e do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (EB23) **localizam-se sobretudo nos aglomerados a Sul da A5**, obrigando a que os alunos das restantes zonas utilizem modos motorizados nas suas deslocações para a escola, situação que se reflete na elevada percentagem de alunos a deslocarem-se de automóvel para a escola.

Importa realçar também, neste âmbito, que a zona litoral do concelho apresenta uma estrutura urbana consolidada e com elevada qualidade urbanística, sendo muito valorizada pelos residentes e visitantes do concelho, em detrimento da zona interior (Alcabideche e S. Domingos de Rana, por exemplo) com problemas de estruturação urbana interna caótica, e pouco pensada, apresentando problemas na rede viária e pedonal, e equipamentos coletivos e/ou sociais deficitários ao Concelho. Este paradigma traduz-se numa ocupação urbana dispersa, com carência de soluções atrativas de TC e conseqüente diminuição do percurso a pé.

Em suma,

- conclui-se que a maior parte das deslocações casa-escola no Concelho de Cascais são realizadas em transporte individual (61%)
- e apenas 17% é realizado de modo pedonal, refletindo a forte dependência com o automóvel.

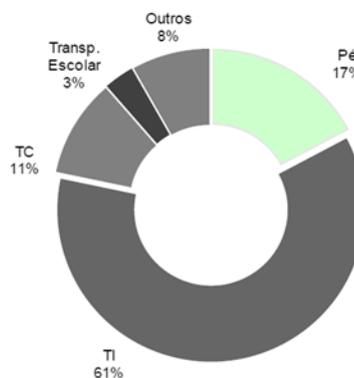
→ Em termos de autonomia de deslocação pedonal, maioritariamente a mesma é exercida com acompanhamento de um adulto – conforme gráficos apresentado anteriormente.

Tal facto pode dever-se a parte significativa da população do Concelho frequentar estabelecimentos de ensino privado ou a área de residência ser afastada do local de ensino, por exemplo.



Fonte: Inquérito à Mobilidade, TIS/Multidados, 2009

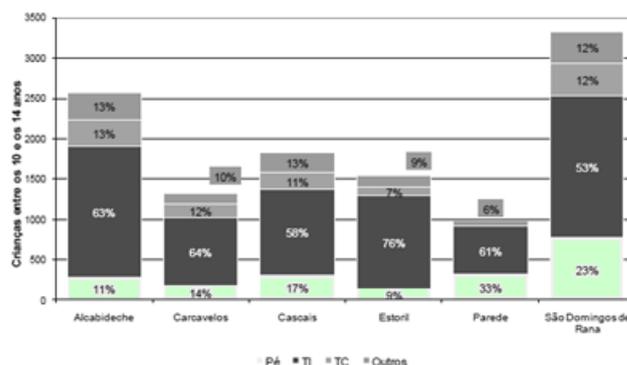
Figura 32 – Autonomia de deslocação das crianças com idade entre os 10 e os 14 anos nas deslocações casa-escola



Fonte: Inquérito à Mobilidade, TIS/Multidados, 2009

Figura 33 – Modo de transporte utilizado pelas crianças com 10-14 anos nas deslocações casa-escola

Em termos de **freguesias** no que respeita à realização de viagens casa-escola, figuram-se as deslocações mais expressivas nas freguesias de Carcavelos e Parede e de S. Domingos de Rana contrapondo, às freguesias do Estoril e Alcabideche – conforme gráfico apresentado anteriormente pela DTOA, figura 34.



Fonte: Inquérito à Mobilidade, TIS/Multidados, 2009

Figura 34 – Modo de transporte utilizado pelas crianças com 10-14 anos nas deslocações casa-escola, por freguesia

b. Acessibilidade para Todos

O conceito **Acessibilidade para Todos** tem como objetivo garantir níveis de acessibilidade aceitáveis a todo o universo da população com necessidades especiais. Nele, incluem-se as pessoas em cadeiras de rodas, com dificuldades em andar ou em percorrer grandes distâncias e com dificuldades sensoriais (cegas ou surdas), bem como as pessoas que no seu percurso de vida se apresentem transitoriamente condicionadas, como sejam, as grávidas, as crianças ou os idosos.

Até 2017, o concelho de Cascais deve adaptar a sua rede pedonal ao disposto no Decreto-Lei nº163/2006, o qual estabelece as condições de acessibilidade que são necessárias garantir nos espaços públicos e edifícios públicos e habitacionais. Este novo regulamento pretende garantir a acessibilidade para todos, não apenas para a população em geral, mas sim, para o universo das pessoas com necessidades especiais de mobilidade.

Tendo em consideração a dimensão do concelho de Cascais importa estabelecer níveis de prioridade de intervenção para a qualificação das redes pedonais (e cicláveis), processo este que será desenvolvido no âmbito do ETAC de Cascais.

→ Promover as deslocações pedonais, garantido a acessibilidade a todos - A promoção do modo pedonal passa por:

- **Promover a qualificação e expansão da rede pedonal estruturante**, acessível a todos, dotando de melhores condições de conforto e de maior nível de prioridade os percursos com maiores fluxos, ou os que se encontram em maior situação de urgência quanto a necessidades de beneficiação;

- **Garantir a acessibilidade a pé para todos nos centros urbanos**, de modo a dar cumprimento ao disposto no DL 163/2006, e a contribuir para uma maior vitalidade económica, social e cultural destes aglomerados;

- **Melhorar as condições de segurança das deslocações pedonais**, identificando e minimizando as situações de atropelamento;

- **Garantir a qualidade das redes pedonais de forma permanente**, e não só no projeto e construção inicial, através de uma adequada monitorização das suas condições e da implementação das ações de manutenção adequadas;

- **Divulgar as vantagens associadas às deslocações pedonais** através do desenvolvimento de campanhas/iniciativas para a sua promoção junto à população escolar e adulta;

- **Promover as deslocações pedonais nos percursos casa-escola**, através da implementação de iniciativas que visem reduzir a dependência do automóvel por parte da população escolar, bem como aumentar as competências para o andar a pé (em segurança) e a independência das crianças.

→ Assegurar a acessibilidade, garantindo mobilidade pedonal para todos, nos centros urbanos:

Até 2017, e segundo o disposto no decreto-lei nº. 163/2006, os municípios portugueses têm que adequar as suas redes pedonais e a acessibilidade aos edifícios públicos e aos transportes públicos de modo a garantir a acessibilidade a todos, existindo já alguns municípios a desenvolver Planos Municipais ou Planos Locais de Acessibilidade para Todos.

No contexto do ETAC foram identificados como preferenciais para a elaboração destes programas locais os **centros dos núcleos urbanos com valor patrimonial** (classificação CMC), onde a **diversidade de usos existente é maior** (maior potencial para deslocações pedonais) e onde é mais necessário intervir numa ótica de **dinamização e requalificação dos espaços públicos**.



Núcleos urbanos prioritários para o desenvolvimento de Planos Locais de Acessibilidade para Todos

Sem dados específicos para a faixa etária 0-18, as **atividades desenvolvidas** são destinadas para todas as faixas etárias. Relativamente às acessibilidades existe a necessidade de fazer um levantamento detalhado das desconformidades do Concelho que poderão existir relativamente ao tema das crianças:

- Levantamento da rede escolar, avaliação de percurso pedonal escolar e inter-escolas (que poderia funcionar em projeto futuro como um programa de deslocação pedonal para rede escolar).
- Levantamento das acessibilidades do edifício e acessos ao mesmo: passeios, passadeiras, guardas de proteção.
- Levantamento de espaços lúdicos em espaço público para avaliação das acessibilidades.
- Ação de sensibilização, informação e educação nas escolas para promoção da acessibilidade ao peão “*por todos e para todos*”, para uma maior consciencialização relativamente às consequências das diferentes escolhas modais, promovendo assim mudanças comportamentais nas deslocações – nomeadamente, os **direitos dos peões** e os **benefícios de andar a pé**, as quais poderão ser dirigidas a grupos-alvo;
- Fomentar iniciativas pontuais para crianças (a Corrida na Marginal), ou campanhas escolares (folhetos, na revista municipal, *muppies*, internet, etc.);
- A divulgação junto das escolas do 1.º ciclo do ensino básico de iniciativas do tipo **Pedibus** (“autocarro pedonal”), informando a comunidade escolar sobre os benefícios a estas associados.
- Divulgação de vantagens associadas a deslocações pedonais, junto às crianças que estudam no concelho, promovendo deste modo uma maior autonomia nas deslocações para a escola deste grupo etário;

(Fontes: Estudo De Trânsito De Âmbito Concelhio Para Cascais Diagnóstico: Dossier 3 - Acessibilidade Fevereiro De 2010; Plano de promoção da acessibilidade de Cascais, Fase 2 - Plano das Condições de Acessibilidade; Decreto Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto)

❖ ASPECTOS POSITIVOS DA ACESSIBILIDADE EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS/JOVENS)?

Relativamente aos aspetos positivos, a nível das acessibilidades, estes ainda são escassos os exemplos perfeitos, no entanto já se encontram alguns no Concelho:

- Integração do espaço com as redes preexistentes, infraestruturas, equipamentos, revestimento vegetal segundo lógica sistémica integrada, com a morfologia do conjunto edificado – principalmente a sul do Concelho;
- Alguns percursos acessíveis em zonas estratégicas e centrais, junto de interfaces apelando ao comércio local;
- Espaços públicos seguros, confortáveis e aprazíveis, que funcionam para toda a comunidade do Concelho maximizando a diversidade de usos, com condições climáticas que potenciam o seu usufruto;
- Espaços adaptáveis e versáteis dependendo de padrões de vida culturais, sociais e económicos para pessoas de diferentes idades, interesses e motivações;
- Espaços com boa qualidade acústica e visuais – espaços protegidos de ruído, com iluminação natural e artificial, incluindo boa conservação e limpeza urbana, vegetação para filtrar poluição e calor, existência de proximidade de água e os materiais de construção para boa condutibilidade térmica;
- Mobiliário urbano e equipamentos certificados, garantindo regras de segurança e ergonomia na conceção e construção espacial;
- Boas soluções de oferta/opção ao apoio com maior mobilidade pedonal inclusiva (coesão social) criando, espaços de afluência, polivalentes e multifuncionais, encarado numa lógica integrada e unitária;
- Legibilidade dos espaços relativamente ao sistema de comunicação utilizada – seja informativa, direcional e comercial – reforçando a perceção espacial e do edificado;
- Condições de manutenção construtiva, na sua durabilidade dos materiais e equipamentos, prevendo a intensidade de utilização, tempo útil e avaliação do investimento;
- Redução de barreiras arquitetónicas nos percursos pedonais de maior tráfego, para um passeio contínuo melhorado;
- Implementação de suportes para estacionamento de bicicletas, criando uma rede ciclável, junto a locais com funções comerciais, educativos e/ou culturais.

❖ ASPECTOS A MELHORAR DA ACESSIBILIDADE EM CASCAIS (DO PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS/JOVENS)?

Tendo em conta a necessidade de trabalho continuado no Concelho (principalmente as freguesias mais carenciadas em termos de deslocação pedonal) e as propostas de intervenção anteriormente descritas sugere-se:

- Redução/delimitação da criação de barreiras arquitetónicas nos passeios existentes, consoante as características e especificidades do local;
- Promoção do enquadramento na implantação de mobiliário urbano – árvores, iluminação, etc. – para melhoramento do espaço público como de lazer/encontro (valorização espacial de elementos urbanos e equipamentos integrados, sejam eles - floreiras, bancos, mesas, papeleiras, bebedouros, elementos de proteção, suportes de estacionamento de bicicletas, quiosques, cabines, abrigos, sanitários e outros elementos congéneres – reforçando ambientes significativos e dignos)
- Promoção da separação entre redes de circulação pedonal – patins, bicicletas e veículos motorizados;
- Delimitação e vedação de certos tipos de espaço e equipamentos próximos – parques infantis, recintos desportivos, etc.
- Promoção de segurança pedonal no atravessamento de vias rodoviárias;
- Promoção de amplos campos de visão pedonal (deve existir visibilidade no ambiente pedonal, o tratamento espacial dado aos passeios e área pedonais com a adequada largura, localização, escolha de árvores, iluminação, sinalética e mobiliário urbano deve contribuir para um ambiente pedonal acessível e confortável.
- Prever bom desempenho de veículos de serviço – veículos de bombeiros, ambulâncias, recolha de lixo e transportes públicos;
- Promoção e expansão da rede pedonal e ciclável, em conformidade com transportes/ infraestruturas, de modo a otimizar o uso por parte dos utilizadores;
- Promoção da utilização de fontes energéticas e alternativas na alimentação de determinados equipamentos e serviços urbanos, para uma cidade mais sustentável e ecológica;
- Introdução de materiais endógenos e “amigos do ambiente”;
- Promoção a legibilidade e segurança dos peões nas paragens e abrigos de autocarro, em determinados pontos do Concelho – incluindo respetivos painéis informativos e publicitários;
- Incentivo da segurança pedonal pelo redesenho de passeios pedonais – lancis, desniveis, pendentes, larguras, arborização – aproximando-os como “corredores” contínuos de circulação, para diferentes transeuntes;
- Melhoramento na ligação entre passeios, desvios, obstáculos para benefícios de percurso pedonal;
- Melhoramento no tipo de atravessamento das vias, em passadeiras para peões visíveis, dimensionadas e seguras (Oferecer facilidade de movimentação dentro do local e/ou de atravessamento do local e/ou ligação entre locais, integrando os padrões de movimentação local com as estruturas viárias e respetivas estruturas de apoio (deslocações casa/escolas/atividades extracurriculares);

- Promoção de estacionamento, com delimitação de lugares regulamentares, em conformidade ao percurso pedonal;
- Incentivo à mobilidade sustentável, promover a mudança comportamental (exemplo projeto “a pé para a escola”);
- Incentivo à acessibilidade pedonal nos transportes públicos – autocarros/táxis - tornando-os mais acessíveis.
- As acessibilidades a norte da auto-estrada. Há zonas em que não existe passeio.
- Adaptar todas as passadeiras com o piso adequado para invisuais.
- Sensibilizar os automobilistas para estacionarem de acordo com a lei.

III. ESPAÇO PÚBLICO, REABILITAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

A reabilitação e a regeneração urbana afirmam-se como uma das grandes prioridades do atual executivo não só do ponto de vista do ordenamento do território, como nos planos social e económico.

O atual regime jurídico da reabilitação urbana estrutura as intervenções de reabilitação com base nas áreas de reabilitação urbana (ARU) cuja delimitação, da responsabilidade dos municípios, tem como efeito determinar as parcelas territoriais que justificam uma intervenção integrada, atribuindo mecanismos especiais e transitórios de estímulo ao investimento privado nestas áreas.

Um modelo de gestão do espaço público assenta numa política de cidade que requer o desenvolvimento de ações ancoradas em vários domínios de atuação designadamente, através dos seguintes sistemas de atuação:

- Um sistema que assegure a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão;
- Um sistema que permita a implementação de soluções que corrija as tensões resultantes do desenvolvimento urbano desarmonioso;
- Um sistema que procure novas soluções para um espaço público em permanente “tensão”.

De um modo geral, as soluções e tratamento do espaço público são indissociáveis da avaliação de um conjunto de indicadores fundamentais:

- Identidade do espaço a qualificar
- Segurança/conforto
- Mobilidade/acessibilidade
- Inclusão/coesão social
- Legibilidade
- Diversidade/adaptabilidade
- Sustentabilidade

Pretende-se de seguida efetuar uma primeira apreciação sintética da área objeto de estudo com indicação de um conjunto de análises que possam vir a constituir uma base para o desenvolvimento de uma estratégia de gestão e qualificação do espaço público no âmbito da candidatura da “Cidade amiga das Crianças”.

I. Limite geográfico

O diagnóstico que agora se apresenta aborda somente o espaço territorial definido pelas Áreas de Reabilitação Urbana (ARUS) consideradas no âmbito da candidatura da “Cidade amiga das Crianças”.

II. Indicador avaliado

A avaliação/Diagnóstico do espaço público efetuada, incidiu apenas na vertente da Mobilidade e Segurança, assim como, a adequação dos Equipamentos de lazer/Parques Infantis á Criança e os respetivos acessos pedonais na proximidade dos equipamentos escolares.

III. Grupos etários estudados

Para o presente diagnóstico foram considerados 2 grupos de faixas etárias diferentes.

- 06-12 onde se avaliou a autonomia
- 12-18 anos onde se avaliou a segurança

IV. Critérios adotados

- Autonomia – 06-12 anos- Capacidade da Criança circular sozinha livremente a uma distância de segurança do automóvel. Exemplo – Zonas de coexistência, zonas sem automóvel, passeios, praças com dimensão para uma vigilância descontrada sobre a criança
- Segurança – 12-18 – Criança/Jovem - Características do espaço urbano (materiais construtivos adequados, desenho urbano, mobiliário urbano, sinalização vertical, horizontal) e segurança rodoviária.
- Equipamentos lazer/parques Infantis- Existência e adequabilidade do equipamento á criança.
- Acessos (proximidade às Escolas) –Segurança rodoviária, materiais adequados, mobiliário urbano , questões de acessibilidade universal - na proximidade de Creches/jardins de Infância, Escolas 1º,2º e 3º Ciclo e Secundárias

V. Conceitos aplicar

Zonas de Coexistência/Zona 30.

Estas zonas devem, essencialmente, ser implementadas em zonas residenciais, em áreas com elevada atividade comercial, na proximidade de equipamentos escolares, tendo como objetivo:

- Reduzir a velocidade de circulação;
- Reduzir a ocorrência e a gravidade de acidentes;
- Diminuir o tráfego de atravessamento indesejado;
- Reduzir a poluição sonora e ambiental;
- Garantir a segurança rodoviária.

Para a criação destas é conveniente a definição de uma área urbana homogénea, preferencialmente zonas residenciais, sendo necessário assinalar as “entradas” e “saídas”, quer através da construção de medidas que obriguem ao abrandamento, quer através da sinalização vertical.

No interior destas Zonas a sinalização vertical deve ser reduzida ao mínimo, devendo a acalmia de tráfego ser garantida através de alterações físicas no espaço urbano, que conduzam à sua requalificação, tais como:

- Redução da largura da via e aumento do espaço pedonal;
- Introdução de elementos que transmitam a perceção de redução da largura da via aos automobilistas (arbustos/árvores, mobiliário urbano, entre outros);
- Diminuição dos raios de curvatura;
- Descontinuidade no alinhamento do eixo rodoviário;
- Sobre-elevação da via e conseqüente nivelamento dos atravessamentos pedonais;
- Partilha dos espaços de circulação.

→ **Em suma:**

Segundo as Nações Unidas (2007) uma “Cidade Segura” é uma “Cidade Justa”, e tal só é possível se as pessoas, neste caso as crianças, forem o elemento central do desenho urbano, traduzindo-se então esta ordem de prioridades na qualidade do espaço público.

Nas fichas de diagnóstico realizadas conclui-se que é para o grupo etário dos 0-12 anos que se identificam os maiores problemas ao nível do espaço público e onde atuação do município é mais premente.

Os estudos a desenvolver nas zonas identificadas, dado na generalidade se tratarem de espaços urbanos históricos, devem atender às questões identitárias através da promoção e valorização das características do lugar não só na vertente arquitetónica como social e económica.

A criação de zonas de coexistência e as chamadas Zonas 30 afiguram-se aquelas que melhor respondem aos desafios e objetivos que se pretendem alcançar de modo a criar espaços mais seguros que permitam às crianças ganhar competências e autonomia na utilização e afirmação do espaço público de utilização coletiva.

❖ **SÍNTESE DOS ASPETOS POSITIVOS E A MELHORAR DAS ÁREAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA (ARUS) DE CASCAIS**

Diagnóstico das ARU'S no âmbito da implementação do programa "Cidade amiga das Crianças"																			
	ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA																		
	Malveira da Serra		Charneca		Aldeia de Juso		Murches		Areia		Birre		Alvide		Torre		Cascais		
Mobilidade	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
Autonomia																			
06-12 anos		X		X		X	X		X		X		X		X		X		X
Segurança																			
12-18 anos	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X
Equipamentos Lazer / Parques Infantis																			
Existente		X	X		X		X		X		X		X		X		X		X
Adequado			X										X		X		X		X
Acessos (proximidade com escola)																			
Adequado	X		X		X						X								
Creches / jardins de Infância													X		X		X		X
1º, 2 e 3º ciclo							X		X						X		X		X
Secundário													X						X
	ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA																		
	Alcabideche		Amoreira		Estoril		Alcoitão		Bicesse		Manique		Caparide		Livramento		Galiza		
Mobilidade	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
Autonomia																			
06-12 anos		X		X	X		X		X		X		X		X		X		X
Segurança																			
12-18 anos	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X
Equipamentos Lazer / Parques Infantis																			
Existente		X	X		X		X		X		X		X		X		X		X
Adequado			X		X										X				
Acessos (proximidade com escola)																			
Adequado													X		X		X		X
Creches / jardins de Infância	X						X												X
1º, 2 e 3º ciclo	X		X		X		X		X		X								X
Secundário	X								X		X								X

	ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA																	
	Alapraia		Murtal		S.Pedro do Estoril		Trajouce		Abóboda		Tires		Zambujal		S.Domingode Rana		Rana	
Mobilidade	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Autonomia																		
06-12 anos	X			X	X			X		X		X		X		X		X
Segurança																		
12-18 anos	X			X	X			X	X			X		X		X		X
Equipamentos Lazer / Parques Infantis																		
Existente	X			X	X			X		X		X		X		X		X
Adequado	X				X													
Acessos (proximidade com escola)																		
Adequado														X				X
Creches / jardins de Infância	X					X												
1º, 2 e 3º ciclo	X			X	X			X		X		X						
Secundário	X																	
	ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA																	
	Rebelva		Parede		Talaíde		Conceição da Abóbora		Polima		Outeiro de polima		Sassoeiros		Carcavelos			
Mobilidade	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não		
Autonomia																		
06-12 anos		X		X		X		X		X		X		X		X		X
Segurança																		
12-18 anos	X		X		X		X		X		X		X		X			
Equipamentos Lazer / Parques Infantis																		
Existente	X		X							X		X		X		X		
Adequado			X			X		X		X		X				X		
Acessos (proximidade com escola)																		
Adequado								X		X		X						
Creches / jardins de Infância	X			X										X				
1º, 2 e 3º ciclo	X		X		X									X		X		

❖ PROGRAMAS OU PROJETOS DA CÂMARA MUNICIPAL E ENTIDADES DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO

No quadro que pode ser consultado no anexo 1 apresenta-se o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação dos projetos, ações ou iniciativas da responsabilidade destas entidades que têm como público-alvo as crianças e jovens dos 0 aos 18 anos.

❖ INSTITUIÇÕES DO CONCELHO COM INTERVENÇÃO NA ÁREA DA SEGURANÇA, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

Não nos sendo possível uma listagem completa das Instituições que existem atualmente no município com intervenção na área da Família, no anexo 2 pode ser consultado o levantamento realizado junto de todos os elementos do Mecanismo de Coordenação das instituições concelhias com intervenção nesta área. Apesar de não ser exaustivo não deixa de ser dados importantes no sentido de se ter noção global da oferta de respostas.

No entanto, elencamos abaixo a intervenção da **PSP** junto de crianças e jovens, que pela sua especificidade e abrangência deve ser descrita.

PSP - Programa Escola Segura

O Programa Escola Segura tem a sua origem num protocolo celebrado em 1992 entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Educação. O Despacho Conjunto n.º 105 - A/2005 de 2 de Fevereiro do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Educação definiu os objetivos prioritários do Programa, os princípios estratégicos e a estrutura organizacional de coordenação do mesmo. Este Despacho foi objeto de reavaliação, tendo sido publicado o Despacho Conjunto n.º 25649/2006 de 29 Novembro, onde se estipulam os seguintes objetivos prioritários para o Programa Escola Segura:

- Promover uma cultura de segurança nas escolas
- Fomentar o civismo e a cidadania, contribuindo deste modo para a afirmação da comunidade escolar enquanto espaço privilegiado de integração e socialização;
- Diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas;
- Determinar, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e/ou de ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes;
- Promover, de forma concertada com os respetivos parceiros, a realização de ações de sensibilização e de formação sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar;
- Recolher informações e dados estatísticos e realizar estudos que permitam dotar as entidades competentes de um conhecimento objetivo sobre a violência, os sentimentos de insegurança e a vitimação na comunidade educativa.

Na área de Jurisdição da Divisão Policial de Cascais, as suas Equipas afetas ao programa Escola Segura, desde o início do ano letivo 2016/2017, promoveram até à presente data as seguintes ações de Sensibilização e acompanhamento, direcionados para os seguintes públicos-alvo:

ÁREA DA ESQUADRA DE CASCAIS

TEMA	Público-Alvo	Pais	Alunos	Professores/auxiliares
PROGRAMA ESCOLA SEGURA "O QUE É"	2º Ciclo	10	31	3
PROGRAMA ESCOLA SEGURA "O QUE É"	1º Ciclo		23	2
SEGURANÇA INFANTIL	Pré-primário 1º e 2º Ciclo		885	33
PASSEIO CICLOTURISMO "REGRAS DE SEGURANÇA DO CICLISTA"	2º e 3º Ciclo	+/-10	132	10
CORDÃO HUMANO	1º, 2º, 3º e Secundário		1057 a)	
ÁLCOOL DE DROGAS	3º Ciclo		123	7
112	1º Ciclo		195	9
ÁLCOOL DE DROGAS	Secundário		96	8
ABERTURA DO ANO LECTIVO	1º Ciclo		44	6
PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO RODOVIÁRIA	1º Ciclo		114	6
BULLYING	Pré-Escolar, 1º Ciclo		180	11
INTERNET SEGURA	2º, 3º Ciclo		127	6
AMBIENTE	Secundário		24	1
VIOLÊNCIA NO NAMORO	3º Ciclo/ Secundário		131	28

a) Inclui alunos Professores e auxiliares de Educação

TEMA	Público-Alvo	Pais	Alunos	Professores/Auxiliares
PERIGOS DO CARNAVAL "BOMBAS"	2º, 3º ciclo		88	4
DESFILES CARNAVAL "ACOMPANHAMENTOS"	1º Ciclo		35	9

ÁREA DA ESQUADRA DO ESTORIL

TEMA	Público-Alvo	Pais	Alunos	Professores/auxiliares
ABERTURA DO ANO LECTIVO	Pré-escolar, 1º Ciclo	40	156	14
ABERTURA DO ANO LECTIVO/COMP. SEGURANÇA	Secundário	30	88	10
ÁLCOOL E DROGAS	Secundário	28	161	12
SEMANA DAS PROFISSÕES "SER POLÍCIA"	Pré-escolar		28	10
DELINQUÊNCIA INFANTIL	3º Ciclo		20	
"COMPORTAMENTOS DE SEGURANÇA INFANTIL"	Pré-escolar, 1º ciclo		204	11
PREVENÇÃO/EDUCAÇÃO RODOVIÁRIA	1º Ciclo		85	4
	1º Ciclo		412	16
COMPORTAMENTOS AUTO PROTECÇÃO				
PREVENÇÃO RODOVIÁRIA	Pré-Escolar 1º ciclo		131	6
INTERNET SEGURA	1º, 2º e 3º ciclo		86	7
BULLYING	1º Ciclo	1	156	14
112	1º, 2º ciclo		167	7

VIOLÊNCIA NO NAMORO	Secundaria	52	2
PERIGOS DO CARNAVAL “BOMBAS	1º Ciclo	49	1
DESFILES CARNAVAL “ACOMPANHAMENTOS”	1º Ciclo	494	Pais e Professores +/- 376

ÁREA DA ESQUADRA DA PAREDE

TEMA	Público-Alvo	Pais	Alunos	Professores/auxiliares
COMPORTAMENTOS AUTO PROTECÇÃO E 112	1º Ciclo		215	11
PREVENÇÃO/EDUCAÇÃO RODOVIÁRIA	1º Ciclo			
VIOLÊNCIA NO NAMORO	2º, 3º ciclo e Secundário		2151	18
INTERNET SEGURA	2º Ciclo		447	21
ÁLCOOL E DROGAS	2º, 3º ciclo		210	27
PERIGOS DO CARNAVAL “BOMBAS	1º 2º Ciclo		60	3

ÁREA DA ESQUADRA DE CARCAVELOS

TEMA	Público-alvo	Pais	Alunos	Professores/Auxiliares
COMPORTAMENTOS AUTO PROTECÇÃO E 112	1º,2º Ciclo		140	13
PREVENÇÃO/EDUCAÇÃO RODOVIÁRIA	1º Ciclo		432	20
VIOLÊNCIA NO NAMORO	Secundário		55	8
INTERNET SEGURA				
ÁLCOOL E DROGAS	3º Ciclo		127	18
BULLYNG	2º, 3º e secundário		238	19

ÁREA DA ESQUADRA TRAJOUCE

TEMA	Público-Alvo	Pais	Alunos	Professores/Auxiliares
COMPORTAMENTOS AUTO PROTECÇÃO /112/ SER POLICIA POR UM DIA	1º e 2º Ciclo		1114	45
ABERTURA DO ANO LECTIVO/COMP. SEGURANÇA	2º e 3ºCiclo		98	25
PREVENÇÃO/EDUCAÇÃO RODOVIÁRIA	Pré-escolar,1º e 2º Ciclo		888	32
VIOLÊNCIA NO NAMORO	Secundário		28	1
INTERNET SEGURA	1º, 2º e 3º ciclo		422	18
ÁLCOOL E DROGAS	3º Ciclo		162	22
ACOMPANHAMENTOS PAIS NATAL/ JANEIRAS /CIDADANIA	1º e 2º Ciclo		Total alunos, Pais.Professoes e auxiliares	2197
PERIGOS DO CARNAVAL “BOMBAS	1º e 2ºciclo		121	5
BULLYING	1º ciclo		24	1

*Aqui não estão inseridos os dados de participantes em eventos que a PSP, participa, tal como Família Land, por ser a nível de Divisão, senão acrescentaríamos cerca de 3000 (crianças e pais)

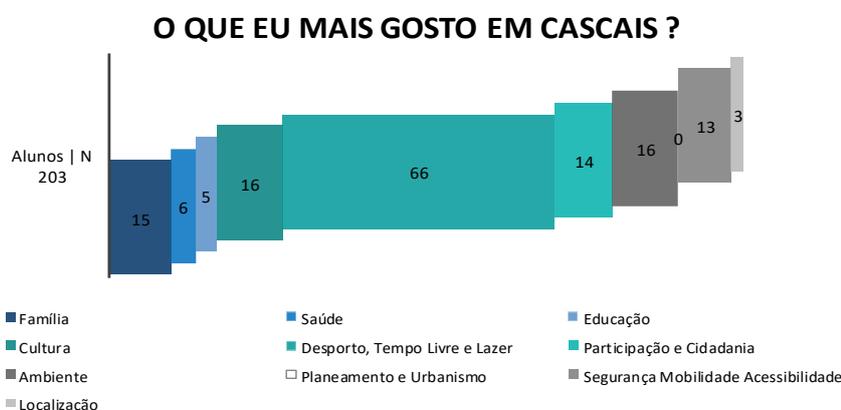
7. DADOS DA AUSCULTAÇÃO PÚBLICA

Como já foi referido na metodologia, para além da análise dos dados estatísticos do município e da análise documental efetuada, considerou-se pertinente a recolha das perceções de diferentes atores (Crianças e Jovens, Famílias, Organizações, CMC) sobre o município nas suas diferentes dimensões com impacto no bem-estar e qualidade de vida dos seus cidadãos entre os 0 e os 18 anos.

Apresentam-se de seguida os resultados da auscultação pública obtidos através da dinamização de Workshops setoriais e a aplicação de questionários *online*.

a) WORKSHOPS

1ª O QUE EU MAIS GOSTO EM CASCAIS? (Crianças/Jovens)

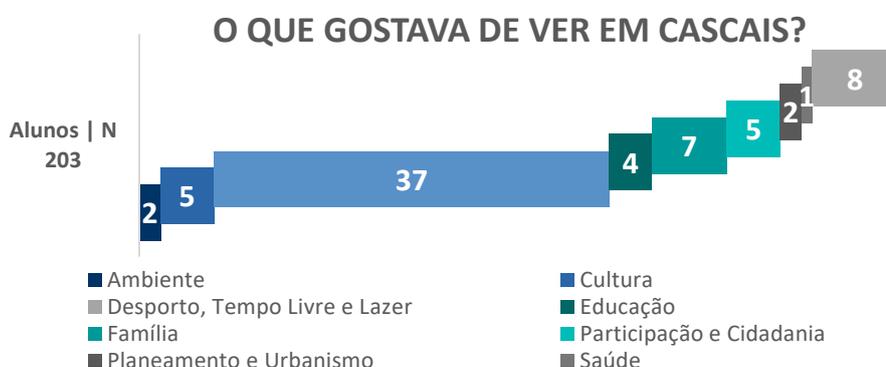


CATEGORIAS	REGISTO DAS OPINIÕES DOS ALUNOS
FAMÍLIA	Comercio; Habitação; Restauração
SAÚDE	Qualidade dos serviços de Saúde
EDUCAÇÃO	Educação
CULTURA	Arte; Bibliotecas Municipais; Museus; Oferta Cultural
DESPORTO, TEMPO LIVRE E LAZER	As praias e o paredão; Campos de futebol; Atração Turística; Centros comerciais; Espaços ao ar livre; Espaços de lazer; Estruturas desportivas; Estruturas e equipamentos de Lazer; Eventos/festivais; Marina; Oferta Desportiva; Parques Urbanos; Parques infantis; Piscinas da Abóboda;
PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	Oferta para jovens; Orçamento participativo; Programas de Verão jovens; Valores;
AMBIENTE	Condições naturais; Espaços da Natureza; Percurso pedonal junto a mar; Espaços verdes; Características de cascais;
PLANEAMENTO E URBANISMO	
SEGURANÇA MOBILIDADE ACESSIBILIDADE	Acessibilidade; Transportes; Mobilidade; Segurança; Semáforos sonoros;
LOCALIZAÇÃO	Localização

ANÁLISE

- Na questão “O que eu mais gosto em cascais” participaram 203 crianças e jovens, estudantes no concelho de cascais.
- As opiniões enunciadas incidiram, em grande escala, na área do Desporto Tempo Livre e Lazer com 66 registos que correspondem a 32,5% do total dos alunos. Foram muito referenciados os parques da Vila, piscinas, as zonas de praia, equipamentos de exercício físico no exterior, ciclovias, campos de futebol, espaços de convívio, concertos de verão, BICas, entre outros.
- Com 16 opiniões a área da Cultura e do Ambiente que correspondem cada uma a 7,8% e em que foram referidas as várias bibliotecas, a variedade de monumentos e exposições, as atividades dos serviços educativos, a arte no espaço rua.
- Ainda com 15 opiniões na área da família como oferta e resposta que o concelho tem para todas as famílias a nível de comércio, restauração, etc.
- Na área da participação e cidadania foram identificadas pelos jovens com 14 respostas, maioritariamente com referência aos programas de verão – Maré Viva (iniciativa muito valorizada em todos os workshops com os alunos)

2ª QUESTÃO: O QUE EU GOSTAVA DE VER EM CASCAIS?



CATEGORIAS	REGISTO DAS OPINIÕES DOS ALUNOS
AMBIENTE	Parques da natureza; Parques Naturais;
CULTURA	Artes; Oferta Cultural;
DESPORTO, TEMPO LIVRE E LAZER	Ciclovias; Congressos/Espectáculos/Eventos; Estruturas e equipamentos de lazer; Postos de Wi-Fi pelo concelho; Mais equipamentos desportivos; Oferta atividades lúdicas; Oferta desportiva; Parques Urbanos; Piscinas municipais;
EDUCAÇÃO	Centro lúdico e pedagógico para crianças e jovens; Crianças Jovens NEE; Educação;
FAMÍLIA	Apoio social; Residências para estudantes; Restauração;
PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	Informação/comunicação/Divulgação; Espaços de participação; Voluntariado
PLANEAMENTO E URBANISMO	Casas de banho públicas; Todos os espaços preparados para crianças com deficiência; residencial para estudantes.
SAÚDE	Serviços de Saúde;
SEGURANÇA MOBILIDADE ACESSIBILIDADE	Segurança; Transportes / Acessibilidade;
<p>A 2ª questão debatida em todas as turmas (9), 71 referiram um desejo o que representa 35% dos 203 participantes,</p> <p>Área do Desporto, Tempo Livre e Lazer, foi novamente a mais nomeada, com 18% de representatividade. As ideias partilhadas passaram pela existência de um espaço parque aquático com atração para os munícipes e turistas e adaptado a crianças com deficiência motora, a parques de Karts, congressos para</p>	

ANÁLISE

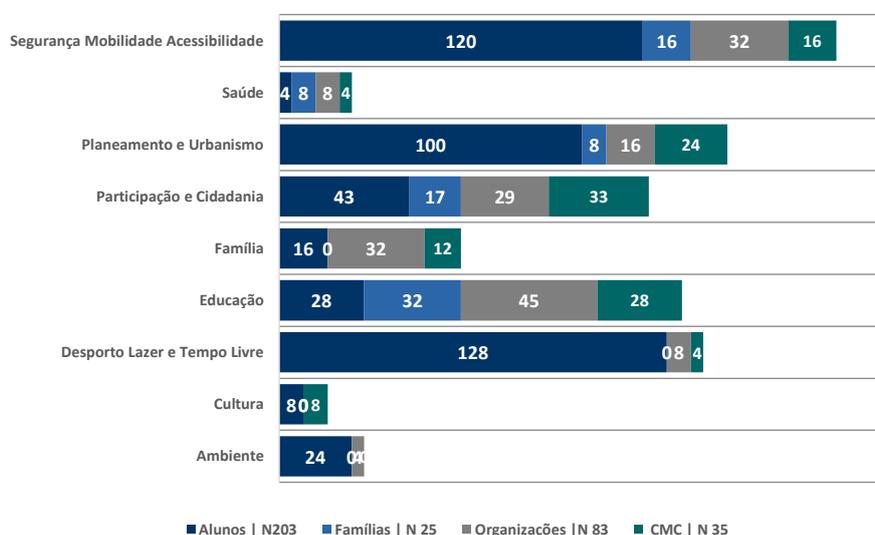
jovens nas áreas temáticas do seu interesse, campos de futebol públicos com relva

Nas restantes áreas; família, segurança mobilidade acessibilidade, educação, participação e cidadania e planeamento e urbanismo tiveram pouca representatividade, mas reforçada positivamente em várias sessões: entre os 4 e os 2% - a importância que teria para algumas famílias a existência de restaurantes sociais, a construção de uma residencial para os estudantes que vivem fora do concelho de cascais, de uma rede de transportes ajustada às necessidades das crianças e jovens e da melhoria da comunicação/informação a este público-alvo

De realçar que na área da participação e cidadania foi assimilada a comunicação/informação "...A comunicação chegar até nós... (opinião das algumas crianças), ponto importante a considerar

3ª QUESTÃO: O QUE PODE SER MELHORADO?

O QUE PODE SER MELHORADO ?



CATEGORIAS	REGISTO DE TODOS OS PARTICIPANTES
AMBIENTE	Ambiente; Manutenção de zonas perigosas no paredão; Parques naturais;
CULTURA	Bibliotecas Municipais; Oferta Cultural;
DESPORTO LAZER E TEMPO LIVRE	Tempo livre; Atração turística; Equipamentos desportivos; Estruturas e equipamentos de lazer; Eventos desportivos; Marina; Parques urbanos; Praias e paredão; Restauração;
EDUCAÇÃO	Rede Integrada; Educação/Escola; Partilha de experiências;
FAMÍLIA	Apoio social; Atendimento dos serviços públicos; Serviços e respostas de apoio à família;
PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	Cultura de Participação e Cidadania; Informação/Comunicação/Divulgação; Programa de verão para jovens; Voluntariado
PLANEAMENTO E URBANISMO	Espaços de Rua; Interior do concelho; Manutenção dos espaços escola e envolvente; Ordenamento/Espaço público; Planeamento; Requalificação de bairros;
SAÚDE	Prevenção Bullying; Serviços de Saúde;
SEGURANÇA MOBILIDADE ACESSIBILIDADE	Segurança; Crianças/Jovens com deficiência e mobilidade reduzida; Mobilidade; Transportes/Acessibilidade;

ANÁLISE

A pergunta “**O que pode ser melhorado**”, foi aplicada a todos os grupos setoriais (380 participantes) O resultado dos registos evidenciaram igualdade nas áreas de preocupação para os grupos e que na sua opinião necessitam de intervenção para qualificar e melhorar a qualidade de vida das crianças e jovens.

Com os alunos | Desporto Tempo Livre e Lazer (**63%**), Planeamento e Urbanismo (**49%**) e Segurança Mobilidade e Acessibilidade (**59%**)

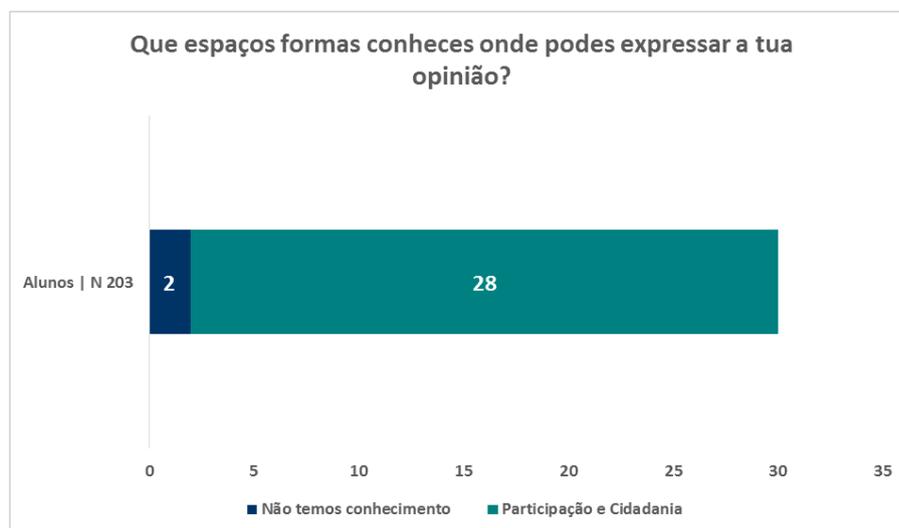
Com a família | Educação (**100%**) com referência a muitas sugestões, Participação e Cidadania (**85%**) e Segurança, Mobilidade e Acessibilidade (**80%**)

Com as organizações | Educação (**54%**), Família e Segurança Mobilidade e Acessibilidade ambas (38%); Participação e Cidadania (**35%**)

Com a CMC | Participação e Cidadania (**94%**); Educação (**80%**), Planeamento e Urbanismo (**68,5%**), Segurança Mobilidade Acessibilidade (**45%**)

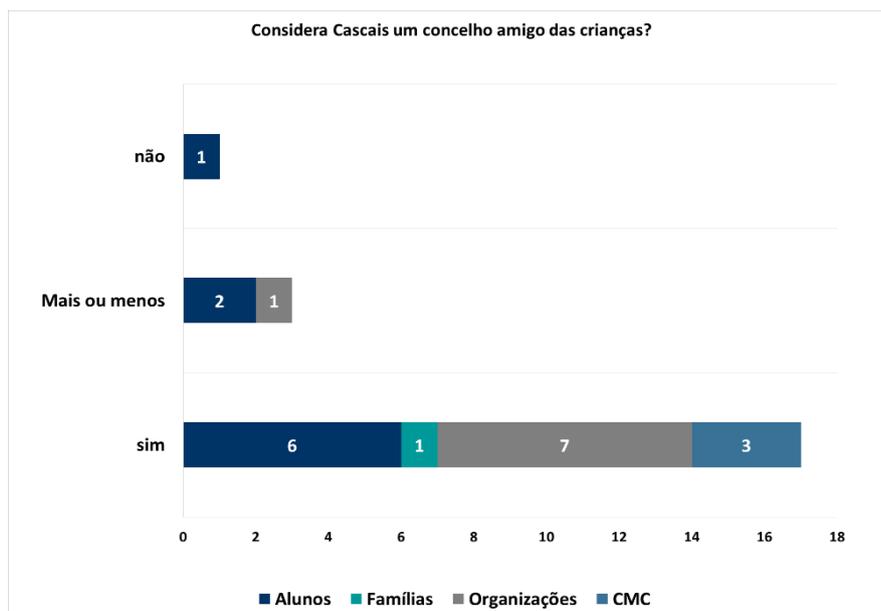
De referir ainda, que ao longo das sessões foi assinalada, por todos, a necessidade de qualificação do interior do concelho, generalizado a todas as áreas. (Áreas desportivas e de lazer no interior do Concelho; Melhorar as zonas interiores do concelho; Rede de transportes no interior do concelho;

4ª QUESTÃO: QUE ESPAÇOS FORMAS CONHECES ONDE PODES EXPRESSAR A TUA OPINIÃO?



CATEGORIAS	REGISTO TOTAL DOS ALUNOS
NÃO TEMOS CONHECIMENTO	Não temos conhecimento
PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	Comércio; Em família; Junta de Freguesia; Na escola; Orçamento participativo jovem; Parlamento dos Jovens; Pela CMC correspondência com o Sr. Presidente; Poucas iniciativas; PROJETO TAKE IT; Redes sociais página do Facebook da CMC; Serviços da CMC; Workshops da CMC da carta educativa e do Programa Cidade Amiga das Crianças;
ANÁLISE	<p>Na análise desta questão só foram dadas referências na área da Participação e Cidadania.</p> <p>Dos 203 alunos, apenas 28 afirmaram conhecer alguns espaços/formas para expressarem a sua opinião (14%) como se pode observar no quadro abaixo apresentado.</p> <p>A percentagem dos alunos que não se manifestaram, foi muito significativa (85%) que corresponde a 180 alunos.</p>

5ª e 6ª QUESTÃO: CONSIDERA CASCAIS VILA AMIGA DAS CRIANÇAS? SIM/NÃO? PORQUÊ?



JUSTIFICAÇÃO AO GRÁFICO ACIMA APRESENTADO

SIM

Fomos ouvidos no Orçamento Participativo Jovem; temos as necessidades básicas garantidas; razões elencadas na questão/gráfico 7; Cascais em comparação com outros municípios é excelente, havendo muito ainda a fazer; Existência de espaços verdes e de lazer; CMC facilitadora; Preocupação da CMC com os equipamentos específicos para as crianças e jovens (educativos, de lazer e culturais...); Pretende fazer melhor / está sensibilizado para ...; Resposta do desporto; Tudo o que já foi dito; Cascais vila amiga através de programas desenvolvidos pela CMC; Foco das políticas de saúde; Programas dirigidos a crianças, jovens e família; Foco das políticas de família; Programa Cidade Amiga das Crianças; Abrangência sistemática | saúde, educação, entre outras; O espaço praia.

MAIS OU MENOS

Em geral, raramente somos ouvidos; Os adultos deviam ouvir mais e dar mais importância às suas opiniões; Para crianças e jovens com deficiência melhorar a questão da segurança, melhorar os transportes, parques mais adaptados; Trabalhamos “PARA” as crianças (excelente trabalho) mas não “COM” as crianças; Alargar programas de OTL| maré viva e programas de voluntariado jovem; Retomar Programas e projetos que foram descontinuados; Dar continuidade a programas existente; Escolas que funcionam com autonomia alunos do 5º ano são confrontadas com outros programas; Maior equilíbrio entre “Tempo de aula” e restante tempo: desconstrução das políticas / desconstrução do papel do professor – Questão cultural; Foco das políticas de educação; Falta o salto “qualitativo”

NÃO

Poucas infraestruturas direcionadas exclusivamente, para crianças e jovens; Os parques não estão cuidados; Auscultam mas não dão feedback; Incentivos e promoção para deslocação do local de trabalho para local de habitação; Dar “voz-ativa” dever ser tornada uma prática corrente.

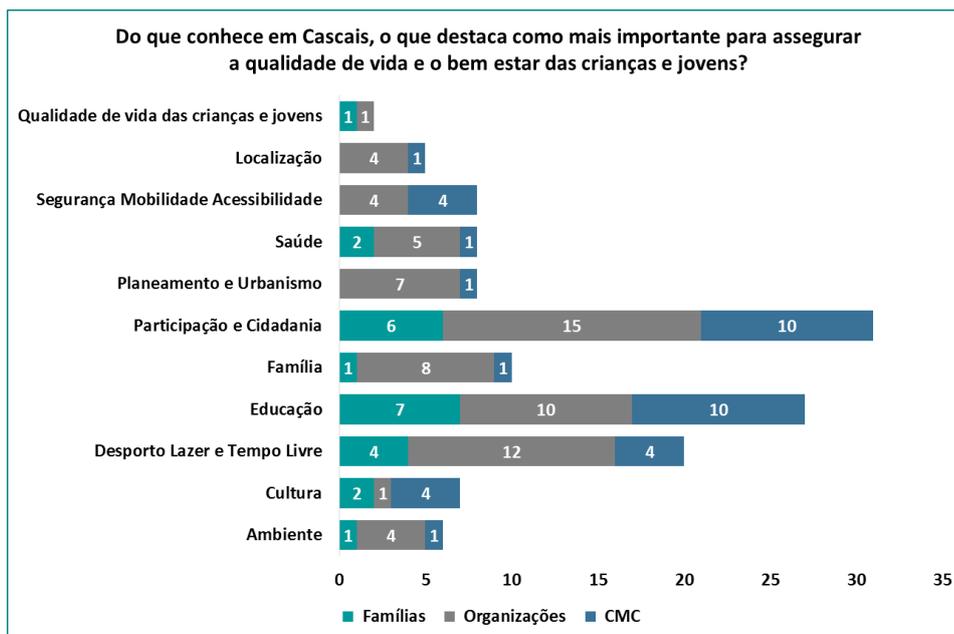
ANÁLISE

Dos 21 Workshops realizados, 17 sessões (80%) afirmaram que **sim**, pelos motivos anunciados na questão a seguir apresentada-

Em 3 sessões (14%) considera **(+/-)**, pela necessidade de se ter de ouvir e envolver mais as crianças e jovens do concelho nas decisões sobre os assuntos que tem impacto direto nas suas vidas para planear a mudança, a continuidade de programas suspensos pelo município de programas que proporcionavam excelentes aprendizagens em contexto formal e não formal, entre outros...

E por último, uma 1 sessão (5%) é da opinião que Cascais **não** é uma Vila amiga das crianças, referindo que existem poucas infraestruturas direcionadas exclusivamente, para o município mais jovem e que nunca são considerados em qualquer decisão.

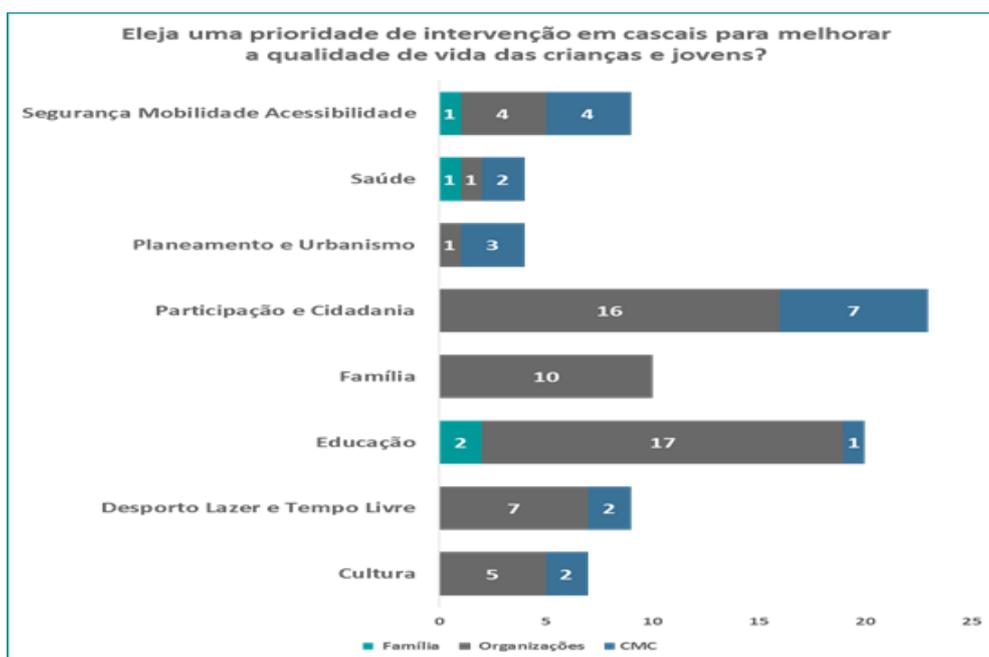
7ª QUESTÃO: DO QUE CONHECE EM CASCAIS, O QUE DESTACA COMO MAIS IMPORTANTE PARA ASSEGURAR A QUALIDADE DE VIDA E O BEM ESTAR DAS CRIANÇAS E JOVENS



CATEGORIAS	REGISTO TOTAL DOS PARTICIPANTES
AMBIENTE	Condições naturais são o que mais se destaca; Parques Naturais;
CULTURA	Oferta cultural; Bibliotecas Municipais; Polivalência dos espaços culturais;
DESPORTO LAZER E TEMPO LIVRE	Parques Urbanos; Crianças Jovens com deficiência e mobilidade reduzida; Oferta da área desporto; Atividades gratuitas disponíveis; Estruturas e equipamentos de Lazer; Praias e Paredão; Espaços de Rua; Diversidade de parques e espaços abertos para crianças, jovens e famílias; Existência de ludotecas; Rede de Ludotecas – Intercâmbio de idades: os + velhos vão brincar com os mais novos; Ludotecas como resposta não formal/curricular, que promovem jogos/brincadeiras; Bus Surf; acesso bicas; Investimento da CMC na diversidade, organização, qualidade e distribuição geográfica dos espaços para recreio e lazer;
EDUCAÇÃO	Reconhecido do esforço e evolução no que toca á execução de infraestruturas; Reconhecido do esforço e evolução de trabalho no que toca á Formação de Professores para práticas direcionadas; Diversidade de formação em função das potencialidades de cada um; Educação; Rede Integrada; Discrepância de opiniões entre o pré-escolar e outros grupos ao nível de construções, mais qualidade no pré-escolar; Oferta ocupação tempos Livres; Rede escolar com qualidade; Projetos existentes para o desenvolvimento de competências e capacitação das crianças e jovens; atividades de educação ambiental; OTL; Rede de escolas requalificadas; A.E.C. em contexto não-formal; Abertura de Ludo bibliotecas; esforço e evolução de trabalho da CMC, sobretudo na infância e Escolas Básicas; Visão integrada do programa Crescer a Tempo Inteiro; Acesso à Educação; Assinatura de contrato entre M.E e CMC; Projetos empreendedorismo jovem - impacto DNA; Proximidade Famílias-Escola; Boa rede de escolas públicas, requalificada; Proximidade Juntas Freguesia-Escolas; Escola Segura (PSP); segurança; Comunicação entre os agrupamentos: maior abertura e tentativas de harmonização;
FAMÍLIA	Ação social; Inclusão Social; Apoio à família; Área social; Comércio; Reconhecido do esforço e evolução do trabalho no que toca á Ação social, Comissão Proteção de menores (CPCJ); Investimento e apoio pré-escolar – bases sociais; Projetos existentes na área social e apoio à prevenção;
PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	Serviços da CMC; Proximidade da CMC; Voluntariado; Apoio aos jovens; Apoio aos escuteiros; Programas de verão; Associativismo; Informação / comunicação; Cidadania; OP jovem; Espaço S – Apoio aos jovens relação com os jovens; Política autárquica próxima dos munícipes; Salesianos do Estoril uma referência na tutoria de alunos à ludoteca da Galiza; Escolas que promovem o direito à participação; Algumas escolas com centro de voluntariado, atendendo às faixas etárias mais vulneráveis;
PLANEAMENTO E URBANISMO	Melhoria nos espaços exteriores das escolas; Ordenamento /Espaço público;
SAÚDE	Serviços de Saúde; Plataforma da Saúde; Acesso gratuito à saúde; Núcleo de saúde em risco; Prevenção área da saúde; Acesso aos serviços de saúde; Excelentes serviços no Hospital de Cascais; Evolução nas respostas de apoio à deficiência Mental;

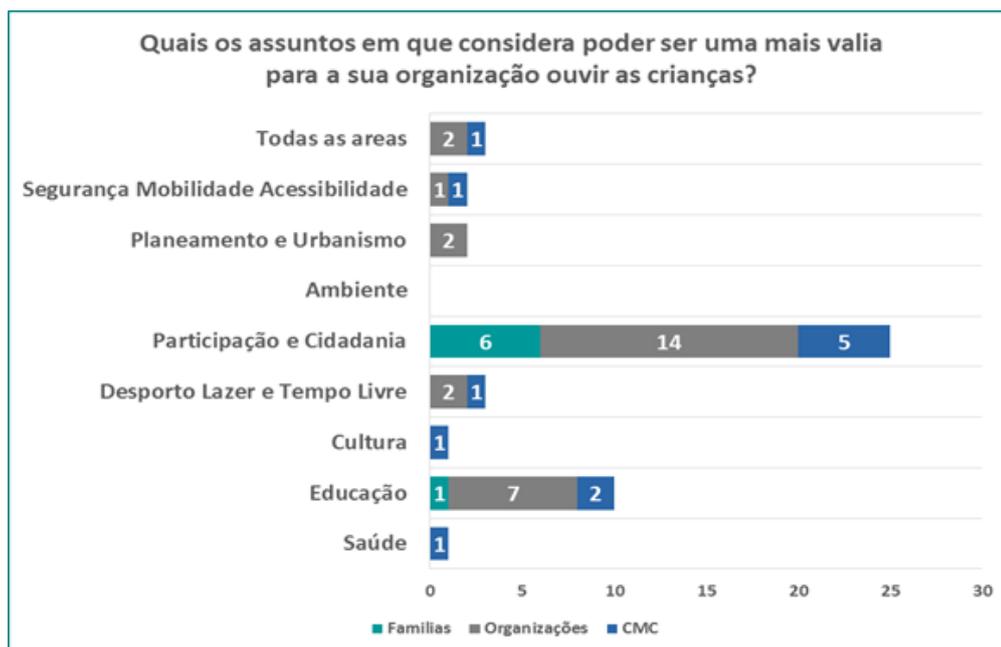
SEGURANÇA MOBILIDADE ACESSIBILIDADE	Segurança; Sistema de Promoção e Proteção: trabalho em rede que se encontra cada vez mais consolidado; (existe maior consciencialização para a necessidade permanente deste trabalho, que deve ser transversal, de grande articulação e parceria, com o envolvimento da população em geral)
LOCALIZAÇÃO	Localização (proximidade serra e mar); localização excelente e respetivas acessibilidades
QUALIDADE DE VIDA DAS CRIANÇAS E JOVENS	Qualidade de vida das crianças e jovens; boa gestão dos recursos potencia a qualidade de vida das crianças e jovens.
ANÁLISE	<p>Esta pergunta foi aplicada a Famílias, Organizações e CMC, num total de 138 participantes em 12 sessões.</p> <p>Em relação aos 3 grupos setoriais, a questão mostrou-nos que houve equidade em relação ao que é necessário para garantir bem-estar ao município mais jovem.</p> <p><u>As áreas nomeadas pelos participantes foram:</u></p> <p>Participação e Cidadania (22,4%) - novamente nesta área as opiniões passam pela existência dos programas de verão para os jovens, o apoio ao associativismo; a existência de projetos de cidadania, o orçamento participativo jovens, os workshops realizados para o diagnóstico, entre outros.</p> <p>Educação (19,5%) - a referência à qualidade na pré-escolar e a uma rede escolar com qualidade; a algumas atividades de educação ambiental; Rede de Ludobibliotecas bem dotada com equipas bem preparadas; esforço e evolução de trabalho da CMC, sobretudo nos Jardins-de-infância e Escolas Básicas; Acesso à Educação; Assinatura de contrato entre M.E e CMC; Proximidade Famílias-Escola; Boa rede de escolas públicas, requalificada; Proximidade Juntas Freguesia-Escolas;</p> <p>Desporto Tempo Livre e Lazer (11,5%) - foram feitas referência a atividades como, Bus Surf; acesso bicas; Investimento da CMC na diversidade, qualidade e distribuição geográfica dos espaços para recreio e lazer;</p> <p>Família (7%) - opiniões apresentadas como aspetos positivos na resposta e apoio às famílias através do Centro de apoio à família Parental; Comissão Proteção de menores (CPCJ); Equipa de intervenção precoce na criança; Investimento e apoio pré-escolar – bases sociais; Prevenção na área saúde mental;</p> <p>A distribuição pelas outras áreas, apresentaram opiniões com percentagens pouco significativas.</p>

8ª QUESTÃO: ELEJA UMA PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO EM CASCAIS PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DAS CRIANÇAS E JOVENS.



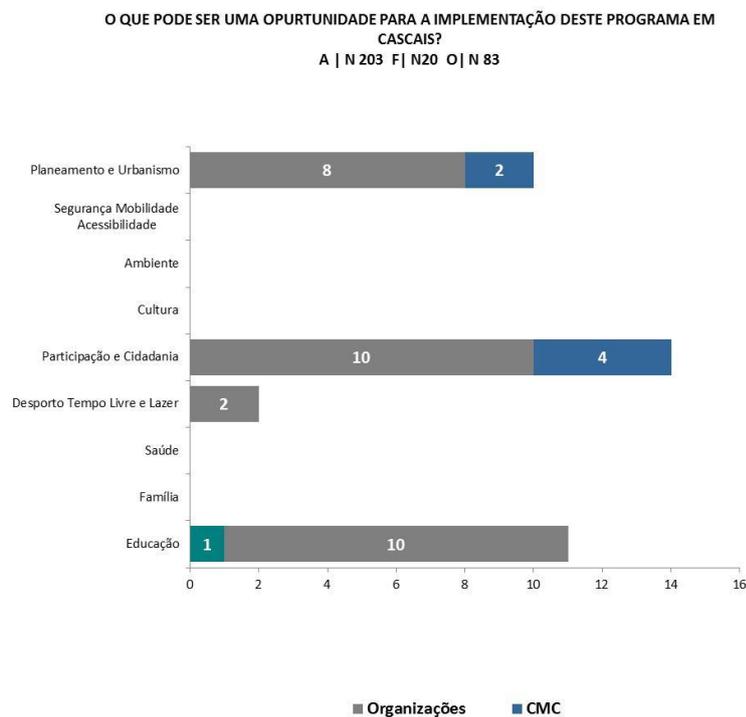
CATEGORIAS	REGISTO
CULTURA	Implementar um programa para as artes, expressão dramática (tendo como exemplo os workshops); Implementação nas organizações de atividades diversas (artes, etc.) para alargar os interesses; teatro – o que existe tem de ser pago. Maior dinamização nestas áreas; Escola Profissional de Teatro de Cascais fazer mais demonstrações na rua; cultura;
DESPORTO LAZER E TEMPO LIVRE	Recriar aposta no desporto e desporto escolar; Fomentar uma Cultura Lúdica: introdução ao jogo e brincadeira; levantamento exaustivo do que as crianças pretendem, no espaço de recreio e público; espaços públicos de lazer seguros; Criação de mais espaços exteriores qualificados e adequados para jovens; Criar momentos informais nos espaços escola e na área envolvente da escola
EDUCAÇÃO	Recuperar projetos e programas: Crianças Críticas e Pensadoras “Levar a Ler”, “Escola Criativa”, “Educação pela Arte” e “Preocupa-te-Ocupa-te”; Os projetos /Práticas devem ser permanentes e cruzarem todos os pilares do programa; Necessidade de melhoramento da qualidade das refeições escolares (nutricional); Procurar o uso da cidade como se fosse uma escola, com a participação ativa das crianças/jovens; Os jovens desmotivados e oferecem resistência à escola; Reformular horários – entradas, escolas, etc; Criar relação, desenvolver estratégias para contrariar isolamento; escola; Escola é só uma. A que presta serviço público são todas; O que as torna mais felizes na lógica do funcionamento HELPO – escolas; Diversidade de resposta em função do individuo; Promover modelos de Intervenção mais abrangentes, com diferentes linhas de orientação; os professores do 1.º ciclo não tem capacidade para a área das expressões (uma cadeira de expressões na ESE); Incentivar os agrupamentos a trabalhar as crianças e os jovens em áreas que não só académicas; Sucesso para além da escola (não só as notas)
FAMÍLIA	Sistema de proteção e sensibilização à comunidade; Integração (de estrangeiros) crianças, jovens, família;
PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	Levar os pais no envolvimento dos filhos; As crianças terem mais tempo com a família; Rede de apoio domiciliário às famílias; Programa de férias acessível a todas as famílias; Investir nas atividades de férias; custo das atividades de férias não é acessível a todas as famílias; Promover participação e maior envolvimento das crianças desde idade “zero”.; Criação de debates tipo “Parlamento” para crianças, para apresentação de propostas, discussão e aprovação (OPJovem); Espaços de participação Trabalho continuado uma vez que denotam pouca colaboração das crianças; OP Jovem um “início” de participação; Participação ativa das crianças: participam mas são os adultos, professores ou representantes das instituições; Promover em todas as escolas caixas de sugestões para recolha de opiniões/reclamações das crianças/jovens; Envolvimento das crianças na recuperação do espaço público, por forma a considerarem-no como seu; Figura do tutor para as crianças em transição de ciclos de ensino; Ouvir as perspetivas das crianças e jovens sobre o que é importante participar; Ouvir as crianças e jovens sobre todas as áreas; Criar condições e capacitar as pessoas para ouvirem as crianças e jovens; Sensibilizar as famílias e organizações para ouvirem as crianças e jovens; Criar espaço permanente de auscultação às crianças e jovens; Ouvir as crianças para o feedback da utilização dos espaços; Criar espaço permanente de auscultação às crianças e jovens; Mecanismos e estruturas formais de participação infantil e juvenil; Programa Cidades Amigas das Crianças prioridade na agenda política; Prolongar os períodos de participação dos jovens e programas da CMC, não só na época verão; Fomentar/Promover Associativismo Juvenil; acesso e utilização dos meios para obter mais informação; acesso á informação e divulgação; INFORMAÇÃO: Melhorar a comunicação; Mecanismo de recolha de informação inter-serviços atualizado permanentemente e sistemático.
PLANEAMENTO E URBANISMO	Aproximação aos políticos e decisores políticos; Reduzir iniquidade entre interior e litoral (acessibilidade, comunicação e atividades); Pensamento estratégico que integre os Direitos das Crianças; Continuidade do espaço público; Mobilidade; Continuidade do espaço público; melhorar o acesso da escola ao espaço envolvente imediato;
SAÚDE	Programas competências parentais, Social, saúde; saúde mental; Saúde
SEGURANÇA MOBILIDADE ACESSIBILIDADE	Acessibilidade; Acessibilidades – trajeto casa-escola – atividades; Segurança rodoviária; Acessibilidades; transportes; Custo e adequação dos transportes; transportes; Divulgação e sensibilização de programas de proteção e segurança das crianças e jovens, transversal a toda a comunidade;
ANÁLISE	Nesta questão todas as áreas foram referidas pelos participantes, no entanto com maior destaque e impacto temos a área da Participação e Cidadania com 23 opiniões (17%), Educação (14%) correspondente a 20 ideias e na área da Família com 10 registos (7%) identificados só no grupo das organizações, como medidas que consideraram importante destacar (ver abaixo quadro resumo) Seguindo-se com igual representatividade a área da Segurança Mobilidade Acessibilidade e Desporto Tempo Livre e Lazer cada uma com 9 opiniões (6,5%)

9ª QUESTÃO: QUAIS OS ASSUNTOS EM QUE CONSIDERA SER UMA MAIS-VALIA PARA ASUA ORGANIZAÇÃO OUVIR AS CRIANÇAS E OS JOVENS?



CATEGORIAS	REGISTO TOTAL
SAÚDE	Serviços de Saúde;
EDUCAÇÃO	Avaliação e conclusão das experiências; Promoção de interação entre a escola e hortas comunitárias; Funcionamento escola; Sobre projetos já existentes para crianças e jovens (feedback); Ouvir as crianças para o feedback da utilização dos espaços; Disciplina na escola, de forma à obtenção de soluções para os diversos assuntos do dia-a-dia; Espaço de recreio; escola/sistema educativo/as aulas/ os espaços de recreio;
CULTURA	Cultura
DESPORTO LAZER E TEMPO LIVRE	Na remodelação dos espaços de lazer e brincadeira; Dar importância ao espaço popular; auscultar as crianças com o fim de criar programas de desporto que envolva a família; Que espaços de jogo e brincadeira.
PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	Participação ativa das crianças: participam mas são os adultos, professores ou representantes das instituições; Ouvir os problemas de cada um – existir um espaço deles; Promoção de espaços de confiança – escuta ativa ouvir as crianças e os jovens sobre assuntos do seu interesse; Criar condições e capacitar as pessoas para ouvirem as crianças e jovens; Fórum de participação para professores, pais, crianças e jovens; Espaços formais de opinião; Medos e inseguranças / auto – estima, pressão que sentem.
PLANEAMENTO E URBANISMO	Planeamento de atividades que vão intervir; Como é que idealizam o espaço público ao nível de futuro; Planeamento e espaço público.
SEGURANÇA MOBILIDADE ACESSIBILIDADE	Melhoria das acessibilidades – trajeto casa-escola – atividades; Transportes e mobilidade; Definição das acessibilidades e mobilidades;
TODAS AS ÁREAS	Em tudo; Todas as áreas de preocupação das crianças; Direitos das crianças;
ANÁLISE	<p>Das opiniões obtidas é possível verificar que em todos os grupos a área eleita é Participação e Cidadania com 25 registos (18%) co referencia à necessidade “urgente” de se ouvir as crianças para o feedback em todas as áreas e ou assuntos da sua preocupação para qualifica /adequar as respostas/decisões dos serviços ou organizações às crianças e jovens.</p> <p>Seguindo-se a Educação com 10 perceções (7%) em que a súmula passa pela mudança que a escola deve ter nos ambientes de sala, escola e espaço recreio para melhorar a oferta ao seu público-alvo os alunos</p>

10ª QUESTÃO: O QUE PODE SER UMA OPORTUNIDADE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA EM CASCAIS?



ANÁLISE

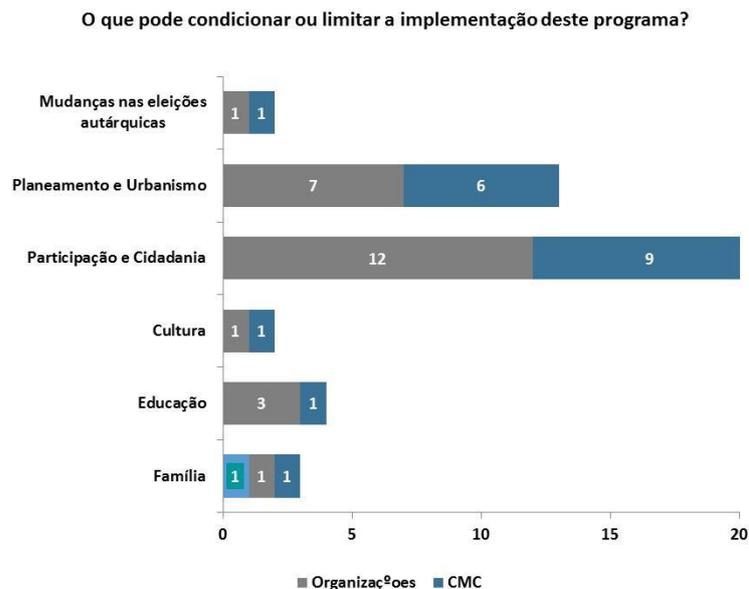
Das respostas dadas a esta questão verificou-se que os grupos setoriais auscultados (Organizações e CMC), e em relação às 9 áreas consideradas para o diagnóstico, fizeram um maior nº de referências a quatro áreas:

Educação, Desporto Tempo Livre e Lazer, Participação e Cidadania, Planeamento e Urbanismo

Importante referir, que os valores apresentados no gráfico correspondem ao nº de sessões e os registos recolhidos pelo moderador foram de acordo com o consenso dos participantes.

- Na área da **Educação** maioritariamente os aspetos referidos foram a necessidade de maior articulação entre entidades com responsabilidades na educação, a passagem de competências escolares de âmbito nacional para os municípios que tem maior proximidade com as famílias e a existência de projetos que a CMC disponibiliza
- Na área do **Desporto Tempo Livre e Lazer**, opiniões passavam pelo melhoramento e dinamização de estruturas físicas que já existem e o facto de Cascais ser Capital Europeia da Juventude
- Na **Participação e Cidadania** surge como uma oportunidade a mudança de paradigma através de auscultação das crianças e jovens, Dar voz ativa ao público mais jovem como uma prática corrente através da criação de mecanismos formais de auscultação às crianças e jovens
- Por fim, no **Planeamento e Urbanismo**, A implementação de políticas para melhor responder à comunidade, a necessidade de eliminar a dicotomia entre o interior e o litoral, o trabalho em rede.

11ª QUESTÃO: O QUE PODE CONDICIONAR OU LIMITAR A IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA?



ANÁLISE

Na sequência da questão anterior, os participantes “Organizações” e “CMC”, identificaram o que poderá condicionar a implementação do Programa “Cidade Amiga das Crianças”.

Das diferentes áreas identificadas no gráfico acima apresentado, foram referidas em ambos os grupos setoriais, como condicionantes:

- A questão de mudanças nas eleições autárquicas;
- Na área da Família foi mencionada a questão do tempo dos processos vs. decisões quer a nível das entidades quer a nível das famílias;
- Na área da Educação as respostas incidem no Ministério da Educação e nas suas políticas e o currículo escolar;
- Na Cultura é referida a existência de bilhética como uma condicionante ao usufruto de espaços culturais;
- Na área da Participação e Cidadania, uma das áreas muito referida ao longo de todas as sessões, foi referenciada a falta de informação, que condiciona a participação das crianças e jovens, assim como a falta de cultura de participação e o desconhecimento sobre formas de participar
- Por fim, na área do Planeamento e Urbanismo foram muito identificadas as questões financeiras, a falta de uma intervenção sistematizada e congregada, o não haver a participação infantil e juvenil nos momentos nas decisões e compromissos políticos, questões burocráticas que refletem atraso e a necessidade de processos de melhoramento.

b) QUESTIONÁRIOS

UNIVERSO DE INQUIRIDOS

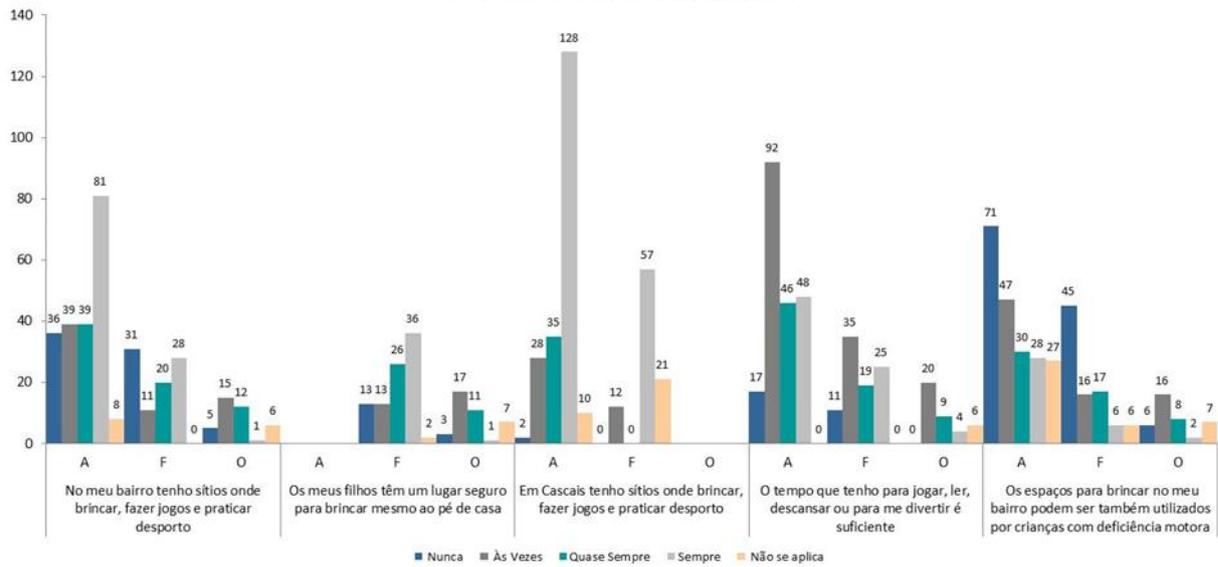
ALUNOS – 203

FAMÍLIAS – 90

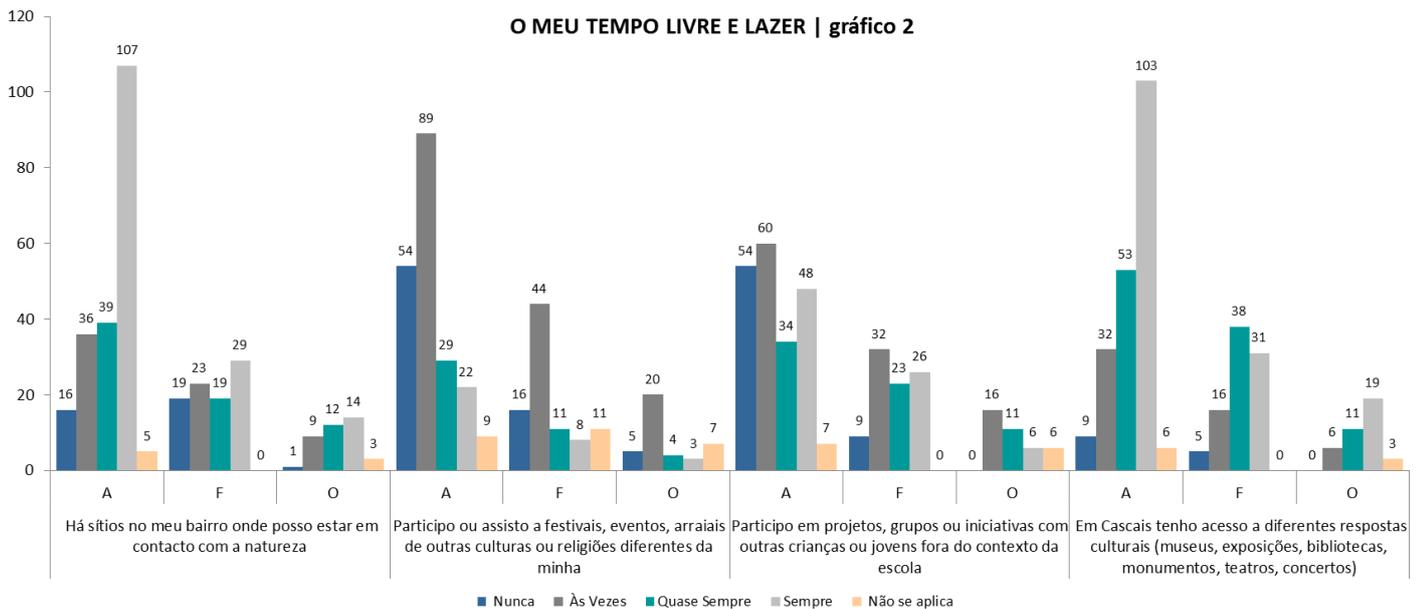
ORGANIZAÇÕES – 39

TEMPO LIVRE E LAZER

O MEU TEMPO LIVRE E LAZER | gráfico 1



O MEU TEMPO LIVRE E LAZER | gráfico 2



- Pela observação dos gráficos podemos verificar que há uma diferença entre a oferta existente nos bairros onde as crianças vivem e a do concelho de Cascais em geral. 75 crianças responderam nunca e às vezes relativamente à possibilidade de usufruir de espaços de brincadeira/desporto nos seus bairros e 81 consideraram o sempre. Já se considerarmos Cascais no geral, a percepção positiva das crianças aumenta e a das famílias converge no mesmo sentido quanto à existência de locais para a prática de desporto e de brincadeira, sendo a expressão do nunca, diminuta, referida apenas por 2 crianças.

- A percepção das crianças face ao espaço de lazer nos bairros é notoriamente mais positiva que a das famílias, muito provavelmente por os critérios de apreciação destas se prender com fatores que escapam normalmente às crianças (segurança, higiene dos espaços, etc.). A maioria das crianças, 107, refere ainda haver sempre locais onde podem estar em contacto com a natureza, perto dos bairros onde vivem (75 repartem-se entre o às vezes e o quase sempre e 16 referem nunca).

- As questões de segurança ou acessibilidade dos espaços podem levar os pais a não permitir um contacto regular com as zonas de natureza, justificando assim a diferença entre o nº de crianças que refere ter sempre espaços para brincar - 81 e as que referem ter sítios onde podem estar em contacto com a natureza - 107. Relativamente à segurança dos bairros como espaço de brincadeira, as famílias consideram maioritariamente serem seguros sempre e quase sempre, e as organizações o às vezes.

- A acessibilidade destes espaços a crianças com deficiência motora é avaliada negativamente pela maioria das crianças e famílias. Nas organizações a expressão mais significativa recai no às vezes. Nos 3 grupos inquiridos a resposta sempre é a menos escolhida.

- A percepção positiva mantém-se mas com uma ligeira diminuição, relativamente ao acesso a ofertas culturais. O grupo Famílias faz aqui uma apreciação mais heterogénea entre o nunca e o quase sempre - 59 e o número de crianças que se situa entre estes parâmetros também aumenta – 94. Ao contrário da questão anterior, nesta registam-se 14 respostas negativas, 9 das crianças e 5 das famílias. As Organizações dividem-se entre 17 que consideram que às vezes ou quase sempre e 19 que consideram o sempre.

- Quanto à partilha intercultural, o número das crianças que refere participar sempre em eventos de outras culturas é residual, 9, verificando-se que a maioria, 89, refere participar às vezes, seguida por 54 crianças que referem nunca participar. A posição das famílias e organizações segue idêntico padrão.

- Já a participação, nos seus tempos livres, em projetos/iniciativas com outras crianças, fora do contexto escolar está equilibrada entre o nº de crianças, famílias e organizações que participam sempre ou quase sempre e aquelas que nunca participam (54 crianças e 9 famílias).

- Quanto ao tempo de que dispõem para descansar, a maior parte das respostas dos 3 grupos inquiridos consideram que este só às vezes é suficiente - 92 alunos, 35 famílias e 20 organizações. A responder que nunca é suficiente apurámos 17 alunos e 11 famílias.

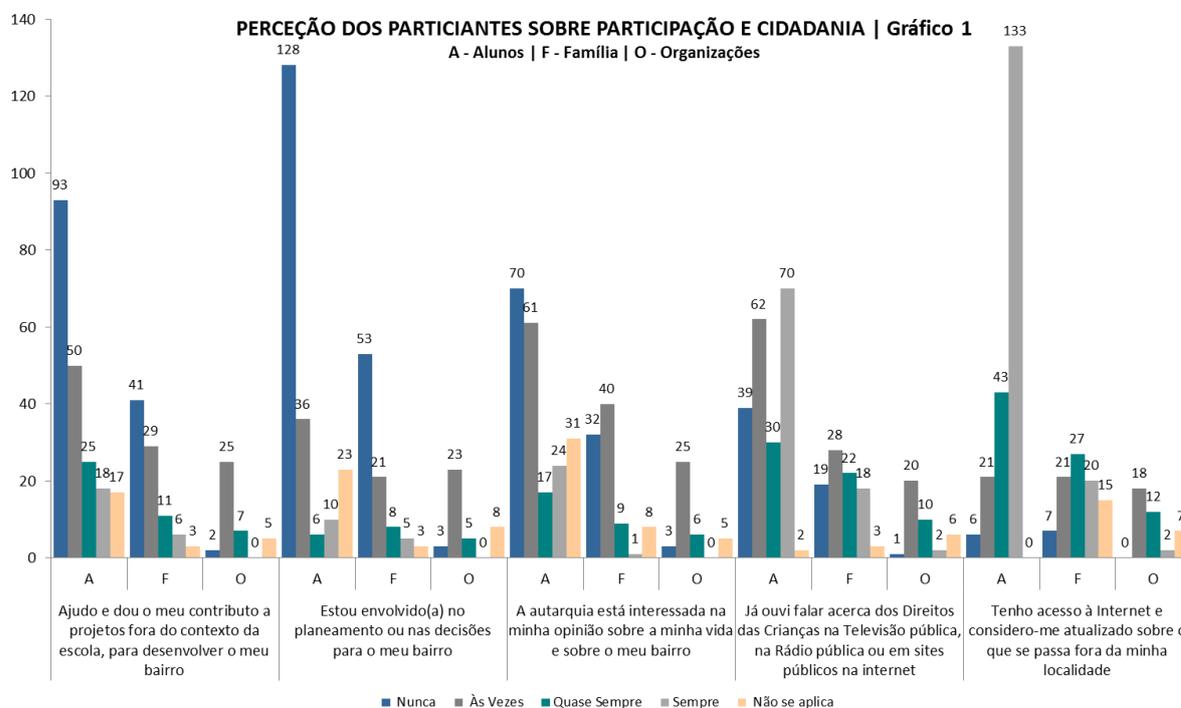
RESUMINDO:

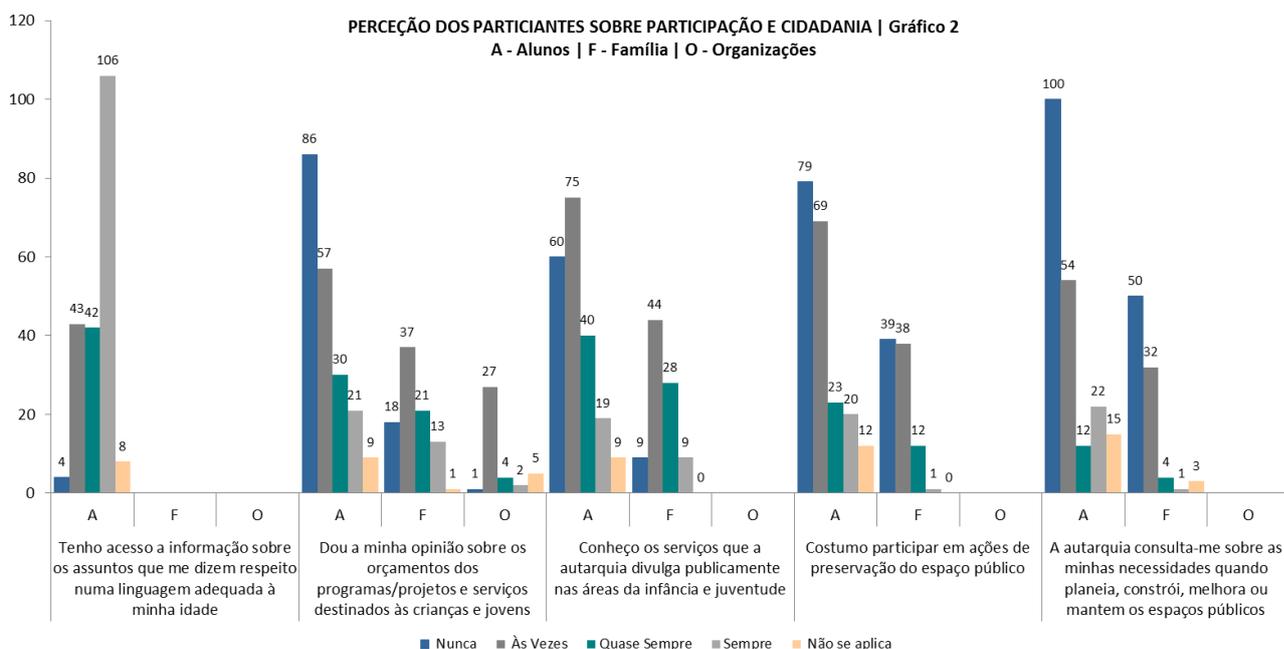
- Se por um lado o concelho de Cascais em geral parece estar mais apetrechado de respostas quer lúdicas, quer desportivas ou culturais, do que as zonas ou bairros residenciais da maior parte dos inquiridos, por outro, o acesso a estas ofertas não parece ser amplamente aproveitado pela maioria das Famílias. Na vertente cultural o sempre é menos representativo que na desportiva e lúdica, quer por parte das crianças quer por parte das famílias. A relação com a rede de transportes pode ser um dos motivos, se atentarmos ao gráfico 1 na área segurança proteção e mobilidade (também eventual situação de carência económica? de falta de tempo livre?).
- Seria pertinente aferir as questões relativas aos espaços de ludicidade, jogo e natureza, ou outras ofertas culturais, por freguesias ou mesmo por bairros.
- A maioria das crianças (107) e das famílias (28) considera que, no bairro, têm sítios, lugares para brincar fazer jogos e praticar desporto, no entanto alguns dos alunos inquiridos (36) considera

nunca ter sítios no bairro para brincar, e, se acrescentarmos as que responderam às vezes, somam 75 crianças. e 81 consideraram o sempre.

- Os 3 grupos de respondentes convergem na perceção de que o tempo para o Tempo Livre e Lazer só acontece às vezes.
- A adequação dos espaços de brincar, parques infantis ou outros, a crianças com deficiência motora foi considerada inexistente pela maioria dos Alunos e Famílias, e existente só às vezes pelas organizações.
- Relativamente à segurança dos bairros como espaço de brincadeira, as famílias consideram maioritariamente serem seguros sempre e quase sempre, e as organizações o às vezes.

PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA





- Atendendo a ações que contribuem para o desenvolvimento do bairro onde vivem, o número de respondentes que manifesta ajudar (seja às vezes, quase sempre ou sempre) é superior ao número dos que se envolvem no planeamento e decisões. Já a preservação do espaço público em geral, é pouco participada pela maioria dos alunos e famílias que responderam. Parece não existir uma dinâmica suficientemente motivadora que fomente este tipo de ações.

- Quanto à percepção sobre o interesse da autarquia nas suas opiniões e a serem consultados para o planeamento, construção e manutenção do espaço público, existe uma ligeira diferença entre o que acham os alunos/famílias e o que acham as organizações. Os alunos e as famílias maioritariamente consideram que não, ou apenas às vezes (O facto de 24 e 22 alunos, nos quadros 1 e 2 respetivamente, referirem o sempre, pode estar associado à participação recente nos workshops e inquéritos quer para o Plano estratégico/carta Educativa, quer para a elaboração deste próprio diagnóstico, quer ainda por alguns terem participado da experiência piloto de Orçamento Participativo Jovem). Nenhuma destas três questões relativas à participação obtém resposta positiva por parte das organizações (0) e, do total das 91 respostas das Famílias, apenas 6 contribuem no bairro, 5 estão envolvidas no planeamento/decisões e 1 considera que a Autarquia se interessa pelas suas opiniões.

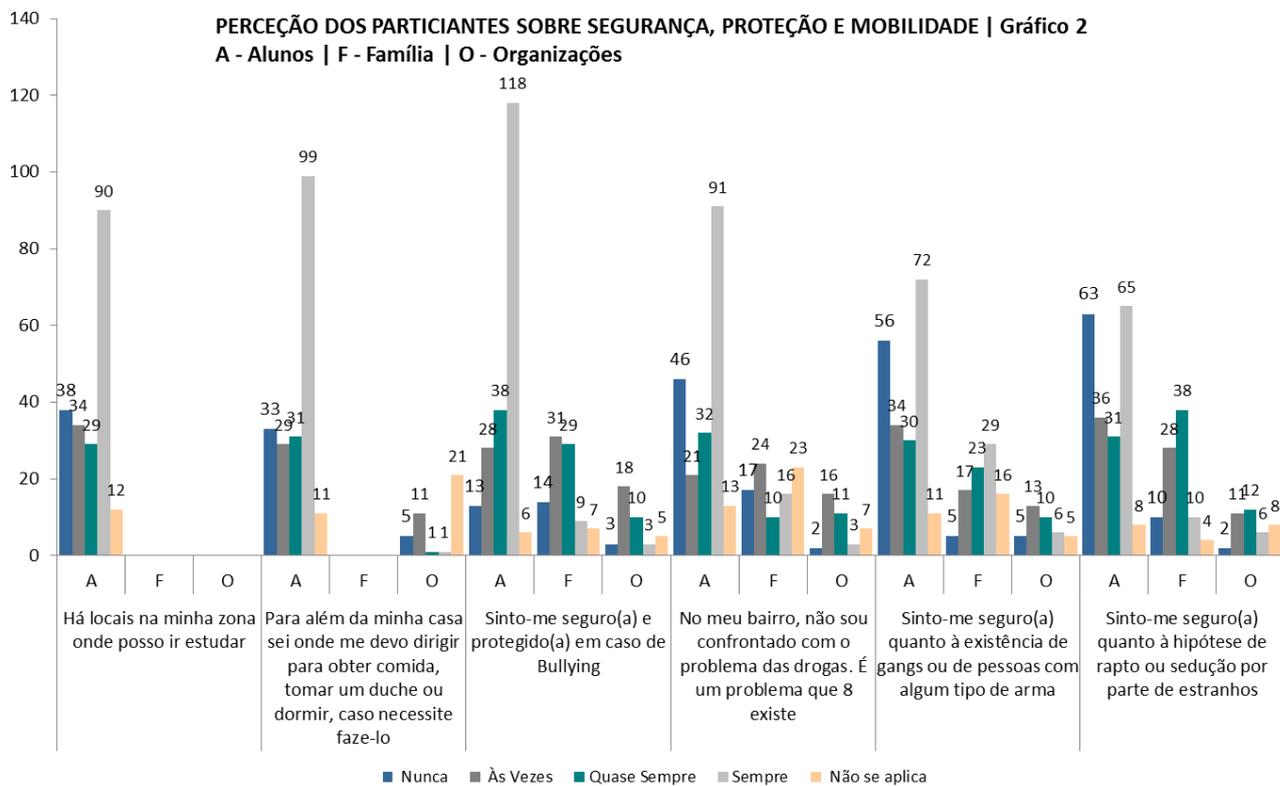
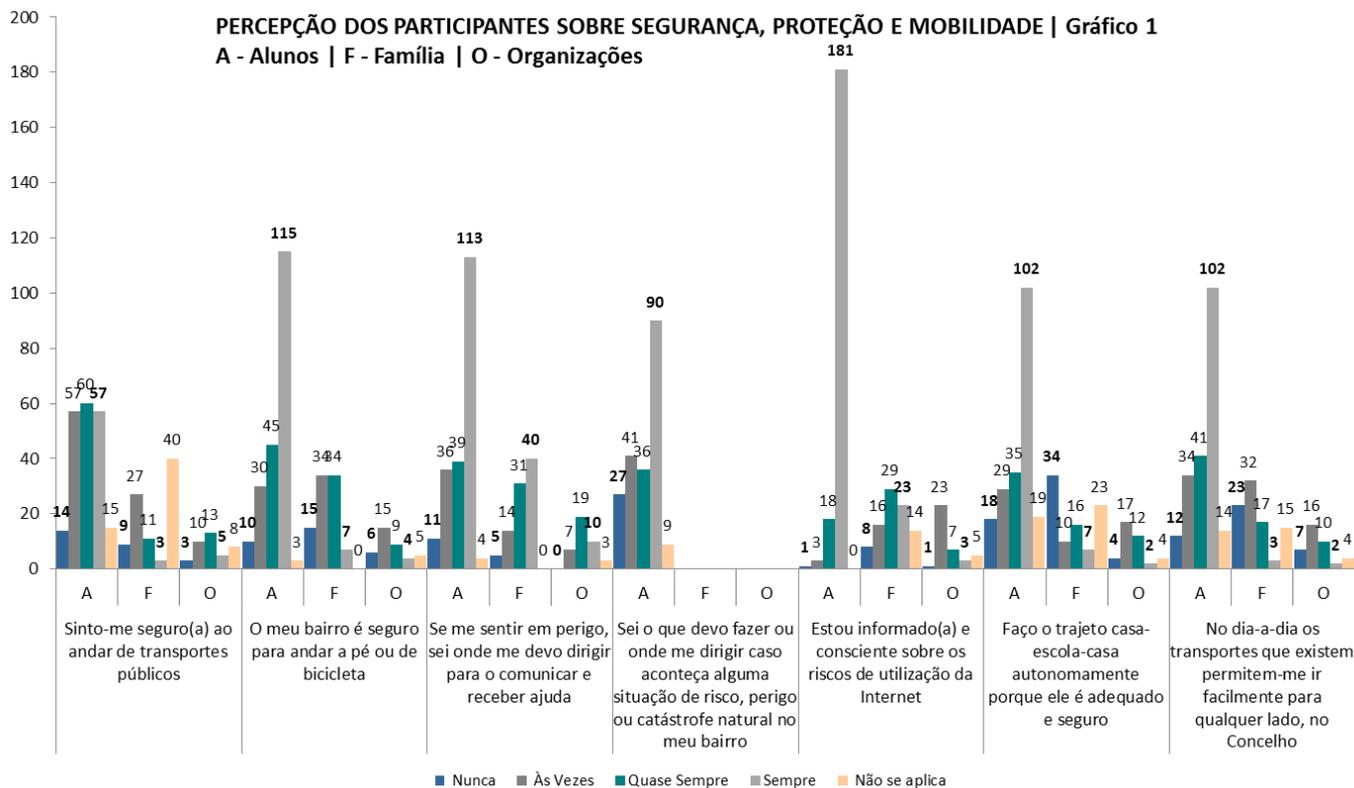
- No que diz respeito à Internet enquanto meio de informação e abertura ao mundo/atualidade, é interessante, mas não inesperado, verificar a diferença entre os Alunos, que se consideram em grande maioria sempre atualizados, e restantes grupos de respondentes, com uma perspectiva mais moderada.

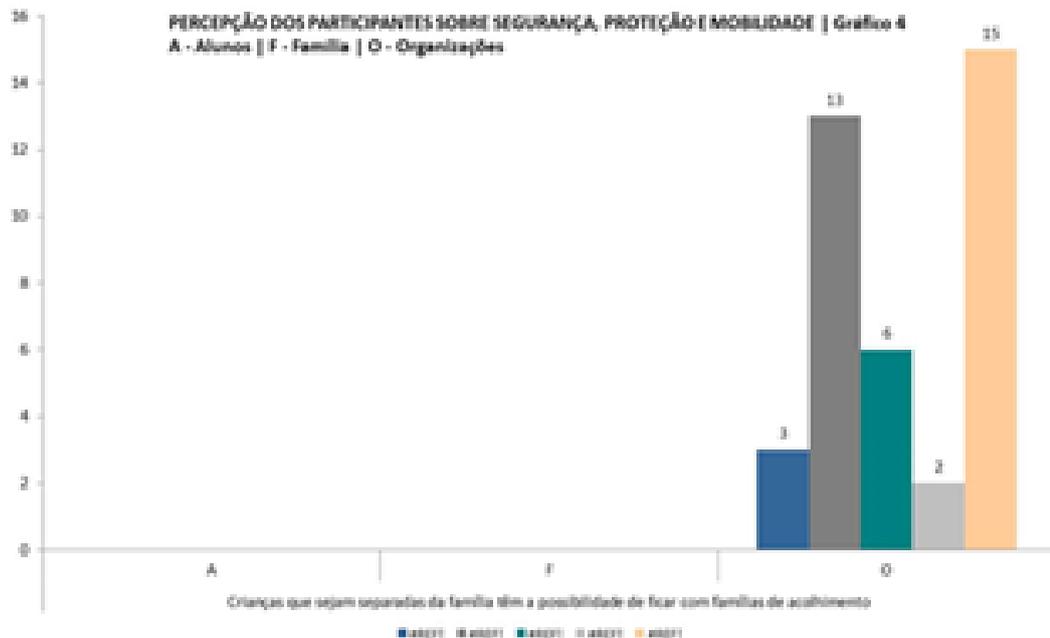
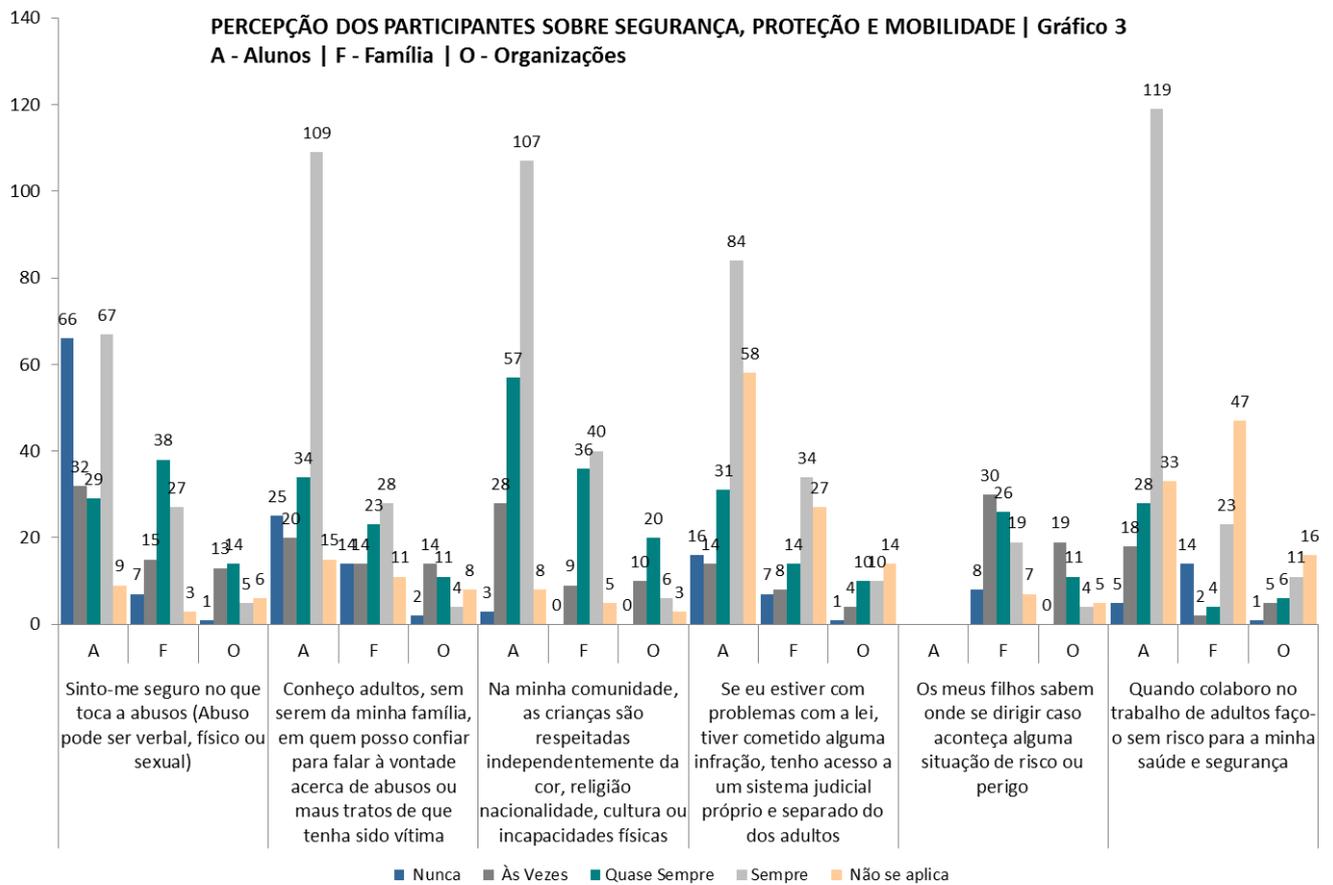
- A informação dirigida a crianças e jovens parece ser veiculada numa linguagem acessível (106 respostas positivas num universo de 203). No entanto, há maior parte dos alunos ou desconhece ou só às vezes é que tem conhecimento dos serviços da autarquia que lhes são destinados. Em contrapartida, as famílias parecem estar mais bem informadas neste domínio, mas é uma área que merece ser repensada.

- No campo Direitos das Crianças, são as Organizações quem refere não ter tido informação através dos meios públicos de comunicação social, e os Alunos quem, maioritariamente, refere ter tido. A posição da família encontra-se distribuída homogeneamente entre as hipóteses de resposta dadas. Não é linear concluir que essa informação é veiculada com regularidade ou de forma intencional. Os Alunos têm na escola e na Internet fontes de informação privilegiada sobre os Direitos da Criança o que pode ter dado lugar a respostas positivas. As Famílias e Organizações estarão, em princípio, mais em contacto com rádio, jornais televisão e, em ambos os casos, a resposta talvez foi a mais escolhida.

RESUMINDO:

- Não há uma expressão regular e significativa de participação dos inquiridos, sobre assuntos do seu interesse e do seu bairro/local de residência. Podemos concluir que o trabalho de Planeamento com as crianças e comunidade em geral é circunstancial, parecendo não existir uma dinâmica suficientemente motivadora que fomente este tipo de acções. Eventualmente serão dinâmicas locais que estimulam a participação manifestada (associações de moradores, juntas de freguesia, associações culturais ou outras, etc.), e são as crianças e jovens quem menos está envolvido em qualquer tipo de acção.
- Há pouca informação acerca dos Direitos das Crianças, sobretudo junto do público-alvo adulto, mas também em cerca de metade dos alunos inquiridos. Fomentar a sua divulgação nas escolas parece-nos ser uma necessidade, face à quase ausência de expressão através dos *média* ou outros meios oficiais.
- A área da comunicação dirigida especificamente a crianças e jovens pode ser melhorada. Mais de metade dos alunos refere não ter ou ter só às vezes conhecimento das iniciativas /programas da autarquia que lhes são dirigidos.
- A linguagem em que é veiculada informação aos Alunos foi considerada acessível por mais de metade deste grupo (106). No entanto, 4 não a consideram adequada à idade, 43 consideram que só *às vezes* e 42 que *quase sempre*. Não nos foi no entanto possível apurar estas respostas em função das idades, o que daria mais indicadores para uma avaliação neste campo.
- No gráfico 2, ainda na área da Participação e Cidadania, na resposta das crianças e jovens auscultados é significativo o *nunca* e *às vezes* em todas as questões direccionadas para a sua participação através de espaços formais onde possam ser ouvidos e a sua opinião ser tomada em conta.
- De assinalar ainda que a última frase “A autarquia consulta-me sobre as minhas necessidades quando planeia, constrói, melhora ou mantém os espaços públicos”, frase diretamente relacionada com a área do planeamento, a esmagadora maioria dos participantes elegeram o *nunca* (100 alunos e 50 famílias)





- No ponto deslocações, seja de transportes públicos sejam os trajetos a pé efetuados pelos alunos para a escola e a possibilidade de se deslocarem nos seus bairros a pé ou de bicicleta em segurança, as posições entre estes e as famílias divergem: As crianças e jovens sentem-se maioritariamente seguros, excepção feita para as deslocações em transportes públicos, onde a distribuição entre o *às vezes*, *quase sempre* e *sempre* é equilibrada, numa média de 58 alunos para cada possibilidade.

- O grau de percepção de segurança por parte das famílias é notoriamente inferior ao dos alunos no que toca ao trajeto casa-escola efetuado a pé. Obtivemos 34 respostas que não o consideraram adequado ou seguro. O diferente grau de preocupação e consciência dos riscos característicos das crianças e jovens em relação ao dos adultos, pode estar na base desta diferença de percepções.

- A acessibilidade dada pelos transportes públicos a qualquer ponto do concelho é outro aspecto mais valorizado pelas Famílias: apenas 3 atribuíram o sempre e 55 dividem-se entre o às vezes e o quase sempre. Já a maioria dos Alunos (102) tem uma perspectiva diferente, tendo respondido sempre.

- Mais de metade dos Alunos referem ter conhecimento dos recursos existentes para receber ajuda ou protecção em situações de perigo, risco ou catástrofe. Já as Famílias e Organizações manifestam uma percepção ligeiramente diferente, salientando-se a resposta às vezes por parte de 30 famílias e 19 organizações.

- No que toca aos riscos de utilização da Internet, os alunos estão maioritariamente conscientes e bem informados (108).

- Curiosamente, verifica-se que 118 alunos (mais de metade) não se sentem inseguros com situações de Bullying, versus 13 que nunca se sentem seguros, 28 às vezes e 38 quase sempre. Já perante a hipotética situação de se confrontarem com gangs ou rapto/sedução, a percepção muda, 56 nunca se sentem seguros, 34 às vezes e 72 afirmam sentirem-se sempre seguros. Nestes campos, os adultos manifestam mais uma vez uma percepção de segurança oposta à dos Alunos.

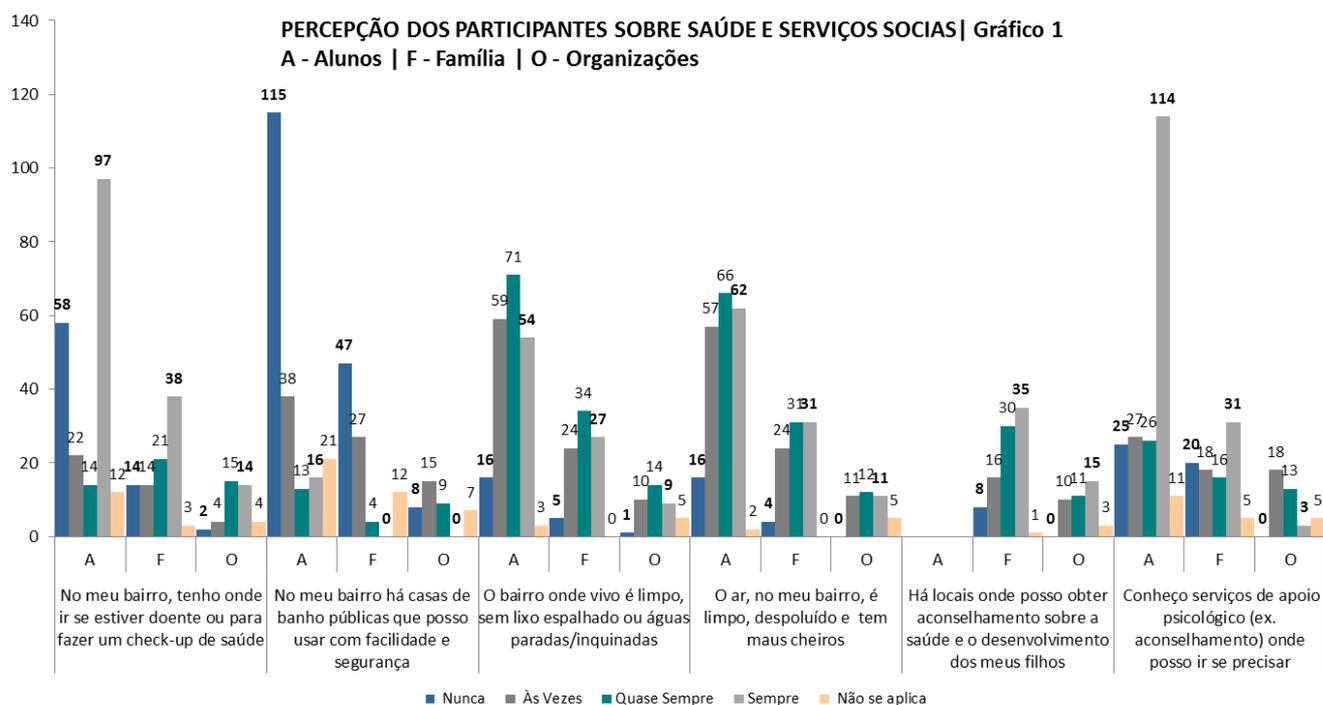
RESUMINDO:

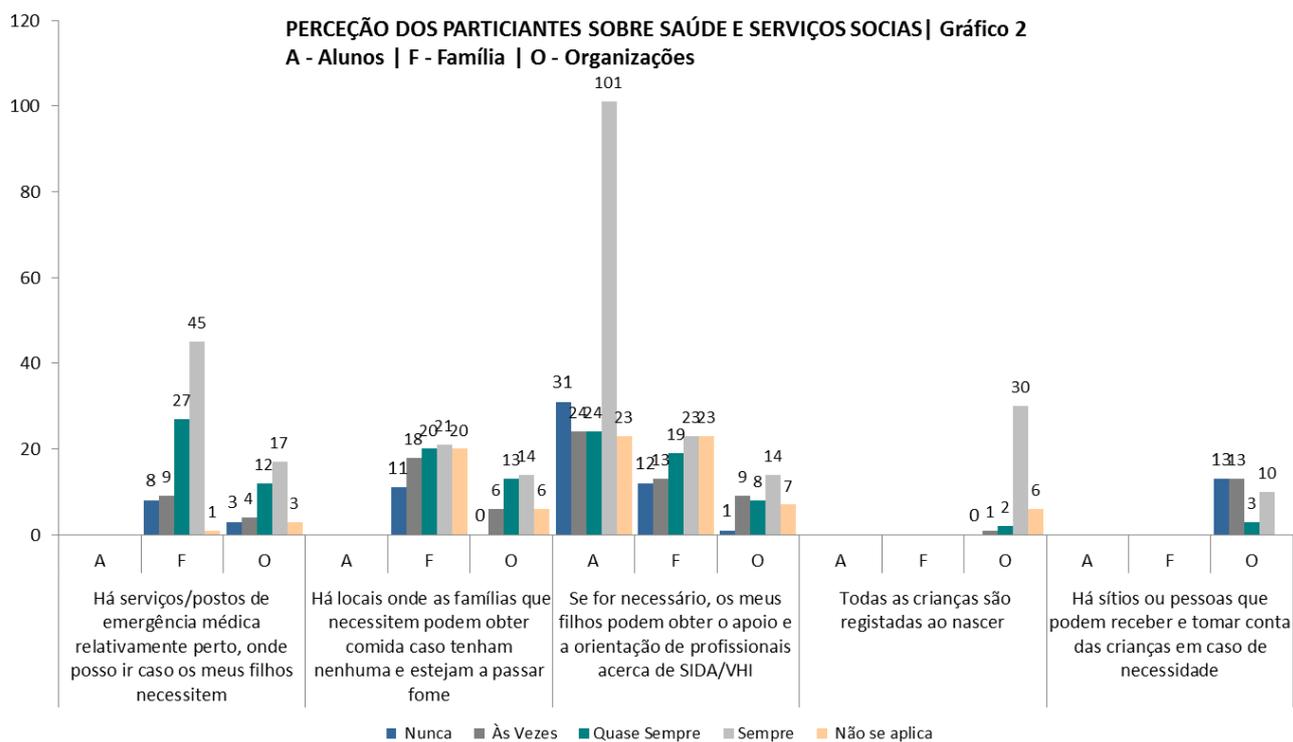
- 115 Alunos consideram que os bairros das diferentes freguesias do concelho oferecem segurança para andarem a pé ou de bicicleta. O trajeto casa-escola-casa é considerado seguro por 102 alunos.
- Há percepções muito distintas sobre a segurança e adequação dos espaços de livre circulação pedonal conforme se trate dos Alunos ou das Famílias e Organizações. A maior parte das famílias não considera o trajeto escola-casa seguro para ser efetuado a pé.
- A avaliação da eficácia da cobertura da rede de transportes situa-se entre o nunca e o às vezes por parte dos respondentes adultos (78 famílias e organizações), no sempre por parte de 102 alunos e entre o nunca e o às vezes por parte de 75 alunos.
- No ponto “*Sinto-me seguro(a) quanto à existência de gangs ou de pessoas com algum tipo de arma*” o grupo setorial da família identifica nunca e às vezes (45 dos 90). Relativamente ao grupo alunos, é a possibilidade de rapto ou sedução por parte de estranhos que regista os maiores receios (65 nunca se sentem seguros e 36 só às vezes)
- Constatámos que a formulação da pergunta sobre o eventual confronto com drogas pode induzir respostas contrárias ao seu sentido. Pareceu-nos prudente não tirar conclusões.
- Há um número significativo de alunos que não têm ou não conhecem espaços para poderem ir estudar ou ler, na zona onde residem. As respostas positivas, um pouco menos de metade dos respondentes, pertencem em grande parte à zona de S. Domingos de Rana, conforme análise das respostas por freguesia.
- Se, por um lado, não sobressai um sentimento de segurança por parte dos Alunos quanto a qualquer tipo de abuso (66 nunca se consideram seguros, 32 às vezes (97) e 67 considerem-se sempre seguros), por outro, 109 revelam ter redes de apoio, nomeadamente fora do âmbito familiar, com quem podem falar em caso de necessidade, subsistindo 70 alunos repartidos pelas restantes hipóteses.
- Quanto aos mecanismos legais destinados a crianças e jovens, a maior parte dos inquiridos revela ter conhecimento das suas especificidades. Não obstante, é de ter em conta o número das incertezas e dos que, por considerar que a questão não se aplica, responderam nesta variável.
- O respeito pelo outro colhe uma apreciação positiva por parte Alunos e das famílias. Mesmo assim, um número razoável considera que o respeito pela diferença existe só às vezes ou quase sempre. Já as

organizações são menos “otimistas”: 30 inquiridos consideraram a resposta às vezes ou quase sempre e apenas 6 o sempre.

- A colaboração que as crianças possam prestar no trabalho dos adultos, é, maioritariamente, considerada por elas como isenta de riscos. No entanto, 46 crianças repartem-se entre o às vezes e o quase sempre. Quer Famílias quer Organizações consideram em primeiro lugar que esta questão não se aplica, e, nos casos em que se aplica, não acarreta riscos.
- As Organizações manifestam a perceção de que a resposta Famílias de Acolhimento não é suficiente.

SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS





- Apesar da expressão positiva quanto à existência de locais no bairro de residência dos inquiridos para obterem apoio médico, verifica-se ainda um número significativo de alunos que referem não haver ou haver só às vezes (80), e de famílias com a mesma percepção (24). Já as organizações têm uma opinião maioritariamente favorável (29 afirmam que sempre ou quase sempre). O cruzamento com as áreas de residência possibilitará uma análise territorial desta oferta no concelho, aferindo as localidades de maior carência.

- Há um aumento de respostas positivas das Famílias e das Organizações quando a questão remete não para o bairro mas para locais relativamente perto: nas Famílias, o número que refere *nunca* ou *às vezes* desce de 24 para 17 e as que referiram o quase sempre (27) e o sempre (45) somam 72; nas Organizações destacam-se o quase sempre (12) e o sempre (17)

- Referindo-nos ao apoio psicológico, aconselhamento, orientação profissional acerca de assuntos tais como SIDA/HIV, são mais uma vez os alunos que de forma mais destacada das restantes opções expressam conhecer serviços que prestam apoio para estes fins. As escolas têm gabinetes de apoio psicológico, na linha dos Pontos de Escuta, o que pode reforçar esta percepção dos alunos. No grupo das Famílias há um número sensível de que manifesta não conhecer ou conhecer *às vezes*, e, ainda, relativamente à SIDA, que referem não se aplicar (23).

- Sobre o ambiente do bairro onde residem, é a valência *quase sempre* que soma o maior registo em todos os grupos inquiridos, tendo o *nunca* pouca expressão. Há uma homogeneidade entre *às vezes*, *quase sempre* e *sempre*.

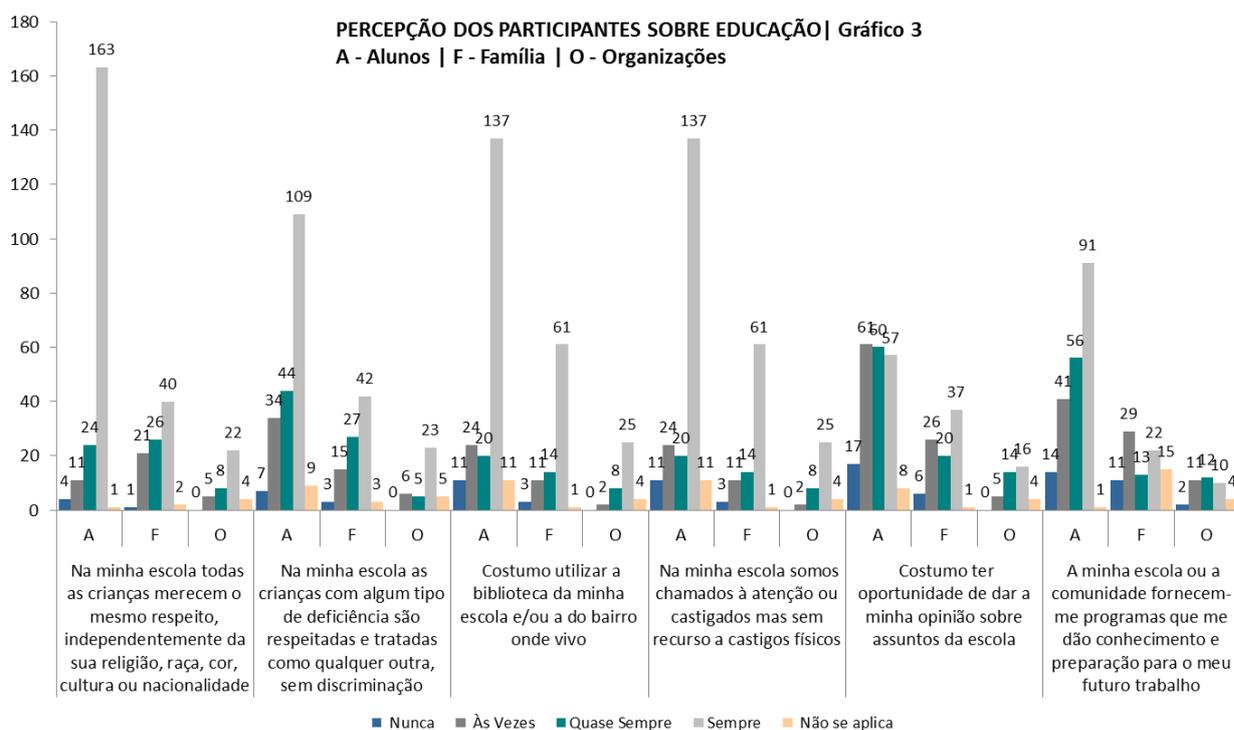
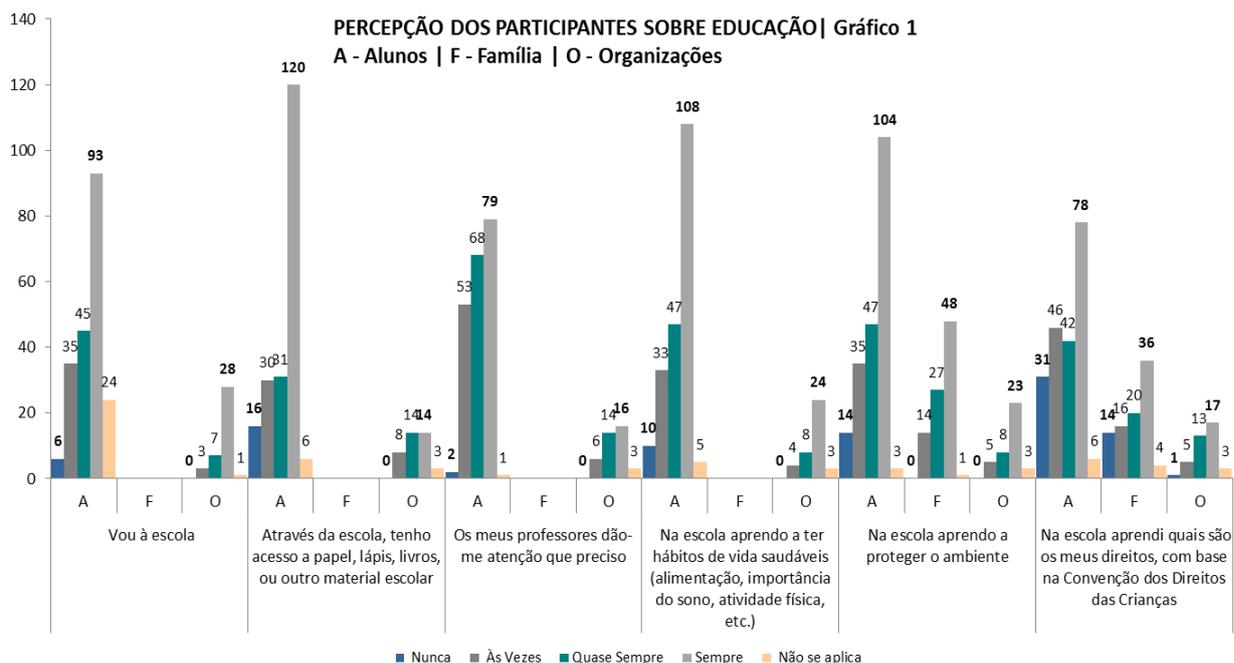
- A inexistência de casas de banho públicas na maior para dos bairros é sentida por Alunos e Famílias e onde o *nunca* tem maior expressão (115 A e 47 F) e o sempre a menor (16 alunos, 0 famílias e 0 organizações).

- Duas questões foram colocadas apenas às Organizações: se todas as crianças são registadas ao nascer e se há locais/pessoas que possam receber crianças em caso de necessidade.

À primeira questão a percepção geral é de que sim, todas são registadas à nascença, subsistindo 1 que considera que só às vezes e 2 que consideram que quase sempre. Não há, portanto, uma convicção 100% segura de que o sejam, para mais com o recente acentuar do fenómeno da imigração. Relativamente ao acolhimento de crianças em caso de necessidade as respostas estão mais distribuídas entre todas as variáveis dadas, com mais expressão para o nunca e o às vezes (26 ao todo), cada um escolhido por 13 inquiridos.

RESUMINDO

- A maioria dos inquiridos considera ter onde se deslocar em caso de doença, ou check-up, no entanto 58 dos alunos inquiridos consideram nunca ter onde ir em caso de doença e 22 só às vezes.
- Quando questionados a cerca de locais onde podem obter aconselhamento sobre a saúde e o desenvolvimento dos seus filhos, a maioria dos membros das organizações e famílias inquiridas responderam sempre ou quase sempre terem o devido conhecimento. Também reconhecem haver, quase sempre ou sempre, postos de emergência médica relativamente perto, onde podem ir com os seus filhos em caso de necessidade.
- Os membros do município e das organizações inquiridas respondem na sua maioria saber que à nascença as crianças são sempre registadas. No entanto poderá haver um número residual de crianças não registadas de imediato, se atentarmos nas 3 respostas entre o às vezes e o quase sempre.
- É notória a falta de dispositivos de casas de banho públicas no concelho em geral.
- A totalidade dos indivíduos em análise, reconhecem ter, às vezes ou quase sempre, o bairro limpo, sem lixo espalhado ou águas paradas. Já no que se refere ao ar ser limpo e despoluído ou ter maus cheiros, a maioria dos indivíduos inquiridos responderam estar sempre ou quase sempre limpo;
- Ao serem questionados sobre serviços de apoio psicológico, a maioria do total dos inquiridos responderam saber sempre ou quase onde poder ir em caso de necessidade.
- Já quando interrogados sobre a existência de locais onde as famílias possam ir para obter comida em caso de necessidade, as respostas sofrem mais variáveis, uma vez que os membros do município inquiridos, na sua maioria (24 de um total de 28) respondem haver sempre; os membros das organizações, já repartem as suas respostas entre haver quase sempre ou sempre; e finalmente os membros das famílias inquiridas respondem de forma repartida entre as diferentes variáveis.
- Referindo-nos ao apoio psicológico, aconselhamento, orientação profissional acerca de assuntos tais como SIDA/HIV, são os alunos que destacadamente expressam conhecer serviços que prestam apoio para estes fins. (As escolas têm gabinetes de apoio psicológico, na linha dos Pontos de Escuta, o que pode reforçar esta percepção dos alunos). No grupo das Famílias há um número sensível de que manifesta não conhecer ou conhecer às vezes.
- Os membros das organizações questionados sobre a existência de sítios ou pessoas que possam receber e tomar conta de crianças em caso de necessidade, afirmam, maioritariamente nunca existir ou apenas existir às vezes. 10, consideram haver sempre quem acolha crianças nestas situações

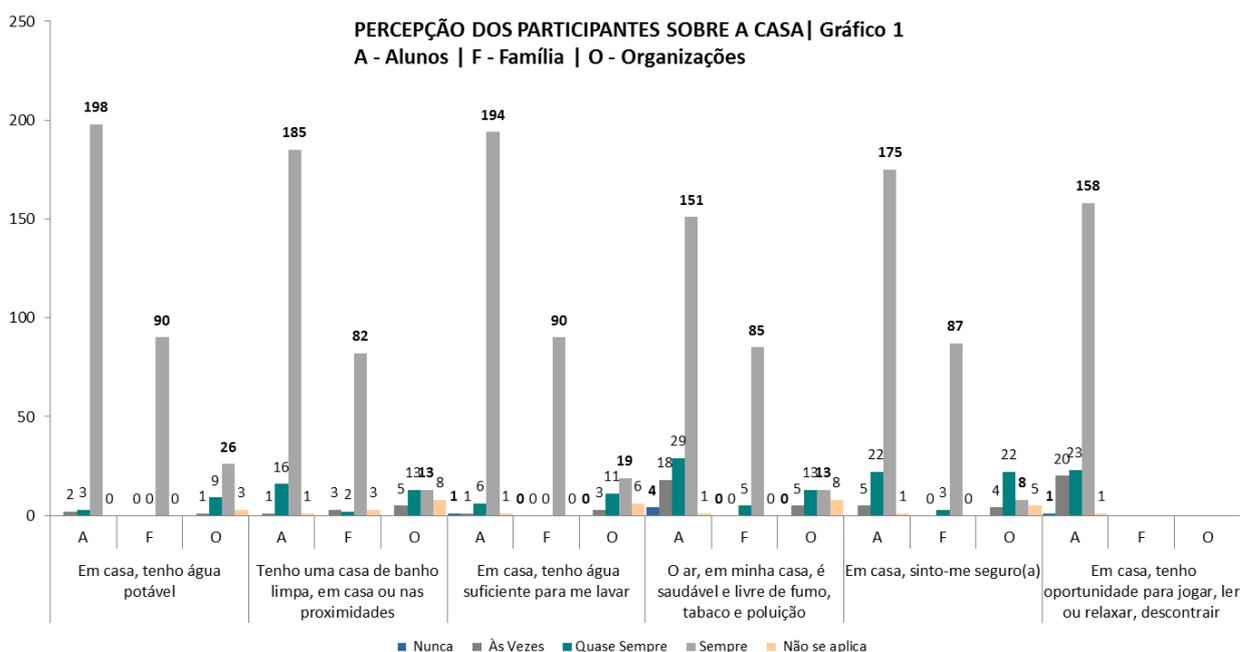


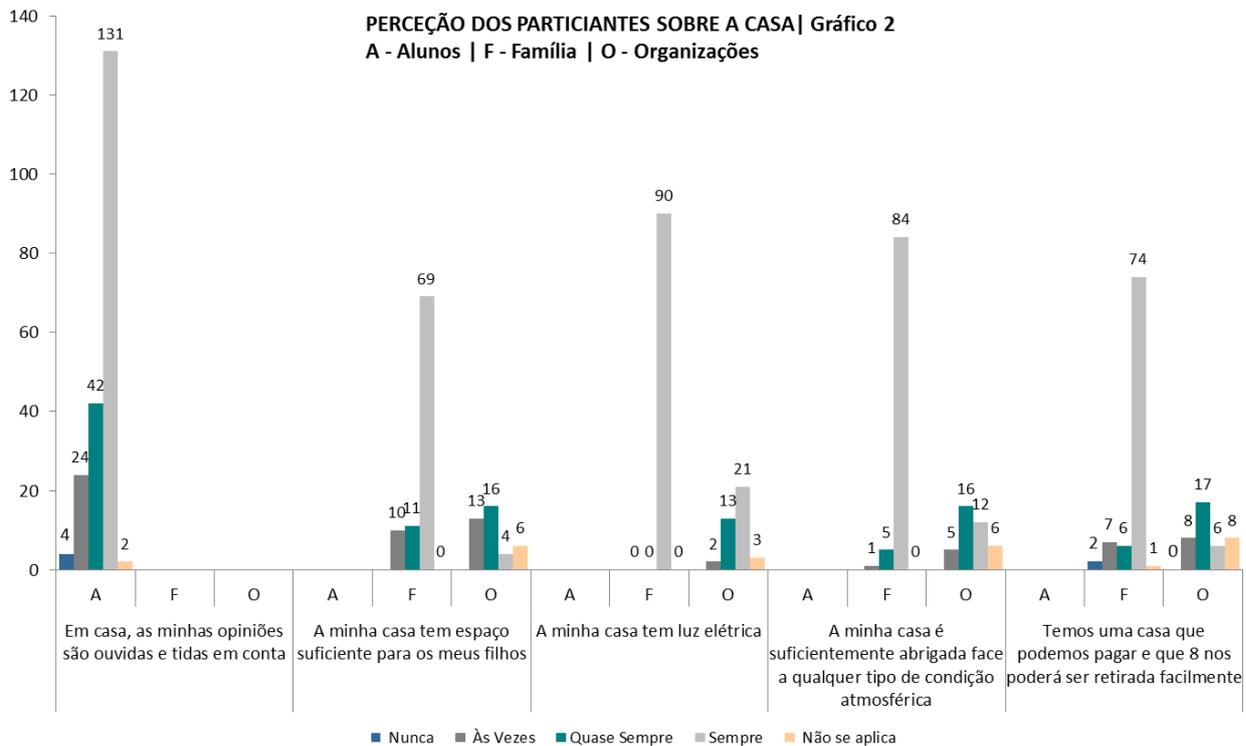
- Do total de alunos, 93 referem ir sempre à escola, seguidos de 45 que vão quase sempre e 35 que referem só ir às vezes e 6 que “não vão nunca”. A resposta quase sempre pode refletir faltas por doença ou outro motivo de força maior. O mesmo já não é tão líquido afirmar sobre quem referem só ir às vezes.
- A maioria dos alunos refere ter acesso a material escolar.
- Na relação com os professores e avaliando a capacidade de escuta e de atenção dada aos alunos, as respostas dos alunos são, na maioria, positivas (sempre), mas não por um número significativo em relação aos que responderam só às vezes e quase sempre. A resposta nunca, é residual. Curiosamente, a perceção das famílias é exatamente oposta: se atentarmos à frase “as minhas ideias ou sugestões são ouvidas pelos meus professores”, a maior parte considera que às vezes (34), seguida por quase sempre (27) e um menor

número considera que sempre (21). A opinião das organizações em relação a esta mesma frase segue idêntico padrão.

- A avaliação sobre a possibilidade de os Alunos darem a sua opinião sobre assuntos da escola está homogeneamente repartida entre o *às vezes*, o *quase sempre* e o *sempre*, havendo 17 alunos que responderam *nunca*. Já as Famílias e as Organizações, são menos de metade as que consideram haver essa possibilidade.
- Quanto aos 4 itens relativos às aprendizagens que a escola pode proporcionar, o número de respostas positivas é transversal aos grupos-alvo e a todas as questões excepto a referente a aprendizagens sobre sexualidade. Aqui, a percepção das famílias é de que nunca ou às vezes, mas com maior relevo para o não se aplica. Sobre a Convenção dos Direitos da Criança, só 78 alunos referem ter aprendido quais os seus direitos.
- Sobre o estado de higiene das casas de banho das escolas, os alunos consideram que *nunca* ou *às vezes* (126) estão em boas condições e apenas 27 referem estar *sempre*.
- Todas as respostas foram maioritariamente positivas relativamente à existência de água potável nas escolas, para beberem e se lavarem.
- A maioria dos alunos considera ter tempo livre suficiente na escola para descansar, estar com os amigos, etc. Do total de pais, 39 também acha suficiente, seguidos por 32 que consideram que só *às vezes*.
- A grande maioria dos Alunos considera que na escola todas as crianças são merecedoras de igual respeito, posição partilhada com o grupo Família e o grupo Organizações.
- Os 3 grupos inquiridos são unânimes ao destacarem que a utilização da biblioteca por parte dos alunos é uma realidade, seja a da escola ou a do bairro onde vivem.
- No que toca à utilização de castigos físicos na escola, a maioria para dos alunos, das famílias e das organizações afirmam não ser um recurso utilizado. Não obstante, nos 3 casos há um número que considerou as variáveis *às vezes* e *quase sempre*.

AMBIENTE FAMILIAR

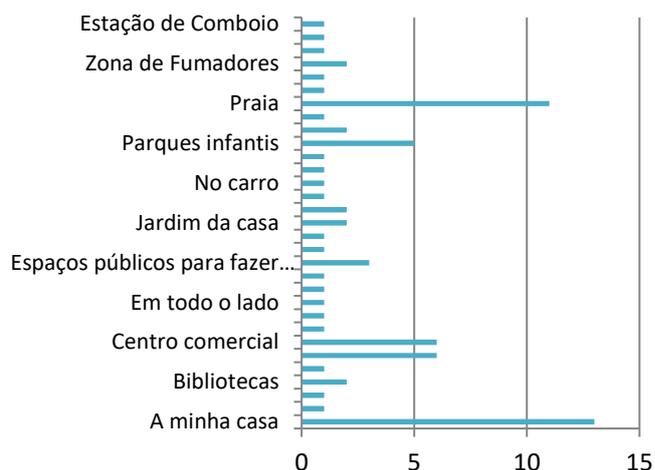




- Relativamente às questões apresentadas no gráfico acima, os grupos setoriais alunos e família, assinalaram a opção sempre, em relação a terem em suas casas as condições básicas de habitação. No entanto, os inquiridos das organizações distribuem as suas respostas pela opção às vezes (13 de 39) e sempre (13 de 39) na existência de casas de banho em casa ou proximidades e no ar de casa ser saudável e livre de fumo tabaco e poluição.
- As opiniões dos Alunos divergem da das famílias nos pontos relativos ao ar da casa ser saudável.
- A segurança face à possibilidade de a casa ser retirada às famílias é mais sentida por estas (74 sentem-se sempre seguras) do que pelas organizações, cuja maioria respondeu às vezes ou quase sempre.
- Sobre a possibilidade de manifestar a opinião e esta ser tida em conta, 132 alunos consideram que sim. Consideram também que em casa têm espaço para descontraírem, jogar, ler, etc. (158), e que é um espaço onde se sentem seguros (175)

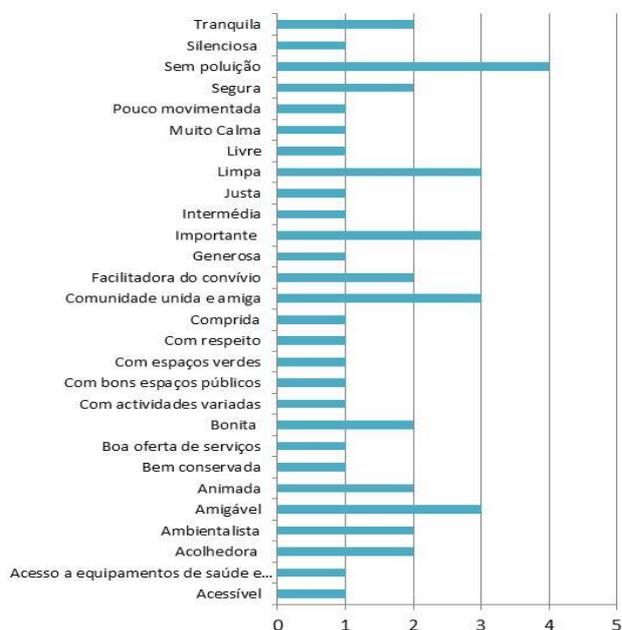
QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO às CRIANÇAS E JOVENS

Espaços para crianças e Jovens



Ao questionarmos livremente acerca dos principais espaços para crianças e jovens, destacam-se espaços como a casa onde habitam, as praias, os parques infantis, centro comerciais e campos de futebol.

Características que uma cidade deve ter



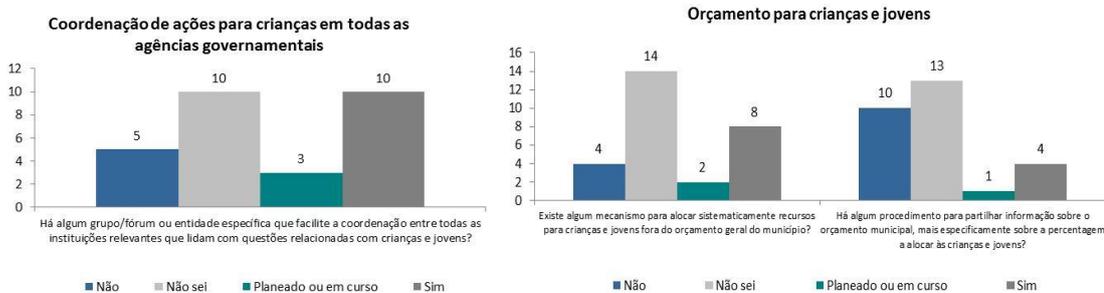
Quanto às características que uma cidade deve ter, destacam-se categorias como: sem poluição, limpa, importante, com uma comunidade unida e amiga, amigável, tranquila, segura, facilitadora de convívio, bonita, animada, ambientalista e acolhedora.

Questionário CMC

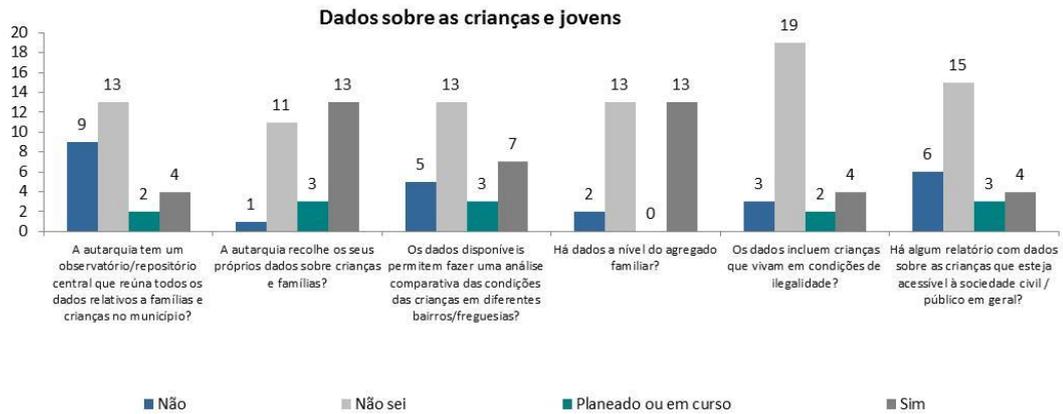
A análise aos questionários realizados aos 28 dirigentes e membros do executivo da Câmara Municipal de Cascais, selecionados aleatoriamente, permitiu verificar a perceção das mais diversas áreas que têm impacto direto na vida das crianças e jovens.



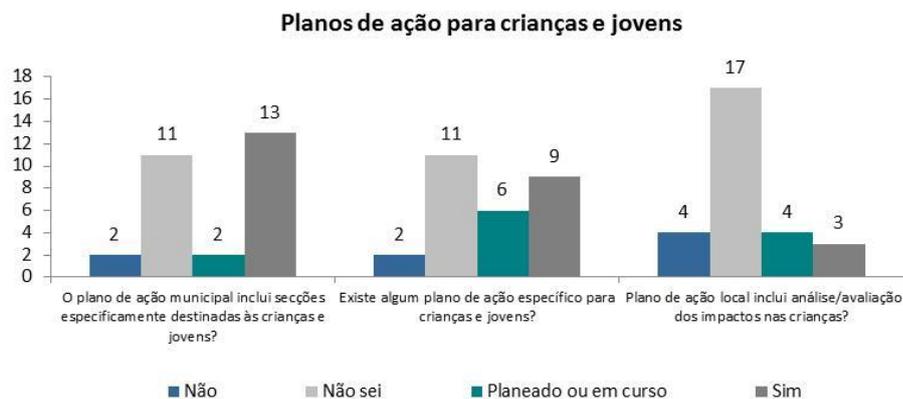
- No que se refere às políticas municipais para crianças e jovens, em estratégias focadas nas crianças, na existência de uma comissão ou entidade que informe sobre políticas que digam respeito às crianças, representantes políticos eleitos que tenham formação no âmbito dos direitos das crianças, ou mesmo se as opiniões das crianças são incorporadas nas tomadas de decisões do município, a grande maioria dos inquiridos responder não ter qualquer conhecimento.



- Relativamente à coordenação de ações para crianças em agências governamentais, ou mesmo se existe algum mecanismo orçamental para alocar recursos fora do orçamento geral do município para crianças e jovens, ou informação sobre a percentagem do orçamento do município especificamente direcionada às crianças e jovens, a maioria dos inquiridos respondeu desconhecer.



- Aos questionarmos os 28 dirigentes da CMC, relativamente a diversos dados sobre as crianças e jovens concluímos que, 22 afirmam desconhecer a existência de um observatório ou central de registos no município sobre as famílias e crianças; que dos 28 dirigentes 12 não têm conhecimento se a autarquia recolhe dados sobre as crianças e famílias do município, e 16 afirmam que ter conhecimento; porém na sua maioria não têm conhecimento se esses dados permitem fazer análise comparativa ao nível das freguesias ou bairros. No que se referem aos dados dos agregados familiares 15 afirmam não ter qualquer conhecimento que a autarquia detenha esses dados, já os restantes 13 confirmam saber da existência dos mesmos. Mas se avaliarmos se essa informação que inclui crianças que vivem em condições ilegais, a maioria dos inquiridos desconhece, bem como desconhece a existência de relatórios que sejam disponibilizados ao público em geral sobre as crianças.



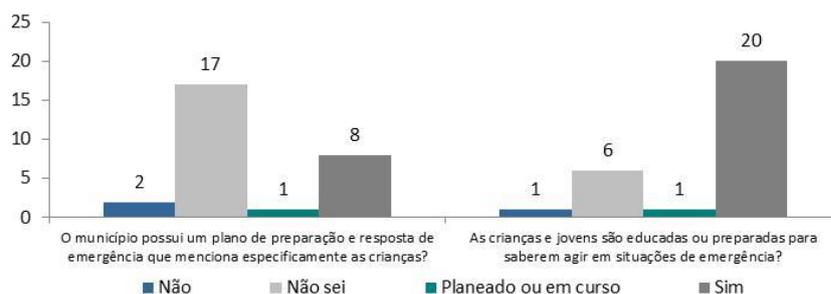
- Em análise estiveram igualmente as questões relativas a planos de ação para crianças e jovens, nos quais os dirigentes inquiridos, responderam de forma divergente uma vez que 13 não sabem se o plano de ação municipal inclui secções especificamente destinadas a crianças e jovens e 15 afirmam ter conhecimento ou estar planeado e em curso. Porém, quando se questionou se esses planos de ação incluíam análise e avaliação dos impactos nas crianças a maioria responder não ter conhecimento.

Conhecimento público e profissional de crianças e jovens e seus direitos

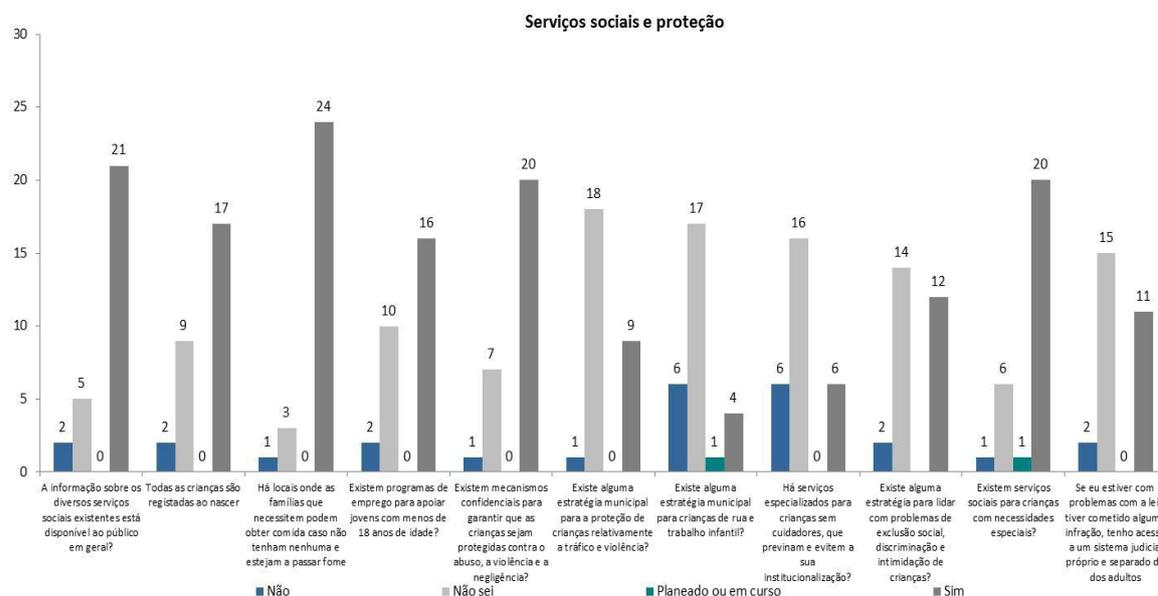


- Questionados sobre o conhecimento público e profissional de crianças e jovens e seus direitos, a maioria dos dirigentes afirmam existir esforços para aumentar a consciência pública sobre os direitos das crianças, mas desconhecem se existe um defensor ou provedor das crianças e jovens.

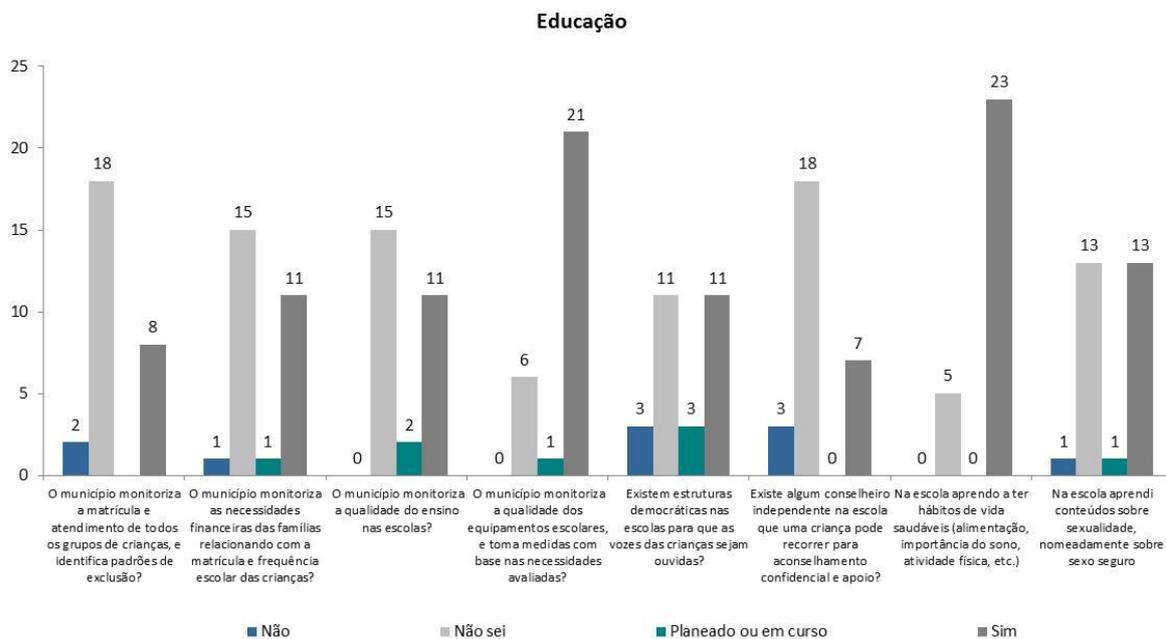
Respostas de Emergência e Proteção Civil



- Uma vez analisadas as respostas do município por área de intervenção relacionadas mais diretamente com as crianças e jovens, dos 28 dirigentes 19 responderam não saber se o município tem um plano de preparação de respostas de emergência que mencione especificamente as crianças, enquanto 9 afirmaram ter conhecimento do mesmo, já no que se refere se as crianças e jovens são educadas ou preparadas para saberem agir em situações de emergência a maioria, cerca de 20 responder saber da existência desse tipo de preparação.



- Quanto à análise referente aos serviços sociais e proteção, a maioria dos dirigentes identifica com facilidade a existência de informação disponível ao público em geral, de locais onde as famílias que tenham necessidades possam obter comida, que existem mecanismos confidenciais para garantir que as crianças sejam protegidas em caso de abuso, violência ou negligência, e que existem serviços sociais para crianças com necessidades especiais. Mas quando questionados sobre a existência de programas de emprego que apoiam os jovens com menos de 18 anos, dos 28 dirigentes, 16 afirmam ter conhecimento, enquanto 12 afirmam desconhecer. Finalmente, na análise das questões sobre a existência de alguma estratégia municipal para a proteção das crianças relativamente a tráfico e violência, ou alguma estratégia municipal para a proteção de crianças expostas a si mesmas ou a trabalho infantil, ou se existem serviços especializados para crianças sem cuidadores, que previnam e evitem a sua institucionalização, e por fim se as crianças tiverem problemas com a lei se têm acesso a um sistema judicial próprio, os dirigentes inquiridos na sua maioria afirmam desconhecer a existência destas estratégias ou serviços.



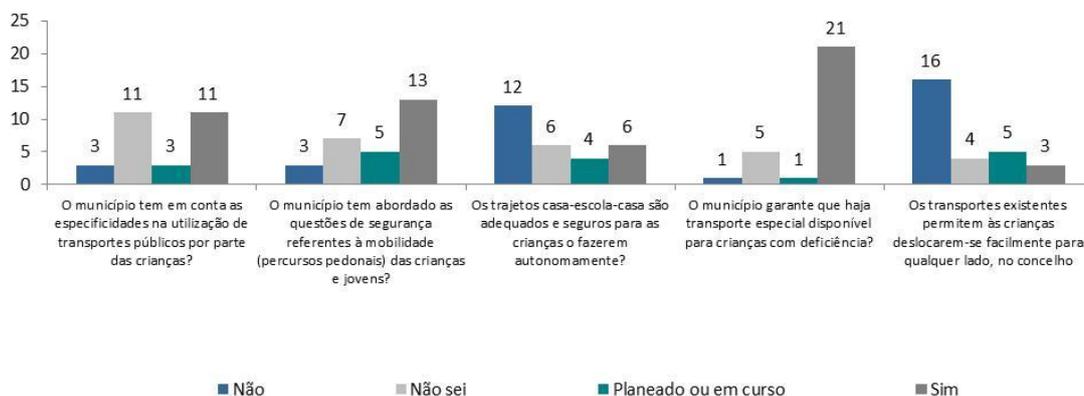
- Na área da educação, uma vez questionados sobre se o município monitoriza a qualidade dos equipamentos escolares, e toma medidas com base nas necessidades avaliadas, e se na escola se aprende a ter hábitos de vida saudáveis, a maioria dos dirigentes afirmam ter conhecimento desta monitorização. Questionados sobre se na escola se aprende conteúdos sobre a sexualidade e se existem estruturas democráticas nas escolas para que as crianças sejam ouvidas, as respostas dadas repartem-se equitativamente, onde metade afirma ter conhecimento e a outra metade desconhece a existências destes programas. Por fim, no que se refere à existência de monitorização por parte do município em questões como: matrícula e atendimento a grupos de crianças, e identificação de padrões de exclusão; monitorização das necessidades financeiras das famílias relacionadas com a matrícula e frequência escolar; monitorização da qualidade de ensino nas escolas; ou se existe algum conselheiro independente na escola, ao qual as crianças possam recorrer para aconselhamento confidencial e apoio, a maioria dos dirigentes inquiridos responderam desconhecer estas monitorizações.



- Na área do desporto, ludicidade e lazer, a maioria dos 28 dirigentes confirmam ter conhecimentos dos diversos programas, espaços e entidades existentes, tais como: lugares específicos para as crianças e jovens praticarem desporto e jogos organizados; lugares específicos para brincarem livremente; programas de componente de apoio à família em horário pós-escolar; entidade

responsável que garanta que os espaços de lazer e recreativos estão preparados para as necessidades das crianças com deficiência; entidade responsável que monitorize a qualidade e segurança das instalações desportivas, espaços recreativos e espaços para brincar. No que se refere à existência de uma entidade responsável pelos jogos e práticas desportivas organizados, com um processo de planeamento de ações com base na avaliação das necessidades das crianças, as respostas aferidas divergem entre 16 responderem não ter conhecimento e os restantes 12 terem conhecimento desta entidade.

Transportes



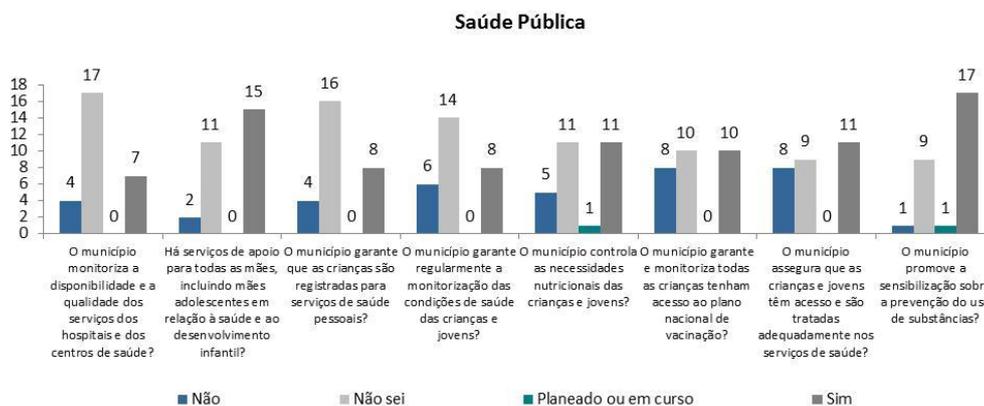
- Relativamente aos transportes 14 dos dirigentes afirmam ter conhecimento que o município tem em conta as especificidades na utilização de transportes públicos por parte das crianças, enquanto os restantes 14 não têm conhecimento. Relativamente às questões de segurança referentes à mobilidade como percursos pedonais a maioria afirma saber que o município tem estas questões em consideração, já no que se refere à deslocação casa-escola-casa a maioria, cerca de 18 dirigentes não têm conhecimento que estes trajetos sejam adequados e seguros. Porém destaca-se o facto para a maioria dos dirigentes terem conhecimento que o município garante transporte especial para a crianças com deficiência, mas por sua vez não sabem se existem transportes que permitam às crianças deslocarem-se facilmente para qualquer lado do concelho.

Saúde Ambiental



- Analisada a área referente à saúde ambiental, a maioria dos indivíduos questionados identifica claramente saber que o município administra um sistema de recolha seletiva de lixo e que

promove medidas de reciclagem. Ao relacionarmos a existência de alguma política municipal sobre os riscos ambientais que inclua diretamente as crianças, dos 28 dirigentes, 20 responderam não ter conhecimento e somente afirmarem positivamente. Mas quando questionados se o município monitoriza a quantidade e qualidade de água, relacionadas com as famílias com menores ou mesmo a monitorização das condições sanitárias de famílias com menores as respostas diferem entre não terem qualquer conhecimento (16 e 18 respetivamente), e terem conhecimento da existência dessa monitorização (12 e 10 respetivamente).



- Na área da Saúde Pública, quando questionados sobre as diversas monitorizações e serviços, tais como se o município monitoriza a disponibilidade e a qualidade dos serviços hospitalares e centros de saúde; se monitoriza regularmente as condições de saúde das crianças e jovens; ou se garante que as crianças são registradas para serviços de saúde pessoais, a grande maioria dos dirigentes desconhece se o município efetua estes serviços. Nas restantes questões aferidas, como: se existem serviços de apoio às mães adolescentes em relação à saúde e ao desenvolvimento infantil; ou se o município promove ações de sensibilização sobre a prevenção ou uso de substâncias, nestas questões a maioria dos dirigentes inquiridos reconhece ter conhecimento destes serviços. Finalmente, quando questionados sobre se o município controla as necessidades nutricionais das crianças e jovens, ou monitoriza todas as crianças para garantir que cumprem o plano nacional de vacinação, ou se o município assegura que as crianças e jovens têm acesso e são devidamente tratadas nos serviços locais de saúde, os indivíduos inquiridos na sua maioria responderem desconhecer a existência destes serviços.

8. SÍNTESE DOS DADOS

Nesta secção procuramos sistematizar todos os dados analisados, fruto da análise documental e estatística e dos dados da auscultação pública (workshops e questionários), pelas 9 áreas definidas para este Diagnóstico Local.

PLANEAMENTO, MONITORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

Positivo	A melhorar
<p>Planeamento</p> <ul style="list-style-type: none"> → -Áreas de especial valor ecológico e de elevada qualidade paisagística e ambiental, → Zona central da Vila de Cascais e centros urbanos históricos; → Parque habitacional relativamente jovem; → Bons acessos rodoviários, ferroviários e marítimos; → Muito bom abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais; → Boas estruturas para promoção do empreendedorismo e apoio à dinâmica empresarial; → Destino turístico consolidado e internacionalmente reconhecido → Existência de infraestruturas de nível regional, nacional e internacional, e experiência na organização de eventos de dimensão internacional, (ex: desportos náuticos, hipismo, golf e automobilismo); → Elevada qualificação da população concelhia; → Taxas de natalidade superiores à média nacional; → Crescimento populacional superior à média nacional, proporcionado por um saldo migratório positivo e uma taxa de natalidade superior à media nacional, o que contribui para um índice de envelhecimento populacional inferior à média nacional; → Rede de equipamentos e serviços com carácter inovador e diverso (culturais, de saúde, educativos, sociais, desportivos). 	<p>Planeamento</p> <ul style="list-style-type: none"> → Repensar o espaço público: a rua, os espaços verdes coletivos enquanto espaços fundamentais de convivialidade e aprendizagem, permitindo a circulação em segurança, acessíveis a todos, que promovam, pelos modelos presentes, a participação, comportamentos cívicos adequados. → Repensar o tempo livre e os modelos de lazer: espaços desportivos informais, ludotecas, espaços culturais e outros espaços de convívio informal. Enquanto município, importa promover e defender o tempo livre e o lazer das crianças e jovens. → Repensar os equipamentos em geral e os de educação formal em particular, escolas públicas e privadas ou solidárias, universidades, centros de formação e tantos outros recursos enraizados na comunidade, com responsabilidade no processo de desenvolvimento local. → Resumo - Mobilidade, equipamentos sociais ou educativos, espaços verdes e de lazer. Nunca foi realizado, até agora, qualquer tipo de trabalho de Planeamento COM as crianças - o desafio que se pretende abraçar, a partir deste diagnóstico, para o futuro.
<p>Urbanismo</p> <ul style="list-style-type: none"> → Erradicação de habitações precárias (barracas) e consecutivo realojamento das famílias que aí habitavam, contribuiu muito para a melhoria da qualidade de vida destas populações, sobretudo das crianças, com aposta na garantia de infraestruturas básicas praticamente a toda a população. → Áreas Urbanas de Génese Ilegal - em conclusão diversas ações que visam a sua requalificação (sobretudo espaços públicos e suas infraestruturas), medidas essas que contribuíram para a transformação daqueles territórios e para a criação de novas valências, sobretudo de espaços públicos de proximidade. → Autarquia assegura um correto desenho urbano dos espaços presentes nos processos de intervenção analisados. (ex: (re)definição de alinhamentos viários em zonas muito compactas ou a criação de zonas de descompressão da malha urbana), o que a médio prazo potencia novas valências e novas vivências por parte das populações. 	<p>Urbanismo</p> <ul style="list-style-type: none"> → Regras mais restritivas ao nível das guardas de rampas, escadas, terraços e varandas de edifícios e espaços exteriores, que deverão impedir a escalada e a passagem de crianças. → Obrigatoriedade de prever, nas áreas de cedência para espaços verdes públicos resultantes de loteamentos ou de operações urbanísticas com impacte relevante e/ou semelhante a operação de loteamento, e sempre que essas áreas sejam superiores a 500m², a criação de jardins dotados de equipamento de recreio ativo e passivo, designadamente relvados e parques infantis, zonas pedonais e de estadia, complementadas com mobiliário urbano. No caso de parcelas superiores a 2.500m², deverá ser executado um parque público que preveja a criação de circuitos de jogging e cicláveis, para além de parque infantil, zonas pedonais, arbóreas e arbustivas, entre outras. → Medidas de boas práticas para a promoção da segurança infantil nos ambientes construídos, → O município promover um conjunto de medidas que contribuam para a perceção da imagem da cidade pelos mais novos, promovendo sessões escolares que incluam técnicos municipais responsáveis pelas áreas do planeamento e da gestão e intervenção territorial; desenvolvendo atividades escolares que contribuam para a perceção do ambiente urbano, designadamente através da elaboração de mapas, da construção de maquetas temáticas dos locais que habitam, de visitas e passeios temáticos a espaços simbólicos do município. → dar a conhecer e promover a utilização da ferramenta GeoCascais junto de todos os munícipes, em especial dos professores e alunos, podendo tornar-se uma excelente ferramenta de trabalho e instrumento potenciador de uma participação ativa dos mais novos.
<p>Habituação Social</p> <ul style="list-style-type: none"> → Existência de Bairros de dimensões reduzidas promove a integração das crianças, no meio onde residem; → Habituação social está na sua grande maioria junto de escolas; 	<p>Habituação Social</p> <ul style="list-style-type: none"> → Construção de Parques Infantis e Polidesportivos nos bairros; → Criação de espaços lúdicos e de atividades;

DADOS DOS WORKSHOPS	
	Nesta área o resultado dos dados das sessões realizadas com os 4 grupos setoriais (crianças, jovens, família, organizações públicas e privadas e municípios nomearam como aspetos a melhorar a redução da iniquidade entre o interior e o litoral passando pela manutenção dos espaços públicos que permita às crianças e os jovens a vivência da rua através do usufruto de estruturas e equipamento de lazer, a requalificação dos bairros, a manutenção dos espaços de escola e envolvente. Por último e como proposta de medida dos participantes auscultados a necessidade de planeamento urbano envolvendo a participação das crianças e jovens nos processos de tomada de decisão.
DADOS DOS QUESTIONÁRIOS	
A maior parte das casas reúnem as condições básicas de habitação.	<p>A consulta sobre as necessidades das crianças quando se planeia, constrói, melhora ou mantém os espaços públicos;</p> <p>Inexistência de casas de banho públicas na maior para dos bairros;</p> <p>Muitos bairros têm poucos espaços vocacionados para o brincar, jogar, conviver, etc.;</p> <p>A adequação dos espaços de brincar, parques infantis ou outros, a crianças com deficiência motora;</p>
CONCLUSÕES	
	<p><u>Mobilidade, equipamentos sociais ou educativos, espaços verdes e de lazer. Nunca foi realizado, até agora, qualquer tipo de trabalho de Planeamento COM as crianças;</u></p> <p>É necessário criar mecanismos para envolver às crianças nas tomadas de decisão; Há assimetrias entre o Interior e o litoral do concelho;</p> <p>Os espaços públicos carecem de (re)qualificação em função das acessibilidades, segurança, tempo livre e lazer, etc. para potenciar a sua utilização por todos, crianças e jovens em particular.</p>

FAMÍLIA

Positivo	A melhorar
5. A existência de diversos equipamentos/respostas de qualidade dirigidas a crianças e jovens	→ Melhorar a divulgação/conhecimento junto da comunidade das respostas e projetos existentes para o público-alvo
6. Apoio financeiro e técnico às Instituições/parceiras que tem respostas para este público, por parte da CMC	→ Melhorar a mobilidade/transporte, tendo em conta a grande dispersão geográfica e isolamento das famílias em alguns locais do território
7. Estimular por parte da CMC o constante trabalho em parceria entre Instituições no pensar, projetar e partilhar as experiências e necessidades	→ Espaços de acompanhamento técnico de proximidade a famílias em situação de vulnerabilidade
8. Aposta em projetos inovadores, apoiados financeiramente pela CMC e dinamizados pelas Instituições, dirigidos às famílias, crianças e Jovens	→ Incrementar a resposta na área da Saúde Mental, designadamente na área da psiquiatria
9. Atenção, preocupação e dinamização de respostas no âmbito da proteção de crianças e jovens em risco	→ Constituição da resposta de Famílias de Acolhimento, de qualidade, prioritariamente para crianças dos 0 aos 6 anos;
10. Ações de reforço de competências parentais com impacto na dinâmica da família	→ Aumento da resposta de CAFAP – Centro de Apoio à Família e à Parentalidade,;
	→ Integrar nos Serviços de Saúde, para todos, equipas de trabalho ao nível do despiste de questões socio-emocionais e de parentalidade positiva;
	→ Integrar nas orientações curriculares desde a creche práticas e programas que apelem ao desenvolvimento socio-emocional das crianças / jovens;
	→ Reforço das equipas escolares e de saúde de Técnicos ligados à saúde

<p>1. Promoção do acesso de crianças em idade de creche de famílias com situação de vulnerabilidade financeira a esta resposta;</p> <p>2. Rede social coesa, articulada e ativa;</p> <p>3. Projetos e práticas inovadoras ao nível da participação das crianças e jovens, em meio escolar e ao nível de cidadania;</p> <p>4. Projetos e práticas inovadoras ao nível da prevenção dos maus tratos e de situações de risco, designadamente em meio escolar, IPSS, saúde, outras entidades</p> <p>5. A CPCJ de Cascais tem como prática a auscultação de todas as crianças e jovens que a ela se dirigem..</p>	<p>mental.</p> <p>→ Urge a concertação de estratégias concelhias articuladas entre a rede de parceiros com o objetivo da irradicação da exposição das crianças a situações de violência e maus tratos.</p> <p>→ Resposta de acolhimento familiar</p> <p>→ Resposta de creche insuficiente;</p> <p>→ Creches privadas com vagas e sem articulação com a rede social;</p> <p>→ Respostas sociais insuficientes para crianças e jovens em risco/ perigo;</p> <p>→ Fracas expectativas dos jovens relativamente ao futuro;</p> <p>→ Delinquência e marginalidade juvenil - Jovens 13-15 anos com problemas comportamentais e sem enquadramento no sistema</p>
DADOS DOS WORKSHOPS	
<p>Da auscultação pública evidenciou-se como um aspeto positivo a oferta e resposta do concelho de Cascais oferece a todos os municípios no sector do comércio e restauração;</p> <p>Serviços que oferecem apoio direto às famílias com acompanhamento técnico também foram muito referenciados como Centro de apoio à família Parental; Comissão Proteção de menores (CPCJ); Equipa de intervenção precoce na criança;</p> <p>O Investimento e apoio pré-escolar – bases sociais</p>	<p>Nos workshops realizados com todos os grupos os aspetos identificados como positivos foram, da mesma forma, referenciados como aspetos a melhorar, pois sendo a família, uma área que diretamente tem impacto no bem-estar das crianças e jovens, os participantes consideram que no setor da 1ª infância as creches - bolsas sociais, o projetos existentes na 1ª infância apoio parental</p> <p>Outros assuntos, identificados nas sessões públicas, como prioridade na sua melhoria foi o Sistema de proteção e sensibilização à comunidade; a Integração (de estrangeiros) crianças, jovens, família; Programa de férias acessível a todas as famílias;</p> <p>No que respeita à componente de apoio à família continua a ser muito importante investir. Investir nas atividades de férias; repensar o custo das atividades de férias que atualmente não são acessíveis a todas as famílias</p> <p>Melhorar as creches do concelho; Resposta dos 0 aos 3 anos – família em casa redução de horários melhorar o contexto familiar.</p>
DADOS DOS QUESTIONÁRIOS	
<p>As famílias têm em suas casas as condições básicas de habitação; a maioria tem água e casa de banho, e o ar é livre de fumo, tabaco ou poluição;</p> <p>As casas permitem espaço para descontrair, jogar, ler, etc., e é um espaço onde as crianças se sentem seguras e onde gostam de brincar;</p> <p>As crianças podem, regra geral, manifestar a sua opinião em família;</p>	<p>A segurança face à possibilidade de a casa ser retirada às famílias; A informação sobre onde obter apoio/aconselhamento psicológico ou orientação de profissionais sobre questões como a SIDA;</p> <p>A informação acerca dos Direitos das Crianças;</p> <p>A rede de transportes e o preço das viagens (mais do que um filho, valores segundo as idades, etc.);</p> <p>O conhecimento dos serviços da autarquia destinados a crianças;</p> <p>Abuso: maioria das crianças nunca se consideram seguras;</p> <p>As redes de apoio fora do âmbito familiar.</p> <p>Famílias de acolhimento.</p> <p>Apoio médico no bairro.</p>
CONCLUSÕES	
<p>Divulgação, Transportes e Mobilidade, Reforço das respostas e equipas (áreas: apoios sociais, saúde, creche, jovens em risco, saúde mental e emocional, delinquência e marginalidade juvenil);</p> <p>Programas de férias/ocupação de tempos livres acessíveis a todos;</p> <p>Urge a concertação de estratégias concelhias articuladas entre a rede de parceiros com o objetivo da irradicação da exposição das crianças a situações de violência e maus tratos, da redução da delinquência e marginalidade juvenil (jovens 13-15 anos com problemas comportamentais e sem enquadramento no sistema);</p> <p>Programas de combate à exclusão e pobreza.</p>	

SAÚDE

Positivo	A melhorar
<ul style="list-style-type: none"> → O rácio médico hospitalar/habitante aumentou entre 2011 e 2014. Esta situação representa um aumento no número de médicos por mil habitantes (mas não necessariamente maior facilidade de acesso a cuidados médicos) → Para o ano de 2011, o rácio de habitantes por centro de saúde e extensão em Cascais era de 69.062,2 valor significativamente acima do registado para a AML e para Portugal → Existência de uma Rede de parceiros na área da Promoção da Saúde, Plataforma Saúde na Escola, com desenvolvimento de ações e projetos de Educação para a Saúde, dirigidos à comunidade educativa, no âmbito das temáticas identificadas no Plano Nacional de Saúde Escolar; → Existência do Fórum de Alunos, no âmbito da Plataforma Saúde na Escola, espaço de reflexão e participação ativa por parte das crianças e jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> → Reforço de respostas ao nível da saúde mental, dirigidas a crianças e jovens e famílias. → O rácio enfermeiro hospitalar/habitante é inferior aos verificados para Portugal e AML → Os utentes sem médico de família atribuído são 37.178 e destes. É relevante saber quantos representam crianças e jovens. → Em matéria de acesso a médico de família, em 2015 registaram-se 84.834 indivíduos sem médico de família em Cascais (face a 64.242 indivíduos em 2010). Em termos absolutos esta situação é particularmente preocupante na União de freguesias Cascais Estoril (38.215 indivíduos) e na União de freguesias Parede Carcavelos (33.874 indivíduos)
DADOS DOS WORKSHOPS	
<p>Qualidade dos serviços de Saúde</p> <p>Evolução nas respostas de apoio à deficiência Mental;</p> <p>A plataforma da Saúde;</p> <p>Acesso gratuito à saúde;</p> <p>Núcleo de saúde em risco;</p> <p>Prevenção área da saúde;</p> <p>Acesso aos serviços de saúde;</p> <p>Excelentes serviços no Hospital de Cascais</p> <p>Centro de Saúde com bons espaços para crianças</p>	<p>Melhor atendimento por médicos, enfermeiras e aos balcões (má organização)</p> <p>Alargamento de programas competências parentais, sociais e saúde mental;</p> <p>A redução da assimetria nas Unidades de Saúde e sua gestão;</p> <p>Reforçar equipas de alguns serviços de saúde públicos</p>
DADOS DOS QUESTIONÁRIOS	
<p>As crianças manifestam na generalidade conhecer serviços que prestem apoio psicológico, aconselhamento, orientação profissional acerca de assuntos tais como SIDA/HIV;</p> <p>O ambiente dos bairros onde vivem é na generalidade considerado quase sempre bom.</p> <p>Algumas famílias moram em zonas que têm serviços /postos de emergência médica relativamente perto, e a maior parte dos inquiridos considera haver ter onde se deslocar em caso de doença ou para fazer um check-up;</p> <p>A maior parte dos inquiridos vive em zonas limpas, sem águas inquinadas ou maus cheiros no ar.</p>	<p>Há zonas do concelho que estão desprotegidas quanto a locais onde possam obter apoio médico.</p> <p>Há adultos que desconhecem onde obter apoio/aconselhamento psicológico ou orientação de profissionais sobre questões como a SIDA.</p> <p>A quantidade de casas de banho públicas e em boas condições de higiene.</p> <p>Assegurar o registo de todas as crianças ao nascer.</p> <p>A manutenção da limpeza nos bairros e dos maus cheiros no ar, em certas zonas do concelho</p>
CONCLUSÕES	
	<p>Reforço das respostas de saúde mental (crianças/jovens, famílias);</p> <p>Maior rácio enfermeiros/habitante;</p> <p>Aumentar a resposta/equipa de médicos de família e averiguar quantas crianças estão sem médico de família;</p> <p>Mais informação;</p> <p>Maior equidade entre as respostas diferentes zonas do concelho</p>

EDUCAÇÃO

Positivo	A melhorar
<ul style="list-style-type: none"> → A diversidade das ofertas educativas, em que as ofertas dos sectores particular, cooperativo e solidário são historicamente muito fortes, representando um peso invulgarmente elevado no panorama nacional; → Escolas públicas de referência e com projetos educativos e iniciativas inovadoras; → Reduzidas taxas de abandono escolar; → Boa resposta ao grupo alvo “crianças-família”, garantindo o apoio dos alunos com NEE, privilegiando o carácter lúdico e criativo das atividades, a livre escolha e a participação → Boa articulação e estabelecimento de parcerias e protocolos com instituições locais para a intervenção em diversos domínios, nomeadamente na área das NEE e intervenção precoce; → A criação de Unidades de Apoio Especializado no 1º, 2º e 3º ciclo, Salas de Aprendizagem Funcional no 2º e 3º ciclo, → Casos de boas práticas de articulação das escolas e Agrupamentos de Escolas com as comunidades em que se inserem, e de envolvimento efetivo dos pais, famílias e associações de pais na vida das escolas; → No geral, corpo docente qualificado, estável, dinâmico e empenhado; → Bons exemplos de liderança, capacidade de iniciativa e de mobilização de vontades por parte das Direções de escolas e Agrupamentos de Escolas; → Perceção positiva das escolas e comunidades educativas acerca do papel da Câmara (“ativo e dinâmico e capacidade de iniciativa no que à educação diz respeito”), que reconhecem e consideram como parceiro fundamental; → Perceção positiva relativamente às Atividades de Animação e Apoio à Família, Componente de Apoio à Família, Atividades de Enriquecimento Curricular, Ludobibliotecas Escolares; → O serviço de transporte escolar extensivo a alunos com vertentes de ensino específicas localizadas fora do Concelho (conservatórios, Escolas Profissionais); → A introdução do Lanche Escolar e a diversificação das ementas, introduzindo para além da dieta a possibilidade de uma escolha vegetariana; → A melhoria de alguns equipamentos escolares e equipamentos de apoio (bibliotecas, ludo-bibliotecas, ludotecas, pavilhões desportivos, campos de jogos, laboratórios); → Gradual aumento de alunos inscritos nas escolas da rede pública; → A taxa de retenção mantém-se, em todos os níveis de ensino, inferior aos valores observados a nível nacional e na AML; → A heterogeneidade de crianças e jovens na rede de escolas públicas do concelho; → O aumento da oferta no pré-escolar, que tem vindo a colmatar o gradual aumento de procura nesta faixa etária; → O aumento de residentes com o ensino secundário entre 2011 e 2014; → O Pólo Tecnológico de Formação em Cascais, sediado no Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo; → Bom nível de colaboração escola/autarquia, maior abertura dos Agrupamentos de escolas à comunidade e maior dinamismo na procura de respostas inovadoras, formativas e profissionalizantes. → Os projetos de intervenção educativa do Departamento de Educação que, ao longo dos anos, têm proporcionado formação a professores, auxiliares, alunos, e contribuído para esbater a “barreira” existente entre escola/comunidade/autarquia. 	<ul style="list-style-type: none"> → A desvalorização do ensino profissionalizante, insuficiente oferta das vertentes vocacionais e profissionalizantes e da sua articulação com o mercado de trabalho; → O desfasamento da oferta de formação face à procura e às necessidades do mercado de trabalho → Sobreposição de ofertas formativas entre escolas; → Desequilíbrios espaciais de oferta-procura e reorganização da rede de escolas públicas → A assimetria na distribuição espacial dos equipamentos de educação e ensino públicos → A assimetria na distribuição espacial do número de equipamentos de jardim-de-infância (compensada pela oferta da rede solidária); → Concretizar a universalização do acesso à educação pré-escolar. → A taxa de escolarização. → A taxa de abandono, que representa, ainda, 1,65% dos alunos (2011). → O desfasamento das taxas de retenção entre escolas públicas e privadas; → A oferta de PCA no 2º e 3º ciclo; → Oferta reduzida da educação de adultos e formação ao longo da vida; → Subsistem debilidades na articulação comunidade - escola e na participação das famílias nas escolas → Os apoios a alunos com dificuldades de aprendizagem e com necessidades educativas especiais → Insuficiência dos apoios psicossociais a alunos e famílias → Articulação e de partilha de experiências entre Agrupamentos de Escolas → A formação de Assistentes Operacionais; → Excesso de escolarização → Limitação dos apoios financeiros para a substituição de todos os equipamentos e outros materiais de apoio pedagógico que se encontram degradados, desatualizados ou a necessitar de inovação nos espaços escolares; → Falta um Observatório da Educação; → Integração da diversidade social e cultural dos alunos das escolas públicas do concelho; → A saída antecipada dos jovens do sistema de ensino; → A delinquência e a marginalidade infantil: entre os 13 e os 15 anos com problemas comportamentais e sem enquadramento no sistema; → A fraca participação cívica dos jovens

DADOS DOS WORKSHOPS	
<p>Comunicação entre os agrupamentos com maior abertura e tentativas de harmonização;</p> <p>Evolução de trabalho no que toca à Formação de Professores para práticas direcionadas;</p> <p>Rede de escolas requalificadas;</p> <p>A.E.C contexto não-formal;</p> <p>Ludobibliotecas com equipas bem preparadas;</p> <p>Esforço e evolução de trabalho da CMC, sobretudo nos Jardim-de-infância e Escolas Básicas;</p> <p>Assinatura de contrato entre M.E e CMC;</p> <p>Projetos empreendedorismo jovem - impacto DNA; Proximidade Famílias-Escola;</p> <p>Proximidade Juntas Freguesia-Escola</p> <p>Apoio da CMC na orientação e testes psicotécnicos;</p>	<p>Partilha de experiências;</p> <p>Rede Integrada;</p> <p>Visitas de estudo gratuitas;</p> <p>Escolas orientadas para o brincar;</p> <p>Critérios de adjudicação rigorosos no concurso para refeições escolares;</p> <p>Alteração das práticas pedagógicas no currículo e metodologias promovendo autonomia e criatividade;</p> <p>Diversidade de contextos e interesses individuais;</p> <p>Investir no ensino profissional;</p> <p>Gestão das AEC na escola 2º e 3º ciclo;</p> <p>Criar momentos informais nos espaços escola e na área envolvente da escola;</p> <p>Os projetos /Práticas devem ser permanentes e cruzarem todos os pilares do programa;</p> <p>Equipas multidisciplinares escolas – família – comunidade;</p> <p>Escola ter um centro de voluntariado atendendo às faixas etárias mais vulneráveis;</p> <p>Nutrição na escola mais equilibrada e diversificada;</p> <p>Os serviços e respostas a crianças que sofrem de bullying;</p> <p>Procurar o uso da cidade como se fosse uma escola,</p> <p>Incentivar os agrupamentos a trabalhar as crianças e os jovens em áreas que não só académicas o sucesso para além da escola</p>
DADOS DOS QUESTIONÁRIOS	
<p>Acesso a manuais e material escolar;</p> <p>Tempo livre entre aulas;</p> <p>As crianças são respeitadas qualquer que seja a religião, cor raça cultura ou nacionalidade;</p> <p>A utilização efetiva das bibliotecas, sejam escolares, sejam da área onde residem;</p> <p>Na perceção dos alunos, ao contrário das famílias e organizações, a escola fornece programas e conhecimentos com impacto na vida futura dos jovens;</p> <p>A maior parte dos alunos considera que os professores quase sempre ou sempre lhes dá atenção;</p> <p>A maior parte aprendeu questões relacionadas com hábitos de vida saudáveis e proteção do ambiente, bem como a escola lhes proporciona programas e conhecimentos com impacto na sua vida futura.</p>	<p>Nem todos os alunos vão regularmente à escola;</p> <p>A higiene e manutenção do equipamento das casas de banho das escolas (portas, privacidade);</p> <p>O número de bibliotecas ou outros espaços de estudo (maioritariamente concentrados em Cascais-Estoril ou em S. D. Rana);</p> <p>A possibilidade de os alunos darem a sua opinião sobre assuntos da escola;</p> <p>A aprendizagem sobre os direitos da criança, com base na Convenção dos Direitos da Criança e sobre sexualidade/sexo seguro;</p>
CONCLUSÕES	
<p>→</p>	<p>→ Combate à exclusão e abandono escolar,</p> <p>→ Criação e manutenção de redes de parceiros,</p> <p>→ Maior comunicação e interação com as escolas públicas,</p> <p>→ Abertura da escola à comunidade,</p> <p>→ Promoção de tempos destinados a atividades lúdicas, de exploração da criatividade e do desenvolvimento pessoal e social.</p> <p>→ Mais alunos na escola pública.</p> <p>→ Aumento da oferta no jardim-de-infância.</p> <p>→ Melhoria dos equipamentos escolares.</p> <p>→ Crianças envolvidas no planeamento.</p>

CULTURA

Positivo	A melhorar
<ul style="list-style-type: none"> → A existência de um programa cultural e educativo – <i>ENVOLVE-TE</i> – é uma resposta ativa e muito significativa face às necessidades das crianças, jovens e suas famílias. Surge em prol de uma identidade melhorada com a requalificação dos recursos humanos e materiais nos vários equipamentos culturais do município; → O setor Cultural de Cascais demonstra uma preocupação persistente na relação e conquista de públicos, promovendo ações lúdico-pedagógicas, de vivência e participação ativa nos espaços; → Os espaços culturais vão ao encontro dos valores da inclusão, participação, educação e cidadania; → As atividades propostas visam proporcionar a partilha de conhecimentos, de reflexão, de formação, e lazer numa perspetiva de educação não formal. Trata-se de uma oferta diversificada e criativa; → Os espaços culturais são também tidos enquanto plataformas de formação, através de programas de Ocupação de tempos livres e de formação em estágios (jovens dos 15 aos 18 anos); → A equipa do Serviço Cultural e Educativo do Bairro dos Museus trabalha no sentido de construir um programa de raiz, por ser implicada na origem do projeto BM; → Equipa de dinamização junto dos públicos com espírito crítico, promove a partilha do conhecimento, e investe num trabalho de cooperação; → A equipa de mediadoras culturais é, em parte, uma equipa de formação superior rica em várias áreas que promovem a multidisciplinaridade e diversidade nas formações e experiências dos colaboradores do SCEBM (equipa mista entre CMC e FDL; técnicos na área das belas-artes, psicologia, engenharia do ambiente, antropologia, educação, sociologia, arquitetura, história da arte); → O Bairro dos Museus é um projeto-piloto, inovador e que visa a fidelização de novos públicos, públicos locais e divulgação do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> → É necessário proceder-se à melhoria dos meios de comunicação – internos e externos – para uma divulgação assertiva e eficaz do programa cultural e educativo do Bairro dos Museus; → As limitações surgem pela ausência de um quadro permanente de técnicos educativos, com formação especializada, nas áreas de conhecimento quer dos espólios de cada espaço cultural (missão, visão e valores de cada equipamento cultural), quer na vertente da mediação cultural e educação em contexto não formal; → Alguns espaços do BM estão limitados do ponto de vista da inclusão física, social e intelectual (dificuldades na circulação nos espaços, ausência de meios de leitura/interpretação digital); → O enquadramento económico local e nacional é um fator que constrange parte da população. É necessário criar-se uma exceção de participação gratuita (através do serviço cultural e educativo), do ponto de vista de bilhética existente e implementada no perímetro cultural do Bairro dos Museus – da mesma forma que são consideradas exceções para escolas, instituições sem fins lucrativos e imprensa (em atividade), sugere-se a criação de um bilhete familiar gratuito (mediante lotação indicação, para que possam usufruir do serviço gratuito acompanhado pelos técnicos educativos); → Através da auscultação de jovens (questionários e workshops), é tida a necessidade de integração da tecnologia nos espaços museológicos, em prol da interatividade, acessibilidade de informação e vivência do espaço; → É também registada a necessidade da criação de espaços ativos e de convívio complementares a alguns equipamentos culturais (ex.: cafetaria, loja, auditórios); → É necessária uma normalização (por todos os equipamentos culturais) no que toca à recolha, articulação e avaliação dos dados que refletem a contabilização de públicos e tratamento dessa informação (nº de visitas pelo SCEBM, nº de visitas livres – no que reflete a participação por parte de crianças, jovens e famílias).
DADOS DOS WORKSHOPS	
<p>As várias bibliotecas, a variedade de monumentos e exposições, as atividades dos serviços educativos, a arte no espaço rua</p> <p>A boa oferta e diversidade cultural;</p> <p>Variedade de monumentos e exposições</p> <p>Bibliotecas municipais- boa oferta infanto - juvenil e espaços de estudo;</p> <p>Polivalência dos espaços culturais</p>	<p>Teatro de rua feito pelos alunos da área artística;</p> <p>Implementar um programa para as artes, expressão dramática (tendo como exemplo os workshops); Implementação nas organizações de atividades diversas (artes, etc.) para alargar os interesses;</p> <p>Teatro – o que existe tem de ser pago.</p>
DADOS DOS QUESTIONÁRIOS	
<p>A oferta, em cascais, de variadas respostas culturais (museus, exposições, bibliotecas, monumentos, teatros, concertos);</p>	<p>O acesso a ofertas culturais;</p> <p>Oferta cultural muito concentrada no Litoral-Sul;</p> <p>O conhecimento que as crianças têm dos serviços que a autarquia divulga publicamente nas áreas de Infância e juventude;</p> <p>A comunicação /informação pública sobre os Direitos da Criança;</p> <p>A acessibilidade dos espaços a crianças com deficiência motora ou de faixas etárias mais baixas (altura);</p> <p>A participação em eventos de outras culturas;</p>

CONCLUSÕES

Comunicação interna e externa
 Quadro permanente de técnicos educativos especializados
 Espaços do BM estão limitados do ponto de vista da inclusão física, social e intelectual
 Soluções de bilhética de acesso aos espaços diferenciadas para crianças/jovens/famílias
 Espaços de convívio
 Participação e auscultação

DESPORTO, TEMPOS LIVRES E LAZER

Positivo	A melhorar
<ul style="list-style-type: none"> → O grande envolvimento do público escolar nas atividades disponibilizadas nas escolas pelo município; → O apoio à atividade interna das escolas bem como o apoio ao nível dos equipamentos e do estabelecimento de parcerias com entidades externas; → A diversidade de programas e projetos municipais nas várias vertentes de atividades disponibilizadas às escolas e ao público em geral; → Os equipamentos e infraestruturas disponibilizadas nas várias freguesias do concelho; → A preocupação do Município em criar condições para que os professores do 1º Ciclo em monodocência realizem as atividades curriculares e implementem projetos que reforcem a componente de dinamização motora das escolas; → O apoio aos clubes para desenvolvimento das modalidades desportivas através do Associativismo Desportivo; → A preocupação em fomentar o desporto junto de toda a comunidade jovem, através dos programas de ocupação de jovens durante as férias desportivas. 	<ul style="list-style-type: none"> → Aumentar a oferta de atividades para as faixas etárias com idades inferiores aos 5 anos de idades; → Continuidade/melhoramento do apoio à atividade interna dos agrupamentos/escolas e ao Desporto Escolar; → Criação de parcerias escolas/clubes/associações bem como outras entidades desportivas no sentido de promover/desenvolver a prática desportiva regular. → Preocupação com o peso muito expressivo em qualquer faixa etária do visionamento de programas televisivos e dos jogos/navegação na internet, o que está totalmente em linha com os estudos apresentados no ponto de contextualização sobre a ocupação de tempos livres dos jovens portugueses → Pouca informação disponível sobre os hábitos e preferências das crianças e jovens residentes em Cascais sobre as suas atividades de tempos livres e lazer
DADOS DOS WORKSHOPS	
<p>Foi feita referência à diversidade de parques urbanos e espaços abertos para crianças, jovens e famílias de todos os parques da Vila, A presença de um grande nº de estruturas e equipamentos de desporto designadamente piscinas, zonas de praia, equipamentos de exercício físico no exterior, ciclovias, campos de futebol, espaços de convívio, concertos de verão Oferta diversificada na área do desporto (pública e privada)</p>	<p>Equipamentos desportivos; Eventos desportivos; A gestão da Marina como um espaço de convívio e lazer, hoje um espaço sem áreas de interesse para crianças e jovens; Parques urbanos com adaptação para deficientes; a manutenção dos espaços verdes; A manutenção e cuidado de proteção nas zonas de risco da ciclovias Recrear a aposta no desporto e desporto escolar, a maioria dos equipamentos são calculados sem a participação das crianças; Levantamento exaustivo do que as crianças pretendem, no espaço de recreio e público; Criação de mais espaços exteriores qualificados e adequados para jovens; Áreas desportivas e de lazer no interior do Concelho; Criar mecanismos integrados entre os espaços verdes para levar as crianças depois da escola; Requalificação de espaços de lazer comuns (escolas e públicos) ; A colocação de rodas amovíveis para Bicis de forma a ser utilizado pelas crianças Parques com equipamentos adaptados a crianças com deficiência</p>
DADOS DOS QUESTIONÁRIOS	
<p>A oferta, em Cascais, de sítios onde brincar, fazer jogos e praticar desporto.</p>	<p>Oferta desportiva muito concentrada no Litoral-Sul;</p>

Zonas de residência perto de locais que possibilitam o contacto com a natureza;	Os espaços de brincadeira/desporto nos seus bairros;
Os espaços para brincar existente nas zonas de residência são considerados, em média, seguros ou quase sempre seguros;	Adaptação dos espaços de brincar, parques infantis ou outros, a crianças com deficiência motora;
	O tempo para Tempo Livre e Lazer, para descansar;
CONCLUSÕES	
	<p>Maior Oferta de atividades até aos 5 anos</p> <p>Melhoria do poio às escolas</p> <p>Parcerias</p> <p>Excesso de videojogos nos tempos livres</p> <p>Conhecer as preferências na escolha das atividades de lazer e tempos livres nas diferentes faixas etárias</p>

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

Positivo	A melhorar
<ul style="list-style-type: none"> → Mais % de população jovem no concelho → Maior existência de estruturas de juventude (associações e outras) e de apoio ao setor (públicas e privadas) → Maior investimento público no setor → Concentração de jovens no associativismo local → Impacto positivo dos programas de Educação para o Empreendedorismo em jovens e professores → Diversidade de meios físicos e digitais de suporte à informação e participação → O nível de atualização dos meios de proximidade físicos e digitais é bastante elevado ao nível de atividades, informações dos projetos das diferentes áreas, e produção de notícias para os 0-18 anos 	<ul style="list-style-type: none"> → Capacitar e estruturar redes de grupos formais e informais de jovens → Fazer um novo levantamento dos bloqueios existentes à participação dos jovens → Reforçar o trabalho em rede entre os vários intervenientes na área → Potenciar os mecanismos de participação existentes, como o CMAJ → Informar e debater sobre as políticas públicas dirigidas aos jovens → Melhorar e dinamizar todo o conteúdo informativo sobre o município e as atividades específicas de forma pedagógica e com uma linguagem adequada, criando espaço de participação e de interatividade → Melhorar a divulgação dos diferentes suportes de informação e espaços de participação nas diferentes faixas etárias entre os 0 e os 18 anos → Meios de proximidade físicos e digitais do município mais acessíveis e mais práticos para as crianças e jovens → Menor participação política e ativismo social quando comparado com voluntariado e associativismo local
DADOS DOS WORKSHOPS	
<p>Programas de verão – Maré Viva (iniciativa muito valorizada em nas sessões com jovens)</p> <p>A existência de alguns programas de voluntariado.</p> <p>O apoio ao associativismo;</p> <p>A existência de projetos de cidadania,</p> <p>O orçamento participativo jovens,</p> <p>Os workshops realizados no processo de elaboração do diagnóstico do programa “ Cidade Amiga das Crianças</p>	<p>Necessidade de se implementarem medidas com vista a uma cultura de participação</p> <p>Mais equidade nos Programa de verão;</p> <p>Estruturas formais com crianças e jovens, para apresentação de propostas, discussão e aprovação;</p> <p>Promover em todas as escolas caixas de sugestões para recolha de opiniões/reclamações das crianças/jovens;</p> <p>Ouvir as crianças e jovens sobre todas as áreas;</p> <p>Capacitar as pessoas para ouvirem as crianças e jovens,</p> <p>Melhorar a área da comunicação, informação e divulgação, através dos suportes de informação o que existe não tem linguagem adequada ao público mais jovem;</p> <p>Programas de voluntariado ao longo do ano</p> <p><u>Nesta área</u>, existe um desconhecimento, de todos os grupos setoriais sobre espaços e formas de participação nas diferentes áreas.</p>
DADOS DOS QUESTIONÁRIOS	
<p>Um número residual de famílias participa e colabora no desenvolvimento do bairro onde habitam;</p> <p>A maioria dos alunos considerara a Internet um bom meio de informação e abertura ao mundo/atualidade, e consideram-se sempre</p>	<p>A informação acerca dos Direitos das Crianças junto de adultos e crianças;</p> <p>Espaços formais de participação;</p> <p>A consulta sobre as necessidades das crianças e jovens;</p> <p>A área da comunicação e divulgação dirigida especificamente a crianças e jovens pode ser melhorada e adequada às diferentes faixas etárias.</p>

atualizados; Pouco mais de metade dos alunos considera que a informação que o município dirige às crianças e jovens, é veiculada numa linguagem acessível.	A participação e envolvimento dos inquiridos sobre assuntos do seu interesse e do seu bairro/local de residência, o Planeamento com as crianças e comunidade e as dinâmicas locais que fomentem esta participação/envolvimento.
CONCLUSÕES	
	Capacitar redes formais/informais Conhecer a realidade Melhorar informação, divulgação e comunicação - linguagem, conteúdos, espaços, adequação várias faixas etárias Potenciar a participação

AMBIENTE

Positivo	A melhorar
<ul style="list-style-type: none"> → A existência de consideráveis áreas em quarteirões residenciais, onde existe áreas de estadia e recreio, → Existência de Parques Infantis com manutenção em todo o concelho, inseridos em parques ou em zonas de enquadramento residencial; → A polivalência de espaços onde é possível crianças e jovens brincarem e ao mesmo tempo adquirirem a componente ambiental e cultural ex. (hortas comunitárias inseridas em parques urbanos com equipamentos de jogo e parques infantis) → A presença da Serra de Sintra e o parque Natural Sintra Cascais, são uma mais valia para qualquer idade; → O equipamento de Fitness, manutenção, e outros inseridos em espaços verdes parques e jardins do concelho → Equipamento / ofertas que o litoral tem para as crianças: Campos Desportivos; Centro de Interpretação Ambiental da Pedra do Sal (CIAPS); Rede de Museus; Escolas de Práticas Náuticas; WI-FI; Tiralô; Programa Maré Viva; Piscinas Oceânicas; Atividades de Sensibilização Ambiental; Percursos Interpretativos; Postos de 1ºs Socorros; Segurança de Nadadores Salvadores em época alargada 1 Maio a 30 de Setembro, Zona Protegida das Avencas (Reserva Natural – AMPA). → Praias e litoral: Boa rede de transporte para as praias; Segurança, Pulseiras identificativas das crianças (PSP e Maré Viva); Programa Maré Viva; Limpeza Areal; Praias Acessíveis para Deficientes Motores. 	<ul style="list-style-type: none"> → A falta de ligação entre os parques históricos, de Natureza, de aventura, no que respeita aos transportes públicos, é algo que em parte priva a população de se deslocar, recaindo em parte nas zonas de enquadramento residencial. → Uma maior e melhor promoção ao nível escolar, de forma a incutirem o interesse da criança nos projetos ao nível do concelho e a deslocações a espaços existentes, que permita crianças e jovens a usufruírem desses mesmos espaços. → Não existem dados relativos ao uso das praias de Cascais pelas Escolas ou pelas Crianças → A melhorar no litoral: Parque Infantil Crianças Areal; Bicicletas Crianças e equipamento para transporte de bebés na Bicicleta; Estacionamento próprio para carrinhos de bebé junto aos acessos do areal; Lugares reservados para famílias numerosas; Menus Saudáveis para Jovens nos concessionários; Maior oferta de campos de férias com preços mais acessíveis, com abrangimento da faixa etária mais baixa; Maior utilização da imagem dos Cascalitos; Criação de uma página de Facebook das praias de Cascais; Colocação de informação sobre as horas seguras para a exposição solar. → Ouvir as opiniões das crianças e jovens sobre o que acham que deve melhorar. Por exemplo, em relação às praias: Envio de inquérito para as escolas; Inquérito na Página WEB CMC; Empresa de auditoria; Jogo de questionário para crianças; Inquéritos realizados pelo programa Maré Viva; Aquando da abertura do WI-FI gratuito nas praias aparecer um questionário rápido de 2 perguntas; Realização de um jogo com perguntas com oferta de brinde.
DADOS WORKSHOPS	
<p>Os inquiridos destacaram as características de cascais através da existência de Parques Naturais;</p> <p>Percurso pedonal junto a mar;</p> <p>A existência de uma diversidade de Espaços verdes,</p> <p>As zonas de área protegida</p> <p>Localização (proximidade serra e mar); atividades de ligação dos jovens à natureza; acesso e conservação das zonas naturais;</p> <p>Ambiente não poluído</p>	
DADOS QUESTIONÁRIOS	
Há bairros/localidade que oferecem segurança, do ponto de vista dos alunos, para andarem a pé ou de bicicleta e fazer o trajeto casa-escola-casa de forma segura;	A maior parte das famílias não considera o trajeto escola-casa seguro para ser efetuado a pé pelos alunos. Rede de transportes pouco eficaz nalguns pontos do concelho.

Há localidades onde podem estar em contacto com a natureza, perto dos bairros onde vivem;
 A boa qualidade do ambiente (lixo, mau cheiro, águas inquinadas...) de alguns dos bairros onde residem;

A limpeza, cheiros e poluição de alguns bairros onde vivem as crianças.

CONCLUSÕES

Transportes
 Informação/Conhecimento da oferta de espaços e estruturas
 Conhecer utilização, recursos, espaços e oferta das praias/litoral
 Auscultar as crianças

SEGURANÇA, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES

Positivo	A melhorar
<p><u>Segurança e Proteção</u></p> <p>→ Dá as noções básicas às crianças que devem ter em caso de incidente/emergência. → Permite alertá-las dos perigos existentes na via pública, em casa, na escola e os cuidados a adotar.</p>	<p><u>Segurança e Proteção*</u> não foi assinalado</p>
<p><u>Mobilidade</u></p> <p>→ No litoral, a rede pedonal apresenta boas condições de acessibilidade → O investimento da CMC nas redes pedonais tem sido significativo → A rede ciclável de Cascais tem cerca de 13,4 km e concentra-se na zona ocidental do concelho (nomeadamente na ligação de Cascais ao Guincho), e tem sobretudo uma função turística e de lazer.</p>	<p><u>Mobilidade</u></p> <p>→ Divulgar as vantagens associadas às deslocações pedonais através do desenvolvimento de campanhas/iniciativas para a sua promoção junto à população escolar e adulta; → Promover as deslocações pedonais nos percursos casa-escola, através da implementação de iniciativas que visem reduzir a dependência do automóvel por parte da população escolar (e, consequentemente, a redução do tráfego na envolvente à escola), bem como aumentar as competências para o andar a pé (em segurança) e a independência das crianças; → Envolver a comunidade escolar de modo a potenciar escolhas modais mais sustentáveis por parte dos estudantes; → Sensibilizar e formar a população para a utilização e convivência como modo ciclável, em particular os jovens e a população escolar dos ensinos secundários e superiores; → Envolver a comunidade escolar de modo a potenciar escolhas modais mais sustentáveis → Qualificação das redes pedonais no interior do concelho (a Norte), as quais, muitas vezes não estão devidamente infraestruturadas (vias sem passeios e condições precárias de atravessamento), → Prática da utilização da bicicleta pela população em geral → Défice na oferta de TP no concelho, nomeadamente a norte da A5. → Custos excessivos dos TP. → Pouca oferta de bike-sharing. → Falta de sítios para estacionar as bicicletas → Dotar de todo o concelho com passeios adequados para todos. Melhorando dessa forma a segurança promovendo a autonomia dos jovens</p>
<p><u>Transportes</u></p> <p>→ Existência de um quadro de instrumentos de ordenamento e gestão do território (planeamento estratégico) que permite introduzir fatores de racionalidade e competitividade nas decisões de ocupação de espaço; → Melhoria da rede de transportes públicos, alargando a sua cobertura e promovendo a intermodalidade, particularmente com os modos suaves e com o transporte individual; → Parque habitacional relativamente jovem; → Bons acessos rodoviários, ferroviários, aéreos e</p>	<p><u>Transportes</u></p> <p>→ Requalificação urbanística e territorial de zonas desqualificadas, de áreas urbanas de génese ilegal e progressiva desertificação dos centros históricos; → Grande assimetria espacial na distribuição socioeconómica da população concelhia, com concentração da maioria das infraestruturas no litoral-sul em contraponto com crescimento demográfico do interior; → Obstáculos e barreiras arquitetónicas para peões e ciclistas, acrescido da ocupação indiscriminada do espaço público pelas viaturas, em detrimento de espaço de prioridade para peões; → Modelo de mobilidade assente sobretudo no modo rodoviário, especialmente em formas de utilização individual;</p>

<ul style="list-style-type: none"> → marítimos; → Existência de infraestruturas de nível regional, nacional e internacional; → Rede de equipamentos e serviços com carácter inovador e diverso (culturais, de saúde, educativos, sociais e desportivos); → Aumento da oferta do ensino pré-escolar e melhoria dos equipamentos escolares; → Destino turístico consolidado e internacionalmente, cuja riqueza e diversidade de recursos e atributos (património natural, histórico, cultural e arquitetónico) satisfazem os mais diversos segmentos de procura turística; → Promoção das condições tarifárias, em especial nas faixas etárias mais jovens e mais envelhecidas. 	<ul style="list-style-type: none"> → Promoção de medidas de comunicação e sinalética;
<p><u>Acessibilidades</u></p>	<p><u>Acessibilidades</u></p>
<ul style="list-style-type: none"> → Integração do espaço com as redes preexistentes, infraestruturas, equipamentos, revestimento vegetal segundo lógica sistémica integrada, com a morfologia do conjunto edificado – principalmente a sul do Concelho; → Alguns percursos acessíveis em zonas estratégicas e centrais, junto de interfaces apelando ao comércio local; → Espaços públicos seguros, confortáveis e aprazíveis, que funcionam para toda a comunidade do Concelho maximizando a diversidade de usos, com condições climatéricas que potenciam o seu usufruto; → Espaços adaptáveis e versáteis dependendo de padrões de vida culturais, sociais e económicos para pessoas de diferentes idades, interesses e motivações; → Espaços com boa qualidade acústica e visuais – espaços protegidos de ruído, com iluminação natural e artificial, incluindo boa conservação e limpeza urbana, vegetação para filtrar poluição e calor, existência de proximidade de água e os materiais de construção para boa condutibilidade térmica; → Mobiliário urbano e equipamentos certificados, garantindo regras de segurança e ergonomia na conceção e construção espacial; → Boas soluções de oferta/opção ao apoio com maior mobilidade pedonal inclusiva (coesão social) criando, espaços de afluência, polivalentes e multifuncionais, encarado numa lógica integrada e unitária; → Legibilidade dos espaços relativamente ao sistema de comunicação utilizada – seja informativa, direcional e comercial – reforçando a perceção espacial e do edificado; → Condições de manutenção construtiva, na sua durabilidade dos materiais e equipamentos, prevendo a intensidade de utilização, tempo útil e avaliação do investimento; → Redução de barreiras arquitetónicas nos percursos pedonais de maior tráfego, para um passeio contínuo melhorado; → Implementação de suportes para estacionamento de bicicletas, criando uma rede ciclável, junto a locais com funções comerciais, educativos e/ou culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> → Redução/delimitação da criação de barreiras arquitetónicas nos passeios existentes, consoante as características e especificidades do local; → Promoção do enquadramento na implantação de mobiliário urbano – árvores, iluminação, etc. – para melhoramento do espaço público como de lazer/encontro (valorização espacial de elementos urbanos e equipamentos integrados, sejam eles - floreiras, bancos, mesas, papelarias, bebedouros, elementos de proteção, suportes de estacionamento de bicicletas, quiosques, cabines, abrigos, sanitários e outros elementos congéneres – reforçando ambientes significativos e dignos) → Promoção da separação entre redes de circulação pedonal – patins, bicicletas e veículos motorizados; → Delimitação e vedação de certos tipos de espaço e equipamentos próximos – parques infantis, recintos desportivos, etc. → Promoção de segurança pedonal no atravessamento de vias rodoviárias; → Promoção de amplos campos de visão pedonal (deve existir visibilidade no ambiente pedonal, o tratamento espacial dado aos passeios e área pedonais com a adequada largura, localização, escolha de árvores, iluminação, sinalética e mobiliário urbano deve contribuir para um ambiente pedonal acessível e confortável. → Prever bom desempenho de veículos de serviço – veículos de bombeiros, ambulâncias, recolha de lixo e transportes públicos; → Promoção e expansão da rede pedonal e ciclável, em conformidade com transportes/ infraestruturas, de modo a otimizar o uso por parte dos utilizadores; → Promoção da utilização de fontes energéticas e alternativas na alimentação de determinados equipamentos e serviços urbanos, para uma cidade mais sustentável e ecológica; → Introdução de materiais endógenos e “amigos do ambiente”; → Promoção a legibilidade e segurança dos peões nas paragens e abrigos de autocarro, em determinados pontos do Concelho – incluindo respetivos painéis informativos e publicitários; → Incentivo da segurança pedonal pelo redesenho de passeios pedonais – lancis, desníveis, pendentes, larguras, arborização – aproximando-os como “corredores” contínuos de circulação, para diferentes transeuntes; → Melhoramento na ligação entre passeios, desvios, obstáculos para benefícios de percurso pedonal; → Melhoramento no tipo de atravessamento das vias, em passadeiras para peões visíveis, dimensionadas e seguras (Oferecer facilidade de movimentação dentro do local e/ou de atravessamento do local e/ou ligação entre locais, integrando os padrões de movimentação local com as estruturas viárias e respetivas estruturas de apoio (deslocações casa/escolas/atividades extracurriculares); → Promoção de estacionamento, com delimitação de lugares regulamentares, em conformidade ao percurso pedonal; → Incentivo à mobilidade sustentável, promover a mudança comportamental (exemplo projeto “a pé para a escola”); → Incentivo à acessibilidade pedonal nos transportes públicos – autocarros/táxis - tornando-os mais acessíveis. → As acessibilidades a norte da auto-estrada. Há zonas em que não existe

- passeio.
- Adaptar todas as passadeiras com o piso adequado para invisuais.
- Sensibilizar os automobilistas para estacionarem de acordo com a lei.

Espaço Público, Reabilitação E Regeneração Urbana

Diagnóstico das ARU'S – áreas de requalificação urbana:

- é para o grupo etário dos 0-12 anos que se identificam os maiores problemas ao nível do espaço público e onde atuação do município é mais premente
- Os estudos a desenvolver nas zonas identificadas, dado na generalidade se tratarem de espaços urbanos históricos, devem atender às questões identitárias através da promoção e valorização das características do lugar não só na vertente arquitetónica como social e económica.
- A criação de zonas de coexistência e as chamadas Zonas 30 afiguram-se aquelas que melhor respondem aos desafios e objetivos que se pretendem alcançar de modo a criar espaços mais seguros que permitam às crianças ganhar competências e autonomia na utilização e afirmação do espaço público de utilização coletiva
-

DADOS DOS WORKSHOPS

Segurança e Proteção

- Sistema de Promoção e Proteção: trabalho em rede que se encontra cada vez mais consolidado
 - As crianças e jovens referiram que se sentiam seguros;
- A existência de locais para nos dirigirmos quando nos sentimos inseguros;

Segurança e Proteção*

- Projeto Escola Segura mais capacidade de resposta face à quantidade de escolas que tem que patrulhar;
- Divulgação e sensibilização de programas de proteção e segurança das crianças e jovens, transversal a toda a comunidade;
- Aulas de defesa com mais frequência e grátis
- Melhorar o controlo no cumprimento de lotação dos transportes;
- O equilíbrio familiar através da sensibilização no que respeita a segurança/proteção;

Mobilidade

- A rede clicável de Cascais com uma forte utilização pelos munícipes e de atração turística e de lazer.
- Circulação segura entre o espaço casa-escola-parque.

Mobilidade

- Ruas apertadas dificultam tráfego e acesso a serviços de emergência;
- Semáforos sonoros para os cegos, or todo o concelho;
- Melhorar e corrigir as vias de circulação, passadeiras e passeios, principalmente no interior do concelho;
- A mobilidade em segurança e a interação com os espaços da cidade;
- Mobilidade para autonomia / circulação pedonal entre equipamentos dirigidos à criança e jovem.

→ Transportes

- O comboio é seguro
- Facilidade de transporte

→ Transportes

- Rede de transportes ajustada às necessidades das crianças e jovens;
- Adaptação de todos os transportes públicos para crianças com deficiência motora.
- Repensar a atribuição do passe escolar | km de distância casa | escola | casa;
- Redefinir o horário dos transportes, mais horários, os alunos no final das aulas longa espera do transporte para regresso a casa.

Acessibilidades

- A acessibilidade para pessoas com deficiência motora e pessoas com mobilidade reduzida;
- Espaços públicos de lazer seguros;
- Reduzir iniquidade entre interior e litoral;
- Melhorar e criar áreas de estacionamento no interior do Concelho

DADOS DOS QUESTIONÁRIOS

- Alunos consideram que os bairros das diferentes freguesias do concelho oferecem segurança para andarem a pé ou de bicicleta e que a rede de transportes lhes permite a deslocação dentro do concelho;
- Os alunos revelam ter conhecimento de onde se dirigir em caso de catástrofe; estão bem informados quanto aos riscos de utilização da Internet e não se

- A eficácia da cobertura da rede de transportes para permitirem facilmente a deslocação para qualquer parte do concelho;
- Os espaços para as crianças poderem ir estudar ou ler, na zona onde residem;
- A segurança do trajeto escola-casa para ser efetuado a pé pelas crianças e a segurança dos transportes públicos;
- A segurança face à ameaça por gangs, ao confronto com a existência de droga nos bairros;

sentem inseguros face ao Bullying;
 As crianças têm conhecimento dos recursos existentes para receber ajuda ou protecção em situações de perigo, risco ou catástrofe;
 Os alunos estão maioritariamente conscientes e bem informados no que toca aos riscos de utilização da Internet.

A colaboração no trabalho adulto (para algumas crianças comporta riscos para a saúde, p. ex, contrariamente ao que acham os pais).
 As respostas de acolhimento para crianças afastadas das famílias ou com necessidade;
 A segurança face a abusos quer de ordem física, verbal ou sexual.

CONCLUSÕES

Promover as deslocações pedonais nos circuitos casa-escola-casa
 Fomentar o uso da bicicleta
 Qualificação das redes pedonais no interior do concelho (a Norte),
 Diminuir mobilidade assente em deslocações rodoviárias individuais
 Grande assimetria espacial na distribuição socioeconómica da população concelhia, com concentração da maioria das infraestruturas no litoral-sul em contraponto com crescimento demográfico do interior
 Promover prioridade do peão no espaço público
 Redução/delimitação da criação de barreiras arquitetónicas no espaço público
 Melhoramento na ligação entre passeios, desvios, obstáculos para benefícios de percurso pedonal
 Promoção de segurança pedonal
 Promoção de medidas de comunicação e sinalética
 Incentivo à acessibilidade pedonal nos transportes públicos
 é para o grupo etário dos 0-12 anos que se identificam os maiores problemas ao nível do espaço público e onde atuação do município é mais premente

DADOS DOS WORKSHOPS

Foram colocadas duas questões aos grupos setoriais “ O que pode ser uma oportunidade ou o que pode condicionar a implementação do Programa “ Cidade Amiga das Crianças” em Cascais.

Oportunidades	Constrangimentos
<p>Os participantes consideraram como uma oportunidade algumas questões enquadrados nas áreas: Educação, Desporto Tempo Livre e Lazer, Participação e Cidadania e Planeamento e urbanismo referindo os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Na área da Educação</u>, a passagem de competências escolares de âmbito nacional para os municípios que tem maior proximidade com as famílias e a existência de projetos que a CMC disponibiliza • <u>Na área do Desporto Tempo Livre e Lazer</u>, o facto de Cascais ser Capital Europeia da Juventude • <u>Na Participação e Cidadania</u>, surge como uma oportunidade a mudança de paradigma através de auscultação das crianças e jovens. • <u>No Planeamento e Urbanismo</u> a implementação de políticas para melhor responder à comunidade, a necessidade de eliminar a dicotomia entre o interior e o litoral, o trabalho em rede. 	<p>Para esta questão, os participantes identificaram que as mudanças nas eleições autárquicas podem ser uma condicionante à implementação do programa assim como,</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Na área da família</u> foi mencionado a questão do tempo dos processos vs decisões quer a nível das entidades quer a nível das famílias; • <u>Na área da educação</u> incidiu no Ministério da Educação e suas políticas e na existência de um currículo escolar; • <u>Na área da cultura</u> a existência de bilhética ao usufruto de espaços e atividades culturais; • <u>Na área Participação e Cidadania</u> referiram que a falta de informação condiciona a participação das crianças e jovens assim como a falta de cultura e o desconhecimento de formas de participar; • <u>Na área do Planeamento e Urbanismo</u> foram identificadas questões financeiras e burocráticas que refletem a não viabilização ou o atraso de proposta de ações e a urgente necessidade de melhoramento dos processos, a falta de uma intervenção sistematizada e congregada e muito importante o facto não haver a participação infantil e juvenil nos momentos nas decisões e compromissos políticos.

SÍNTESE DO QUESTIONÁRIO CMC

Dimensões:

Políticas Municipais para as Crianças | Coordenação de ações para Crianças em todas as agências governamentais | Orçamento para Crianças/Jovens | Dados sobre as Crianças e Jovens | Planos de Ação para Crianças e Jovens | Conhecimento público e profissional de crianças e jovens e os seus direitos | Respostas de Emergência e Proteção civil | Serviços sociais e de proteção | Educação | Desporto, Ludicidade e Lazer | Transportes | Saúde Ambiental | Saúde Pública

Positivo	A melhorar
<p><u>Cerca de metade dos inquiridos tem conhecimento sobre:</u></p> <ul style="list-style-type: none">→ dados dos agregados familiares→ se a autarquia recolhe dados sobre as crianças e famílias do município→ esforços para aumentar a consciência pública sobre os direitos das crianças→ educação para crianças saberem agir em situações de emergência→ serviços sociais e proteção→ existência de programas de emprego que apoiam os jovens com menos de 18 anos→ o município monitoriza a qualidade dos equipamentos escolares, e toma medidas com base nas necessidades avaliadas, e se na escola se aprende a ter hábitos de vida saudáveis→ sobre se na escola se aprende conteúdos sobre a sexualidade→ se existem estruturas democráticas nas escolas para que as crianças sejam ouvidas→ conhecimentos dos diversos programas, espaços e entidades existentes na área do desporto, ludicidade e lazer→ que o município garante transporte especial para a crianças com deficiência→ Saúde pública: há sistema de recolha seletiva de lixo e que promove medidas de reciclagem; se CMC monitoriza a quantidade e qualidade de água, relacionadas com as famílias com menores ou mesmo a monitorização das condições sanitárias de famílias com menores→ se existem serviços de apoio às mães adolescentes em relação à saúde e ao desenvolvimento infantil; ou se o município promove ações de sensibilização sobre a prevenção ou uso de substâncias	<p><u>A grande maioria dos inquiridos não tem conhecimento sobre:</u></p> <ul style="list-style-type: none">→ Políticas Municipais para as crianças/jovens: estratégias, formação em direitos das crianças, incorporar opiniões das crianças em tomadas de decisão municipal, comissão que informe sobre os direitos das crianças→ Coordenação de ações para crianças em agências governamentais→ Orçamento do município especificamente direcionado para crianças/jovens→ Se existe observatório do município e recolha de dados sobre a situação da infância e famílias, com análise comparativa de freguesias→ informação que inclui crianças que vivam em condições ilegais→ existência de relatórios que sejam disponibilizados ao público em geral sobre as crianças→ se planos de ação para as crianças/jovens incluíam análise e avaliação dos impactos nas crianças→ se existe um defensor ou provedor das crianças e jovens→ se o município tem um plano de preparação de respostas de emergência que mencione especificamente as crianças→ Estratégias ou serviços sociais e de proteção (de crianças em situação de tráfico e violência, trabalho infantil, crianças sem cuidadores, problemas com a lei)→ Se há monitorização por parte do município de questões de educação→ Se os trajetos casa-escola-casa são adequados e seguros→ se existem transportes que permitam às crianças deslocarem-se facilmente para qualquer lado do concelho→ Se há uma política municipal sobre os riscos ambientais que inclua diretamente as crianças→ se o município monitoriza a disponibilidade e a qualidade dos serviços hospitalares e centros de saúde; se monitoriza regularmente as condições de saúde das crianças e jovens; ou se garante que as crianças são registadas para serviços de saúde pessoais→ se o município controla as necessidades nutricionais das crianças e jovens, ou monitoriza todas as crianças para garantir que cumprem o plano nacional de vacinação, ou se o município assegura que as crianças e jovens têm acesso e são devidamente tratadas nos serviços locais de saúde <p><u>Cerca de metade dos inquiridos não tem conhecimento sobre:</u></p> <ul style="list-style-type: none">→ se a autarquia recolhe dados sobre as crianças e famílias do município→ se a autarquia tem dados dos agregados familiares→ se o plano de ação municipal inclui secções especificamente destinadas a crianças e jovens→ existência de programas de emprego que apoiam os jovens com menos de 18 anos→ sobre se na escola se aprende conteúdos sobre a sexualidade→ se existem estruturas democráticas nas escolas para que as crianças sejam ouvidas→ Desporto- existência de uma entidade responsável pelos jogos e práticas desportivas organizados, com um processo de planeamento de ações com base na avaliação das necessidades das crianças→ Se o município tem em conta as especificidades na utilização de transportes públicos por parte das crianças,→ Se o se CMC monitoriza a quantidade e qualidade de água, relacionadas com as famílias com menores ou mesmo a monitorização das condições sanitárias de famílias com menores

9. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO



10. CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

A elaboração do Plano de Ação Local decorre do trabalho desenvolvido por um número muito significativo de elementos das diferentes estruturas orgânicas municipais, (**empresas municipais**) organizações públicas e privadas, federação da associação de pais, crianças, jovens e famílias, que participaram na realização deste DIAGNÓSTICO.

Foi assim possível proceder a um levantamento exaustivo de toda a informação relevante dos diferentes serviços da Câmara Municipal, com implicação direta na vida das crianças e a uma auscultação através de questionários e workshops.

Ao longo de todos estes processos foi notório o envolvimento, a adesão e a motivação crescentes de todos os envolvidos, numa área que até agora era para muitos desconhecida ou para a qual não relação direta com as suas conteúdos funcionais. Este extraordinário empenho do Mecanismo de Coordenação e de todos os restantes elementos que participaram neste desafio, é um sinal muito positivo para a prossecução do Plano de Ação Local

A fusão da informação recolhida em fases distintas e de formas separadas, permitiu aferir da homogeneidade de questões/medidas identificadas, quer a manter quer a melhorar, das quais se segue uma sùmula do mais relevante para o que foi a definição dos eixos estratégicos identificados para o Plano:

- Até à data, não foi feito nenhum trabalho de planeamento com as crianças e jovens e não existir espaços formais de participação das crianças;
- A grande assimetria entre o interior e o litoral do concelho;
- O levantamento do nº de crianças em situação de exclusão social ou vulnerabilidade;
- A delinquência, saúde mental, o abandono escolar e o insucesso escolar;
- Uma escola que contribua para o desenvolvimento de competências para a vida, com integração de aprendizagens não formais e valorização do espaço público como agente educador;
- A comunicação e redes de partilha entre escola e comunidade, potenciando a escola como um espaço de e para a comunidade;
- A resposta e acessibilidade de programas de férias a famílias mais carenciadas, e de programas de ocupação para jovens (férias e voluntariado);
- A requalificação dos bairros e das zonas de lazer/brincar, a implementação de medidas de eliminação de barreiras arquitetónicas, segurança e de acessibilidade nestes e noutros espaços públicos;
- A melhoria das acessibilidades dos transportes;
- Maior qualificação das diferentes ofertas quer culturais, quer desportivas, quer de tempo livre e lazer;
- A sustentabilidade dos espaços naturais;
- A capacitação técnica dos vários profissionais intervenientes, stakeholders, comunidade;
- O desconhecimento do que a própria Câmara Municipal faz, nos diferentes serviços, na área da Infância, revelando uma significativa falta de informação e partilha entre serviços.
- Concluimos ainda que até à data, independentemente de ações pontuais, não houve um investimento estruturado e concertado sobre o conhecimento dos direitos da criança e a aplicação prática da Convenção dos Direitos da Criança.

Para o cabal sucesso da implementação de algumas medidas do PAL, foram identificados constrangimentos. As possíveis mudanças nas eleições autárquicas, as questões financeiras e burocráticas inerentes a determinados processos, as condicionantes decorrentes do poder central (ex: Ministério da Educação, da Segurança Social, da Saúde) foram alguns dos constrangimentos identificados no conjunto dos Workshops.

As potencialidades referidas incidem, nomeadamente, na mudança de paradigma que se começou a dar ao auscultar das crianças e jovens, abrindo caminho para que se venha a tornar uma prática corrente; na passagem de competências escolares de âmbito nacional para os municípios que tem maior proximidade com as famílias, a existência de projetos que a CMC disponibiliza quer para crianças e jovens quer de qualificação/formação dos agentes educativos, quer ainda de educação para a saúde, nas e com as escolas, através da Plataforma da Saúde, no bom nível de colaboração entre escolas e autarquia e ainda o facto de Cascais ser Capital Europeia da Juventude.

11. ANEXOS

- Anexo 1: Projetos Global
- Anexo 2: Instituições Global